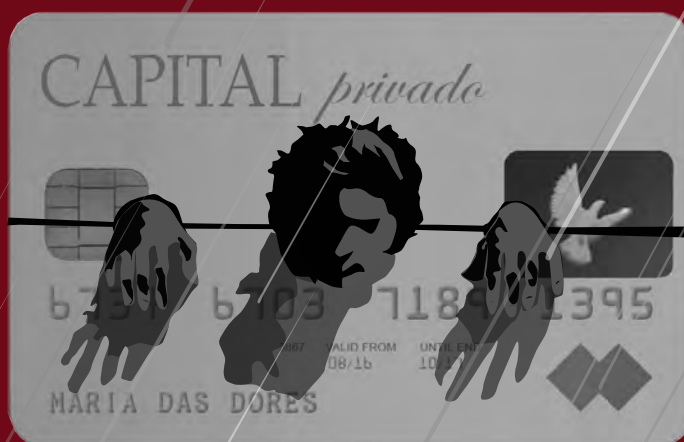


UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 60

Ano XXVII - Nº 60 - julho de 2017



**Dívida pública e contrarreformas:
previdência, trabalho e educação**



**PROFESSORES/AS
EM DEFESA
DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA**

#NãoàPECdaPrevidência

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 60

Ano XXVII - Nº 60 - julho de 2017

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 6 As reformas, a universidade** e a resistência popular
Jorge Almeida e Magda Furtado
- 20 Financeirização**, contrarreformas e lutas
Luiz Fernando de Souza Santos
- 28 Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro**
resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington
Luciana da Costa Freitas
- 42 Reformar para fulminar:** as afetações na previdência social
advindas da proposta de emenda constitucional (PEC 287/16)
José Ricardo Caetano Costa e Juliana Toralles dos Santos Braga
- 58 Supremacia rentista no Brasil neoliberal**
e a violência como potência econômica
Rodrigo Castelo
- 72 A contrarreforma da Previdência do governo Temer**
e os retrocessos na vida das mulheres trabalhadoras
Sandra M. M. Siqueira
- 86 A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional**
e suas inflexões na condição do professor substituto
Daniele Gomes de Lima e Rita de Lourdes de Lima
- 100 A Educação Disputada:** democracia e sentidos do público no Brasil hodierno -
entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo
Eduardo Rebuá
- 112 Perspectivas do ensino superior** ante a globalização no Brasil e na Bahia
Marialda da Silva Brito
- 126 Um breve panorama** do ensino superior privado no Brasil
Claudio Antonio Tonegutti

Debates

- 136 Para a crítica do** desenvolvimento sustentável
Clerijane Nascimento Torres
- 148 Para a crítica** da ecologia política
Suenya Santos
- 164 O poder masculino na esfera da** universidade pública
Josélia Barroso Queiroz Lima

Arte

- 172** E então, **que quereis?...**
Vladimir Vladimirovich Mayakovsky
- 173** Whalers (Baleeiros)
Joseph Mallord William Turner

Homenagem

- 174** Antônio **Candido**

Charge

- 177** Dívida pública e **previdência**
Dino Alves

Entrevista

- 178** O sistema da dívida pública brasileira - **Maria Lúcia Fatorelli**
Ana Maria Ramos Estevão e Lila Cristina Xavier Luz
Fotos: Bruna Yunes

Atualidade em foco

- 198** Ousar lutar, **ousar vencer!**

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE ■

- Publicação semestral do ANDES-SN:
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos,
mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES Para publicação na próxima edição, ver página 176

Conselho Editorial

Antônio Candido (*in memoriam*), Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Márcio Antônio de Oliveira (*in memoriam*), Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Osvaldo de Oliveira Maciel (*in memoriam*), Paulo Marcos Borges Rizzo, Renato de Oliveira, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Coordenação GTCA - Comunicação e Artes

Cláudio Rezende Ribeiro, Giovanni Felipe Ernst Frizzo, João Francisco Ricardo Kastner Negrão e Luis Eduardo Acosta Acosta

Editoria Executiva deste Número

Ana Maria Ramos Estevão, Erlando da Silva Rêses, Lila Cristina Xavier Luz e Vitor Wagner Neto de Oliveira

Pareceristas Ad Hoc

Aldo Antonio de Azevedo, Ana Cristina de Araujo, Andréa Kochhann Machado, Antônio de Pádua Bosi, Danielle Marafon, Dayse Kelly Barreiros de Oliveira, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, João Guilherme Correa, Luiz Henrique dos Santos Blume, Marta Maria Azevedo Queiroz, Nirce Barbosa Castro Ferreira, Perci Coelho de Souza e Rodrigo da Silva Pereira

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Rondon Martin de Castro, Gabi Caspary e Pádua Pires

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 5.000 exemplares

Impressão Gráfica Coronário

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP

Tel./Fax: (11) 3061-0940

E-mail: andesregsp@uol.com.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2017 - Ano XXVII Nº 60

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.

I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C

CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716

E-mail: secretaria@andes.org.br / revista.andes@andes.org.br

60

Os artigos da US são termômetros da conjuntura nacional e internacional, pois expressam percepções fundamentadas dos docentes quanto à política, economia e sociedade em um determinado período. O tema deste número dialoga diretamente com o que vivemos no cotidiano da vida, do trabalho e da militância: a dívida pública que aumenta a concentração de capital nas mãos dos capitalistas nacionais e seus associados internacionais e as propostas do governo de retirada de direitos sociais para manter o crescimento da taxa de lucros com base na intensificação da exploração do trabalho.

As análises aqui apresentadas partem dos espaços do trabalho docente – a escola e universidade públicas e privadas – para compreender os ataques do capital e o recrudescimento da luta. Os artigos apontam para os impactos das contrarreformas neoliberais na Universidade e no trabalho docente, bem como, de forma geral, na classe trabalhadora, especialmente, sua interface feminina, que será mais prejudicada caso sejam aprovadas as propostas do governo, como a contrarreforma da previdência. Os ataques do capital atingem toda a classe trabalhadora; todavia, análises que combinam classe, gênero e raça indicam que mulheres negras são as mais vulneráveis em uma socie-

dade machista prenhe de desigualdade e que carrega na sua concepção a tradição da escravidão.

Nada disso cala a voz das ruas! Os embates atuais parecem ter um marco histórico não tão distante, mas que recua para além do imediato da disputa entre as frações da classe burguesa pelo governo da nação. As jornadas de junho de 2013 parecem indicar essa curva na história social e política. Em 2017 – a 100 anos da primeira greve geral no Brasil e da primeira Revolução Socialista vitoriosa –, o 8 de março classista, o 15 de março de paralisação contra as reformas, o 28 de abril de greve geral e o 24 de maio com grande mobilização dos trabalhadores acentuaram essa curva da história recente. Os movimentos contra-hegemônicos não podem ser desconsiderados neste novo cenário, porque questionam a ordem e impõem a necessidade de o poder repensar estratégias de autodefesa.

Os textos aqui publicados nos ajudam a compreender essa conjuntura conturbada em que a luta de classes se apresenta de forma desnudada, visto que as aparências se dissipam nas nuvens de gás na Esplanada, na Cinelândia ou em Goiás. Os feridos desses embates levam as marcas de uma luta que repele o conformismo e aponta para a construção de outras possibilidades societárias. **US**

As reformas, a universidade e a resistência popular

Jorge Almeida

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: jorgealm@uol.com.br

Magda Furtado

Professora do Colégio Pedro II

E-mail: magda.furtado@gmail.com

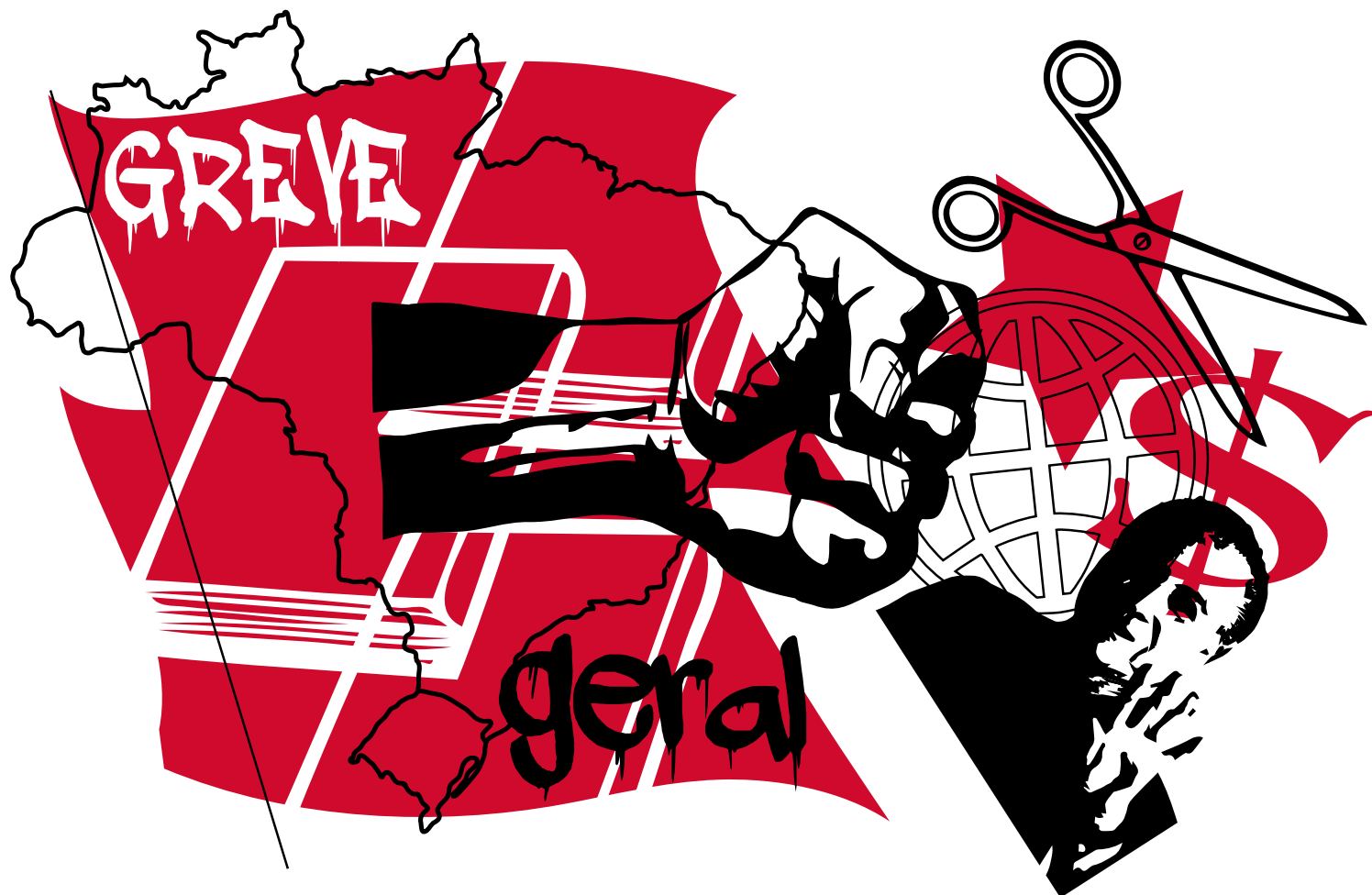
Resumo: O Brasil vive uma profunda crise econômica, social e política com um governo ilegítimo que tem a maior rejeição já registrada em pesquisas em nossa história e promove o maior ataque concentrado aos direitos dos trabalhadores e do povo já visto, incidindo sobre direitos conquistados desde a Constituinte de 1988 e até mesmo desde o Estado Novo. As reformas da Previdência, trabalhista e do Ensino Médio estão no bojo de políticas neoliberais e da financeirização da economia e a serviço do pagamento da Dívida Pública. Mas há resistência popular e a Universidade, internamente e para além dos seus muros, tem um papel muito importante nestas lutas.

Palavras-chave: Reforma da Previdência. Reforma Trabalhista. Reforma do Ensino Médio. Dívida Pública. Resistência Popular.

Introdução

Os dias nacionais de luta, paralisações e outras manifestações contra as reformas do governo Temer durante os meses de março e abril de 2017 mostraram que os trabalhadores estão ampliando sua capacidade de resistência à ofensiva neoliberal e conservadora do grande capital, iniciada ainda sob o governo Dilma e aprofundada após o *impeachment*, com ataques diretos e mais profundos a direitos conquistados historicamente. A grande Greve Geral de

28 de abril alçou a luta popular a um novo patamar que mexe significativamente na correlação de forças. Mesmo que a conjuntura continue favorável ao grande capital, existe a possibilidade real de a classe trabalhadora derrotar as reformas a partir da luta de massas e da pressão sobre o governo Temer, em grave crise, e o Congresso Nacional, marcado por uma ampla maioria de deputados e senadores desmoralizados e uma instituição deslegitimada para tomar



qualquer decisão importante, principalmente em se tratando de retirar direitos populares.

Na concepção da universidade como um local por excelência de produção de conhecimento, em que pesquisadores precisam ter um mínimo de estabilidade financeira para que possam trabalhar sem atrelamentos ao mercado, as contrarreformas da Previdência, trabalhista e do Ensino Médio e o “novo regime fiscal” atingem em cheio a Universidade, seus docentes, técnico-administrativos e estudantes. A terceirização avança em todas as áreas e agora não tem mais limite, podendo, inclusive, afetar a estabilidade da carreira docente federal; os professores das instituições particulares já são horistas em sua maioria, portanto precarizados, mesmo antes da reforma trabalhista. O direito a uma aposentadoria digna está sendo duramente atacado, de forma que uma grande

parte dos docentes tenha que trabalhar até morrer, não podendo se aposentar para não perder a dignidade dos vencimentos depois de uma vida inteira de trabalho e muitas avaliações para se ascender na carreira. O trabalho temporário e o contrato intermitente são ameaças bem concretas aos estudantes, futuros trabalhadores, mas em especial aos futuros docentes, alunos das licenciaturas, principalmente se considerarmos a reforma do Ensino Médio e a disponibilidade de docentes de disciplinas que podem não acontecer caso não recebam um número considerável de opções mesmo no ensino básico. O “notório saber” para se ministrar aulas em cursos técnicos no ensino básico sem exigência de licenciatura pode baixar ainda mais o nível salarial de professores do ensino público nos estados, que é o principal mercado de trabalho dos alunos de licenciaturas.

Nada será como antes e a luta pela liberdade de pensamento é uma forma de resistência, mantendo a independência diante dos ditames do mercado que formata o pensamento único neoliberal dos que defendem as contrarreformas como “remédio amargo”. Pensar de maneira livre e defender os direitos contra os interesses do capital é cada vez mais uma forma de se manter atento e forte diante de todas as pressões e ameaças à saúde mental dos que insistem em lutar e desnudar as farsas, em defesa do ensino público com dignidade e socialmente referenciado.

Os ataques estão sendo feitos por um governo tipicamente de direita, que aprofunda políticas neoliberais a tal ponto que até setores do grande capital já começam a reclamar¹. Mas as condições para a existência do governo desse grupo político, que chegou à presidência da República através de um golpe palaciano, e a aplicação dessas políticas fortemente liberais e

Nada será como antes e a luta pela liberdade de pensamento é uma forma de resistência, mantendo a independência diante dos ditames do mercado que formata o pensamento único neoliberal dos que defendem as contrarreformas como “remédio amargo”. Pensar de maneira livre e defender os direitos contra os interesses do capital é cada vez mais uma forma de se manter atento e forte diante de todas as pressões e ameaças à saúde mental dos que insistem em lutar e desnudar as farsas, em defesa do ensino público com dignidade e socialmente referenciado.

autoritárias, bem expressas nas reformas trabalhista, previdenciária e do Ensino Médio, surgiram a partir da confluência de um agravamento da crise econômica mundial com fatores gerados no âmbito nacional. Esses elementos dizem respeito tanto à maneira como a crise econômica se manifestou como na questão da corrupção e do estelionato eleitoral cometido pela campanha de Dilma Rousseff, em 2014.

O Brasil vive uma profunda crise econômica, social e política com um governo ilegítimo que tem a maior rejeição já registrada em pesquisas em nossa história. Está sendo promovido o maior ataque concentrado aos direitos dos trabalhadores e do povo já visto, incidindo sobre direitos conquistados desde a Constituinte de 1988 e até mesmo desde o Estado Novo.

A grave crise mundial

Essa situação está inserida na prolongada crise que o mundo continua vivendo e que não é somente econômica e financeira, mas uma crise múltipla, ou seja, também social, ambiental, alimentar e energética, e que se expressa desigualmente em cada país, provocando diferentes implicações políticas e culturais, em alguns se expressando como crise política. Hoje ela se situa principalmente no centro capitalista e não tem apresentado sinais de saída “virtuosa” e longa. O Brexit, a vitória de Trump, as guerras na Síria e Ucrânia, o agravamento e agudização da questão da imigração e os conflitos na península coreana são manifestações recentes dessa crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011).

As duas principais vertentes burguesas de enfrentamento, em nível mundial, para tentar superar a crise foram o neoliberalismo e a financeirização da economia, questões-chave para entender o ajuste feito por Michel Temer. Mas esse momento traz quatro grandes “movimentos” internacionais: um enfraquecimento da hegemonia global unipolar dos EUA e uma possível bipolarização imperialista na qual a China (em aliança com a Rússia) aparece como liderança de um possível bloco imperialista emergente; uma resistência popular genericamente à esquerda, que se manifesta de modo bem desigual em cada país; o crescimento de uma direita neofacista em diversos países; e o fenômeno dos agrupamentos fundamentalistas islâmicos militarizados (ALMEIDA, 2015 e 2017).

De acordo com o ideário neoliberal, as raízes da crise estavam na capacidade de luta dos trabalhadores. Com isso, obtinham aumentos de salários e maiores investimentos sociais do Estado, resultando em queda dos lucros dos capitalistas. Era preciso, então, um Estado que fosse fraco nos investimentos econômicos diretos e nos gastos sociais, mas forte para combater os sindicatos e os trabalhadores e para controlar o dinheiro do Estado e a moeda em circulação.

Seu objetivo era econômico e político e passava por aumentar o desemprego para enfraquecer os trabalhadores e seus sindicatos; diminuir os impostos dos empresários; quebrar as políticas públicas, redu-

zindo gastos do estado com políticas sociais de interesses do povo trabalhador; cortar direitos sociais para diminuir o custo da força de trabalho em sua relação direta com o capital; aumentar a desigualdade social, retomando uma lógica de concentração de riquezas; privatizar para abrir espaço para o lucro capitalista onde havia estatizações; e quebrar barreiras protecionistas, enfraquecendo as economias nacionais da periferia do mundo e mesmo da periferia da Europa, abrindo, assim, mais espaço para a monopolização transnacional (ANDERSON, 1995 e HARVEY, 2008). É isso que vem sendo feito desde a década de 1970, no Chile da ditadura de Pinochet, por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA, seguidos pelo desmonte da URSS e outros regimes burocráticos do Leste Europeu a partir dos anos 90.

Para Chesnais (2007), hoje há um “regime de acumulação com predomínio rentista” que representa uma nova fase do imperialismo, na qual o capital financeiro, favorecido pelo neoliberalismo, passou a ter maior liberdade. Desde o final do século XX, o capitalismo está dominado pelo capital parasitário, or-

ganizado em torno de empresas financeiras e estados e orientado mais pela apropriação do mais valor do que por sua criação. Esse tipo de investimento passou a ser uma opção mais lucrativa diante da tendência de queda da taxa de lucros nos investimentos produtivos. O volumoso crescimento da dívida pública dos estados nacionais de modo geral, especialmente depois da quebra do Acordo de Breton Woods unilateralmente pelos EUA em 1971, está inserido nesta lógica e a serviço do capital financeiro.

Porém, a financeirização, como mecanismo para contornar a crise de acumulação, acabou tornando-a ainda mais profunda, pois o processo foi reforçando a vulnerabilidade de um sistema financeiro hipertrofiado e a “dominação de um capital-dinheiro com caráter rentista sobre os meios de criação de valor e de mais valor”. Isso estimulou a anarquia da produção capitalista, deixando a classe dominante diante de “um monstruoso gênio do mal sobre o qual perderam quase que completamente o controle” (CHESNAIS, 2007). Foi o que vimos com o estouro da “bolha financeira” em 2008.



O neodesenvolvimentismo e suas raízes neoliberais²

É nesse quadro que se situa a crise brasileira. A aplicação das políticas neoliberais no Brasil ocorreu de modo retardatário em relação a outros países do centro e da periferia capitalista devido à forte resistência do movimento operário, sindical, estudantil e popular durante os anos 1980, quando o movimento popular vivia um ascenso no Brasil. Foram então construídas novas ferramentas político-partidárias e sociais, conquistando novos direitos na Constituição de 88 e realizando as duas maiores greves gerais do país até então, em 89 e 91, justamente quando se dava a maior ofensiva do capital na periferia do mundo e no Brasil, entre o final do governo Sarney e início do Collor de Mello. Collor veio a iniciar de forma sistemática as políticas liberalizantes que, depois do seu *impeachment*, voltaram à prioridade da pauta governamental a partir dos governos de FHC, através de amplo processo de privatizações, facilidade para

A chegada do PT ao governo não teve um sentido contra-hegemônico. Ao contrário, houve um processo de reforço da hegemonia política burguesa (GRAMSCI, 2000) no Brasil, que se constituiu, por um lado, através de uma pequena melhora da capacidade de consumo dos mais pobres (mesmo sem uma diminuição real da desigualdade social), fruto da somatória de micropolíticas econômicas e políticas sociais compensatórias favorecidas por um momento de melhora da situação mundial.

entrada de capitais estrangeiros, financeirização da economia, reforma da previdência e outros ataques aos direitos dos trabalhadores, gerando grande insatisfação popular.

A chegada do PT ao governo não teve um sentido contra-hegemônico. Ao contrário, houve um processo de reforço da hegemonia política burguesa (GRAMSCI, 2000) no Brasil, que se constituiu, por um lado, através de uma pequena melhora da capacidade de consumo dos mais pobres (mesmo sem uma diminuição real da desigualdade social), fruto da somatória de micropolíticas econômicas e políticas sociais compensatórias favorecidas por um momen-

to de melhora da situação mundial. Por outro lado, houve o transformismo do PT e aliados, que passam a defender a ordem social e fazer a contenção dos movimentos sociais. Em terceiro lugar, o discurso do novo governo e de suas principais lideranças, inclusive Lula da Silva, foi de rebaixamento das utopias e expectativas de mudanças mais profundas, valorizando o melhorismo material imediatista e rebaixado. Esse combinado permitiu que Lula-Dilma (PT) tirassem direitos, dentro da democracia liberal, mantendo um apoio popular até 2012. Mas houve também um reforço do aparato jurídico-coercitivo (ALMEIDA, 2012).

Do ponto de vista econômico, o modelo chamado neodesenvolvimentista é uma variante neoliberal com maior ativismo estatal visando crescimento econômico. É uma versão do “desenvolvimentismo” em geral, mas não uma real alternativa ao neoliberalismo e à dependência (MARINI, 2011), e, sim, um viés de respostas social-liberais à crise estrutural do capitalismo.

Não era um modelo nacionalista nem “progressista”, como o desenvolvimentismo “clássico” se apresentava, e aponta o mercado como caminho econômico central. A presença do Estado visa viabilizar investimentos e infraestrutura (prioritariamente privada) para incentivar o setor privado. A regra são as privatizações e a prioridade ao capital financeiro, que se mantém hegemônico, e há mudanças legais para facilitar a reprodução social capitalista, dentro da ordem internacional (ALMEIDA, 2016).

A crise se aprofunda e o governo Lula a minimiza

A crise estrutural do capitalismo que se desenvolve desde a década de 1970 se aprofundou em 2008. Mas foi recebida inicialmente pelo governo petista de maneira cética e com crescentes medidas anticíclicas, em acordo com os interesses do grande capital, que não fugiam da lógica do neoliberalismo, mas tinham limites dentro dessa mesma lógica.

Mas o aguçamento da crise mundial e o aprofundamento de suas consequências no Brasil colocaram a nu os limites do “neodesenvolvimentismo” para re-

sistir à crise mundial e deixaram o governo Dilma diante do dilema de resolver quem seria mais prejudicado ou beneficiado. As várias frações do capital pressionam para manter e ampliar seus ganhos, mas o povo não aceita ter perdas. O desenvolvimento da crise econômica em grave crise política ocorreu ao se cruzar com a questão da corrupção, que se amplificou ao atingir a Petrobras – principal empresa do Brasil (do ponto de vista econômico e simbólico) –, outras grandes financiadoras de campanhas eleitorais, além de dirigentes e parlamentares de partidos dos governos petistas. Formou-se uma resistência popular à esquerda do governo e movimentos de direita ativos disputando espaços na sociedade civil. Começou a se desenvolver uma profunda crise política de governo, mas isso não significou uma desestabilização da hegemonia do capital.

A perda de apoio popular da presidenta deixou a base parlamentar mais livre e ampliou sua sede fisiológica, favorecendo uma crise na base institucional do governo. Como pano de fundo, o conservadorismo ideológico de parte da “classe média” e da sociedade foi alimentado pelo arrocho material e pela ação de grupos minoritários mais direitistas, religiosos e neofascistas. Tudo isso tem ampla exposição e divulgação negativa e seletiva da maioria da grande mídia comercial, o que amplificou o desgaste do governo e ajudou as manifestações da direita.

As Jornadas de Junho de 2013 mostraram e reforçaram a insatisfação popular com a situação econômico-social, o desgaste do governo e os sinais de sua crise em desenvolvimento. Elas indicaram os limites do neodesenvolvimentismo, o esgotamento do modelo. Além disso, animados com as manifestações fora do controle do governo (e do petismo) e com a queda da aprovação de Dilma, os partidos da oposição liberal conservadora passaram a ter um maior ativismo oposicionista, rompendo com certa passividade que predominava no período anterior dos governos petistas.

A opção do governo foi de empurrar a crise para frente com o objetivo de vencer as eleições de 2014 a qualquer custo. Isso foi feito através de um marketing político-governamental-eleitoral que, através do Estado, empurrou o pacote de maldades para depois das eleições e, com uma propaganda manipulativa

fartamente financiada de modo corrupto por grandes empresas capitalistas, vendeu a ilusão de que não tiraria direitos do povo trabalhador (ALMEIDA, 2016-b).

Logo após as eleições, o governo Dilma assumiu o ajuste de peito aberto, consciente do desgaste diante do povo, mas confiando que o grande capital retribuiria com a garantia de sua governabilidade. Enfim, perdendo toda base popular, perdeu toda legitimidade e ficou nas mãos do grande capital, de um Congresso corrupto, da burocracia do aparelho jurídico coercitivo e da grande mídia empresarial, que agiam de modo seletivo para desgastar e incriminar o governo e suas lideranças.

A grande burguesia, num primeiro momento, tentou construir sua saída de ajuste principalmente por dentro do governo federal petista e do Congresso Nacional. Depois, avança para o golpe. Assim, a direita capitalizou a situação se baseando em fatos reais: uma crise econômica realmente existente; uma vasta corrupção envolvendo lideranças do governo; o estelionato de Dilma, rompendo suas promessas; e o ajuste fiscal, fazendo crescer exponencialmente a insatisfação popular.

As Jornadas de Junho de 2013 mostraram e reforçaram a insatisfação popular com a situação econômico-social, o desgaste do governo e os sinais de sua crise em desenvolvimento. Elas indicaram os limites do neodesenvolvimentismo, o esgotamento do modelo.

Com a desmoralização do governo Dilma, do PT e das suas bases organizadas de sustentação social (como a CUT, CTB e UNE), a burguesia viu no golpe através do *impeachment* (mesmo sem uma comprovada base legal de crime de reponsabilidade) uma oportunidade de avançar. Ficou à vontade para derubar o governo, não apenas como uma mudança de grupo governante, mas com o objetivo de classe de aprofundar duramente os ataques aos direitos dos trabalhadores e as riquezas nacionais legalmente marcadas na Constituição de 1988. Isso mostra que o estado burguês, a depender da correlação de forças na sociedade e dentro do seu aparelho, pode favorecer, de modo variado, as várias frações do grande

capital, reforçando agora, mais do que antes, a fração do capital financeiro (POULANTZAS, 1977).

Com o governo Temer, aumentou a prioridade ao capital financeiro e mais instrumentos do neoliberalismo foram aplicados para pagar a dívida pública e ampliar a rentabilidade do capital, através de uma política de saque às riquezas nacionais e aos direitos dos trabalhadores, numa voracidade jamais vista em nosso país.

Se Dilma caiu porque perdeu legitimidade, o governo Temer já nasceu sem nenhuma legitimidade e usa isso, de modo autoritário, para impor a ferro e fogo todo ataque possível aos trabalhadores, aprofundando o ajuste, cortando investimentos sociais e de incentivo à produção e na infraestrutura, privatizando e quebrando direitos. O resultado é um desemprego oficial recorde de 13,7% (IBGE), com 14,2 milhões de desempregados. Pelo método do Dieese, mais rigoroso, já está em 17,1% na região metropolitana de São Paulo. O PIB recuou 3,6% em 2016 e já tinha recuado 3,8% em 2015. Para 2017, as previsões mais otimistas são de crescimento de 0,5%. Mas a resistência popular tem avançado. As manifestações de março de 2017 e a Greve Geral de 28 de abril demonstraram isso e o anseio de Fora Temer por Eleições Gerais para mudança do governo é cada vez mais amplo.

A Dívida Pública como questão central

A questão da Dívida Pública continua sendo um tema devastador em termos de dilapidação das riquezas nacionais e um dos objetivos principais dos ataques diretos do governo Temer aos trabalhadores, às políticas públicas em geral e especialmente à Previdência Social. A reforma da Previdência tem justamente o objetivo de aumentar o pagamento de juros ao capital especulativo.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida³, FHC assumiu em janeiro de 1995 uma dívida interna de R\$62 bilhões e saiu em dezembro de 2002 com R\$687 bilhões. No governo Lula da Silva, esta dívida foi para R\$2 trilhões e 241 bilhões. A dívida externa com FHC passou de US\$143 bilhões em janeiro

de 1995 para US\$211 bilhões em dezembro de 2002. Com Lula da Silva, foi para US\$357 bilhões. Ao final de 2015 (cinco anos de mandatos de Dilma), o estoque da dívida já estava em R\$ 3 trilhões e 930 bilhões.

Nos oito anos de FHC, o Brasil pagou R\$2,079 trilhões de juros, amortizações e rolagem da dívida. Lula da Silva pagou mais que o dobro: R\$4,763 trilhões. Portanto, o pagamento da dívida de US\$15,5 bilhões ao FMI foi um artifício de marketing. Com Dilma, ao final do seu primeiro mandato, o pagamento chegou a cerca de 4,5 trilhões, sendo 3,3 trilhões de volume da dívida interna e o restante da dívida externa bruta. Com Dilma, em 2014, o pagamento da dívida foi de R\$978 bilhões, correspondentes a 45,11% do orçamento. Em 2015, a dívida consumiu R\$962 bilhões, correspondentes a 42% do gasto federal.

Em 2016, o aumento oficial da dívida pública foi de 11,4%. A partir do governo Temer, ampliou-se o pagamento da dívida, tanto em 2016 quanto em 2017, com dados ainda não conclusivos. Mas a ampliação da DRU (Desvinculação de Receita da União) de 20% para 30% tem o objetivo principal de aumentar esse pagamento, desviando recursos de políticas sociais e da Previdência Social. É importante destacar que a PEC 87/2015, que ampliou a porcentagem da DRU e a prorrogou até 2023, foi aprovada pelo Congresso Nacional já durante o governo interino de Michel Temer e tem sido aplicada por ele, mas sua autoria e envio ao Congresso data ainda do mandato da presidenta Dilma Rousseff.

A contrarreforma da previdência e a precarização da aposentadoria

A precarização da aposentadoria vai ao encontro do arrocho no orçamento da educação federal que se avizinha com a promulgação da emenda 96/2016 (que tramitou no Senado como PEC 55), que limita os gastos públicos por 20 anos. Alegando economia de 630 bilhões em 10 anos (nos cálculos do relator da proposta, o deputado Arthur Maia - PPS/BA), o governo federal pretende desferir um ataque formidável ao direito de aposentadoria, ampliando compulsoriamente o mercado para os vendedores de ilusões dos planos de investimento de alto risco, chamados inde-

vidamente de “previdência complementar”. Como o principal objetivo é fazer caixa, e não justiça social, para o governo tanto faz que essa alegada economia se dê na aposentadoria rural, onde impera a informalidade e praticamente é impossível se aposentar por tempo de contribuição, qualquer que seja ele, ou no direito de se aposentar com integralidade e paridade de vencimentos, para quem entrou no serviço público antes de 2003 e contribuiu sobre o total de seu salário.

Toda a equipe do governo sabe que os gastos com aposentadoria em relação ao PIB chegaram a 8,16% porque o PIB caiu no biênio 2014-2016, em vez de crescer como era esperado. Também tem conhecimento de que quando o país se recuperar da recessão motivada não só pela crise internacional, mas igualmente por causa do receituário neoliberal de contração da economia via altos juros, o PIB volta a crescer e logo pode atingir seu patamar esperado de 3% ao ano, fazendo com que o gasto com a previdência em relação ao PIB volte aos níveis anteriores. Mas os números são manipulados por economistas pagos para justificar o confisco de direitos, com cifras astronômicas projetadas com a intenção de evitar contestações. Quando se fala de gastos com a previdência, é preciso considerar também as suas receitas, pois não há somente a via de saída, e é nesse ponto que a manipulação de dados fica explícita. Pela Constituição Federal, art. 195, a Previdência Social faz parte do tripé da Seguridade Social, composto também pela Saúde e a Assistência Social, com verbas constitucionais que abrangem, além das contribuições dos trabalhadores e patronal, também a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Além dessas fontes constitucionais de receitas previdenciárias, o governo deveria nessa contabilidade incluir também sua parte como empregador, de 20%

sobre o total dos vencimentos de quem ingressou no serviço público até 2013 (ano em que foi instituído o fundo de previdência complementar FUNPRESP), e de 20% dos salários até o teto do regime geral, para quem entrou de 2013 em diante. Porém, essa conta das receitas sempre precisa apontar os efeitos da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que desvia recursos provenientes de impostos vinculados constitucionalmente às áreas sociais, como previdência, saúde e educação, que aumentou de 20 para 30% e foi prorrogada até 2023, em PEC aprovada por larga maioria já nos estertores do governo Dilma (junho de 2016)⁴. Se a Seguridade Social não fosse superavitária e garantida pelas fontes de receita, tecnicamente não seria possível desvincular todo esse percentual de impostos, que acabam desviados para cobrir rombos no orçamento e, em especial, os compromissos com os juros da dívida pública.

Tendo o conceito de *seguridade social* entendido também como assistência social a pessoas que nunca puderam contribuir, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), devido aos idosos de baixa renda (renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo), acima de 65 anos e vinculado atualmente ao salário mínimo, e a aposentadoria dos trabalhadores rurais, que não têm como se aposentar por tempo de contribuição pelo alto grau de informalidade, essas despesas não poderiam entrar numa conta que pretende comprovar déficit da previdência social, pois assistência social não gera receita, não sendo, portanto, tecnicamente “previdência”. Mesmo o INSS urbano, que tem a maior despesa, vinha sendo superavitário até 2015, ano em que a crise econômica se tornou mais aguda e, com o aumento significativo do nível de desemprego, evidentemente caiu a arrecadação com as contribuições previdenciárias, como mostra o quadro abaixo, retirado do site da ANFIP⁵:

Figura 1 - Arrecadação de contribuições previdenciárias

(em milhões de R\$)	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas	527.080	595.737	650.996	686.091	707.117
Despesas	451.322	513.046	574.753	632.198	683.169
Saldo	75.758	82.691	76.243	53.893	23.948

Fonte: ANFIP (2017).

A insegurança que essa contrarreforma gera e a busca de formas de se proteger financeiramente de um futuro incerto vão consumir ainda mais energias produtivas da Universidade do que a burocracia em torno da centralidade do currículo *Lattes* na vida dos docentes. Em um país de economia instável como o nosso, viciado estruturalmente em altos juros, todos os investimentos no mercado financeiro, inclusive (e principalmente) os planos de previdência privada, são de alto risco, em especial para os pequenos investidores. Professores e pesquisadores, mesmo de um país de forte achatamento salarial, mercado imobiliário intensamente especulativo e crescente desvalorização da atividade docente, precisam ter um mínimo de segurança para que possam produzir com independência diante dos ditames do mercado. A estabilidade na carreira, um salário justo e aposentadoria digna são direitos pelos quais a categoria sempre se dispôs a lutar, com dirigentes sindicais disponibilizando seu tempo inclusive em prejuízo momentâneo do investimento na carreira.

As anunciadas reformas exigidas pelo capital financeiro vinham sendo implementadas desde os governos de conciliação de classes de Lula/Dilma, mas não na velocidade e amplitude que o capital esperava. Após o golpe institucional, a ampla base parlamentar que sustenta o governo de Michel Temer recebeu a incumbência de realizar com celeridade as reformas exigidas pelo capital. Seu objetivo declarado é dar segurança ao mercado financeiro, garantindo a transferência de recursos via juros da dívida, além de ampliar a venda de planos de “previdência privada” e desonerar as empresas no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

As anunciadas reformas exigidas pelo capital financeiro vinham sendo implementadas desde os governos de conciliação de classes de Lula/Dilma, mas não na velocidade e amplitude que o capital esperava. Após o golpe institucional que resultou no *impeachment* da presidenta, a ampla base parlamentar que sustenta o governo de Michel Temer recebeu a incumbência de realizar com celeridade as reformas exigidas pelo capital, sem mais concessões e compensações. Seu objetivo declarado é dar segurança ao mercado financeiro, garantindo a transferência de

recursos via juros da dívida, além de ampliar a venda de planos de “previdência privada” e desonerar as empresas no que diz respeito aos direitos trabalhistas, entre outros efeitos secundários do duro ajuste que vem sendo feito em alta velocidade.

Enquanto isso, palestrantes especialistas no tema “previdência social”, como a professora Sara Graneman⁶, da Faculdade de Serviço Social da UFRJ, percorrem generosamente o país para demonstrar a farsa do alegado déficit, enfatizando a necessidade de lutar contra as reformas. É evidente que a tensão e a insegurança geradas pelo anúncio intensificado de medidas que trazem instabilidade e ameaça iminente aos direitos podem deprimir a capacidade produtiva, além de carrear energias da categoria para a necessidade de defender conquistas de muitas décadas, numa luta de resistência e não por avanços. A cada dia, uma má notícia sobre perda de direitos: certamente essa ofensiva do capital gera um grau de ansiedade que tem reflexos na saúde física e mental dos trabalhadores, e mais ainda naqueles que já faziam planos para uma aposentadoria garantida por uma vida inteira de trabalho e contribuições. O resultado desses ataques em série aos direitos consolidados é a geração de uma grande insegurança jurídica e emocional, que se reflete em corrida para aposentadorias e até distúrbios de ansiedade e depressão, além de decisões precipitadas de adesão a planos de aposentadoria privada que nada podem garantir, a não ser que seus proprietários se tornaram investidores em mercado de alto risco de perdas inclusive do principal aplicado.

No momento, o relatório substitutivo da reforma da Previdência que está tramitando na Câmara dos Deputados como PEC 287 acena com o teto do INSS para todos os servidores públicos que entraram a partir de 2013 (da instituição do FUNPRESP). Esse limite torna pouco atraente a busca de qualificação para se chegar ao topo da carreira, professor titular (o que só é possível depois de longo percurso acadêmico, cerca de 20 anos de trabalho e muitas avaliações), já que nada disso poderá ser incorporado para a aposentadoria. Direcionar os esforços para a especulação de um plano de previdência privada passa a ser a prioridade de muitos, em detrimento da busca de ascensão na carreira, que não garante mais a segurança

para a velhice. Para os que entraram no serviço público federal entre 2003 e 2013, o relatório lhes reserva um cálculo sobre a média de todas as remunerações, embora estejam descontando para o PSS sobre o total da remuneração. Para aumentar essa média e poder ter uma aposentadoria com dignidade, poderemos ter docentes prolongando sua permanência na ativa em detrimento inclusive de sua saúde.

Para os que entraram antes da reforma de 2003, a aposentadoria com integralidade e paridade estaria restrita apenas a quem aguardar até completar 65 anos, se homem, e 62, se mulher, com a ressalva de 60 anos para os professores de ensino fundamental e médio. Portanto, não haveria transição alguma para quem entrou antes da emenda 41, de 13 de dezembro de 2003, anulando todas as transições anteriores, num flagrante de cassação de direitos e quebra de contratos que certamente motivaria exaustivas disputas judiciais. A insegurança que uma sucessão de notícias de retirada de direitos gera, alterando forçosamente expectativas, não é prejuízo psicológico desprezível, em especial para aqueles mais antigos que já estavam fazendo planos para finalmente poder desfrutar sua aposentadoria, depois de uma vida inteira de trabalho e contribuição sobre a integralidade dos vencimentos. Para esse caso, se o desgaste da profissão obrigar a uma aposentadoria antes da idade mínima de 65/62 (aumentada em 5 anos para os homens e em 7 para as mulheres), está reservado forte confisco de direito, que é a média salarial de toda a vida, inclusive da baixa remuneração do início de carreira.

A reforma trabalhista: a universidade não é uma redoma de direitos

Outra reforma que certamente vai mudar o cenário da universidade é a trabalhista, que começou a ser votada pelo projeto da terceirização ilimitada (sem estar restrita à atividade-fim), que também pode ser implantada no serviço público. A terceirização de alguns cargos da carreira dos servidores técnico-administrativos já é uma realidade. Nenhum docente dos cursos de licenciatura conseguirá ignorar que seus

alunos poderão ter que repensar a opção por uma carreira de exercício tão exaustivo, inclusive pelo volume de trabalho feito em casa, diante da perspectiva da terceirização da atividade-fim, já aprovada. A instituição do docente terceirizado pode fazer dos professores meros trabalhadores de aluguel, por tempo determinado, sem qualquer garantia de permanência em seus locais de trabalho. Antes mesmo de que essa medida fosse aprovada, há algum tempo houve uma tentativa do governo do Estado do Rio de Janeiro de terceirizar o ensino de línguas nas escolas estaduais, que na época foi rechaçada como algo impensável. Não era: agora é realidade com que temos de lidar na lei e que infelizmente deve afetar a procura pelas já tão desprestigiadas licenciaturas, que dialogam diretamente com o contexto do ensino fundamental e médio, se não conseguirmos barrar essa medida.

Logo que foi aprovada a terceirização ilimitada, uma medida preocupante foi publicada em seguida: a desregulamentação da carreira dos servidores técnico-administrativos das universidades e institutos federais, o chamado PCCTAE, que foi colocada em prática pela revogação de um decreto que descrevia os cargos de acordo com a lei que rege a carreira. Apesar de o MEC, em reunião com representantes sindicais, garantir que a regulamentação revogada seria rerepresentada em documento legal mais adequado, foi explícito o temor de que essa medida poderia ser um primeiro passo para começar a implantação da terceirização na educação federal pela carreira dos servidores técnico-administrativos. Como até agora



nova regulamentação não foi emitida em substituição à que foi revogada, permanece a perigosa lacuna regulatória, que coloca todos os cargos em risco. Mas isso pode não ser tudo: como não há mais limites legais para a terceirização, a carreira docente também pode ser atingida a qualquer momento.

Outra “inovação” da reforma trabalhista que mais vai atingir o anseio por um mínimo de segurança na vida laboral futura dos nossos estudantes – portanto, afeta toda a universidade – é o chamado contrato intermitente. Significa que os empregadores vão poder contratar por um só dia na semana, ou mesmo por apenas algumas horas, um determinado trabalho, deixando o trabalhador sem ter nenhuma garantia de continuidade da prestação do seu serviço em uma empresa, para a qual basta avisar com cinco dias de antecedência sobre a necessidade de determinado trabalho. Os trabalhadores nessa condição ficariam em *stand-by* não remunerado, como se fossem pessoas jurídicas prestadoras de serviço, sem o ser. Serão trabalhadores sem qualquer garantia de uma remuneração ao final do mês, mesmo se forem muito especializados. Já não basta a falta de limite da jornada de trabalho, que pode ir além das oito horas diárias; não é suficiente a possibilidade de redução da hora de almoço para apenas 30 minutos e a divisão das férias, tão necessárias para a saúde mental do trabalhador, em até três partes: agora poderemos ter trabalhadores sem sequer uma jornada de trabalho estabelecida, tendo que contar com a demanda de trabalho que pode não vir. Certamente esse trabalhador não tem qualquer segurança para assumir um financiamento ou mesmo um plano de previdência privada, desses que os bancos se esforçam tanto para nos convencer de alegadas vantagens. É para esse tipo de trabalho que estamos preparando trabalhadores, e dessa precariedade só os aeronautas ficaram excluídos. Com a reforma do Ensino Médio, o contrato de trabalho intermitente também poderia ser oferecido aos docentes do Ensino Básico, que ficariam na dependência do percentual de opção de estudantes por sua disciplina, que pode modificar de um ano para outro, de uma turma para outra. Numa carreira que já admite trabalho por hora, nem mesmo isso seria garantido. Em vez de expectativa de direitos, teríamos “expectativa de trabalho”.

A contrarreforma do Ensino Médio: adaptando o ensino à precarização do trabalho

A Universidade ainda não começou a receber estudantes formatados pelo “Novo Ensino Médio” do governo Temer; tampouco os cursos de licenciaturas começaram a formar professores considerando a nova realidade com a qual vão se deparar em sua prática docente. Algumas disciplinas se transformaram em meros “conteúdos curriculares” a serem inseridos em pontos da Base Nacional Comum Curricular, implantados em outras disciplinas regulares. Nada será como antes: os jovens chegarão à Universidade cada vez mais previamente segmentados pela área do conhecimento escolhida, sem a visão humanista e dos conceitos básicos da ciência que o Ensino Médio se propunha a construir ao longo dos três anos de formação geral. Tendo que optar por um dos cinco itinerários formativos a partir do segundo ano do “novo Ensino Médio” – linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e formação técnica e profissional –, o estudante chegará sem alguns dos instrumentais fundamentais para que possa ter certeza de sua opção de especialização, por lhe ter sido negado o amplo conhecimento das várias áreas de saber.

É consenso que o atual Ensino Médio, que será substituído pelo novo modelo a ser implantado a partir de 2018, apresenta diversas inadequações curriculares, geradas por fatores como desatualização e deficiências dos planos de ensino de cada sistema estadual, municipal e particular (mesmo os que foram recentemente renovados), formação inadequada e carência de atualização de professores e gestores dos sistemas municipais. Mas o principal problema é a falta de professores em diversas disciplinas, dada a desvalorização da carreira e sua pouca atratividade para os melhores alunos que buscam a formação em nível superior. As estatísticas de índices diagnósticos da educação básica, como o IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica), que reúne dados como fluxo nas redes de ensino e desempenho no SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), apoiaram a pálida justificativa para que a reforma do Ensino Médio tenha sido imposta por medida provisória (MPV

746/2016), sem que tenha havido debate prévio de seu conteúdo entre os educadores e especialistas. A resposta a essa imposição foi um forte movimento de ocupação de escolas pelos estudantes a partir da edição da medida provisória, que resultou numa das maiores greves da educação nos diversos níveis e sistemas de ensino, ampliando-se na resistência também ao congelamento dos gastos públicos imposto pela Emenda Complementar 95/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016 e no Senado como PEC 55/2016), apresentada com o nome de Novo Regime Fiscal.

No entanto, o mais grave será a exclusão dos sonhos daqueles que não puderem chegar à Universidade por terem sido precocemente direcionados ao Ensino Técnico, o “itinerário formativo” mais barato para as redes estaduais. Esse é o ponto em que a reforma do Ensino Médio mais escancara seu objetivo, já que serve aos mesmos interesses que geraram a reforma trabalhista. Os sistemas estaduais de Ensino Médio dificilmente terão condições de oferecer todos os cinco itinerários formativos apresentados, nem são obrigados a isso: a lei promulgada sob o número 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, faculta aos sistemas de ensino a oferta de mais de uma opção de itinerário formativo⁷.

Portanto, diferentemente do que tem sido divulgado pelo MEC, a escolha do estudante estará limitada às possibilidades do sistema de ensino e à capacidade de cada escola de ofertar os itinerários formativos, podendo o estudante ter que buscar vaga longe de sua residência ou mesmo não encontrar a opção desejada. É notória a maior facilidade para os sistemas públicos, pressionados pelo congelamento de verbas do “novo regime fiscal” do governo federal e nos estados pela lei complementar 256/2016 (que tramitou no senado como PLC 54 e na Câmara como PLP 257), ofertarem mais amplamente, ou até mesmo exclusivamente, o quinto itinerário formativo – formação técnica e profissional: não é preciso contratar por concurso professores licenciados, bastando que o próprio sistema reconheça como “notório saber” qualquer profissional de nível técnico; ampla terceirização pode facilitar bastante o aluguel provisório desses profissionais precarizados de alguma empresa que se especialize nesse novo tipo de negócio; a refor-

ma trabalhista permite o contrato de trabalho intermitente, portanto, o profissional de notório saber técnico pode ser acionado somente quando forem feitas opções consideradas suficientes para que seja aberta a oferta de um determinado curso profissionalizante; o sistema de ensino pode simplesmente certificar os estudos técnicos feitos em outros lugares, como no Sistema S (SESI, SENAI, SENAC), em algum convênio celebrado por parceria público-privada, como permite a famigerada lei do novo Ensino Médio.

Essa última possibilidade para o ensino técnico atinge a excelência dos objetivos dessa reforma: a escola pública não precisa sequer oferecer as aulas, bastando certificar estudos técnicos feitos fora do sistema oficial. Com isso, cursos técnicos aligeirados, preparados segundo interesses mais imediatos do mercado para precarizar a formação dos filhos dos trabalhadores, podem passar a prestar o serviço de educação básica, que é dever do Estado, recebendo dos sistemas de ensino por aluno certificado. Para quem conhece a excelência do ensino tecnológico integrado ao Ensino Básico ofertado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além dos cursos tecnológicos de nível superior, essa facilitação

Portanto, diferentemente do que tem sido divulgado pelo MEC, a escolha do estudante estará limitada às possibilidades do sistema de ensino e à capacidade de cada escola de ofertar os itinerários formativos, podendo o estudante ter que buscar vaga longe de sua residência ou mesmo não encontrar a opção desejada.

dade de certificação criada para os sistemas estaduais pode simplesmente levar ao desinteresse do governo federal em manter os Institutos Federais, com custos muito mais altos de manutenção – e com qualidade de formação bastante superior.

Outra medida que também deixa a nu os objetivos da reforma é a possibilidade de certificação por módulos, já permitindo ao estudante ingressar no mercado de trabalho mesmo sem ter terminado o “novo Ensino Médio”. Naturalmente, o salário desse jovem com tamanha limitação em sua formação será bastante inferior ao daquele que teve a oportunidade de terminar seus estudos, seja cursando o nível su-

perior, seja optando pelo Ensino Médio integrado ao técnico ofertado pelos institutos federais – enquanto eles existirem – e que é feito em quatro anos. Fica claro a quem interessa formar mão de obra barata e de baixa qualificação, destinada aos filhos da classe trabalhadora, que será diretamente afetada pela ampla terceirização, desoneração das empresas dos encargos trabalhistas e diversos incentivos fiscais para que contratem mão de obra juvenil, sem qualquer garantia de que esse jovem possa prosseguir nos estudos.

Dessa forma, torna-se evidente a articulação entre a reforma do Ensino Médio, a reforma trabalhista e o “novo regime fiscal” que limita, no nível do irrealizável sem que haja ampla privatização, os gastos com a educação pública.

Considerações finais

Vivemos um período de forte hegemonia burguesa onde não há sinais de “crise de hegemonia”. Mas a Resistência Popular e a oposição de esquerda estiveram presentes no governo Lula/Dilma e continuam vivas. E somente desse processo de lutas e reorganização dos movimentos poderá surgir uma força social com capacidade dirigente para construir uma efetiva alternativa de poder popular no Brasil. A intensa mobilização da classe trabalhadora, que culminou na greve geral vitoriosa do dia 28 de abril, pode virar o jogo e abrir a possibilidade de derrotar as reformas. Para avançar a consciência da classe, a mobilização deve continuar e se intensificar, construindo a unidade de todos contra os ataques do governo Temer e do grande capital.

A classe dominante poderá contornar a crise atual, mas dentro de um modelo de reprodução permanente de crises. Lula e o PT deixaram de ser uma alternativa de projeto nacional no Brasil, mas isso não significa seu desaparecimento eleitoral como sócio da ordem burguesa.

A derrota efetiva das políticas neoliberais e seus ataques, assim como o enfrentamento da Dívida Pública, com a realização de uma auditoria e a suspensão do seu pagamento, só será possível de se concretizar dentro de um projeto efetivamente democrático-radical e popular, dirigido pelos trabalhadores, com

um caráter anti-imperialista, antimonopolista, ecosocialista e contra todas as opressões, com o rompimento da dependência e em transição ao socialismo.

Qualquer que seja o resultado da votação das reformas, segue candente a necessidade de reafirmação da capacidade de resistência da Universidade como um espaço de livre pensamento e independência diante dos ditames do mercado. A Universidade, que não tem como se colocar numa redoma porque é atingida com muita força não só em sua base material, no que diz respeito ao financiamento, mas principalmente em seu corpo docente, técnico e de estudantes, seguramente deve seguir na luta para continuar existindo com independência e cumprindo sua função social. **US**

notas

1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879725-governo-e-muito-liberal-e-nao-da-atencao-a-industria-diz-empresario.shtml>>.
2. Esta seção utiliza livremente trechos de Almeida (2017).
3. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>.
4. Sobre receitas e despesas da Previdência Social e os efeitos da DRU, veja no site da ANFIP (Associação Nacional dos Fiscais da Previdência) as contas abertas, sem receitas omitidas. Disponível em: <<http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/06/a-dru-e-o-falso-deficit-da-previdencia-social/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.
5. Disponível em: <<http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/06/a-dru-e-o-falso-deficit-da-previdencia-social/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

6. Veja entrevista da Prof. Sara Graneman, durante o 36º Congresso do ANDES, em Cuiabá/MT, de 23 a 26 de fevereiro, sobre o tema: Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8648>>. Acesso em: 26 abr.2017.

notas

7. Artigo 26 da lei 13.415 (novo Ensino Médio): “o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme **a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino**” [grifos nossos].

ALMEIDA, Jorge. Contribuição para entender a crise atual no Brasil. In: **Crítica Marxista**, vol. 42, São Paulo, 2016.

ALMEIDA, Jorge. Hegemonia e Bloco Histórico no Brasil pós Lula da Silva. In: Raphael Cloux, e Edemir Ferreira, (orgs.), **Hegemonia e Resistências no Brasil**. Salvador, Editora Kawo-Kabiyesele, 2012.

ALMEIDA, Jorge. Evolução do comportamento político durante a atual crise no Brasil. **Anais do 7º Compolítica**. UFRGS, Porto Alegre, 10 a 12/05/2017. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/compolitica2017/Anais/gt-4.-cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica>>.

ALMEIDA, Jorge. Uma nova fase do imperialismo? **Anais do VIII Colóquio Marx e Engels**. UNICAMP, Campinas 14 a 17/07/2015. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/index.php?texto=gt4&menu=onacesso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir (org.), **Pós-neoliberalismo**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (Brasília, DF). **A DRU e o falso déficit da Previdência Social**. 2017. Disponível em: <<http://fundacaoanfip.org.br/site/2016/06/a-dru-e-o-falso-deficit-da-previdencia-social/>>.

Acesso em: 27 abr. 2017.

CHESNAIS, François. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo.

In: Jorge Nóvoa (org.), **Incontornável Marx**, Salvador/São Paulo, EDUFBA/Editora UNESP, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola Editorial, 2008.

MARINI, Ruy. Dialética da dependência. In: João P. Stedile e Roberta Traspadini (orgs.),

Ruy Mauro Marini, vida e obra. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado.

In: Nicos Poulantzas (org.), **O Estado em crise**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

referências

Financeirização, contrarreformas e lutas

Luiz Fernando de Souza Santos

Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: fernluiz@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa os movimentos sociais brasileiros e suas grandes manifestações, iniciadas com as jornadas de junho de 2013, procurando-as situar no contexto do capital financeirizado, das transformações impostas ao mundo trabalho, da desregulamentação do mesmo, do desmonte sistemático de direitos sociais. Procura refletir sobre a subjetividade produzida no referido contexto segundo os interesses do capital e marcada pela ausência de solidariedade de classe, intergeracional e ecológica. A hipótese diretriz assinala que as lutas de resistências às contrarreformas das políticas neoliberais são também uma negação desta subjetividade em favor de outra, fundada nos interesses coletivos, anticapitalista e solidária.

Palavras-chave: Financeirização. Contrarreformas. Neoliberalismo. Manifestações.

Todo mundo é parecido quando sente dor!

O sol amanheceu belo, intenso, naquele 29 de novembro de 2016, em Brasília. Da janela do hotel pude apreciar seus primeiros raios chegando, lambendo vorazmente a parede dos prédios da Esplanada dos Ministérios e da Catedral. Acariciava docemente o gramado do entorno. O palco estava pronto.

Horas depois, caminhei em direção à sede do Ministério da Educação. Ao longo da caminhada era possível encontrar tribos multicores: jovens do MST, estudantes com bandeiras de várias correntes políticas, LGBTs, movimentos de mulheres, de negros, indígenas, jovens e velhos professores, jovens com camisetas e máscaras pretas. Ao chegar ao destino, me deparei com uma verdadeira festa pela defesa de direitos fundamentais que estavam sendo postos sob



a ameaça da flexibilização e/ou da suspensão, que as contrarreformas do Governo Temer acelerara.

Tambores e atabaques davam o tom para palavras de ordem que cortavam com bela rebeldia o ar. O governo, a burocracia, a corrupção, o desmonte das instituições e serviços públicos eram denunciados. Os corpos dançavam desafiadoramente, as mãos se erguiam querendo construir um outro mundo. Grupos que há muito não marchavam lado a lado apresentavam os observadores com uma babel de siglas partidárias, do movimento estudantil, de categorias profissionais e seus sindicatos, de trabalhadores sem terra e sem teto.

E seguiu assim até mesmo quando aquela multidão de trinta mil pessoas caminhou em direção ao Congresso Nacional. Lá, jovens tomaram o espelho d'água para si. Se banharam, dançaram, beijaram, ergueram bandeiras a poucos metros de policiais raiosos e fortemente armados, que observavam tudo ameaçadoramente. Os olhos dos policiais crisparam de fúria quando a multidão gritou: *Não acabou! Tem que acabar! Eu quero o fim da polícia militar!*

De repente, gritos. Várias mãos apontavam em direção a uma parte elevada do terreno no entorno do Congresso. De lá, uma sequência absurda de disparos de bomba de gás lacrimogêno foi iniciada. As bombas cruzaram o ar deixando um rastilho de fumaça atrás de si e caíram, qual chuva sinistra, no meio da massa militante. Começou uma corrida em direções distintas. Do elevado onde forças policiais estavam posicionadas desceu um batalhão de cavalaria que se lançou contra as pessoas que buscavam se proteger das bombas de gás.

Uma verdadeira batalha campal, na qual um dos lados tinha força desproporcional, foi instalada. Um jovem caído gritava por socorro. Inalava gás. A sensação é terrível. O peito arde, a pele parece queimar, bem como os olhos. Coloquei uma máscara e fui ajudá-lo (eu fazia parte de algumas dezenas de profes-

sores que carregavam material de primeiros socorros para aquela situação). O jovem gritava desesperadamente, sua mão bateu nos meus óculos, que voaram longe. Uma chuva de bombas de gás se precipitou em nossa de direção e na de outros jovens que tentavam ajudar. Uma marcha sombria de policiais mascarados caminhava no meio da fumaça branca, batendo cassetetes nos escudos. Vi um jovem cabeludo deitado no asfalto querendo impedir o avanço da força policial. Adiante, um carro da polícia do Congresso fora virado e queimava em meio a uma grande labareda.

No gramado em frente ao Congresso, os *black blocs* enfretavam a fúria policial. Quando bombas de gás eram lançadas, uma coluna de membros deste grupo se posicionava com escudos improvisados e aparavam os artefatos; uma outra coluna, que vinha logo atrás, corria então à frente da primeira, apanhava as bombas e lançava de volta em direção aos PMs. Eu sabia que os policiais fizeram os primeiros disparos daquela tarde. Por isso, mesmo não concordando com a tática dos *black blocs*, sorri, reconhecendo certa beleza estética e política naquela disposição em não se curvar à força de polícia do Estado.

O jovem gritava desesperadamente, sua mão bateu nos meus óculos, que voaram longe. Uma chuva de bombas de gás se precipitou em nossa de direção e na de outros jovens que tentavam ajudar. Uma marcha sombria de policiais mascarados caminhava no meio da fumaça branca, batendo cassetetes nos escudos.

Entre os prédios dos ministérios, a multidão corria, tentando se proteger. Senhoras e senhores de cabelos grisalhos, com rostos sulcados pela lida no campo, eram apeados como se terroristas fossem. Vi uma mãe reencontrar a filha pequena que se soltara de sua mão no tumulto. Abraçou fortemente a criança, lágrimas desciam pelo seu rosto e um grito de dor saía entre os seus lábios.

Um grupo tentava socorrer um rapaz que não conseguia respirar. Fora mais um entre as centenas de pessoas que inalaram o gás das bombas da PM. Me reuni ao grupo. O rapaz vestia uma camiseta com símbolo anarquista. Então me dei conta da novidade ali. Um jovem anarquista, estudantes da UNE e da

ANEL, um professor do ANDES, alguns jovens com camisetas amarelas do movimento Juntos! e uns dois do MST estavam lado a lado! O governo ilegítimo de Temer, que chegou ao poder numa associação com as forças mais reacionárias do país, enfrentava a primeira grande manifestação contra seu mandato e o sentido destrutivo do mesmo com uma força militar desproporcional e irracional em sua desproporção.

A destrutibilidade da contrarreforma acelerada por Temer e o uso da violência do aparato repressivo estatal reuniu naquele dia forças sociais de esquerda distanciadas e fragmentadas por anos de lulismo. Estas, naquele instante, sem abdicar de profundas diferenças que as marcam, eram ali ser-em-si, para-si, ao lado-do-outro e querendo ir além do que estava posto. O verso de uma canção do rock nacional parece sintetizar bem: *Todo mundo é parecido quando sente dor!* Ali, na Esplanada dos Ministérios, por entre fumaça de bomba de gás, spray de pimenta e balas de borracha, realizamos um encontro tal qual o descrito por Alain Badiou sobre uma manhã numa fábrica francesa, em maio de 68: “Nós compreendemos naquele momento, sem ainda compreender totalmente, [...] que se uma política de emancipação nova era possível, ela seria uma reviravolta nas classificações sociais, não consistiria em organizar cada um em seu lugar, mas, ao contrário, organizaria deslocamentos, materiais e mentais, fulminantes” (BADIOUS, 2012, p. 38).

À imaginação sociológica, diante de uma batalha como esta, resta o desafio de não se contentar com a exposição das manifestações fenomênicas, que pode, assim, quedar nos limites do evento espectacular. Está posto o desafio de Goldmann em se perguntar sobre o *deus escondido* que subjaz a tais manifestações. Isso exige, conforme Ruy Braga (2015), uma sociologia à altura desses dias de luta, uma sociologia combatente e aberta ao público para além do universo acadêmico, capaz de se situar entre o saber científico especializado e o saber estratégico das forças sociais situados no espectro da esquerda, da democracia e do socialismo. A seguir, farei um exercício de sociologia de combate, sociologia pública, a fim de compreender o deus escondido dessa era de destrutibilidade e de resistências. Todavia, por economia de espaço, a unidade de fundamentação empírica da

análise relativa às lutas e manifestações se situará naquelas marcadamente anticapitalistas. As manifestações organizadas por forças conservadoras e reacionárias não serão aqui referidas, embora compreenda que também é necessário que a reflexão sociológica se detenha sobre o sentido das mesmas.

A financeirização e precarização da existência

Tomo como ponto de partida a compreensão de François Chesnais de que vivemos numa era de mundialização econômica na qual a financeirização é a ponta de lança. Assinala o autor: “é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que, aparentemente, os interesses privados recuperaram mais completamente a iniciativa em relação ao Estado” (CHESNAIS, 1998, p. 11).

É neste ambiente financeirizado que o mundo mergulhou na mais aguda crise do capital após 1929. A crise que explode em 2008, no entanto, aponta David Harvey (2011), deve ser vista como o auge de um padrão de crises recorrentes desde a década de 1970, início de 1980, a crise dos chamados Tigres Asiáticos de 1997 a 1998, a crise da Argentina em 2001 e, no mesmo ano, a falência de empresas símbolos do neoliberalismo e da financeirização nos EUA, a saber, a WorldCom e a Enron.

Mas não podemos apreender os desdobramentos desta crise para a luta dos movimentos sociais anticapitalistas se não compreendermos as metamorfoses do mundo do trabalho nas últimas décadas. Ricardo Antunes (2002) assinala uma transformação sem precedentes, que desproletariza o trabalho industrial fabril dos países centrais no capitalismo, que repercute também na periferia. Observa-se a ascensão do trabalho assalariado no setor de serviços, a intensificação da exploração da mão de obra feminina, o aumento do trabalho parcial, temporário, precário, terceirizado, a exclusão dos mais jovens e idosos. À desproletarização corresponde uma subproletarização da força de trabalho em escala mundial ou, para situar numa linguagem que considero mais apropriada, a emergência do *preariado*, compreendido como

“grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho” (BRAGA, 2015, p. 23-24) e, ainda, como “proletariado precarizado, [...] formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa” (BRAGA, 2012, p. 18).

No caso brasileiro, a financeirização da economia e a precarização do mundo trabalho sofreu lutas políticas e sociais que retardaram o avanço das políticas de corte neoliberal. O sindicalismo que emergiu das greves históricas no ABC paulista se desdobrou, na década de 1980, no movimento Diretas Já!, na luta por reforma agrária, demarcação de terra indígena, no fim da ditadura militar, numa Assembleia Nacional Constituinte e nas primeiras eleições presidenciais após o fim do regime militar e que marcou claramente a disputa entre dois projetos políticos distintos e antagônicos: um à direita e o outro à esquerda (ANTUNES, 2015).

Todavia, a década de 1990 foi marcada por uma inflexão em grande parte das organizações à esquerda, que passaram a apostar fundamentalmente nos processos eleitorais e numa relação mais

É neste ambiente financeirizado que o mundo mergulhou na mais aguda crise do capital após 1929. A crise que explode em 2008, no entanto, aponta David Harvey (2011), deve ser vista como o auge de um padrão de crises recorrentes desde a década de 1970, início de 1980, a crise dos chamados Tigres Asiáticos de 1997 a 1998, a crise da Argentina em 2001 e, no mesmo ano, a falência de empresas símbolos do neoliberalismo e da financeirização nos EUA, a saber, a WorldCom e a Enron.

complacente com o capital. No caso do sistema previdenciário, por exemplo, compreendido como modelo de repartição, historicamente defendido pelos trabalhadores por ser expressão de solidariedade intergeracional e por obrigar a participação de patrões e do Estado, no caso dos funcionários públicos, na contribuição com este sistema, grandes centrais sindicais, como a CUT e a Força Sindical, passaram a vê-lo, contraditoriamente, ao lado da aceitação dos fundos de pensão privado.

A relação com os fundos de pensão está marcada, desde então, por uma lógica de atuação sindical que acredita que é possível domesticar o capital, torná-lo mais humano, moralmente comprometido com o trabalhador (JARDIM, 2008; MANZANO, 2015). Entretanto, os fundos de pensão representam uma ruptura com a lógica da solidariedade intergeracional e da repartição entre patrões e Estado da contribuição que garanta a aposentadoria dos trabalhadores. Funcionam, também, como porta de entrada ao mercado financeiro para sindicatos estratégicos na organização dos trabalhadores, que acreditam que podem equilibrar a balança das negociações na Bolsa de Valores a seu favor.

Ao investirem em ações de grandes empresas, os fundos de pensão produzem para seus clientes o efeito ideológico de que estes são decisivos na humanização do mercado. Perdem, nesse ambiente, além da ideia de solidariedade intergeracional, a perspectiva de pertencimento a uma classe antagonica ao capital e a sensibilidade para garantir o equilíbrio ecológico da Terra. A tragédia ambiental representada pelo rompimento de uma barragem da empresa Samarco

Ao investirem em ações de grandes empresas, os fundos de pensão produzem para seus clientes o efeito ideológico de que estes são decisivos na humanização do mercado. Perdem, nesse ambiente, além da ideia de solidariedade intergeracional, a perspectiva de pertencimento a uma classe antagonica ao capital e a sensibilidade para garantir o equilíbrio ecológico da Terra.

em Mariana, Minas Gerais, que matou o Rio Doce, atingindo centenas de espécies da flora e da fauna e devastando a reprodução das condições objetivas da existência de trabalhadores de vilas e cidades numa extensão de 500 km, é emblemática dessa lógica da financeirização das diversas dimensões da existência. A empresa Samarco tem como principais acionistas a Companhia Vale, que detém 50% de participação, e a empresa anglo-americana BHP Billinton, que detém os outros 50%. Os fundos de pensão têm uma significativa participação, por sua vez, em ações da Vale. Sob o argumento de imposição de uma moralidade outra, humanizadora, do mercado financeiro, os tra-

balhadores financiam a morte de biomas fundamentais para a vida no Planeta.

O neoliberalismo, então, através de disputas nos processos eleitorais e da financeirização, fagocitou grande parte das forças sociais que se opunham ao seu avanço. Nesse processo, criou uma subjetividade financeirizada. Nunca é demais lembrar que Karl Marx já assinalara em *O Capital, Livro I, Capítulo 8: A jornada de trabalho* que a subjetivação produzida pelo capital em relação aos trabalhadores é degradante. Discorrendo sobre a instrução de crianças que trabalhavam nas indústrias do século XIX, apontou o estranhamento a que estas estavam submetidas em relação ao mundo que as circundava com suas instituições políticas, religiosas, operações matemáticas. Na era da financeirização, a produção de uma subjetividade estranhada se assenta nos discursos em torno da globalização, que compõem uma apologética da submissão dos trabalhadores às imposições do capital, inclusive na aceitação das políticas governamentais reacionárias e destrutivas para as relações sociais e a própria reprodução da existência (CHESNAIS, 1998).

O precariado vai à luta

O período do lulismo e de seu neodesenvolvimentismo reciclado, inaugurado com a chegada do PT ao poder, ocorre num contexto de profunda desertificação neoliberal avançada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O PT já não é um partido que efetivamente represente, àquela altura, a classe trabalhadora. É um partido que se compromete com uma política de conciliação de classes, moderado e afeito às exigências da era da financeirização (ANTUNES, 2015). Seu modelo de desenvolvimento se apoiou na articulação entre a ampliação com gastos sociais e a lógica rentista de independência do Banco Central, política econômica com altas taxas de juros e flutuação do câmbio (BRAGA, 2015). A alta dos preços das *commodities* brasileiras no mercado internacional proporcionou, além dos gastos com políticas sociais, uma política de formalização do mercado de trabalho. Garante, então, o governo federal apoio popular com a presença de lideranças sindicais na ma-

lha administrativa do Estado e na participação nos fundos de pensão, bem como com políticas como o Programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e o crédito direto, direcionadas para as camadas mais empobrecidas e precarizadas da sociedade brasileira. No auge da crise mundial detonada em 2008, o Brasil parecia deter uma capacidade de resiliência que dava suporte para as teses que apontavam uma mudança qualitativa na economia brasileira.

Todavia, a narrativa construída em torno desta fase neodesenvolvimentista ruiu. Os apoletas deste período deixaram de considerar a dupla articulação estrutural brasileira entre dependência externa e segregação social, que dá as bases de sustentação para a acumulação capitalista em sua face mais destrutiva (SAMPAIO JÚNIOR, 2012). Não se considerou que, ao lado do processo de formalização do trabalho, houve um aumento dos acidentes de trabalho, da rotatividade da permanência no mesmo, a terceirização, a flexibilização e, ainda, o déficit no atendimento das demandas por mobilidade urbana, saúde, educação, na garantia da proteção ecológica, na reforma agrária e demarcação de terras indígenas e quilombolas. Além disso, vale ressaltar que os empregos formais criados no período em questão foram preenchidos em 94% com até 1,5 salário mínimo. Desse total, 60% são de jovens entre 18 e 24 anos, que compõem, assim, grande parte da massa do precariado (BRAGA, 2015, p. 118-119).

Entre 2011 e 2012, um ascenso de greves na construção civil, particularmente em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, rodoviários, bancários, professores, policiais, operários do setor petroquímico, já anunciava o período de manifestações que tomariam as ruas. Em junho de 2013, as ruas de diversas cidades brasileiras foram transformadas em palco de grandes manifestações. Iniciadas em São Paulo, com a luta do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público, seguida de dura repressão policial, essas manifestações foram o desaguadouro de uma insatisfação social que tomou as ruas de aproximadamente 400 cidades e 22 capitais (*Ibidem*, p. 137). A luta contra o aumento da tarifa de ônibus abriu as portas que expuseram as contradições do modelo de desenvolvimento econômico que deixou intocável a dupla articulação estrutural

da formação econômica brasileira entre dependência externa e segregação social. A juventude, atingida em cheio pela precarização do trabalho, liderou os dias que abalaram as velhas estruturas da nação.

Nessa conjuntura, as forças à direita, que estavam na base de sustentação do governo do PT, aliadas ao grande capital, sentiram-se ameaçadas com as massas nas ruas e articularam uma manobra parlamentar que culminou com o *impeachment* de Dilma Rouseff e a ascensão ilegítima de Michel Temer ao poder. Ante um governo que oscila entre uma pragmática financeira e a busca por articular minimamente investimentos em políticas sociais, que não colocam em cheque as velhas estruturas de dominação, as forças conservadoras e reacionárias optam pelo golpe parlamentar e por uma via que visa desconstruir os direitos sociais conquistados. Assim, na condição de governo sem a legitimidade do voto popular, o governo



Temer tem acelerado o processo de contrarreforma que aprofunda ainda mais o processo de precarização do mundo do trabalho. Desse modo, a aprovação da chamada PEC dos Gastos, que congela o orçamento público por vinte anos, a reforma do ensino médio, o Programa Escola Sem Partido, a reforma trabalhista e a reforma da Previdência são a ponta de lança da lógica de desmonte do mundo do trabalho e de direitos sociais.

Como apontou Daniel Bensaïd (2008), tal lógica de destrutibilidade se inscreve no movimento do capital financeiro mundializado, que estreita o horizonte de esperanças e retrai a temporalidade histórica para torná-la prisioneira de um eterno presente que existe segundo seus preceitos. Todavia, as lutas anticapitalistas que explodem ao redor do globo, no Oriente Médio, na Europa, nos EUA e na América Latina, particularmente no Brasil, lutas mundializadas, deixam exposto que o movimento de desconstrução de direitos sociais é a estratégia possível para o enfrentamento da crise estrutural do capital pelos capitalistas.

As manifestações têm cada vez mais se intensificado. Um grande esforço de pesquisa é necessário para caracterizarmos o sentido de tais manifestações, que esclareça quem efetivamente delas participa, que estratos sociais representam, que rupturas e continuidades propõem ante a crise estrutural do capital e o lugar que nela ocupam as velhas estruturas de dominação política econômica e cultural brasileiras.

À guisa de conclusão: o fim do mito com pés de barro

O rei Nabucodonosor estava profundamente agitado com um sonho que tivera. Sonhara com uma estátua colossal e assustadora. Sua cabeça era de ouro, seu peito e braços eram de prata, o ventre e coxas eram de bronze e os pés eram em parte de ferro e em parte de barro. Uma pedra inesperada atinge os pés da estátua reduzindo-os a pó e lançando-a por terra, estilhaçando o ouro, a prata e o bronze que a formavam. Daniel, o profeta, é convidado para interpretar tal sonho. Trata-se, segundo ele, do desenrolar da história do reinado de Nabucodonosor e de reinos

vindouros, dos quais o mais forte será como o ferro, mas, por ser também composto por barro, terá uma fragilidade determinante.

Um Daniel contemporâneo, que fosse desafiado a interpretar o sonho de Nabucodonosor, poderia compreender que o mesmo é uma metáfora do Brasil atual, que acreditou na onda neodesenvolvimentista, na humanização do capital financeiro, na duração dos lucros auferidos com a festa dos preços das *commodities* e a articulação de tudo isso com o avanço de políticas sociais e de formalização do trabalho. Mas a dupla articulação estrutural assinala que esta é uma etapa que traz à tona um arranjo econômico com pés de barro, símbolo da fragilidade de um desenvolvimento econômico que não foi capaz de se constituir de modo autodeterminado; e que, na condição de dependência externa num ambiente de profunda crise mundial do sistema financeirizado, deixa emergir todo o arsenal de destrutibilidade em relação aos direitos sociais e à segurança do trabalho formal e não-precarizado.

Podemos intuir, ainda em torno do sonho de Nabucodonosor, que a pedra que destruiu a imponente estátua que fala sobre a dominação dos impérios, em nossa conjuntura, pode ser o ascenso da pulsão plebeia que tomou conta das ruas e que tem carregado a bandeira que diz “nenhum direito a menos”. Assim, se algum sonho foi interrompido, foi aquele que manteve intacto até aqui o *status quo* vigente. O sonho das massas despossuídas apenas começou.

E, enquanto escrevo as linhas últimas deste trabalho, dois dias antes, em 28 de abril de 2017, o Brasil foi abalado por uma greve geral histórica, que atingiu centenas de cidades grandes, médias e pequenas, em todas as regiões. Fábricas, transporte coletivo, escolas, universidades e comércio foram paralisados. As grandes centrais sindicais, o movimento estudantil, sem-terras e sem-teto, indígenas, negros, mulheres, a juventude, LGBTs etc. deram uma demonstração de unidade e força coletiva, que fez ecoar um forte “não!” à contrarreforma de Temer em suas diversas dimensões. Considero que, além da unidade, os milhões que vivem do trabalho que foram às ruas nesta greve geral, na retomada da unidade, deram início à negação da subjetividade financeirizada, individualista, não-solidária, até aqui imposta pelo capital. **US**

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2002.
- _____. Fenomenologia da Crise Brasileira. In: **Lutas Sociais**, Vol. 19, nº 35. São Paulo: NEILS-PUC/SP, p. 9-26, jul./dez. 2015.
- BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resitência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
- _____. **A pulsão plebeia**: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.
- CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JARDIM, Maria Chaves. Fundos de pensão no Brasil: novo *ethos* sindical? In: **Revista Focus**, nº 10. Campinas, SP: Unicamp, 2008.
- MANZANO, Sofia. **Previdência social e fundo de pensão**: mais um golpe do capital. Salvador, BA: Aduneb, 2015. Disponível em: <http://www.aduneb.com.br/artigos.php?news_not_pk=4769>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista de Serviço Social**, São Paulo, nº 112, p. 672-688, out./dez., 2012.

referências

Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro

resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington

Luciana da Costa Freitas

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista CNPq
E-mail: luciana.freitas03@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa as condicionalidades econômicas e sociais para a educação superior, elaboradas pelo Consenso de Washington para os países latino-americanos. Divulgadas e monitoradas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), constituem-na na diretriz-mestra para a Reforma Universitária brasileira. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica. Conclui que na atual dinâmica política e financeira, as reformas na educação superior exercem um controle ideológico e político sobre os países periféricos a fim de garantir a segurança e a constante influência do capitalismo mundializado, além da manutenção da subalternidade desses países.

Palavras-chave: Ajuste Estrutural. Organismos Multilaterais. Neoliberalismo. Reforma do Estado. Reforma Educacional. Brasil.

Contextualização

A História das décadas de 1970 e 1980, de acordo com Hobsbawm (2013), é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. A partir de 1973, os países capitalistas centrais desaguaram no que seria mais tarde conhecida como a “primeira recessão generalizada”. Foi assim chamada porque retalhou simultaneamente as prin-

cipais potências econômicas: Japão, EUA e Europa Ocidental. Hobsbawm (*op. cit.*) explica o fim dos 30 anos gloriosos afirmando que estes acabaram “como sempre, havendo um *crash* – a era do ouro acabou como os *booms* anteriores, num colapso de imóveis e bancos.” (*Id. op. cit.* p. 254).

A longa onda expansiva do capitalismo torna-se depressiva e a década de 1970 passa a ser marcada como a década de crises nos principais países. E



quem acreditava que o capitalismo havia mudado em sua essência, baseado na Era de Ouro, teve uma surpresa com a onda depressiva dessa década.

Os motivos que fizeram com que o Estado de Bem-Estar Social desaguasse na crise da década de 1970 são diversos, mas sabemos que o modelo de produção fordista – que, em outros tempos, motivou a onda expansiva de crescimento – contribuiu para sua falência.

Na verdade, os problemas econômicos de ordem capitalista principiaram no império estadunidense quando, em 1960, países como a Alemanha Ocidental e o Japão, a partir de suas corporações comerciais, começaram a reduzir os espaços de competitividade das empresas estadunidense. Se, em tempos anteriores, os EUA dominavam quase que a totalidade das relações comerciais e econômicas mundiais, agora, começavam a perder espaço para aqueles países aos quais eles “prestaram” assistência financeira e produtiva na segunda metade da década de 1940. Isso fez com que

o mercado mundial estivesse cada vez mais inchado, tanto de mercadorias quanto de comerciantes.

Com a dificuldade de expandir seus espaços comerciais e tendo que lidar com um mercado internacional cada vez mais competitivo, o governo estadunidense, em 1971, empreende uma manobra econômica arriscada, mas vista à época como a única solução para tentar evitar ou adiar uma crise nos EUA: o dólar não poderia mais ser convertido em ouro. Ou seja, não haveria mais outra moeda de troca universal forte, como era o dólar. Essa estratégia foi utilizada para fazer frente às mercadorias dos outros países. A lógica era a seguinte: com o dólar desvalorizado, ficaria mais fácil vender as mercadorias nas rodas comerciais internacionais. Esse mecanismo funcionou durante a fase inicial da crise econômica de 1970, pois aliviou o déficit na balança comercial que a economia estadunidense já sentia, mas, como veremos, essa tranquilidade não durou muito tempo.

Com esta medida, os EUA cancelam unilateral-

mente o acordo de Bretton Wood¹, em uma tentativa desesperada de salvar sua economia, o que foi um verdadeiro “calote mundial”.

O encontro que, na década de 1940, criou o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) agora tinha seus acordos invalidados pelos EUA. O sistema monetário internacional só tinha conseguido se organizar a partir da fixação do padrão ouro-dólar, que determinou a taxa de câmbio e contribuiu para o controle da inflação. Com a desvinculação do dólar como moeda de troca universal, não havia mais como controlar a taxa de câmbio e a consequência foi uma alta inflacionária como poucas vezes se viu na História.

O resultado não poderia ser diferente: uma desordem monetária internacional motivada pela ausência de uma moeda de troca universal forte como o dólar, que servia como um padrão para as transações comerciais nos países desenvolvidos.

Essas mudanças significaram, para os países em desenvolvimento, o agravamento das suas dificuldades financeiras. Suas dívidas externas começaram a tomar uma proporção inimaginável e totalmente fora de controle.

As décadas de crise trouxeram profundas modificações econômicas e sociais e representaram um importante divisor de águas, abrindo uma nova fase de reestruturação do capitalismo mundial.

Outro aspecto que instabilizou a economia dos países capitalistas centrais foi a crise do petróleo, em 1973. Hobsbawm (2013, p. 258) situa brilhantemente seu início:

Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973; com isso, a energia tornou-se ridiculamente barata e barateando cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo (a OPEP) decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar, os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da consequente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana.

Fica claro que a crise de 1970 vai muito além dos problemas com a fonte energética, como muitos pensam ao afirmarem que a crise de 1970 foi “apenas” a crise do petróleo. De acordo com Corsi (2008), a crise da década de 70 foi fruto da combinação de uma crise de superprodução com a falência do padrão monetário internacional, acordado e estabelecido em Bretton Woods.

Harvey (1993) define com precisão o significado desta crise, que seria considerada a primeira recessão generalizada da História. O autor afirma não ter sido apenas uma crise de ideias políticas e, sim, uma crise estrutural nas economias avançadas do ocidente, pois foi consequência da exaustão do modelo de desenvolvimento fordista do pós-guerra.

As décadas de crise trouxeram profundas modificações econômicas e sociais e representaram um importante divisor de águas, abrindo uma nova fase de reestruturação do capitalismo mundial. O mais importante aqui é analisarmos as respostas dadas tanto à crise nos países centrais na década de 1970 como à crise da dívida externa a partir de 1980, consideradas por Hobsbawm (2013) como as mais sérias em cinquenta anos, e a forma como o capitalismo mundial precisou se reinventar para não “decretar falência”.

O Consenso de Washington e a inserção dos países latino-americanos na dita “nova ordem mundial”

As crises no modo de produção capitalista são cíclicas e as contradições do seu sistema, insuprimíveis, o que demonstra toda a limitação existente neste modelo econômico. Mas o importante é analisarmos os mecanismos utilizados para a sobrevivência de tal sistema, como, por exemplo, as respostas dadas aos períodos de crises e, ainda, as mudanças econômicas, sociais, culturais e ideológicas desse processo.

Quanto ao trabalho na acumulação flexível, nos termos de Harvey (*op. cit.*), as relações de trabalho se fazem mediante as negociações automatizadas (sem a intermediação dos sindicatos) e contam com salários individualizados e com a subcontratação.

No plano político – sem correr o risco de dico-

tomizar essas duas esferas, pois sabemos que elas coexistem em nome de novos padrões de competitividade –, a resposta foi o neoliberalismo. De forma sintética, o neoliberalismo significa a abertura comercial e financeira dos Estados Nacionais para a intervenção do grande capital, além da redução da intervenção do Estado na economia, configurando-se ali a ideia de Estado mínimo para o social e máximo para o capital (NETTO, 1999).

Existe no neoliberalismo uma lógica muito similar a do período do liberalismo do século XVIII. Na verdade, se resgata esse ideário liberal e o submete às novas determinações econômicas do capital internacional do século XX. Conservam-se a liberdade e o direito à propriedade individual, o respeito à livre iniciativa e à livre concorrência, princípios básicos do liberalismo. Os elementos “novos” do neoliberalismo se dão a partir de um aprofundamento das políticas de privatização, de uma abertura econômica mundializada e de um Estado que deve interferir o mínimo possível na economia, de preferência como regulador. Tudo isso a fim de promover o aumento da circulação de mercadorias no mundo.

Outro aspecto importante é a resposta dada aos anseios e interesses da grande burguesia mundializada. Através do neoliberalismo, a burguesia conseguiu arraigar uma ideologia forte e expressiva disposta a legitimar, de forma categórica, todos os projetos privatizantes que viriam nas próximas décadas não só nos países centrais, mas também nos países periféricos.

No final da década de 1980, a ideologia e a política neoliberal ganham espaço nos países periféricos, a partir de uma série de condicionalidades econômicas propostas pelos países credores e aceitas pelas burguesias nacionais, tendo em vista as medidas e políticas discutidas no Consenso de Washington². É de suma importância pontuarmos que em cada país latino-americano essas condicionalidades, fruto dessa política neoliberal, se dão de modo distinto, pois tratam-se de países que possuem formações sociais diferentes e especificidades que devem ser consideradas com a maior atenção. Essas condicionalidades se fizeram necessárias para os países credores a fim de garantir que os países devedores pagassem suas dívidas externas, principalmente os países latino-ameri-

canos, onde as dívidas eram maiores. Essa reunião – que ficou conhecida como Consenso de Washington – foi um divisor de águas na ingerência internacional das políticas setoriais dos países da América Latina.

Foi formulada, nesta reunião, o que seria a “receita” do FMI e BM para o ajuste econômico dos países latino-americanos, a fim de evitar a todo custo um calote da dívida externa. Em outras palavras, para que os países desenvolvidos não ficassem com o prejuízo de possíveis “quebras” econômicas, mas não se limitaram apenas a evitar o calote da dívida.

De acordo com Corsi (2008), as propostas formuladas no Consenso de Washington foram mais do que simples proposições de estabilização da economia. Consistiam, sobretudo, em uma agenda de reestruturação das economias periféricas, a fim de prepará-las e inseri-las na nova ordem mundial, de acordo com os interesses financeiros dos países desenvolvidos.

O Consenso de Washington, segundo Batista (1994), foi uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door*, agora não mais por meio de canhões e, sim, de suas condicionalidades. Além disso, significou, segundo o mesmo autor, um “escancaramento” das economias latino-americanas, que foram “convencidas” a implementar os preceitos neoliberais como única solução possível e viável.

Existe no neoliberalismo uma lógica muito similar a do período do liberalismo do século XVIII. Na verdade, se resgata esse ideário liberal e o submete às novas determinações econômicas do capital internacional do século XX. Conservam-se a liberdade e o direito à propriedade individual, o respeito à livre iniciativa e à livre concorrência, princípios básicos do liberalismo.

O argumento sempre invocado, tanto dentro do Brasil quanto fora, é de que não existia alternativa à proposta neoliberal consolidada no Consenso de Washington. Esta seria a única capaz de levar modernização aos países em desenvolvimento, inserindo-os na economia internacional. Isto é, como afirma Batista (*op. cit.*), só a proposta neoliberal evitaria que perdêssemos o “bonde da história”, que nos levaria a

uma “inserção aberta e competitiva” numa presumida “nova ordem internacional”.

Gurgel (2007) analisa que a dita nova ordem pretende ser mais que material, pois “quer alcançar os valores, as instituições, a ideologia. Não só porque são valores, mas porque podem ser mercadorias” (*Ibid.*, p. 19). A nova ordem internacional vai além da privatização de instituições e serviços públicos; quer também “privatizar as relações de trabalho, a solidariedade social e de gerações (seguridade), a organização sindical, a ética, a consciência e, claro, o conhecimento” (*Ibid.*). Esta nova ordem internacional é orquestrada na América Latina pelo BM e FMI e consentida pelas burguesias nacionais desses países, o que faz com que percam o caráter de imposições apenas. Em consonância com Lima (2003, p. 145), podemos afirmar que tais instituições atuam no controle econômico, cultural e político a partir “do cumprimento de condicionalidades, travestidas pela imagem de assessorias técnicas”.

No primeiro plano, de ordem macroeconômica, há um acordo completo entre as agências econômicas de que todos os países periféricos precisam ser convencidos a aplicar um programa no qual lhes é requerido um “rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa inevitavelmente por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais e um corte violento no gasto público”.

De acordo com Fiori (1996), a elaboração econômica resultante do Consenso de Washington pode ser dimensionada e dividida em três planos; vamos nos ater a dois deles.

No primeiro plano, de ordem macroeconômica, há um acordo completo entre as agências econômicas de que todos os países periféricos precisam ser convencidos a aplicar um programa no qual lhes é requerido um “rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa inevitavelmente por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais e um corte violento no gasto público” (*Ibid.* p. 4). Isso significa arrocho salarial dos funcionários públicos, demissões, corte das contribuições sociais etc.

Para Fiori (1996), esse plano macroeconômico serviu para deixar claro que os países periféricos deveriam buscar a estabilização monetária em primeiro lugar, porque a política fiscal deveria estar sempre submetida a uma política monetária rígida.

O segundo plano, ou a segunda ordem de propostas e reformas que estavam naquele consenso, é de ordem microeconômica: “é preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto” (*Ibid.*, p. 4). Ou seja, para garantir que as pequenas empresas situadas nos países periféricos entrassem nesse “jogo” neoliberal, seria a partir do aumento de competitividade entre elas.

Nessa direção, as propostas ou as soluções encontradas, ainda de acordo com Fiori (*op. cit.*), estão no pacote de reformas estruturais, que são: primeiro, a desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho; em segundo lugar, a privatização intensa, “de preferência selvagem”; somando-se a isso, em terceiro, a abertura comercial; e, em quarto, a garantia do direito de propriedade, sobretudo nos serviços e propriedade intelectual.

Mas é importante apreender o que está por trás do Consenso como uma “expressão emblemática de uma era, de uma época” (*Ibid.*, p. 5). O fundamental é compreender que época é essa e suas consequências para os países periféricos.

Além disso, entender que a inserção dos países periféricos na “nova ordem mundial”, de mundialização dos mercados e neoliberalismo, possui como condição *sine qua non* o cumprimento, por parte desses países, do Programa de Ajuste Estrutural proposto pelo FMI e BM, a partir das políticas e medidas que saíram do Consenso Washington.

A armadilha do Programa de Ajustes Estruturais como parte da política neoliberal

A crise estrutural de 1982, comumente chamada de crise da dívida, “segue sendo um dos mais importantes marcadores temporais da política na América Latina” (LEHER, 2007, p. 9). De acordo com Pereira (1991, p. 2), na década de 1980, a América Latina

atravessava a pior crise de sua história, “marcada por estagnação econômica e por altas taxas de inflação”.

Ainda segundo Pereira (*op. cit.*), o principal fato histórico que levou as economias latino-americanas a uma crise sem precedentes foi a decisão tomada nos anos 1970, “por governos não populistas, geralmente militares e autoritários, com o apoio dos bancos e credores, de contrair uma enorme dívida externa e em seguida estatizá-la” (PEREIRA, 1991, p. 5). Isto é, os países latino-americanos que contraíram dívidas externas enormes, como aconteceu no Brasil, foram devastados de forma cabal pela crise de 1982³.

De acordo com Cardozo (2005), para assegurar o pagamento da dívida aos países credores, o que depende de fluxo de capital e exige altas taxas de juros, é elaborado o Programa de Ajuste Estrutural, gerido pelo BM e FMI e pensado a partir das medidas aprovadas no Consenso de Washington. Além disso, este programa pretende propor reformas econômicas aos países periféricos “a fim de que sejam quebradas as barreiras consideradas prejudiciais à implementação do neoliberalismo: protecionismo, excesso de regulação, intervencionismo etc.” (*Ibid.*, p. 3).

O Banco Mundial e FMI trabalham para garantir que os países periféricos sejam inseridos de forma subalterna, logo, dependente, nas rodas da economia internacional. Isto se dá através de alguns mecanismos para que o imperialismo recomponha a subalternidade social e material de classes e Estados, sempre que necessário, integrando-os a um amplo e articulado quadro de dominação mundial.

Mediante a ação de instâncias de poder como o BM e o FMI [...], o imperialismo dispõe, nos dias de hoje, de um inédito sistema mundial de poder. Graças à chantagem da dívida, o imperialismo exerce sobre os países do 3º mundo uma ditadura muito mais poderosa e implacável que no passado (BRAGA, 2006, p. 61).

Ou seja, é necessário que haja países subalternos para garantir a dominação imperialista estadunidense e seus lucros exorbitantes.

A cada empréstimo, o país tomador está mergulhado em condicionalidades que expressam a ingerência destes organismos nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores (LIMA, 2003, p. 145).

Em suma, a inserção dos países em desenvolvimento na “nova ordem mundial” se daria a fim de manter essas nações na subalternidade, beneficiando os interesses estadunidenses. De acordo com Leher (2002), o país submetido às orientações do BM e do FMI precisa abdicar da construção de um projeto de nação independente.

Montava-se, a partir daí, um cenário extremamente propício para obtenção máxima de lucro dessas nações subalternas, além da ingerência sobre as políticas setoriais, a exemplo da educação, como condição indispensável para o sucesso das medidas do BM e FMI nessa região.

Mercantilização do ensino superior brasileiro resultado dos postulados neoliberais do Consenso de Washington

Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington não tratou diretamente questões como educação, saúde, distribuição de renda e eliminação da pobreza. Na verdade, o que os organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) defendiam e alardeavam é que as reformas sociais, tais quais as políticas, decorreriam naturalmente da liberalização econômica proposta no Consenso de Washington.

Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente autorregulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas (BATISTA, 1994, p. 11).

Porém, foi impossível ignorar o alastramento da miséria na América Latina economicamente liberalizada. De acordo com Cardoso Jr. (2009), desde os anos de 1980, quando teve início a implementação dos “Programas de Ajuste Estrutural nos países periféricos e dependentes, tem-se observado que a condição socioeconômica destes países, longe de apresentar melhorias, tem se tornado muito pior do que antes” (*Ibid.* 2009, p. 28), piorando drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora.

Neste momento, torna-se perceptível a contradição no discurso do FMI/BM, já que a liberalização dos mercados e da economia trouxe uma ainda maior deterioração das condições de vida da população desses países periféricos.

O Programa de Ajuste Estrutural representa o resultado das incorporações de novos elementos na política internacional diante da verificação de alguns fracassos de suas propostas para a América Latina, como, por exemplo, o aumento dos níveis de miséria nesses países.

Foram incorporados alguns fundamentos de natureza política e social aos de ordem puramente econômica. É importante esclarecer que as políticas de ajuste estrutural continuam, segundo Cardozo (2005), tendo um impacto negativo na distribuição de renda e riquezas, consequentemente na miséria, no emprego e nos salários, e na provisão de serviços públicos. Inclusive esses impactos negativos foram imputados pelos organismos internacionais em consonância com o projeto neoliberal, ao Estado, que, por ser, segundo estes, ineficiente e perdulário, não tinha competência para administrar o setor público.

Havia uma preocupação em diminuir os graus mais gritantes da desigualdade, a fim de prevenir o que Cardozo (*op. cit.*) chama de “situações politicamente críticas”. As políticas e medidas formuladas no Consenso de Washington proporcionaram uma am-

O Programa de Ajuste Estrutural representa o resultado das incorporações de novos elementos na política internacional diante da verificação de alguns fracassos de suas propostas para a América Latina, como, por exemplo, o aumento dos níveis de miséria nesses países.

pliação nos espaços de atuação do BM e FMI, já que essas instituições tinham como uma de suas funções a divulgação e o monitoramento dessas políticas. Ficou claro que, para levar a cabo o programa de “estabilização” e a reforma econômica, era necessário a intervenção em outros setores, como, por exemplo, na educação – tanto no que se refere à preocupação com o papel ideológico que esta cumpre, principalmente no ensino superior (como veremos posteriormente), como também à mercantilização desse setor, com a

criação e ampliação de um mercado privado de ensino cada vez maior.

A partir daí, podemos afirmar que a intervenção no setor educacional por meio dos organismos internacionais cumpriu uma dupla função, ao mesmo tempo em que transformou o ensino superior em um grande mercado. Além disso, ainda isentou o Estado da função de único financiador da educação, cumprindo com isso duas das recomendações do Consenso: a de “minimização do Estado” e a de fortalecimento da iniciativa privada.

Todas essas medidas no ensino superior guardam íntima ligação com o que Leher (2002) chama de “par governabilidade-segurança”. A segurança é parte do controle objetivo exercido pelo BM e FMI. Segundo Berle (*apud* LEHER, 2002, p. 20), esse controle é exercido de forma furtiva por meio de instituições privadas e suas respectivas lógicas de mercado. Toda essa engenharia social, de acordo com Leher (2002, p. 20), tem como meta também “evitar a influência comunista e o surgimento de uma nova Cuba na região”.

A preocupação em manter a segurança nas economias tem estreita conexão com o alastramento da miséria nessas regiões, uma vez que a situação de pobreza pode ocasionar uma revolta popular a partir do descontentamento social.

Nos documentos mais recentes do Banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, é visível a recorrência da questão da pobreza e do temor quanto à segurança: nos termos do presidente do Banco, “as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”. Em suma, a pobreza pode gerar um clima desconfortável para os negócios (LEHER, 2002, p. 26).

A preocupação em diminuir as expressões mais “perigosas” da pobreza compõe um contrassenso com o próprio objetivo medular do BM, que, segundo Soares (1996 *apud* SGUISSARDI 2000, p. 2-3), é financiar “um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente”. Logo, as políticas dos organismos internacionais precisam “apaziguar” as contradições próprias do desenvolvimento capitalista para manter sua dominação. A educação supe-

rior entra em cena como parte dessa manutenção do poder e influência neoliberal.

Concluimos, com isso, que o ensino superior privado cumpre duas funções de extrema importância no cenário de ajustes estruturais e no processo de transformação de todos os setores sociais em mercadorias. O ensino privado tanto assegura o *status quo* da ideologia neoliberal como ideário absoluto, garantindo com isso a segurança internacional, como também aprofunda a proliferação das instituições de ensino superior privado (IESP) em países latino-americanos (como Argentina, Chile, Colômbia, México e Brasil⁴). Isso criou um mercado das IESP extremamente lucrativo e vantajoso para a burguesia nacional e internacional, já que os investimentos de alguns grupos donos dessas instituições vinham de fora do país, fazendo coro com a máxima do neoliberalismo de abertura total dos mercados nacionais aos capitais internacionais, deixando claro um dos muitos papéis exercidos pelas instituições dessa natureza.

A dupla função que o setor privado de ensino superior cumpre, em consonância com o projeto neoliberal, é uma tentativa de se instaurar a lógica privatista como absoluta no pensamento social, fazendo uma defesa de forma categórica da esfera privada como a única forma funcional de desenvolver o ensino superior nos países periféricos.

O ensino superior proposto pelo Banco Mundial

Depreendemos, portanto, que o ensino superior privado é um emblemático exemplo de como o Estado se tornou mínimo para o social – a partir da diminuição vertiginosa do financiamento das instituições superiores de ensino – e máximo para o capital, dando instrumento e apoio para a formação de um grande e lucrativo mercado da educação superior. Isto demonstra a total sintonia com as propostas do BM e FMI, ou seja, a retirada do Estado como provedor prioritário das políticas setoriais como educação e saúde, deixando um campo fértil para a iniciativa privada ocupar.

A crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de

minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado (DOURADO, 2002, p. 235).

Por mais estratégicas que sejam as instituições de ensino superior privada, como acabamos de ver, o ensino superior nunca esteve entre as prevalências dos organismos internacionais nos países periféricos. Há um movimento de “exclusão” das universidades públicas das políticas prioritárias (LEHER, 2002). Na verdade, a partir da leitura de Leher (*op. cit.*), Dourado (2002), Cardozo (2005), Ivashita, Novak e Bertolleti (2009), podemos concluir que, por mais que a educação superior – em especial a privada – cumpra seu papel nos países periféricos, as instituições de ensino superior não eram parte dos planos dos organismos multilaterais. Pelo contrário, foram consideradas muito mais como um problema a ser solucionado do que parte das táticas neoliberais, principalmente no que se refere às universidades, que eram mais custosas, pois contavam com o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Um dos exemplos que talvez demonstre essa não priorização do ensino superior combinado a uma atenção mais elaborada ao nível de ensino básico,

A dupla função que o setor privado de ensino superior cumpre, em consonância com o projeto neoliberal, é uma tentativa de se instaurar a lógica privatista como absoluta no pensamento social, fazendo uma defesa de forma categórica da esfera privada como a única forma funcional de desenvolver o ensino superior nos países periféricos.

técnico e profissionalizante se dá a partir da ordem de conformação dos documentos do BM no que tange à Educação, no início da década de 1990. A partir da leitura do documento “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*” (BANCO MUNDIAL, 1995), verifica-se uma diferença de três anos entre a publicação do primeiro documento, “*La educación primaria*” (*Id.* 1992), e do segundo, “*Educación técnica y formación profesional*” (*Id.* 1992).

A diferença temporal entre os documentos não é

mera casualidade. Na verdade, expressa precisamente os verdadeiros planos dos organismos internacionais, que, segundo Gomes (2003), mantém desde sua fundação, em 1944, sua natureza de defender de modo intransigente os interesses dos EUA.

O objetivo prioritário no campo educacional era intervir sobretudo no ensino básico, técnico e profissionalizante, pois estes auxiliariam na diminuição da pobreza e miséria dos países periféricos. O BM e FMI fazem uma relação quase que mecânica, como afirma Dourado (2002), de que essas modalidades de ensino (básico, técnico e profissionalizante) são entendidas como o único meio possível para se chegar à redução da pobreza, já que as mesmas levariam ao acesso ao trabalho.

Para o ensino superior restou, *a priori*, a incumbência de educar os futuros dirigentes e preparar as capacidades técnicas que constituem a base do crescimento econômico. Isto é, formar um seletivo grupo para desenvolverem as técnicas necessárias, a fim de garantir o desenvolvimento econômico desses países, inclusive para que a médio e longo prazo assegure, também, o constante pagamento da dívida externa e seus respectivos juros aos países credores (BM, 1995).

O objetivo prioritário no campo educacional era intervir sobretudo no ensino básico, técnico e profissionalizante, pois estes auxiliariam na diminuição da pobreza e miséria dos países periféricos.

[...] na América Latina, o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais (COLBY; DENNETT, 1998 *apud* LEHER, 2002, p. 20).

Podemos observar um peso e duas medidas ou, melhor dizendo, dois interesses distintos quando comparamos o papel que o ensino superior cumpre nos países desenvolvidos e o papel que deve cumprir nos países periféricos. A afirmação de CARDOZO (2005, p. 7) explicita bem essa relação:

Enquanto o Banco Mundial orienta os países periféricos a investirem em educação básica,

os países ricos investem no ensino superior e em pesquisas de ponta. Isto contribui para o aumento da dependência tecnológica entre países desenvolvidos e os chamados países em desenvolvimento.

A citação acima deixa claro que a política orquestrada pelo FMI e BM promove de forma desigual o ensino superior, cada país cumprindo o papel que lhe cabe de forma complementar no capitalismo cada vez mais mundializado.

Nos países latino-americanos, por exemplo, isso funciona da seguinte forma: um pequeno núcleo de intelectuais formados nas instituições de ensino superior deve se contentar em apenas adaptar os pacotes econômicos e tecnológicos, vindos em sua maioria dos EUA, à realidade nacional de seu país. Ou seja, se torna dispensável a produção de novos conhecimentos, desonerando, assim, o pesado investimento em pesquisa que seria gasto, salvo as áreas mais lucrativas ao capital, como as tecnológicas e biológicas.

Na verdade, a lógica apresentada pelo documento do BM exposto acima, e empregada de maneira ampla pelos países latino-americanos, faz com que estes países continuem cumprindo o seu papel subalterno frente às economias capitalistas dos países desenvolvidos. Isso explica a preocupação, por parte do BM e FMI, com os rumos que poderiam tomar a educação superior se não houvesse uma coibição do investimento estatal nesse setor e a indispensabilidade de variar o modelo de IES, onde não mais havia espaço para o tripé ensino, pesquisa e extensão que as Universidades públicas garantiam. A ordem do dia era a criação de centros de ensino, faculdades e unidades isoladas dos cursos de graduação (SGUISSARDI, 2000, LEHER, 2002, CARDOZO, 2005).

A partir da leitura de Sguissardi (2000), Dourado (2002), Gomes (2003), Lima (2003) e Borges (2010), traçaremos brevemente as estratégias apresentadas pelo BM em seu documento sobre o ensino superior no que tange aos países em desenvolvimento (BM, 1995).

Conforme afirma Sguissardi (2000), o referido documento representa o reconhecimento da importância do ensino superior nos países periféricos para o desenvolvimento econômico e social, constatando

que os “investimentos neste nível da educação contribuem para aumentar a produtividade do trabalho e para produzir um maior crescimento econômico no longo prazo” (BM, 1995, p. 1).

A análise desse documento fundamenta os elementos explicitados anteriormente sobre o papel das IES, tanto no que tange à preocupação ideológica quanto ao desenvolvimento econômico “controlado” que essa modalidade de ensino proporciona a um restrito setor da sociedade.

O BM, no referido documento, faz um diagnóstico preciso, alardeando a suposta crise da educação superior, que, segundo defende, se desenvolveu nos países periféricos. Outrossim, essa alegação de que o ensino superior se encontrava em uma crise sem precedentes, como é ratificado neste documento, se insere na recorrente questão que o Estado não sabe administrar e o setor privado vem como paladino da justiça, justificando, dessa forma, o processo de mercantilização desse nível de ensino. A afirmação presente no documento do BM (1995, p. 3) pontua bem isso.

En el último decenio varios países de la OCDE han reaccionado a la crisis de financiamiento adoptando políticas inovadora destinadas a aumentar la eficiencia de la enseñanza superior y estimulando el mayor financiamiento privado.

Apesar de las severas presiones fiscales que enfrenta la mayoría de los países en desarrollo, son pocos los que han avanzado realmente en la esfera de la reforma de la enseñanza superior.

Deste modo, as concepções do BM em torno da educação superior e de suas relações com o Estado e a sociedade civil ficam explícitas a partir da apresentação de quatro orientações-chave para a reforma do ensino superior, descritas no referido documento e sintetizadas por Sguissardi (2000).

Na primeira, argumenta-se que o modelo tradicional das universidades europeias que tinha como base o tripé ensino, pesquisa e extensão é extremamente custoso e pouco *eficiente* (palavra muito recorrente nas linhas do documento) para as necessidades dos países periféricos. A solução seria uma maior *diferenciação institucional*, com a criação de instituições não-universitárias, como: colégios politécnicos, institutos profissionais e técnicos de curta duração e ensino a distância.



De acordo com o BM (1995, p. 5-6), todas estas instituições deveriam ser privadas, pois além de pouparem os recursos públicos, ainda seriam mais sensíveis “às necessidades mutantes do mercado de trabalho [...], ampliando as oportunidades educacionais com pouco ou nenhum custo adicional para o Estado”.

A segunda orientação – *Diversificação das fontes de financiamento das instituições estatais* – defende a extinção da gratuidade dos estudos nas IES públicas. Os alunos deveriam custear seus estudos, em particular aqueles que “possam auferir renda consideravelmente maiores durante a vida como resultado de terem feito um curso superior” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 7). Dessa forma, fortaleceria a base financeira do ensino público.

Além disso, o BM recomenda que o financiamento público deveria ser destinado indistintamente para instituições públicas e privadas, segundo os resultados de suas avaliações de “qualidade”.

A terceira orientação – redefinição das funções do Estado – propõe mudanças profundas na relação Estado e educação superior, que, por sua vez, deve

Podemos constatar nos dias de hoje uma ampliação significativa da privatização e diferenciação, além de uma maior diversificação das fontes de recursos. Além disso, podemos observar que o Estado está cada vez menos envolvido com o ensino superior público que mantenha suas bases no tripé ensino pesquisa e extensão. Para o Estado, resta cumprir o papel de fiscalizador e avaliador da educação, seja ela pública ou privada. O saber passa a ser um bem privado, negociável no mercado.

contar com uma maior participação da iniciativa privada. Na avaliação do BM, o Estado tem excessiva participação no ensino superior, despendendo uma quantia elevada para manter as IES públicas. A solução seria uma busca de recursos privados pelas IES estatais, posto que “os governos podem criar incentivos positivos outorgando fundos de contrapartida, vinculados aos obtidos de fontes externas” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 7).

Por último, a quarta orientação – prioridade aos objetivos da qualidade e equidade –, que reserva para

o governo apenas o credenciamento, a fiscalização e a avaliação das IES, além da distribuição dos recursos estatais, sob o critério de desempenho (SGUISSARDI, 2000).

As quatro orientações acima são parte das propostas de mudança na educação superior porque, de acordo com o BM, as reformas de financiamento e administração no ensino “pós-secundário” são necessárias em muitos países para estabelecer um sistema mais equitativo, eficiente e de melhor qualidade.

Em resumo, as necessidades do ajuste econômico e fiscal dos países em desenvolvimento, as premissas da análise econômica do tipo custo/benefício norteiam as principais diretrizes do banco para a reforma dos sistemas de educação superior nesses países: priorizam-se os sinais do mercado e o saber como um bem privado (SGUISSARDI, 2000, p. 7).

Em grande parte dos países latino-americanos, as orientações-chave de *La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995) já se tornaram realidade. Um desses países que seguiram à risca as medidas propostas pelo referido documento foi o Brasil. Aqui, podemos constatar nos dias de hoje uma ampliação significativa da privatização e diferenciação, além de uma maior diversificação das fontes de recursos. Além disso, podemos observar que o Estado está cada vez menos envolvido com o ensino superior público que mantenha suas bases no tripé ensino pesquisa e extensão. Para o Estado, resta cumprir o papel de fiscalizador e avaliador da educação, seja ela pública ou privada. O saber passa a ser um bem privado, negociável no mercado.

Conclusão

Na atual dinâmica política e financeira, a contrarreforma na educação superior exerce um controle ideológico e político sobre os países periféricos, a fim de garantir a segurança e a constante influência do capitalismo mundializado. A ideologia presente na contrarreforma do Estado, baseada na suposta ineficiência administrativa do mesmo, amplia a mer-

cantilização da educação superior, sob a justificativa da democratização do acesso à universidade. O Estado, cumprindo as determinações das Agências Multilaterais para o ensino superior, coloca em prática as condicionalidades propostas, que garantem desde a privatização – por dentro – das instituições públicas até uma ampliação do mercado educacional extremamente rentável para o capital. Um dos rebatimentos mais visíveis deste processo diz respeito à transformação do alunado em mero cliente, submetendo-o a um ensino acrítico, aligeirado e baseado em resultados imediatos, isto é, voltado à perpetuação do *status quo* neoliberal. Outrossim, essas medidas contribuem para a manutenção da subalternidade do país, uma vez que, nesta lógica, o ensino superior deverá formar um pequeno número de intelectuais subservientes aos ditames do centro do capitalismo. O resto... será apenas o resto. **US**

notas

1. Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ocorrida em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, em 1944. Nesta conferência estavam presentes as principais potências imperialistas, que, nos bastidores, se reuniram para elaborar o caminho que a economia capitalista iria percorrer a partir daquele ano; isto motivados pelo medo de uma nova depressão como a de 29, que tinha deixado marcas traumáticas nesses países. Ao final desta conferência, segundo Coggiola (2010, p. 5), os países participantes assinaram um acordo que definia, dentre outras coisas, “um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a Política Internacional”, como, por exemplo, o estabelecimento de uma taxa de câmbio fixa, controlada a partir dali pelo padrão ouro-dólar. Nesta mesma conferência foram determinadas as bases para a criação das agências multilaterais e “supranacionais” de financiamento internacional, mais tarde conhecidas como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou BIRD (dividido posteriormente entre o Banco Mundial e o Banco para Investimentos Internacionais) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

2. Reunião ocorrida em novembro de 1989, que contou com a presença de funcionários do governo estadunidense, dos organismos internacionais ali sediados – Banco Mundial e FMI – especializados em assuntos latino-americanos, além de intelectuais, e que, de acordo com Fiori (1996), tinha por objetivo discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da década que alguns chamaram de perdida, da estagnação, da inflação, da recessão e da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento, do aumento da riqueza, do desenvolvimento e da igualdade.

3. De acordo com PEREIRA (1991), o único país da América Latina que apresentou, durante a década de 1980, um crescimento satisfatório foi a Colômbia, que não havia contraído uma enorme dívida externa.

4. De acordo com Durham e Sampaio (2000, p. 22), as décadas de 1980 e 1990 inauguraram uma nova fase para os sistemas de ensino dos países latino-americanos. “As razões desse marco podem ser alinhadas em torno de dois eixos: o primeiro refere-se à consolidação da participação ampliada do ensino superior privado; o segundo, à definição, nos diferentes países, da relação do Estado com os respectivos sistemas nacionais de ensino”. Nesse período, houve em muitos países da região um crescimento negativo de matrículas no ensino público, em contrapartida a um significativo crescimento das matrículas do setor privado. Tudo isso apoiado na lógica mercantil do ensino e na ideia de ineficiência do Estado. É importante frisar, em consonância com SAMPAIO (2011), que o ensino superior privado não teve seu início significativo nas décadas de 1980 e 1990, por mais que nesse período (entre 1985-1996) o número de instituições privadas tenha mais que triplicado. No Brasil, segundo a autora, a educação superior privada existe há mais de um século, sendo facultada a possibilidade de sua existência na constituição da República, em 1891, e hoje responde a 75% das matrículas.

notas

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo em la práctica)**. Washington, D.C: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRAGA, R. **Globalização ou neocolonialismo: o FMI e a armadilha do ajuste**. Revista Outubro, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 55-68, 2006.

BERTOLLETI, V. IVASHITA, S. NOVAK, M. **O ensino superior na perspectiva do Banco Mundial: algumas considerações**. Trabalho apresentado no 9º Congresso Nacional de Educação, PUCPR, Paraná, 2009.

CARDOSO JR, J. **O sistema capitalista e sua política econômica: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em foco**. Trabalho de graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2009. 43p.

CARDOZO, M. J. **Crise do capital: ajuste estrutural e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial**. Trabalho apresentado no 2º Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. São Luís, Maranhão. 2005.

CORSI, F. L. **Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento na América Latina**. 2008. Disponível em: <<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/FRANCISCO%20LUIZ%20CORSI.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

DOURADO, L.F. **Reforma do Estado e as Políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FIORI, J.L. **Consenso de Washington**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 04 de setembro de 1996. Palestra patrocinada pela Federação Brasileira de Associações de Engenheiros - FEBRAE.

_____. Debate sobre o ponto crítico/Consenso de Washington x Apartheid Social. Série Estudos em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, UERJ/Instituto de Medicina Social, n. 90, 71 p., jun. 1994. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/i_publicacao_serie_coletiva.php>. Acesso em: 29 out. 2013.

referências

- GOMES, J.M. **A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil**. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, n. 31 p. 32-49, outubro/2003.
- GURGEL, C. **A educação entre o valor e a mercadoria**. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, n. 39, p. 17-27 fevereiro/2007.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 597.
- LEHER, R. **A problemática da universidade 25 anos após a “crise da dívida”**. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, n. 39, p. 9-17, fevereiro/2007.
- _____. **Um novo senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, São Paulo, Instituto de Estudos Sociais, nº 3, 1999. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/23657956/1112812656/name/Leher-Um+novo+senhor+da+educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: jan. 2013.
- _____. **25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período** in GUIMARÃES, Cátia; BRASIL, Isabel; MOROSINI, Márcia Valéria (Orgs.). Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS, 2010, p. 29-72. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=8&Num=146>>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- _____; SADER, Emir. **Público, estatal e privado na reforma universitária**. Rio de Janeiro: LPP/Clacso/UERJ, 2004.
- LIMA, K. R. S. **Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo**. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, n. 31 p. 145-153, outubro/2003.
- NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras in: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação. Balanço do governo FHC**, Petrópolis: VOZES, 1999, p. 75-89.
- PEREIRA, L.C.B. **A crise na América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico. 21 (1), abril 1991, p. 3-23.
- SGUISSARDI, V. **O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições?** Reunião Anual da ANDEP, 23, Anais (website), Caxambu, 2000.

referências

Reformar para fulminar: as afetações na previdência social advindas da proposta de emenda constitucional (PEC 287/16)

José Ricardo Caetano Costa

Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e do Mestrado em Direito e Justiça Social
E-mail: jrcc.pel@gmail.com

Juliana Toralles dos Santos Braga

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
E-mail: jutsb@hotmail.com

Resumo: Atualmente, muito se fala no suposto déficit da Previdência Social do Brasil e da necessidade da reforma proposta através da PEC 287/2016, apresentada pelo Poder Executivo recentemente. O governo e os defensores da reforma a colocam como uma necessidade e um reflexo do envelhecimento da população, contudo, o argumento orçamentário tão recorrentemente utilizado não leva em consideração o pacto social nem a utilização de recursos que deveriam ser destinados a políticas públicas para outros fins. Assim, o presente estudo pretende, primeiramente, apresentar um breve panorama da Seguridade Social no Brasil – as disposições legais referentes a ela e a forma como ocorre o seu custeio –, assim como busca desconstruir a tese do suposto déficit, através da apresentação de dados concretos. A segunda parte do trabalho procura demonstrar isso, abordando as modificações propostas nas regras para concessão de cada um dos benefícios previdenciários e dos benefícios assistenciais, expondo de que forma isso afetará a vida do povo brasileiro.

Palavras-chave: Previdência Social. Custeio. Déficit. Reforma. PEC 287/2016.

Introdução

Os direitos sociais previdenciários no Brasil já vêm sendo atacados há mais de duas décadas, sob o argumento neoconservador (ou neoliberal) de que o sistema é deficitário e por isso merece ser reformado

radicalmente. A proposta de Emenda à Constituição, trazida através da PEC 287 (apresentada pelo Poder Executivo em dezembro de 2016), é a expressão mais completa deste desiderato (COSTA, 2010). O nada legítimo governo Temer coloca a referida reforma como uma necessidade e um reflexo do envelheci-



mento da população brasileira enquanto veicula, em mídia nacional, a campanha “Previdência. Reformar para não acabar”.

Esse discurso está presente nas notícias de todos os meios de comunicação e é corroborado por alguns economistas. Tal interpretação é sempre pessimista quanto ao futuro da Previdência Social brasileira e traz como causas o envelhecimento da população, o aumento do salário mínimo nacional, a elevação dos benefícios previdenciários, aposentadorias precoces, evasão e sonegação fiscal. A partir dessas variáveis, surgiu a noção de urgência na reforma previdenciária para evitar um desequilíbrio do sistema. Ocorre que a questão do conjecturado déficit da Previdência Social não é uníssona e, sequer, pacífica.

Uma mudança da magnitude da proposta não pode ser defendida sem que se tenha a noção de sua real necessidade e sem, ao menos, existir um diálogo

transparente, uma discussão baseada em dados correta e claramente apresentados, com a participação de toda a população brasileira.

O argumento orçamentário tão recorrentemente utilizado não leva em consideração o pacto social nem a utilização de recursos que deveriam ser destinados a políticas públicas para outros fins. Há, na verdade, a transferência ao trabalhador do ônus da má gestão estatal e das distorções provocadas pelos privilégios e fraudes que sangram os cofres da Seguridade.

O presente estudo pretende, primeiramente, apresentar um breve panorama da Seguridade Social no Brasil, bem como as disposições legais referentes a ela e a forma como ocorre o seu custeio. A segunda parte é dedicada às modificações propostas nas regras para concessão de cada um dos benefícios previdenciários e dos benefícios assistenciais e a expor de que forma isso afetará a vida do povo brasileiro.

A previdência social brasileira - do custeio ao suposto déficit

As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários, as quais vieram a constituir a Seguridade Social no século XX, nasceram na Alemanha, mais precisamente em 1883, com a política social de Otto von Bismarck em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. Referida política, que culminou no chamado modelo bismarckiano, assegurou aos trabalhadores o seguro-doença, a aposentadoria e a proteção a vítimas de acidentes de trabalho e é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados (BOSCHETTI, 2003, p. 201; CASTRO; LAZZARI, 2015, p. 43).

No período pós-Segunda Guerra, exsurge um novo modelo, através das ideias do economista britânico John Keynes, o qual sinalizava uma crise do liberalismo clássico, defendendo a intervenção estatal em prol do crescimento econômico. A crise do sistema econômico liberal, intensificada em 1929 com a Grande Depressão econômica e com o aumento do desemprego, produziu significativas mudanças na ideologia e na prática prevalecente do *laissez-faire*, abrindo espaço para uma efetiva intervenção do Estado na economia e na sociedade. Já no plano econômico, o intervencionismo ganha força através da ideia de segurança da existência, a qual postula a instauração e a organização de sistemas de seguridade pública como direito do cidadão e obrigação do Estado (POTYARA, 1997, p. 61).

Castro e Lazzari destacam:

Até então, é importante frisar, os planos previdenciários (de seguro social), em regra, obedeciam a um sistema chamado bismarckiano, ou de capitalização, ou seja, somente contribuía os empregadores e os próprios trabalhadores empregados, numa poupança compulsória, abrangendo a proteção apenas desses assalariados contribuintes. Ou seja, embora o seguro social fosse imposto pelo Estado, ainda faltava a noção de solidariedade social, pois não havia a participação da totalidade dos indivíduos, seja como contribuintes, seja como potenciais beneficiários (2015, p. 44).

Assim, o capitalismo cedeu espaço às chamadas políticas keynesianas e, nesse contexto, em 1943, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge pelo Lorde Willian Henry Beveridge. Nesse sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, são destinados a todos os cidadãos, garantindo-se mínimos sociais a todos em condições de necessidade, na medida em que o financiamento é proveniente dos impostos fiscais, com a participação compulsória de toda a população.

Dessa época em diante, com a expansão do modelo beveridgiano após as experiências totalitárias da Segunda Guerra, surge um movimento mundial através do qual se materializa a universalização dos direitos sociais em diversas constituições.

Hoje, é difícil encontrar um “modelo puro”. As políticas existentes e que constituem os sistemas de seguridade social em diversos países apresentam as características dos dois modelos, com maior ou menor intensidade. No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social (BOSCHETTI, 2006). Assim, um dos pilares de estruturação da seguridade social é sua organização com base na lógica do seguro social. Essa é a lógica que estrutura os direitos da previdência social em praticamente todos os países capitalistas. Em alguns países como França, Inglaterra e Alemanha, a lógica do seguro sustenta também a política de saúde. No Brasil, a lógica do seguro estruturou e estabeleceu os critérios de acesso da previdência e da saúde desde a década de 1923 até a Constituição de 1988. O princípio dessa lógica é garantir proteção, às vezes exclusivamente e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família (BOSCHETTI, 2006).

Assim, Serau Junior releva:

A Seguridade Social, de tudo o quanto exposto, pode ser compreendida como a estrutura pública ou a função estatal de garantir e atender às necessidades básicas e vitais da população (as contingências sociais), necessidades estas que são derivadas unicamente de sua condição

de pessoa humana, atinentes, portanto, a todo o gênero humano, independentemente do pertencimento a qualquer categoria profissional.

A fim de que se cumpram esses objetivos de proteção social, a Seguridade Social deve ser compreendida numa perspectiva integral, conglobando a Previdência Social, a Assistência Social e também a Saúde (SERAU JUNIOR, 2012, p. 36).

Posto esse breve panorama, é possível afirmar que o conceito de Seguridade Social, trazido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode ser encontrado no Plano Beveridge.

A expressão “segurança social” é aqui usada para designar a garantia de um rendimento que substitua os salários quando se interrompem estes pelo desemprego, por doença ou acidente, que assegure a aposentadoria na velhice, que socorra os que perderam o sustento em virtude da morte de outrem e que atenda a certas despesas extraordinárias, tais como as decorrentes do nascimento, da morte e do casamento. Antes de tudo, segurança social significa segurança de um rendimento mínimo; mas esse rendimento deve vir associado a providências capazes de fazer cessar, tão cedo quanto possível, a interrupção dos salários (BEVERIDGE, 1943, p. 189 *apud* SERAU JR., 2012, pp. 35-36).

Nos termos da CRFB, a Previdência Social é parte integrante do sistema da Seguridade Social, definido no artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil, composto pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, sendo que os recursos adquiridos com as contribuições sociais são destinados para o orçamento da Seguridade Social, e não exclusivamente para Previdência, para Saúde ou para Assistência Social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento; e

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.)

O dispositivo constitucional também relaciona os objetivos que devem nortear a organização da Seguridade Social, entre eles a diversidade da base de financiamento e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo.

Marco Aurélio Serau Junior cita Antônio da Silva Leal na medida em que a Seguridade Social traduz-se essencialmente no direito que os indivíduos e as famílias têm à segurança econômica, sendo que esse direito consistirá fundamentalmente no direito a prestações pecuniárias destinadas a garantir as necessidades de subsistência, somando-se o fato de que as prestações pecuniárias poderão ou deverão ser completadas com prestações em espécie (LEAL, 1978, pp. 344-345 *apud* SERAU JR., 2012, p. 35).

A Saúde e a Assistência Social são prestações devidas pelo Estado independentemente de contribuição, já a Previdência Social, por sua vez,

[...] é o sistema pelo qual, mediante contribuição, as pessoas vinculadas a algum tipo de atividade laborativa e seus dependentes ficam resguardadas quanto a eventos de infortunistica (morte, invalidez, idade avançada, doença, acidente de trabalho, desemprego involuntário) ou outros que a lei considera que exijam um amparo financeiro ao indivíduo (maternidade, prole, reclusão), mediante prestações pecuniárias (benefícios previdenciários) ou serviços. Desde a inserção das normas relativas ao acidente de trabalho na CLPS/84 e, mais atualmente, com a isonomia de tratamento dos beneficiários por incapacidade não decorrente do acidente em serviço ou doença ocupacional, entende-se incorporada à Previdência a questão acidentária. É, pois, uma política governamental (CASTRO; LAZZARI, 2015, p. 85).

Cumprе destacar que, conforme o exposto até aqui, em que pese a Previdência Social seja um sistema ao qual há vinculação através – e via de regra – de contribuição, é financiada pelas contribuições sociais destinadas para o orçamento da Seguridade Social, e não exclusivamente pelas contribuições previdenciárias.

Posto isso, adentra-se na questão do custeio da Seguridade no Brasil. O artigo 195 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei – incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a receita ou o faturamento e o lucro –, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, sobre a receita de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior – ou de quem a lei a ele equiparar.

Os principais objetivos da arrecadação para a formação de receitas para a Seguridade Social são relacionados à manutenção dos seus princípios informadores.

Os principais objetivos da arrecadação para a formação de receitas para a Seguridade Social são relacionados à manutenção dos seus princípios informadores, quais sejam: universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, conforme art. 194 da CRFB supracitado.

Assim, a CRFB definiu o financiamento da Seguridade Social por meio de proventos oriundos da contribuição: a) do empregador, através das folhas de

salário, receita ou faturamento e lucro (COFINS, PIS, CSLL); b) do trabalhador, através das contribuições descontadas do seu salário; c) das receitas de concurso e prognósticos realizadas mediante o sorteio de qualquer concurso envolvendo número, símbolo, loterias e apostas no âmbito federal; e d) do importador de bens e serviços do exterior, ou seja, por meio do PIS Importação e da COFINS Importação.

O procedimento para a arrecadação de receitas para o sistema em comento não se exaure nos dispositivos tributários elencados em lei, pois existem outras fontes de natureza não tributária que são utilizadas no âmbito da Seguridade Social. Entre as fontes em comento, pode-se citar aquelas advindas da contribuição previdenciária do segurado facultativo. Outras formas de arrecadação podem ser descritas por meio das contribuições autônomas, ou seja, contribuições de intervenção no domínio econômico, de interesses de categorias profissionais, de custeio do serviço de iluminação pública e as oriundas das contribuições gerais, como as obtidas por meio do Salário-Educação (art. 212 da CRFB), SESI, SENAI, SENAT, SENAR, INCRA (art. 240 da CRFB) (KERTZMAN, 2011, p. 189).

Portanto, o sistema de Seguridade Social é mantido mediante um conjunto de fontes elencado em lei, sendo que deve-se ressaltar que tais fontes não se exaurem nos depósitos realizados pelos trabalhadores que deles gozam.

Ademais, não se pode olvidar o princípio da solidariedade, princípio fundamental e de extrema importância no que toca à Seguridade Social:

Os sistemas de custeio da Seguridade Social, tanto em relação à Previdência Social, onde a contribuição e a arrecadação são diretas, quanto para a Saúde e a Assistência Social, onde se fazem indiretamente, são calcados, fundamentados e orientados a partir do princípio da solidariedade social (SERAU JUNIOR, 2012, p. 167).

Ocorre que atualmente muito se fala em um suposto “rombo” nas contas da Previdência Social, fundamento dos discursos de quem defende a PEC 287/2016, proposta pelo Executivo, que visa reformar a Previdência Social e – indiscutivelmente – tornar as regras para a concessão de benefícios previdenciários mais rigorosas.

Entretanto, cumpre questionar: o tão falado déficit da Previdência é real?

O Executivo coloca a referida reforma como uma necessidade e um reflexo do envelhecimento da população brasileira, enquanto veicula, em mídia nacional, a campanha “Previdência. Reformar para não acabar” e reitera o argumento de “a conta não fecha”.

A Exposição de Motivos da Reforma da Previdência, assinada pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, reproduz esse discurso: “A realização de tais alterações se mostra indispensável e urgente, para que possam ser implantadas de forma gradual e garantam o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema para as presentes e futuras gerações”¹.

Entretanto, esse discurso não é pacífico, pelo contrário. Segundo Diego Henrique Schuster:

Ao insistir no equilíbrio atuarial do sistema, afirma-se nas entrelinhas que o princípio da fonte de custeio, sempre colocado em colisão com o princípio da primazia da proteção social e o julgador como seu destinatário (na aplicação do direito), é utilizado para produzir uma realidade imaginária, na qual o sistema está sempre em rota de colisão, ainda que nunca comprovado pelo INSS, ainda que medidas como a desoneração da folha de pagamento ou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) confirmem o contrário e/ou desvio das receitas para finalidades que não lhe são próprias, ainda que o livreto da ANFIP, intitulado “Análise da Seguridade Social 2013” – a publicação mais confiável sobre o tema – indique que a arrecadação só tem aumentado, não se justificando a falácia do déficit previdenciário – principal argumento apresentado para as abusivas reformas do sistema previdenciário (in SERAU JUNIOR; FOLMMAN, 2015).

Travestida de caráter de urgência, a reforma proposta sequer foi debatida amplamente na sociedade. Falta transparência no que tange a dados, informações e medidas alternativas, inexistindo, dessa forma, o devido processo de compreensão, participação e discussão da população em um Estado Democrático de Direito. Há, em verdade, uma situação de imposição e submissão dos indivíduos ao Estado.

Ao passo que existe a campanha supramencionada, entidades como a ANFIP - Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil,

juristas e economistas garantem que inexiste o famigerado déficit.

A ANFIP divulga anualmente a publicação “Análise da Seguridade Social” e os superávits são sucessivos: de R\$ 59,9 bilhões em 2006; R\$ 72,6 bilhões em 2007; R\$ 64,3 bilhões em 2008; R\$ 32,7 bilhões em 2009; R\$ 53,8 bilhões em 2010; R\$ 75,7 bilhões em 2011; R\$ 82,7 bilhões em 2012; R\$ 76,2 bilhões em 2013; e R\$ 53,9 bilhões em 2014. Mesmo em 2015, ano em que se viveu uma crise econômica de proporções mundiais, houve superávit de R\$ 24 bilhões – o investimento nos programas da Seguridade Social, incluídos aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R\$ 707,1 bilhões.

Os defensores da reforma – de forma equivocada – não consideram o conjunto de receitas previstas no art. 194 da Constituição, mas apenas as contribuições que incidem sobre folha de pagamentos.

Considerando-se todo o estudado até aqui e as previsões constitucionais, é possível reconhecer que o discurso fundado nesse raciocínio se caracteriza – no mínimo – como manipulação dos dados.

Apesar de integrar um orçamento constantemente superavitário, o discurso daqueles que buscam desconstruir as justas conquistas dos trabalhadores brasileiros é o de que a Previdência Social é altamente deficitária.

Para chegar a essa conclusão, que não se sustenta na verdade, partem da simples comparação entre o que é arrecadado exclusivamente com as contribuições que incidem sobre a folha de pagamentos e a totalidade dos valores gastos com benefícios previdenciários, sejam eles urbanos ou rurais, conforme demonstrado na Tabela 2.

Esquecem das outras fontes de financiamento, como os recursos arrecadados com a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSL, por exemplo.

O padrão de financiamento na área social requer mais atenção nas análises (MAÇANEIRO in ANFIP, 2016, p. 11).

Além disso e com base no mesmo fundamento, o repetido argumento da pirâmide etária, com base no qual, com o envelhecimento da população – uma

tendência demográfica –, teremos menos ativos contribuindo que inativos percebendo benefícios previdenciários, o que geraria a falência do sistema, não só é questionável, como desconsidera o pacto social e toda a legislação referente ao financiamento da Previdência Social. Ademais, os defensores daquela justificativa desconsideram a grande parcela de aposentados por tempo de contribuição e por idade que continuam trabalhando e, conseqüentemente, contribuindo, uma (também) tendência olvidada e/ou omitida.

Com efeito, o que vem sendo propagado como déficit da previdência é, entretanto, o saldo previdenciário negativo, ou seja, a soma parcial de receitas provenientes das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho e de outras receitas próprias menos expressivas, deduzidas das transferências a terceiros e dos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social, sem levar em consideração todas as receitas que devem ser alocadas, nos termos da CRFB.

Além disso, são incluídas equivocada e falsamente na conta do suposto déficit as renúncias fiscais concedidas pelo Governo às entidades filantrópicas ou a clubes de futebol e desoneração da folha de paga-

mento. No ano de 2015, por exemplo, os valores de renúncia foram responsáveis por aproximadamente 50% do suposto déficit previdenciário, chegando a R\$ 64,185 bilhões:

E, impreterivelmente, divulgam o pior dos números: “o rombo da previdência atingiu R\$ 85,8 bilhões em 2015”, esquecendo-se de excluir, no mínimo, Previdência Social: contribuição ao debate às renúncias, que se constituem em valores indevidamente extraídos do caixa da Previdência Social.

Observem que, no ano de 2015, os valores de renúncia foram responsáveis por aproximadamente 50% do pseudo déficit previdenciário e os valores efetivos de renúncia são ainda maiores. Além disso, os partidários das reformas sempre esconderam da sociedade que o modelo previdenciário e, conforme demonstrado na Tabela 3, brasileiro havia sido criado numa lógica tripartite de financiamento – Empresa, Empregado e Estado. O que denominavam déficit era – e continua sendo – tão somente a diminuta parcela de recursos que caberia, naturalmente, ao Estado brasileiro contribuir. Como é, aliás, em todos os demais países que adotam o mesmo modelo previdenciário.

Ressalte-se que, diferentemente de outros países, no Brasil, as necessidades de financiamento da Previdência Social são cobertas com recursos da própria Seguridade Social (MAÇANEIRO in ANFIP, 2016, p. 14-15).

Braga e Costa ainda destacam:

Seguindo essa linha de raciocínio, destaca-se que, integrando o chamado “Plano Brasil Maior”, lançado em agosto de 2011, o Governo Federal estabeleceu medidas de desoneração da folha de pagamentos.

O suposto déficit da Previdência cai por terra a partir do momento em que a MP nº 540/2011 substitui a contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos por um tributo incidente diretamente sobre o faturamento. Foram contempladas, inicialmente, empresas dos setores de tecnologia da informação, com alíquota substitutiva de 2,5%, e do segmento têxtil, com alíquota substitutiva de 1,5%. A MP nº 540/11, convertida na Lei nº 12.546/11, ampliou o rol de empresas abrangidas pela desoneração. A Lei nº 12.715/12, ao dar nova redação aos arts. 7º a 10 da Lei nº 12.546/11, reduziu as alíquotas anteriormente fixadas de



2,5% para 2% e de 1,5% para 1% e adicionou atividades de segmentos econômicos não contemplados anteriormente. Dando sequência à prática de desonerações gradativas, o Governo Federal efetuou novas alterações na Lei nº 12.546/11 e incluiu novas atividades econômicas às já desoneradas e excluiu outras, pelas Leis nº 12.794, 12.844 e 12.873, de 2013, e pelas Leis nº 12.995 e 13.043, de 2014.

Ora, obviamente, tal desoneração da folha de pagamentos gerou impactos e consequências para a Previdência Social brasileira (BRAGA; COSTA, 2015, p. 83).

O art. 9º, IV, da Lei nº 12.546/11, por sua vez, determina que a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS. Ocorre que, além de não repassar o valor correto, a União demorou a fazê-lo, afetando o fluxo de caixa da Previdência Social e os seus pagamentos.

A avaliação dos repasses à Previdência Social pela União é de vital importância porque o nível financeiro das desonerações cresce continuamente e em valores representativos. As simulações da desoneração da folha de pagamentos, mostradas no capítulo 3 deste estudo, apontam uma perda de arrecadação, para a Previdência Social, de R\$ 31,52 bilhões em valores correntes de 2014, dos quais somente R\$ 18,05 bilhões foram compensados pelo Orçamento Fiscal. [...] As diferenças entre os cálculos que aquilatham essas renúncias, as transferências a menor realizadas pelo Tesouro e o lapso temporal, entre a redução das receitas e a efetiva cobertura, desequilibram financeiramente o RGPS (ANFIP, 2015).

Também não entra na conta do falacioso “rombo” a sonegação de contribuições previdenciárias patronais e o exército de trabalhadores contratados sem carteira assinada, para fugir da contribuição, ao passo que o aumento e incremento da fiscalização referente sequer é abordado.

Além de tudo, não se pode olvidar a DRU - Desvinculação das Receitas da União, um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. A principal fonte de recursos da

DRU são as contribuições sociais, que respondem a cerca de 90% do montante desvinculado. Na prática, isso permite que o governo aplique os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. A DRU também possibilita o manejo de recursos para o pagamento de juros da dívida pública.

Cumprido ressaltar que esse mecanismo foi criado em 1994, como Fundo Social de Emergência, e vigorou até 31 de dezembro de 2015. Em 2016, o percentual de desvinculação permitido aumentou de 20% para 30%.

Finalmente, causa estranheza o fato de o Executivo, ao passo em que propaga a ideia do conjecturado déficit da Previdência e da suposta necessidade urgente de reforma da mesma, conceda renúncias fiscais com recursos previdenciários e se utilize da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que sistematicamente retira parte do orçamento da Seguridade Social.

A PEC 287/2016 e o que ela representa

O suposto “rombo” da Previdência Social do Brasil, estudado e desconstruído no ponto anterior, é o principal fundamento utilizado em defesa da aprovação da PEC 287 – a famosa “Reforma da Previdência”.

Conforme já exposto, a referida reforma é colocada como uma necessidade e um reflexo do envelhecimento da população brasileira e seus defensores adotam discursos extremistas como “Previdência. Reformar para não acabar” e “a conta não fecha”.

Fato é que a PEC traz regras muito mais rigorosas para a concessão de benefícios previdenciários – regras estas que, caso aprovadas, inviabilizarão a percepção dos benefícios previdenciários para boa parte da população brasileira.

A proposta de emenda se encontra ainda em análise pela Comissão Especial e, em que pese já tenham ocorrido diversos recuos com relação à proposta inicial, especialmente diante das inúmeras manifestações contrárias à mesma, se buscará apresentar um panorama das modificações recomendadas pelo Executivo.

Com relação à aposentadoria por tempo de contribuição, o relatório final da comissão da Reforma da Previdência fixou a idade mínima para requerer o benefício em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Além disso, acaba com a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no RGPS e eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos.

Cumprir lembrar que a proposta inicial previa a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, o que certamente gerou grande debate e reflexão acerca do tema, uma vez que o art. 201, §7º, inciso I da CRFB dá tratamento diferenciado às mulheres no acesso à aposentadoria, assim como foi feito, posteriormente, na Lei nº. 13.183/15 – que determinou a fórmula 85/95. Isso não é à toa, Santos e Souza destacam:

Como se observa, foi opção constitucional tratar de forma diferenciada os segurados da previdência social, vinculados ao RGPS, levando-se em conta o critério de gênero, pelo menos no que diz respeito aos benefícios de aposentadoria, dispensando às mulheres um tratamento diferenciado em relação aos homens.

Contudo, em que pese a proteção dispensada as mulheres pela legislação, tanto a nível constitucional como também pela Lei nº. 8.213/91 e suas alterações, os dados apresentados pelo Anuário Estatístico da Previdência Social referente ao ano 2013, que analisou os anos do triênio (2011, 2012 e 2013), no que diz respeito à quantidade de concessões de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, demonstrou que o número de segurados contemplados no período sempre foi maior do que a de seguradas, correspondendo esta diferença em mais de 100%, ou seja, existe uma grande desigualdade em termos de proteção previdenciária em relação às mulheres.

Em relação ao valor dos benefícios pagos, referente à aposentadoria por tempo de contribuição, o mesmo relatório supracitado demonstrou que em relação à primeira faixa de cobertura, que contempla os benefícios de valor mínimo, a quantidade de seguradas beneficiadas é superior a dos segurados; todavia, nas faixas subsequentes, a proporção se inverte, sendo que quanto mais altos são os valores dos benefícios, mais desproporcional é a cobertura entre os gêneros, demonstrando, novamente, a condição desfavorável da mulher [...] (SANTOS; SOUZA, 2015, p. 25-26).

Quanto ao tema, impende salientar que apesar dos grandes avanços e das grandes conquistas das mulheres em busca de respeito e igualdade, sua condição em relação à ocupação de postos de trabalho e ocupação na cadeia produtiva pouco se alteraram, assim como a questão do trabalho doméstico, que ainda recai – quase que exclusivamente – sobre elas, que até agora sofrem discriminação, ainda que velada.

Ainda quanto à idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição e o aumento da expectativa de vida no país, cabem alguns apontamentos.

Segundo estudo da Organização Mundial da Saúde divulgado em 2015, o número de pessoas com mais de 60 anos no país deverá crescer muito mais rápido do que a média internacional, uma vez que enquanto a quantidade de idosos vai duplicar no mundo até o ano de 2050, ela quase triplicará no Brasil. Isso significa que o percentual de idosos deve alcançar os 30% até a metade do século.

Segundo o IBGE, a expectativa de vida média do brasileiro atualmente é de 75,4 anos na população em geral e de 79,1 anos para as mulheres.

Ocorre que o Brasil é um país de dimensões continentais e marcado por extrema desigualdade social, de forma que dados pura e simplesmente pouco representam diante da realidade da população de várias localidades e grupos sociais. Na verdade, há um grande número de brasileiros que – de acordo com a expectativa de vida da região onde vivem – morrerão antes de implementar a idade mínima exigida para a aposentação. Neste sentido, a lição de Rolnik:

Em primeiro lugar, esse indicador apresenta diferenças enormes entre as regiões, os estados e entre os municípios. Santa Catarina, por exemplo, tem a maior expectativa de vida do país, com 78,7 anos. Já no Maranhão, a longevidade média é oito anos mais curta. Mesmo em uma só cidade, como São Paulo, cuja média de expectativa de vida está entre as mais altas do país, 77,8 anos, as desigualdades entre distritos é imensa. Segundo levantamento na Rede Nossa São Paulo, enquanto no Alto de Pinheiros, na zona oeste da cidade, distrito onde está localizada a residência do presidente Michel Temer, o tempo médio de vida está em 79,67 anos, quase um ano acima da expectativa de vida nacional média, em Cidade Tiradentes, na zona leste, esta média é de apenas 53,85 anos.

No mapa é possível visualizar o tempo médio de vida por distrito. Entre os 96 da cidade, 36 apresentam médias inferiores aos 65 anos propostos na Reforma da Previdência.

Os bairros onde o tempo de vida é menor coincidem com os locais mais marcados por precariedades de todo tipo, mais distantes dos postos de trabalho e onde vive a maior parte dos trabalhadores com menores salários. Isso significa que a reforma penaliza especialmente os mais pobres, que ao longo da vida já desempenham as funções mais desgastantes e que, provavelmente, trabalharão até morrer (ROLNIK, 2016).

Como destacado no texto supracitado, a população mais carente será diretamente afetada pela reforma proposta.

Ademais, não se pode olvidar que a informalidade dos contratos de trabalho é real, assim como os baixos e instáveis salários da mão de obra não qualificada representam grande número da população brasileira, especialmente levando-se em conta a atual regulamentação da terceirização para todas as atividades.

Voltando à idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, que após muita mobilização foi fixada de forma diferente para homens e mulheres, nos termos da PEC, ela será progressiva, ou seja, evoluirá com o tempo. A idade mínima, então, vai começar aos 53 anos para mulheres e 55 anos para homens. Ademais, haverá regras diferentes para os trabalhadores filiados ao RGPS (INSS), para os servidores públicos, para os trabalhadores rurais e para regimes especiais. Neste sentido,

A parte mais polêmica envolvendo o novo requisito etário diz respeito ao fato de a PEC 287/2016 autorizar que a idade mínima continue acompanhando o aumento da expectativa de vida geral dos brasileiros, uma espécie de gatilho automático, que, numa projeção a partir das tabelas elaboradas pelo próprio IBGE ao longo dos últimos anos, vai rapidamente fazer com que a idade mínima suba para 70 anos, confirmando que a preocupação do governo é com a expectativa de morte, e não de vida (se entendem a ironia). Os pontos são (quase) sempre ligados com uma linha reta. Tudo é aproximado, negociação entre querer e poder (HG). Com isso, se deixa de fora ou

atinge, desproporcionalmente, estados, regiões e pessoas com expectativa de vida inferior (BERWANGER; SCHUSTER, 2015).

No que tange às regras de transição, além de terem que observar a idade mínima e contribuir por pelo menos 25 anos, os trabalhadores terão que adicionar ao seu cálculo para aposentadoria um pedágio de 30% sobre o tempo de contribuição que falta para requerer o benefício pelas regras atuais. Nesse ponto também houve retratação, pois a proposta inicial do governo era a de que o pedágio seria de 50%.

O cálculo do valor do benefício também sofrerá modificações, pois, para a concessão do valor integral, serão necessários 40 anos de contribuição, tendo em vista que o valor inicial do benefício, após 25 anos de contribuição, será de 70% da média de todos os salários desde 1994.

Além disso, a fórmula 85/95, prevista na Lei nº 13.183/15, com a reforma, vai acabar. Assim, tem fim a aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição no setor privado, valendo a idade mínima de 62 anos para mulher e 65 anos para homem, mais tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

O cálculo do valor do benefício também sofrerá modificações, pois, para a concessão do valor integral, serão necessários 40 anos de contribuição, tendo em vista que o valor inicial do benefício, após 25 anos de contribuição, será de 70% da média de todos os salários desde 1994.

Quanto aos servidores públicos estaduais e municipais, inclusive professores e policiais civis, que também serão submetidos à regra de transição da reforma – porém com pontos de partida diferentes –, o Executivo concede na proposta um prazo de seis meses para que os governos estaduais e municipais instituem regras próprias.

A PEC obriga os estados a criarem fundos de previdência complementar para novos servidores, o que fará com que os servidores tenham seu benefício limitado ao teto do INSS, podendo receber um complemento se quiserem aderir ao fundo.

Os professores, que possuem um regime especial, por sua vez, seguirão outras regras. Para profissionais

que atuam até o ensino médio da rede pública federal, a idade mínima começará aos 50 anos se mulher e aos 55 anos se homem. Para os profissionais do setor privado, a idade mínima começará aos 48 anos se mulher e aos 50 anos se homem.

Já os policiais federais não estarão sujeitos às regras de transição e poderão se aposentar, tanto homens quanto mulheres, aos 55 anos de idade. Os que ingressaram no serviço público até fevereiro de 2013 manterão a integralidade no benefício, recebendo o equivalente ao último salário da ativa, enquanto para os que entraram em data posterior valerá o teto do INSS.

A PEC também enquadraria os novos ocupantes de cargos políticos (senadores e deputados eleitos em 2018, por exemplo) nas mesmas regras do regime geral.

Com relação ao valor dos benefícios, este corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição e das remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado acrescidos de 1 (um) ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de

Com relação ao valor dos benefícios, este corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição e das remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado acrescidos de 1 (um) ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de 100% (cem por cento), respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de previdência social.

100% (cem por cento), respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de previdência social.

Os militares, entretanto, não serão afetados pela reforma proposta através da PEC, o que leva a um questionamento: por quê?

Os trabalhadores rurais sem carteira assinada, especialmente o agricultor familiar e o pescador artesanal, por sua vez, sofrerão severa modificação nas regras de concessão da aposentadoria. Atualmente, o trabalhador rural que comprove 15 anos de atividade rural e conte com 55 anos se mulher e 60 anos se homem tem direito à aposentadoria, sendo que a contribuição para a seguridade social é feita median-

te a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção. A CRFB prevê para o trabalhador rural que exerça suas atividades em regime de economia familiar:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

[...]

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

A PEC exige idade mínima de 57 anos para mulher e 60 anos para homem, além de contribuição previdenciária direta e individual.

Essa regra de contribuição se consubstancia em significativo prejuízo para os agricultores e pescadores artesanais, podendo-se inferir, inclusive, que seria mais uma causa de êxodo rural.

Várias são as propostas de mudança para o meio rural. O Governo pretende modificar a forma de contribuição, que deixaria de ser sobre a produção e passaria a ser mensal, tal como o contribuinte individual. Essa alteração geraria uma significativa exclusão, porque provavelmente levaria à contribuição apenas de uma pessoa da família (em geral o homem) e, nas regiões Norte e Nordeste, por toda a realidade já analisada, à total exclusão, remontando à década de 60, quando os trabalhadores do campo eram alijados do sistema previdenciário (BERWANGER; SCHUSTER, 2015).

Outro benefício que sofrerá relevantes modificações é a aposentadoria especial. Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro recopila a finalidade do benefício:

Os doutrinadores concordam que a aposentadoria especial é um instrumento de

técnica protetiva do trabalhador, destinado a compensar o desgaste resultante da exposição aos agentes nocivos prejudiciais à sua saúde ou integridade física.

[...] Ao longo dos anos, a legislação previdenciária procurou garantir ao segurado essa compensação, criando a aposentadoria especial, que, em parte, veio lhe proporcionar um ganho pelo desgaste resultante do tempo de serviço prestado em condições prejudiciais (RIBEIRO, 2012, p. 21-22).

E essa proteção não é à toa: só durante o ano de 2015, foram registrados no INSS cerca de 612,6 mil acidentes do trabalho, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2015 (p. 557), sendo que esse número não corresponde a todos os acidentes de trabalho ocorridos, tão somente os registrados.

A PEC 287/2016 prevê que a redução na idade e no tempo de contribuição para essas aposentadorias especiais estará limitada a, no máximo, 10 e 5 anos, respectivamente.

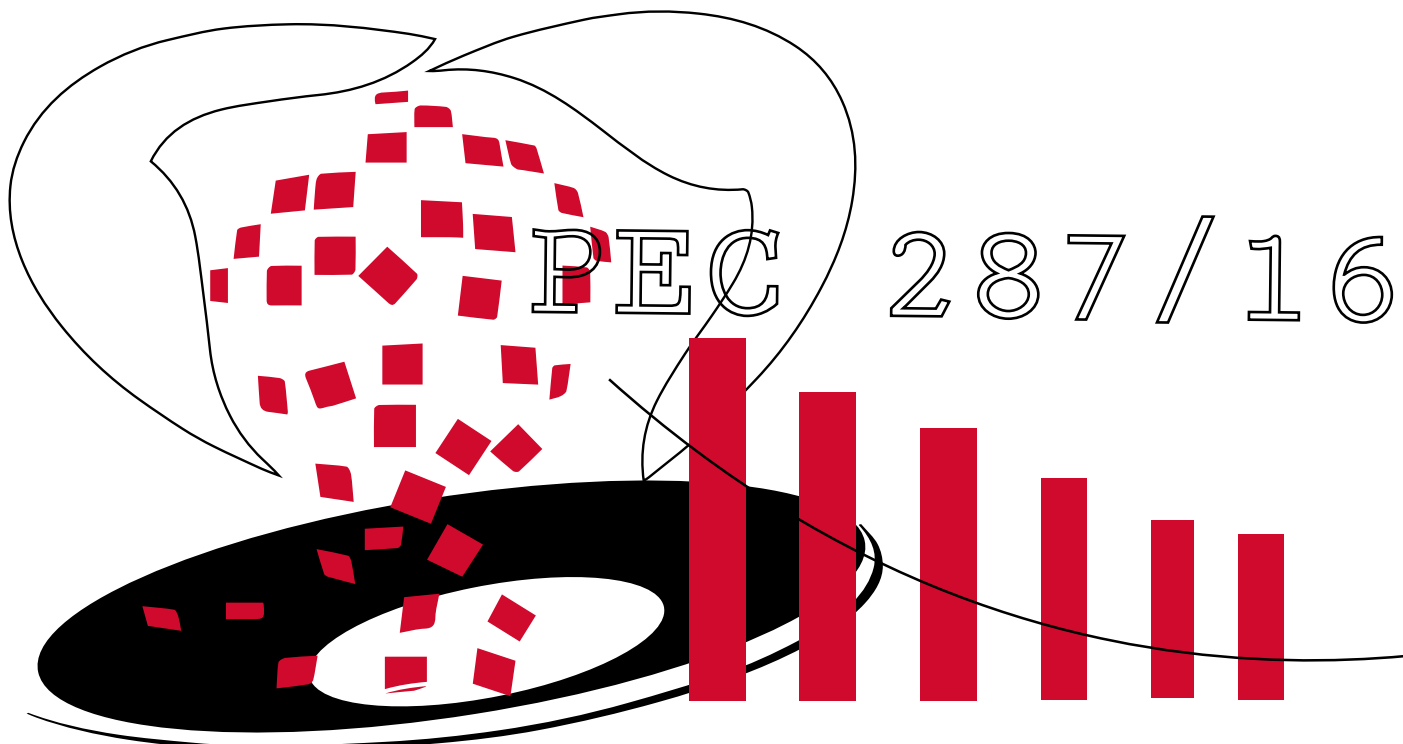
Ademais, a conversão de tempo ao segurado do regime geral de previdência social que comprovar tempo de contribuição decorrente do exercício de atividade sujeita a condições especiais que prejudiquem a saúde – efetivamente – só passa a ser permitida até a promulgação da emenda proposta.

No que tange à aposentadoria por invalidez e ao auxílio doença, previstos no art. 201, inciso I da CRFB e no art. 42 da Lei nº 8213/91, há previsão de alteração da nomenclatura desses benefícios para benefício por incapacidade temporária e benefício de incapacidade permanente, respectivamente, o que leva à exclusão de “doença” e “invalidez” e pressupõe a incapacidade para o trabalho especificamente.

Também estão previstas modificações nas regras de concessão da pensão por morte. Inicialmente, o governo propôs a impossibilidade de cumular a pensão por morte com outros benefícios previdenciários, o que, por certo, configurava-se uma ilogicidade, tendo em vista o fato gerador da concessão da pensão e da aposentadoria.

Após recuo do Executivo, será possível cumular aposentadoria e pensão; contudo, isso só será possível no limite de dois salários mínimos. E mais: o dependente terá que optar pelo benefício de maior valor, caso a combinação de aposentadoria e pensão supere esse limite, o que, óbvia e praticamente, inviabiliza a cumulação de benefícios.

Outro grave retrocesso quanto à pensão por morte diz respeito ao valor, uma vez que passaria a ser de uma cota familiar de 50%, acrescida de cotas individuais de 10 pontos percentuais por dependente,



até o limite de 100% do valor da aposentadoria que o segurado falecido recebia ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito. Como se não bastasse, há a desvinculação do salário mínimo, assim como as cotas individuais cessarão com a perda da qualidade de dependente e não serão mais reversíveis aos demais beneficiários.

O benefício assistencial de prestação continuada ao idoso ou ao deficiente, previsto na LOAS, também sofrerá transfiguração. Para definição da renda mensal familiar integral *per capita*, passará a ser considerada a renda integral de cada membro do grupo familiar. E mais: a idade para concessão do benefício passa a ser de 70 anos ou mais – e não mais 65 anos de idade.

A questão do aumento da idade traz mais uma reflexão. O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03 – dispõe que é considerada idosa a pessoa com 60 anos de idade ou mais, assim, há uma parcela de idosos entre 60 e 69 anos de idade que é excluída da concessão do amparo social, apesar de consideradas como tal pela legislação.

O benefício assistencial de prestação continuada ao idoso ou ao deficiente, previsto na LOAS, também sofrerá transfiguração. Para definição da renda mensal familiar integral *per capita*, passará a ser considerada a renda integral de cada membro do grupo familiar. E mais: a idade para concessão do benefício passa a ser de 70 anos ou mais – e não mais 65 anos de idade.

Portanto, não é necessário grande esforço para engessar nas referidas reformas propostas pelo governo através da PEC 287/2016 mais um ajuste fiscal propriamente dito do que uma mudança estrutural na gestão de políticas sociais. Pelo contrário, o que se vê é uma mudança estrutural no regime de concessão de benefícios visando a um ajuste fiscal. Conforme bem assevera Costa:

Pode-se afirmar, sem medo de equívocos, que a maioria dos problemas que afetam a Previdência Social poderia ser enfrentada pelo interesse dos governos que vêm se sucedendo, não havendo nenhuma necessidade de alardearem-se as ditas reformas do sistema, tal

como a mídia vem denominando e a sociedade como um todo incorporando em seu vocabulário cotidiano (COSTA, 2015).

Enzo Bello arremata:

Entre outras áreas de políticas sociais, a seguridade social foi escolhida como exemplo simbólico para retratar os fenômenos de aniquilação dos demais direitos sociais de cidadania previstos nos textos constitucionais. Ela revela um importante óbice à implementação fática de um “Estado de bem-estar universalista e redistributivo”, como preconizado pela Constituição brasileira de 1988: a predominância de grupos de pressão e interesses particulares (os *lobbies*) nos centros decisórios. Isso comprova a assertiva de Dagnino (2004, p. 102), quando aborda o deslocamento dos cidadãos e da sociedade civil do âmbito decisório para o da execução e políticas sociais, o qual retrata um pequeno índice de mobilização política e unificação de demandas sociais, apesar da introdução formal das organizações populares no processo decisório das políticas públicas, integrando conselhos gestores (BELLO, 2012, p. 76).

Os prejuízos que serão suportados pela população brasileira são de grandes proporções, ao passo que causa estranheza o fato de o Executivo, que, apesar de propagar a ideia do conjecturado déficit da Previdência e da suposta necessidade urgente de reforma da mesma, conceda renúncias fiscais com recursos previdenciários e se utilize da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que sistematicamente retira parte do orçamento da Seguridade Social.

Conclusão

Com efeito, quando Beveridge fundamentou que a proteção da Seguridade Social deveria ocorrer do “berço ao túmulo”, foi para realmente fazer frente aos desamparos sociais que a vida impõe, de forma que não podem os direitos sociais, em suas eficácias horizontal e vertical, ficarem reféns da ordem econômica.

Ora, os estudos técnicos citados demonstram que, a bem da verdade, o célebre déficit da Previdência Social e “rombo” causado pelos aposentados e pensionistas são suscetíveis de questionamento. Ou melhor: inexistem.

Se não bastasse, é propagado à população através da mídia um discurso terrorista de que existe um rombo nas contas da Previdência, a qual precisa ser reformada urgentemente, sob pena de acabar; tudo baseado em informações distorcidas. Não há transparência nas informações difundidas e não há debate, mas, sim, há quem propositadamente busque a interpretação mais conveniente. Além disso, são incluídas equivocada e falsamente na conta do suposto déficit as renúncias fiscais concedidas pelo Governo, as quais correspondem a grandes somas – em 2015, por exemplo, os valores de renúncia foram responsáveis por aproximadamente 50% do suposto déficit previdenciário, chegando a R\$ 64,185 bilhões, sem a devida compensação. Ademais, há a DRU - Desvinculação das Receita da União.

Cabe a reflexão: se, de fato, existisse o falacioso déficit da Previdência Social, haveria tantos interesses voltados para a administração de seus recursos? Seria viável a abdicação de tamanhos valores como o estabelecido nas normas que desoneraram as folhas de pagamento?

E, diante de tudo isso, a segunda parte deste trabalho demonstra as severas modificações nas regras de concessão de benefícios previdenciários propostas pelo Executivo através da PEC 287/2016, que, inclusive, inviabilizarão a percepção dos mesmos para boa parte da população. Com efeito, as opções economicistas no Estado Democrático Social de Direito, em uma conjuntura de graves desigualdades sociais como a que vivemos, jamais podem ser aceitas. **US**

notas

1. EMI nº 140/2016 MF, de 5 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FB0B7F949731F20219E267F15A1A5D41.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. v. 24 - Brasília: MF/DATAPREV. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/AEPS-2015-FINAL.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Nota Técnica - desoneração da folha de pagamentos - Impactos no financiamento da previdência social**. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/publicacoes/20150730181429_Nota-Tecnica-Desoneracao-da-Folha-de-Pagamentos-Impactos-no-Financiamento-da-Previdencia-Social_30-07-2015_nota_tecnica-FINAL.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.
BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Constituição: um olhar sobre minorias vinculadas à seguridade social**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

BRAGA, Juliana Toralles dos Santos; COSTA, José Ricardo Caetano. **O déficit da previdência social e os reflexos do pensamento neoconservador nos direitos previdenciários no Brasil, México e Chile**. JURIS, Rio Grande, v. 24: p. 63-90, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/juris/article/view/6334>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

_____. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. 2006. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 abr. 2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COSTA, José Ricardo Caetano. **A previdência social no ideário neoliberal**. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. **Neoconservadorismo e direitos previdenciários: a (des)constituição dos direitos sociais previdenciários nas duas últimas décadas**. In BRAUNER, Maria Claudia Crespo; LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. **Direito e Justiça Social: a construção jurídica dos direitos de cidadania**. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2015. Disponível em: <<http://www.ppgd.furg.br/index.php/publica%C3%A7%C3%B5es.html>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

referências

- KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. Salvador: JusPodivm, 2011.
- POTYARA, A. P. Pereira. **A política social no contexto da seguridade social e do welfare state**: a particularidade da assistência social. *Serviço Social e Sociedade*. n°. 55. Ano XVIII - Nov. 1997.
- RIBEIRO, Maria Helena Carreira Alvim. **Aposentadoria especial**: regime geral de previdência social. 4. ed. 3. Reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.
- ROLNIK, Raquel. **Com a Reforma da Previdência (e a aprovação do teto dos investimentos públicos), moradores das periferias não terão chance de se aposentar**. 2016. Disponível em <<https://br.noticias.yahoo.com/com-a-reforma-da-previdencia-e-a-aprovacao-do-teto-dos-investimentos-publicos-moradores-das-periferias-nao-terao-chance-de-se-aposentar-164632743.html>>. Acesso em 22 abr. 2017.
- SANTOS, Aline Fagundes dos; SOUZA, Sidimara Cristina de. **O agravamento do processo de feminização da pobreza a partir das atuais propostas de Reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil**. *JURIS*, Rio Grande, v. 24: p. 63-90, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/juris/article/view/6334>>. Acesso em: 8 jan. 2017.
- SCHUSTER, Diego Henrique. **A PEC 287/2016 e o fim da aposentadoria especial?** A relação da Previdência Social com a baixa efetividade do direito a um ambiente equilibrado e saudável. *In Juris Plenum Previdenciária: doutrina*. Editora Plenum. Ano V. n. 17. Caxias do Sul, RS: Editora Plenum, 2017.
- _____. BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **A reforma da previdência e os trabalhadores rurais**. *In Juris Plenum Previdenciária: doutrina*. Editora Plenum. Ano V. n. 17. Caxias do Sul, RS: Editora Plenum, 2016.
- SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e FOLMMAN, Melissa (org). **Previdência social em busca da justiça social**. São Paulo: LTr, 2015.
- SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Economia e seguridade social**: análise econômica do direito - seguridade social. 2. ed. Curitiba: Juruá: 2012.

referências

Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica

Rodrigo Castelo

Professor da Escola de Serviço Social da Unirio
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
E-mail: rodrigo.castelo@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz uma breve análise histórica da consolidação da supremacia rentista no Brasil na era neoliberal, desde a década de 1990 até os dias atuais. Para isto, recorre à categoria de violência como potência econômica, utilizada por Marx, Lukács, Ianni e Kohan, e aos estudos do fundo público como elemento central da acumulação capitalista no atual padrão de reprodução do capital. Uma das teses centrais é que o Estado, na fase neoliberal, não retorna a uma suposta fase liberal do “Estado mínimo”, mas, ao contrário, se amplia tanto na sociedade política, com o fortalecimento dos aparelhos coercitivos de expropriação e exploração, quanto na sociedade civil.

Palavras-chave: Supremacia Rentista. Violência como Potência Econômica. Fundo Público. Padrão de Reprodução do Capital. Formação Econômico-Social Brasileira.

Introdução

As frações rentistas da burguesia não são um produto da contemporaneidade do modo de produção capitalista. A sua história é antiga e remete aos tempos que antecedem ao capitalismo. Nos termos de Karl Marx, elas são antidiluvianas, assim como os co-

merciantes, mas desempenharam papéis econômicos e políticos relevantes no século XIX. No seu livro *As lutas de classe na França*, Marx aponta que a Revolução de Julho de 1830 alçou a aristocracia financeira ao poder central do Estado. “Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmaras, distribuiu os cargos públicos desde o ministério até a agência de tabaco” (MARX,



[1850] 2012, p. 37). A mudança de hegemonia dentro do bloco de poder dominante viria somente com a revolução de 1848 e o golpe do 18 Brumário em 1851. Tempos depois, no meio da Primeira Grande Guerra, Lenin analisou no livro *Imperialismo* (1916) como os *rentiers* tornaram-se, desde o final do século XIX, a força hegemônica nas fusões entre grandes capitais industriais e bancários que geraram o capital financeiro. Keynes, sob um ponto de vista liberal-burguês, destacou, com uma certa melancolia, no último capítulo da sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), a força do *rentier* no capitalismo do entreguerras e prescreveu, com otimismo, ações estatais que poderiam levar à eutanásia destes “investidores sem função”.

Apesar de toda a esperança cãndida da social-democracia com a Era de Ouro do capitalismo, as configurações que o capitalismo adquiriu com a revolução passiva neoliberal tornaram possível, mais uma vez, a supremacia rentista. A eutanásia keynesiana falhou. É nesta época da supremacia burguesa – com a hegemonia das frações rentistas no bloco de poder dominante – que vivemos no presente, tanto nos centros imperialistas quanto nas periferias e semiperiferias

do capitalismo dependente.

No Brasil, com as nossas particularidades históricas dentro da universalidade do modo de produção capitalista, não é diferente. A hipótese de trabalho é que, pela primeira vez na nossa história, presenciamos a hegemonia rentista na composição dos interesses das classes dominantes, embora banqueiros e outros *rentiers* tenham tido peso considerável no bloco de poder dominante desde o Império. No primeiro padrão de reprodução do capital, intitulado por Jaime Osorio (2012) de padrão agromineiro exportador, a hegemonia foi dos latifundiários; no segundo, chamado de padrão industrial, a hegemonia foi dos industriais na primeira fase e, depois de JK, foi das multinacionais do capital financeiro internacional; somente agora, no terceiro – padrão exportador de especialização produtiva –, temos a dominação financeira entre as distintas frações do capital. E mais: tal hegemonia contou com a participação ativa de setores majoritários da aristocracia operária.

É sobre a hegemonia rentista burguesa em tempos neoliberais e o uso crescente da coerção econômica estatal na atual fase do capitalismo dependente no Brasil que o presente artigo versa.

Estado e acumulação capitalista na formação econômico-social brasileira: a violência como potência econômica

Estado e capital andaram juntos na alvorada mundial do modo de produção capitalista, e nunca mais se separaram, embora conservem entre si uma autonomia relativa, gerando uma tensão conflituosa das frações da classe burguesa com a burocracia estatal ao longo de todo este tempo. Esta constatação figura em clássicos do pensamento social crítico. Há 150 anos, quando colocou um ponto final no livro 1 de *O capital*, Karl Marx ([1867] 1985, p. 285-6, grifos nossos) anotou no penúltimo capítulo que

os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizam o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade [...]. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. *Ela mesma é uma potência econômica.*

No século XX, Fernand Braudel escreveu três tomos sobre a formação do mundo mediterrâneo e suas consequências para a criação do capitalismo. No livro *A dinâmica do capitalismo*, que resume a sua obra principal, Braudel (1987, p. 55) afirmou que “[...] o Estado moderno, que não fez o capitalismo, mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora deixa-o estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado”.

No processo de colonização da América, median-

te a expropriação massiva dos meios de produção e reprodução das civilizações indígenas, Pindorama se tornou Brasil para atender aos interesses das classes dominantes externas. O Estado nacional, na forma da metrópole portuguesa, foi determinante na pilhagem dos recursos naturais, na exploração de índios e africanos tornados escravos e na constituição de uma sociedade patriarcal, machista e racista que oprimiu (e ainda oprime) milhões de mulheres e negros (SAFFIOTI, 2013; MOURA, 1988). O objetivo era alimentar os circuitos da acumulação primitiva do capital que então se desenvolviam em alguns países da Europa Ocidental e se expandiam para os territórios do sul do planeta.

Após a Independência de 1822, o Estado brasileiro atuou vivamente na manutenção de condições gerais para o enriquecimento das classes proprietárias nacionais e internacionais, seja com intervenções na economia, seja no uso da coerção contra as distintas revoltas indígenas, quilombolas e populares ao longo do Império. E assim foi em outros períodos históricos: na República Velha com o tratamento da questão social como “questão de polícia” e as intervenções cambiais, monetárias e fiscais para garantir o lucro dos latifundiários; na Era Vargas com a perseguição a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e aos comunistas e o apoio à industrialização centrada na burguesia paulista; e na ditadura empresarial-militar de 1964-85 com prisões, torturas, exílio e morte dos seus opositores e a mudança do padrão de acumulação concorrencial para o monopolista, com hegemonia do capital financeiro internacional.

Octavio Ianni, retomando a chave de leitura fornecida por Marx a respeito da violência como potência econômica¹, reconstrói teoricamente os vínculos orgânicos entre Estado e alta burguesia na acumulação capitalista e nas lutas de classes na consolidação do estágio monopolista do capitalismo dependente brasileiro. De acordo com Ianni (1981, p. 44),

Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar aparece também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório.

No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. [...] Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. [...] Tudo passa a ser largamente submetido às razões de “segurança e desenvolvimento” do Estado ditatorial, do capital, da alta finança, da grande burguesia financeira, do imperialismo.

A transição democrática em toda a América Latina foi contraditória. De um lado, mobilizações populares apressaram a queda das ditaduras militares, desgastadas do ponto de vista político e econômico; de outro, as movimentações de gabinetes do grande capital nacional e internacional e seus representantes governamentais e burocráticos para restabelecer, sob novas bases, a supremacia das classes dominantes. Destes embates, as ditaduras caíram e, ao mesmo tempo, os regimes instaurados pouco avançaram numa efetiva democratização da sociedade, em especial no tocante à redução das brutais desigualdades sociais. Em outras palavras, houve uma superação do antigo bloco histórico da ditadura empresarial-militar, mas muitos elementos foram conservados (PINHEIRO, 2014), impedindo uma radicalização dos processos democráticos políticos e socioeconômicos.

Na transição da ditadura para a Nova República, foi preciso contemplar, pela via do consenso, algumas demandas históricas da classe trabalhadora brasileira, conquistadas no seu processo de reorganização político-cultural a partir do final dos anos 1970. Direitos civis, políticos e sociais foram consagrados na Constituição Federal de 1988, um contrato social que contemplava, ao mesmo tempo, vitórias das classes dominantes com a atuação do Centrão e conquistas dos trabalhadores mobilizados no parlamento, nas ruas e nas fábricas. Neste choque entre as classes, a Constituição foi chamada de cidadã para celebrar os parciais – porém significativos – êxitos das classes subalternas, mas nela também estavam contidos antigos privilégios das classes dominantes, acrescidos de

novos. Florestan Fernandes (1989, p. 286), deputado federal em 1988, dá o seu testemunho, de forma lapidar, sobre a dialética dos avanços e recuos das lutas de classes na Constituição Federal.

[...] os processos legislativos adotados na ANC [Assembleia Nacional Constituinte], combinados à esmagadora maioria de constituintes pertencentes aos estratos conservadores das classes dominantes, reduziram o fogo criativo da ebulição. O centro moveu-se no sentido de apoio seletivo, em questões candentes apenas de forma moderada. A extrema-direita e a direita compuseram uma muralha da China. Só cederam quando a alternativa era perder os anéis e os dedos, a derrota pura e simples. [...] A esquerda só logrou vitória ou conquistas relativas com o apoio do centro, aceitando castrações ou arranjos que põem a Constituição de 1988 à frente de 1946 e na órbita do constitucionalismo moderno, contudo, não responde ao essencial: às exigências prementes da nossa situação histórica.

A transição democrática em toda a América Latina foi contraditória. De um lado, mobilizações populares apressaram a queda das ditaduras militares, desgastadas do ponto de vista político e econômico; de outro, as movimentações de gabinetes do grande capital nacional e internacional e seus representantes governamentais e burocráticos para restabelecer, sob novas bases, a supremacia das classes dominantes.

E mesmo com direitos inscritos na lei máxima do país, diversos deles nunca saíram do papel ou, quando foram efetivados em políticas sociais – com destaque para a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) –, foram limitados pela coerção da política econômica neoliberal dos anos 1990 em diante. Resumidamente, ao final do processo de abertura, os subalternos conseguiram avanços na ordem estabelecida, mas a resultante foi a vitória dos dominantes, implementado o seu projeto de classe: o neoliberalismo. Por isso, diz Atilio Boron (2011, p. 41-2),

não causa surpresa que o efeito desse novo ciclo de democratização pós-ditaduras tenha sido um dramático enfraquecimento do impulso

democrático. Longe de ter ajudado a consolidar as incipientes “democracias latino-americanas”, as políticas neoliberais, na verdade, contribuíram para debilitá-las e as consequências dessa funesta ação se percebem facilmente agora. A democracia entre nós se tornou esta “concha vazia” de que tanto falava Nelson Mandela, onde um número cada vez maior de políticos corruptos e irresponsáveis administra os países com a única preocupação de agradar e satisfazer as forças de mercado, com total indiferença pelo bem comum. Por isso, [...] os sistemas políticos dominantes na região não podem ser chamados de “democracias”; mais vale utilizar o conceito de “regimes pós-ditatoriais”, forma talvez menos ofensiva que a denominação que na verdade lhes corresponde: plutocracias ou oligarquias.

No Brasil, o neoliberalismo foi instaurado no governo Collor, consolidado na era FHC e aprofundado nos governos Lula e Dilma, com diferenças entre si que merecem as devidas mediações teóricas e políticas. Ao longo de todo este processo histórico na Nova República, o Estado nacional continuou a serviço dos interesses das classes dominantes, hegemônico pelas frações rentistas da burguesia. As teses do Estado

No Brasil, o neoliberalismo foi instaurado no governo Collor, consolidado na era FHC e aprofundado nos governos Lula e Dilma, com diferenças entre si que merecem as devidas mediações teóricas e políticas. Ao longo de todo este processo histórico na Nova República, o Estado nacional continuou a serviço dos interesses das classes dominantes, hegemônico pelas frações rentistas da burguesia.

mínimo não se concretizaram na sua plenitude e podem ser vistas como um elemento retórico que nos desvia do essencial: não houve uma diminuição do Estado mas, em termos gramscianos, a ampliação do Estado com a refuncionalização de antigas estruturas e criação de novas com o objetivo de reverter a crise orgânica dos anos 1980 no país.

Como reação à crise orgânica mundial dos longos anos 1970, o neoliberalismo inaugurou uma nova etapa do capitalismo a partir da ofensiva das classes dominantes contra os trabalhadores. Dentro da estratégia das classes proprietárias, o Estado cumpriu um papel de destaque na retomada das taxas de lu-

ros então decrescentes e na recomposição do bloco de poder dominante. Por isto, não ocorreu o desmanche do Estado, mas sim a sua tomada de assalto por diversas vias, desde golpes militares (Pinochet) até eleições em pleitos formalmente democráticos (Reagan, Thatcher, Menem, Fujimori etc.).

No âmbito da sociedade política, uma das resultantes dos embates pelo controle dos seus aparatos foi o fortalecimento do Poder Executivo frente ao Legislativo. Um dos exemplos emblemáticos é a “blindagem” da economia e a autonomia relativa dos Bancos Centrais e de Desenvolvimento Nacional, Tesouros Nacionais e demais instituições de política econômica frente às demandas públicas por melhores condições de vida. Em síntese, a violência como potência econômica ganhou força material com as novas configurações do Estado ampliado no neoliberalismo, e isto ocorreu antes mesmo da grande crise de 2008. Como dizem Duménil e Lévy (2014, p. 241),

apesar da crença profundamente enraizada na economia de livre mercado e na chamada disciplina dos mercados, a crise deu início a uma cadeia de intervenções por parte das instituições centrais. Não há nada de surpreendente nessa reversão súbita dos princípios básicos do credo neoliberal. O neoliberalismo não trata de princípios ou ideologia, é uma ordem social que busca o poder e a renda das classes mais altas. Ideologia é um instrumento político. Considerado desse ângulo, não houve mudança de objetivos. No neoliberalismo, o Estado (tomado aqui no sentido mais amplo, que inclui o Banco Central) sempre trabalhou a favor das classes altas. O tratamento da crise não é exceção, só diferem as circunstâncias e, consequentemente, os instrumentos.

Essa blindagem não significa a separação entre política e economia: antes de tudo, é a vitória da grande política das classes dominantes em estabelecer um novo bloco histórico no âmbito global. Somente no plano da aparência, política e economia podem ser separadas: Estado e capital estão imbricados sob a hegemonia de diferentes frações das classes dominantes ao longo do tempo. Por certo, formas de governo e instituições estatais mudam historicamente no exercício da supremacia burguesa e a partir das resistências dos trabalhadores, que por vezes têm determinados interesses atendidos, mas o conteúdo de classe do

Estado permanece. Mesmo no Estado de bem-estar social, quando a organização dos trabalhadores e a presença do socialismo real tensionaram o cenário político, a aliança histórica entre capital e Estado não se desfez: o conteúdo classista do Estado reafirmou-se tanto na manutenção de altas taxas de lucro do capital financeiro quanto no combate militarizado às frações revolucionárias do movimento operário nos países centrais, em que pese ganhos substantivos da classe trabalhadora em termos de renda e direitos sociais. No campo geopolítico, na Europa e no Extremo Oriente, o Estado do bem-estar social funcionou como uma barreira de contenção aos processos revolucionários vitoriosos no pós-segunda guerra no Leste Europeu, China e Sudeste Asiático.

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais, geopolíticas e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização – e até mesmo militarização – da “questão social” e das organizações mais radicais de esquerda. Além disso, os Estados imperialistas continuam a cumprir com zelo o seu papel de dominação e extração da riqueza dos países dependentes, sejam eles semiperiféricos ou periféricos, reeditando, sob nova roupagem, métodos da acumulação primitiva do capital (BRANDÃO, 2010). Desta maneira, defende-se a tese da ampliação e do fortalecimento do Estado na era neoliberal, que cumpre papel fundamental na ofensiva do capital financeiro financeirizado ao trabalho e do imperialismo nos países dependentes. Segundo Elaine Behring (2014, p. 5),

o neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois este permaneceu com forte presença econômica e social e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países. Contudo, o Estado redireciona a alocação do fundo público, sendo elemento constitutivo dessa lógica destrutiva.

Na prática, a acumulação capitalista no Brasil a partir da década de 1990 contou decisivamente com

a atuação direta e indireta do Estado e foi garantida a hegemonia rentista dentro do bloco de poder dominante com diversas ações, com ganhos econômicos e políticos para as outras frações: a privatização dos ativos públicos com farto financiamento estatal, a política monetária de juros altos, a liberalização das contas internacionais, a expropriação tributária dos salários e aposentadorias, a política fiscal direcionadora do fundo público para os fundos privados dos donos da dívida pública, isenções fiscais bilionárias, programas sociais que capitalizam empreendimentos privados², a retirada de direitos sociais, intervenções nos sindicatos, expropriações dos meios de produção dos povos originários, ocupações militares de comunidades populares etc.

Mais ou menos explícita, a violência é marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo, seja pela força do Estado, seja pela atuação dos capitalistas e latifundiários nos processos de alienação, subsunção (formal e real) e exploração da força de trabalho de mulheres, homens e crianças no reino oculto da produção. A violência é, assim, uma potência econômica utilizada sistematicamente pelas classes dominantes nas suas lutas contra os subalternos, tanto nas regiões imperialistas quanto no capitalismo dependente, com maior intensidade neste último, por conta da superexploração.

A supremacia rentista na nova etapa do neoliberalismo no Brasil

No Brasil neoliberal, constata-se a supremacia do rentismo burguês dentro das políticas econômicas operadas a partir de um Estado ampliado e fortalecido, em especial dos seus aparelhos coercitivos de expropriação e exploração. O tripé macroeconômico – superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante –, típico do receituário do Consenso de Washington, mantém-se desde 1999 até os dias de hoje, com ou sem a assinatura de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Recentemente, apesar das bravatas neodesenvolvimentistas³, o tripé foi sucessivamente reafirmado antes do golpe de 2016. Vale recordarmos dois episódios: durante as Jornadas

de Junho (2013), a presidenta Dilma Rousseff lançou um pacto nacional e o primeiro ponto era o da disciplina fiscal para pagamento dos juros. Não restava dúvida das suas prioridades. E, logo após a vitória eleitoral em 2014, a mesma presidenta anunciou a nomeação de Joaquim Levy, representante direto do sistema financeiro nacional para o cargo de Ministro da Fazenda, nomeação aplaudida pelo Fórum de Davos e pela oposição tucana. Nem mesmo após intensas mobilizações populares nas ruas e nas urnas, o tripé sofreu abalo. Será preciso uma mobilização ainda maior e mais organizada para derrubá-lo.

Todavia, devemos voltar no tempo e resgatar algumas condições superestruturais para a conformação da supremacia rentista no Brasil. De 1993 para cá, um conjunto de leis foi escrito pelas classes dominantes no parlamento nacional para construir a base jurídica do novo padrão de reprodução do capital: (1) a Desvinculação de Receitas da União (criada como Fundo Social de Emergência, depois Fundo de Estabilização Fiscal), que recentemente aumentou de 20 para 30%; (2) a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000); e (3) a nova Lei de Falências (2005). Com esta legislação, o Estado definiu como prioridade máxima o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo altas taxas de rentabilidade para os setores rentistas das classes dominantes. Tatiana Brettas (2012, p. 109), analisando as alterações sofridas pelo capitalismo dependente nesse período, chega à conclusão que

a configuração do Estado também se altera, mudando significativamente a condução das políticas econômicas e sociais, fato que tem implicações no perfil do gasto público. A intervenção direta do Estado na produção, ainda que não desapareça, perde espaço para uma postura que favorece a rentabilidade financeira, tendo a dívida pública um papel de destaque. Essas mudanças na forma como os recursos públicos são gastos tornam fundamental uma análise mais detalhada acerca da dinâmica do fundo público. Trata-se da necessidade de entender não apenas a sua composição, mas também de identificar o destino desses recursos e o seu significado para a luta de classes.

Vamos seguir tais pistas metodológicas para uma breve exposição sobre o papel do fundo público na

reprodução capitalista. Em primeiro lugar, analisemos a sua composição. A carga tributária cresceu nos últimos anos. Em 1995, era de 27% do PIB; em 2015, passou para 32,71%. Deste total, a União fica com 21,54%, os estados da federação com 8,84% e os municípios com 2,33% (BECK *et al.*, 2016, p. 21). Ou seja, além de uma crescente apropriação da riqueza nacional por parte do Estado brasileiro desde o início do Plano Real, há uma crescente centralização destes recursos no Tesouro Nacional.

O mais importante, do ponto de vista analítico, é desagregar os tributos de acordo com as classes sociais. De acordo com Evilásio Salvador (2016), a arrecadação tributária em 2014 foi de R\$ 1,8 trilhão, divididos da seguinte forma (em ordem decrescente): 1. tributos sobre bens e serviços, 51,02% do total; 2. tributos sobre a folha de salários, 25,18%; 3. tributos sobre a renda, 18,02%; 4. tributos sobre a propriedade, 4,17%; e 5. tributos sobre transações financeiras, 1,61%. A principal fonte de arrecadação são os tributos sobre bens e serviços, impostos que têm alíquotas iguais para todos os consumidores, sem diferenciação de renda e riqueza. As duas menores fontes – propriedade e transações financeiras – são justamente as que incidem com maior peso nas classes proprietárias e correspondem somente a 5,78% do total da tributação. O sistema tributário brasileiro é, portanto, baseado em impostos e contribuições regressivos e indiretos, que têm maior peso sobre a renda dos trabalhadores, ao invés de tributar os mais ricos, aprofundando as desigualdades. Como bem sintetiza Salvador (2016, p. 62-3),

Mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre renda e patrimônio. Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda corresponde a cerca de 2/3 da arrecadação, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A eficácia redistributiva da política tributária brasileira é baixa, pois ela não tributa o patrimônio e os rendimentos mais elevados, não originários do trabalho – aluguéis, aplicações financeiras, lucros e dividendos.

Em segundo lugar, devemos ver os gastos públicos federais. Segundo os estudos da Auditoria Cida-

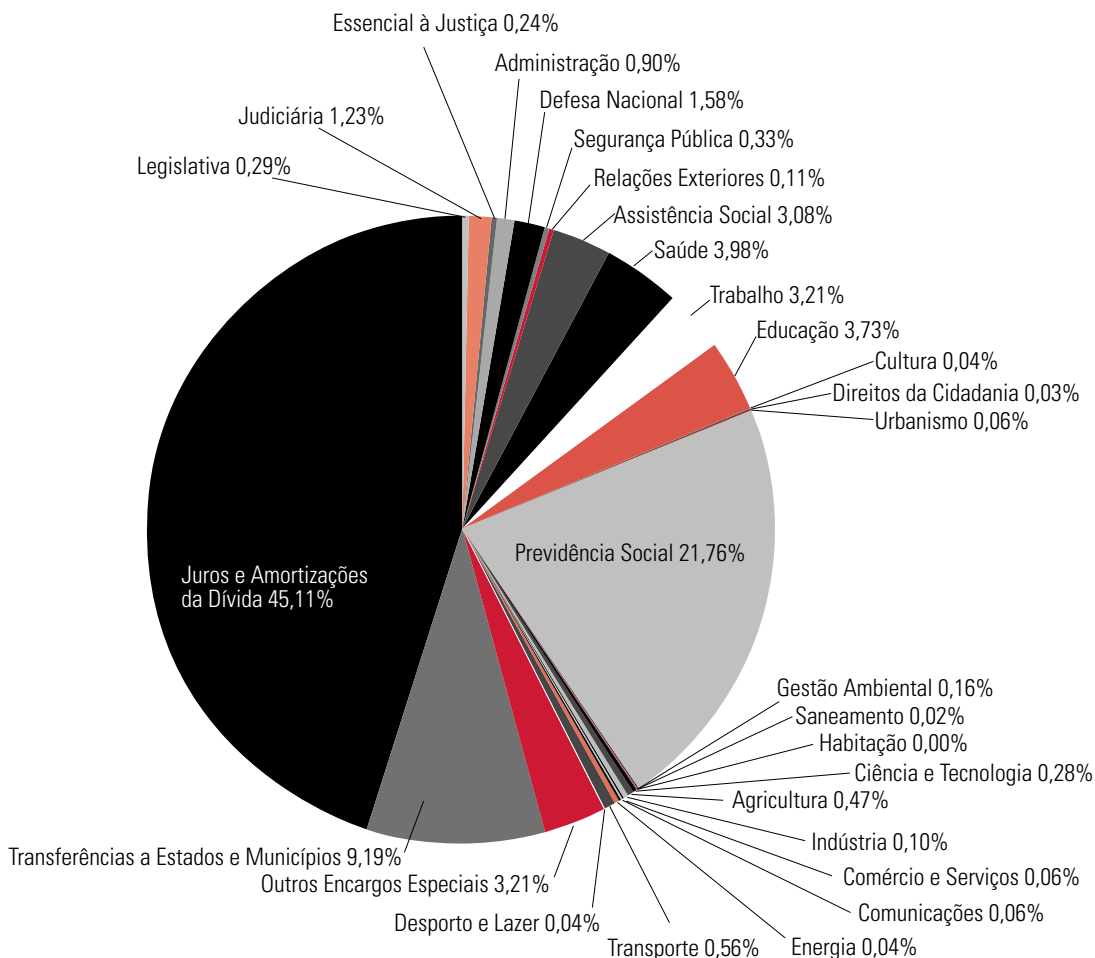
dã da Dívida Pública, o orçamento geral da União executado em 2014 foi de R\$ 2,168 trilhões. Deste total, 45,11% foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública: em termos monetários, o valor é de R\$ 978 bilhões (por dia foram gastos R\$ 2,679 bilhões com a dívida); em segundo lugar, a previdência social com 21,76%; em terceiro, saúde, com 3,98%; em quarto, educação, com 3,73%; e, depois, outros encargos especiais (3,21%), trabalho (3,21%), assistência social (3,08%), defesa nacional (1,58%), judiciário (1,23%) e os demais com menos de 1% (vide Gráfico 1).

Tanto na composição quanto nos gastos do fundo público, evidencia-se o caráter classista do Estado brasileiro e a hegemonia rentista no bloco social dominante. Entretanto, as demais frações das classes dominantes lucram com a atuação estatal, embora com pesos diferentes na disputa pela apropriação da

riqueza nacional produzida pela exploração da classe trabalhadora. O fundo público ganha, com esta nova configuração ampliada do Estado, um peso crescente no novo padrão de reprodução do capital, funcionando como um dos elementos centrais da acumulação capitalista, e não somente como uma das contra-tendências em tempos de crise.

A aliança entre os atuais dirigentes do Estado brasileiro e o rentismo burguês é mais profunda do que uma análise da política econômica pode revelar à primeira vista. Em 2003, Francisco de Oliveira lançou o texto *Ornitórrinco*, no qual advogava a tese de formação de uma nova classe social no Brasil, uma fusão da aristocracia operária de dirigentes do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com setores do mercado financeiro na atuação dentro dos fundos de pensão, com forte participação de intelectuais relacionados à Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

Gráfico 1 - Orçamento geral da União executado em 2014



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

(FGV-SP). Escreve Chico de Oliveira (2003, p. 148):

A nova classe social tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.

Em que pese não estarmos diante de uma nova classe social, mas de um grupo ligado organicamente às classes dominantes com capacidade política de aumentar a extração do mais-valor da força de trabalho, a expropriação de direitos sociais e o apassivamento de setores maciços da classe trabalhadora, a tese de Chico de Oliveira é acertada. E podemos ir além, pois não se trata da repetição de antigas fases da longa revolução passiva brasileira: no neoliberalismo, opera-se uma nova síntese, que altera a forma da supremacia burguesa e as bases da acumulação capitalista no Brasil contemporâneo.

Estamos diante de uma novidade histórica. Antes, os grupos cooptados das classes subalternas aceitavam participar do bloco de poder dominante em nome de concessões pontuais; de 2003 em diante, temos no

Estamos diante de uma novidade histórica. Antes, os grupos cooptados das classes subalternas aceitavam participar do bloco de poder dominante em nome de concessões pontuais; de 2003 em diante, temos no Brasil o transformismo de antigas lideranças social-democratas em agentes ativos do novo padrão de reprodução do capital.

Brasil o transformismo de antigas lideranças social-democratas em agentes ativos do novo padrão de reprodução do capital. Essencialmente, a aristocracia operária brasileira – em larga medida entrincheirada na burocracia sindical da CUT – se tornou sócia do rentismo burguês na composição acionária e na direção e gerenciamento de gigantescos fundos de pensão⁴ e dos conglomerados do capital financeiro financeirizado. Para constatar esta situação, devemos estudar as carteiras de investimento dos fundos de pensão

e os seus assentos ocupados nas diretorias e Conselhos de Administração das multinacionais públicas e privadas que operam o subimperialismo brasileiro.

O golpe de 2016 no Brasil é um dos capítulos mais dramáticos do neoliberalismo, o que não apaga a gravidade dos processos iniciais de implantação e posterior consolidação do projeto das classes dominantes. Inscrito numa conjuntura internacional de crise orgânica do capitalismo desde 2008, que alia crise econômica e crise de hegemonia – com aumento da coerção estatal e de grupos paraestatais exercida contra a classe trabalhadora, ganhando ares neofascistas –, o golpe legislativo-midiático-judiciário leva o vice-presidente Michel Temer ao posto máximo do Executivo. A sua função histórica é retomar, a qualquer custo, as taxas de lucro declinantes no país e de silenciar coercitivamente os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, as lutas dos movimentos feminista, negro e LGBT).

Como visto acima, a hegemonia das frações rentistas no bloco de poder dominante não é uma singularidade do governo de Temer. Esta foi a tônica em todos os governos desde FHC, como atestam os balanços patrimoniais dos grandes conglomerados capitalistas internacionais e nacionais (com destaque para os bancos), as principais medidas da política econômica nos últimos vinte anos e os ocupantes dos principais cargos do Executivo e seus aparelhos coercitivos de expropriação e exploração. Estamos, portanto, não diante de uma restauração neoliberal com o golpe, pois o neoliberalismo não deixou de ser hegemônico desde FHC, mas sim de uma nova etapa do neoliberalismo, a mais radical no sentido de atacar direitos sociais que nem mesmo os governos anteriores (PSDB e PT) conseguiram levar a cabo ou mesmo colocaram em pauta.

Para isto, Temer reabilita figuras típicas do rentismo burguês, como Henrique Meirelles, que exerceu o mandato de presidente do Banco Central nos dois governos Lula, inclusive com *status* de ministro, e monta uma camarilha financeira para gerenciar as diretrizes centrais da política econômica. A articulação política do governo Temer é sistematicamente desmontada por conta de denúncias de corrupção e

tráfico de influência, o que provoca a queda de ministros e auxiliares próximos ao presidente. Os representantes do grande capital financeiro financeirizado, todavia, permanecem intactos nos postos-chave dos aparelhos coercitivos estatais de expropriação e exploração (Banco Central, Receita Federal, Tesouro Nacional, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, empresas e bancos estatais). Sólidas, tais estruturas econômicas coercitivas não se desmancham no ar da crise orgânica capitalista no Brasil.

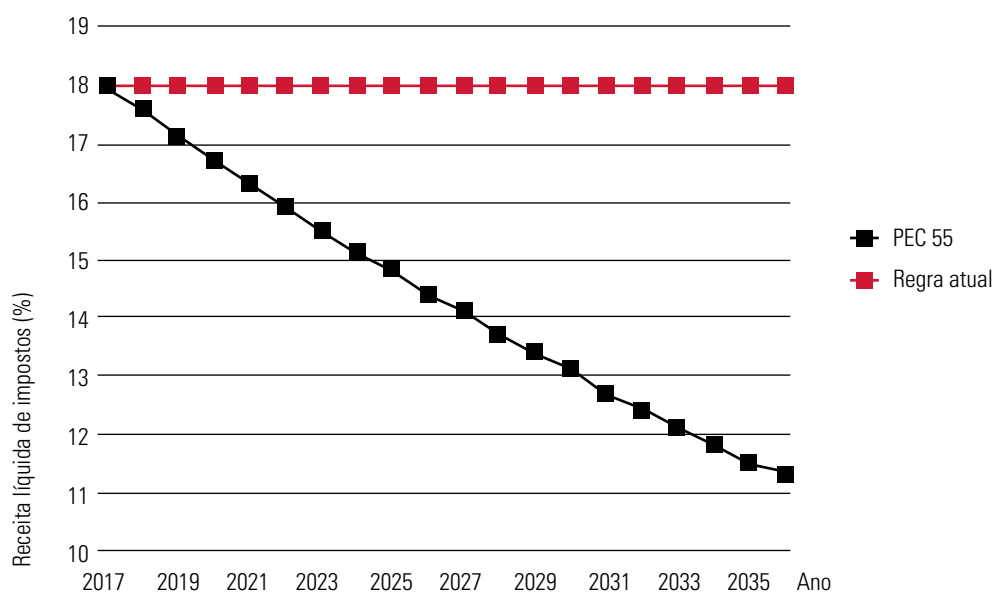
Esta alta tecnocracia estatal proporciona novas rodadas de privatizações e concessões públicas, em especial na área de infraestrutura, e a retirada de direitos sociais conquistados ao longo de todo o século XX, tendo como alvos prioritários a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um conjunto de medidas – aumento da jornada de trabalho, terceirização, retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários (PEC 287/16) – é apresentado pelo Executivo ao Legislativo sem apoio popular, mas com respaldo dos oligopólios de comunicação, das altas esferas do Judiciário e dos setores mais reacionários da classe média, com o objetivo de garantir os interesses das classes proprietárias, aprofundando ainda mais a dependência e a superexploração.

Outras medidas foram implementadas anteriormente no sentido referido logo acima, mas não na velocidade e intensidade das apresentadas no gover-

no golpista. Temos mudanças quantitativas e qualitativas que trazem uma nova fase no projeto neoliberal. A Emenda à Constituição nº 95/2016 (EC 95), criadora de um novo regime fiscal, surge como a medida mais marcante da violência como potência econômica nos últimos tempos.

O novo regime fiscal dismantela os mecanismos constitucionais de alocação de recursos para as políticas sociais até então vigentes. Antes havia margens (restritas) na disputa pelo fundo público, pois havia a possibilidade de crescimento dos gastos com políticas sociais e anticíclicas, mesmo que limitada pela legislação neoliberal, a sujeição dos sucessivos governos ao projeto das classes dominantes e o enfraquecimento da classe trabalhadora derivado da reestruturação produtiva, das derrotas mundiais do socialismo e da burocratização e apassivamento ativo das suas organizações políticas mais numerosas. Hoje, com a promulgação da EC 95, a margem de disputa pelos recursos do fundo público em favor do trabalho tende a ser nula. Os gastos com as políticas sociais ficarão congelados pelos próximos vinte anos e só serão reajustados nominalmente de acordo com o índice inflacionário (IPCA) do ano anterior, desconsiderando as taxas demográficas e de crescimento do PIB e do próprio orçamento. Isto significa que, em termos reais, haverá uma vertiginosa queda nas verbas para as políticas sociais (vide Gráfico 2).

Gráfico 2 - Mínimo para gastos com educação com as antigas regras da Constituição e a EC 95 (ex-PEC 55)



Fonte: Rossi e Dweck (2016, p. 3). Elaboração dos autores.

Antes da EC 95, tínhamos pisos mínimos garantidos pela Constituição (na educação, 18% da receita líquida de impostos; e, na saúde, a EC 86 determinava que, em 2017, o piso seria de 13,7% da receita corrente líquida, chegando a 15% em 2020), mas que em determinadas circunstâncias foram gastos valores acima do piso; agora, temos um teto que não pode ser ultrapassado, com pena dos governantes serem processados por descumprirem a lei máxima do país. Parafrazeando Vinicius de Moraes, pode-se imaginar alguém cantarolando em 2036: era uma Constituição muito engraçada, tinha teto, não tinha piso...

Para termos uma estimativa dos impactos da EC 95, caso ela estivesse em vigor no período de 2002 a 2015, vale recorrermos a uma nota técnica elaborada pelo Dieese (2016). De acordo com o texto do Departamento, “no caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%, no período. Já em relação às despesas com saúde, a redução seria de 27%. Em relação ao montante de recursos, a perda na saúde, entre 2002 e 2015, teria sido de R\$ 295,9 bilhões e, na

A disciplina draconiana do novo regime fiscal já começa a dar seus primeiros sinais. Os acordos de ajuda financeira aos estados da federação com dificuldades de caixa, como o Rio de Janeiro, só são firmados após a assinatura de um termo de compromisso no qual o estado se compromete a cumprir uma série de exigências da União, como privatização de empresas de energia e saneamento e bancos, congelamento de salários, planos de carreira e concursos públicos, aumento da expropriação previdenciária, cortes nos gastos de custeio etc.

educação, de R\$ 377,7 bilhões”. No total, estamos falando de R\$ 673,6 bilhões expropriados das políticas sociais e apropriados pelos donos da dívida pública interna. A expropriação do fundo público em favor dos grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado chegará, desta forma, a um patamar nunca experimentado no país.

A disciplina draconiana do novo regime fiscal já começa a dar seus primeiros sinais. Os acordos de ajuda financeira aos estados da federação com dificuldades de caixa, como o Rio de Janeiro, só são firmados após a assinatura de um termo de compro-

misso no qual o estado se compromete a cumprir uma série de exigências da União, como privatização de empresas de energia e saneamento e bancos, congelamento de salários, planos de carreira e concursos públicos, aumento da expropriação previdenciária, cortes nos gastos de custeio etc. É o procedimento típico adotado pelos organismos multilaterais de desenvolvimento (FMI e Banco Mundial) com os países dependentes. O impacto nas políticas sociais já é visível: o dramático caso da UERJ é um balão de ensaio, para todo o país, de como a pilhagem dos recursos estatais via o novo regime fiscal destruirá os serviços sociais de qualidade.

Com a promulgação da EC 95, ocorrida em dezembro de 2016, após um dos episódios mais grotescos da repressão a manifestantes em frente ao Congresso Nacional, a mudança de padrão do gasto público em favor dos rentistas está garantida constitucionalmente, numa espécie de transformismo do constitucionalismo do *socialismo del siglo XXI*. Recentemente, Venezuela, Bolívia e Equador, a partir de lutas contra a dependência externa e interna, conseguiram incorporar direitos sociais às políticas de Estado por meio de reformas constitucionais e uma série de referendos populares. No Brasil, estamos na contramão, na qual as classes dominantes alteram a Constituição para destruir direitos sociais e consagrar a plutocracia burguesa, tornando os espaços democráticos meros simulacros da política.

O fundo público e os aparelhos estatais de política econômica – aqui intitulados de aparelhos coercitivos de expropriação e exploração – são, assim, blindados de acordo com a hegemonia rentista dentro do bloco de poder dominante. Os limitados espaços de decisão democrática no Legislativo, por exemplo, são tornados irrelevantes sem serem destruídos. Mantém-se a aparência de legalidade e democracia das decisões governamentais quando, no fundo, o poder está concentrado nos grandes proprietários e fora do alcance político das classes subalternas. Segundo Felipe Demier (2016),

[...] as tais democracias blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares. Ademais, guardando uma autonomia

quase absoluta em relação aos processos eleitorais e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante.

Nos Três Poderes, o Executivo se tornou um *bunker* tecnocrático respaldado na Constituição, via EC 95, para operar métodos intensificados de exploração da classe trabalhadora e expropriação dos seus salários (via tributação), direitos sociais e meios de produção ainda disponíveis na forma pública (terras, água, florestas, subsolo etc.), naquilo que Virginia Fontes (2010) chama de expropriações secundárias. Os esforços dos rentistas foram direcionados para a garantia dos seus rendimentos financeiros advindos dos pagamentos da dívida pública. Medidas econômicas, políticas e ideológicas foram tomadas para isolar a política econômica e seus tecnocratas dos fóruns públicos de debate e tomadas de decisão coletivas. O que foi feito sistematicamente desde o Plano Real foi a aristocratização dos aparelhos coercitivos estatais de expropriação e exploração, o que significou a intocabilidade da supremacia rentista. Conforme escreve Denise Gentil (s/d, p. 12),

toda espécie de segurança possível deve ser dada para garantir que o sistema financeiro continuará sempre a receber a maior parte do orçamento público e que seus créditos no Estado estarão resguardados. A política econômica deve ser dura o suficiente para funcionar como um seguro contra as imprevisibilidades da democracia, que podem exigir mudanças indesejáveis de curso.

O Estado brasileiro ampliou os seus aparatos coercitivos policiais, legislativos e econômicos e maximizou a sua violência como potência econômica na captura da riqueza nacional para benefício de muito poucos e a lei tendencial de concentração e centralização de capital nas mãos dos grandes conglomerados econômicos se reafirma na atualidade do capitalismo dependente brasileiro.

A resistência popular está, contudo, atuante. Com o avanço da ofensiva conservadora e reacionária das

classes dominantes, taticamente, no curto prazo, será fundamental para trabalhadoras e trabalhadores a unidade na defesa contra os ataques mais imediatos aos seus direitos para soldarmos um novo bloco de lutas anticapitalistas. Os subalternos devem ousar construir o poder popular, com ocupações, mobilizações, paralisações e greves gerais. Somente desta maneira poderemos sair da defensiva e pautar um projeto autônomo de classe, que lute não somente contra os ataques mais agudos do neoliberalismo, mas também contra o imperialismo e o capitalismo dependente na sua atual fase, a favor de uma sociedade sem exploração e opressões. **US**

notas

1. A categoria *violência como potência econômica* não foi objeto de muitas elaborações dentro da tradição marxista. Até o presente momento dos nossos estudos, nos deparamos com somente três obras relevantes (mas devem existir outras): *História e consciência de classe*, de György Lukács ([1922] 2003, p. 413-463), *A ditadura do grande capital*, de Octavio Ianni (1981) e *Marx en su (tercer) mundo*, de Néstor Kohan (2003, p. 199-220). Vale destacar que tanto Lukács quanto Kohan utilizam a categoria no entendimento das transições entre modos de produção (do feudalismo para o capitalismo, e do capitalismo para o socialismo), tal qual Marx o fez no estudo da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, e no sentido de combater o reformismo nas fileiras dos movimentos dos trabalhadores. Já na obra de Ianni, a categoria é utilizada com outro propósito, a saber, o de entender as formas como o aparelho estatal e suas políticas econômicas, na fase monopolista do capitalismo dependente brasileiro, impulsionam a acumulação capitalista.

2. No caso particular da educação superior brasileira, o Estado impulsionou a expansão provisória do sistema público com uma precarização permanente (o Reuni) enquanto direcionou bilhões de reais na forma de isenções fiscais (Prouni) e de créditos educacionais (Fies) para o setor privado, ocasionando a manutenção de 75% das matrículas no ensino privado e a gigantesca concentração e centralização de capitais, muitos deles transacionados nas bolsas de valores e com presença acentuada de empresas estrangeiras. É o aprofundamento de mais uma frente de acumulação para o capital em crise, proporcionando a consolidação da lógica rentista do capital financeiro financeirizado na educação superior brasileira em detrimento de uma educação emancipatória. Como bem resume Juliana Fiuza Cislaghi (2012, p. 282), “[...] as universidades públicas, mais do que nunca, se mercantilizam no mesmo processo pelo qual passam as demais políticas sociais, geridas e financiadas num mix público-privado. Ao mesmo tempo, o governo injeta cada vez mais recursos públicos em universidades privadas para favorecer as classes proprietárias”.

3. Para uma crítica consistente ao neodesenvolvimentismo, ver Macário *et al.* (orgs), 2016.

4. De acordo com Bruno de Conti (2016), os fundos de pensão detinham, em 2014, R\$ 672 bilhões nas suas carteiras de investimento, em grande parte ancoradas em títulos da dívida pública. Nesta estratégia conservadora de alocação dos seus recursos, os fundos de pensão – controlados majoritariamente pelas aristocracias operárias e intelectuais orgânicas do rentismo burguês – passaram a ser os principais donos da dívida pública brasileira, conforme afirma matéria veiculada no jornal Valor Econômico: “Entre os detentores, as instituições de previdência ficaram à frente dos bancos pelo segundo mês, com 24,64% do total (24,26% em setembro). Os bancos ficam com 23,14% da dívida interna (24,14% no mês anterior)” (CAMPOS e BONFANTI, 2016).

notas

BECK, M. *et al.* Carga mais pesada de impostos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2016. Economia, p. 21.

BEHRING, Elaine. Estado e capitalismo no Brasil “neodesenvolvimentista”. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras do Serviço Social, 2014, Natal. **Anais**, Brasília: Abepss, 2014. p. 1-12.

BORON, Atilio. **Aristóteles em Macondo**: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: **Capitalismo globalizado e recursos naturais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: **Financeirização, fundo público e política social**. Salvador *et al.* (orgs.). São Paulo: Cortez, 2012. p. 93-120.

CAMPOS, Francisco e BONFANTI, Cristiane. Estrangeiro ‘embolsa lucro’ e reduz fatia na dívida pública. **Valor Econômico**, 24 de nov. 2016.

referências

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: **Financeirização, fundo público e política social**. Salvador *et al.* (orgs.). São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-284.

De CONTI, Bruno. **Previ, Petros e Funcef**: uma análise da alocação das carteiras das três maiores entidades brasileiras de previdência complementar (2003-2013). Texto de discussão 2216, IPEA, agosto de 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28282&Itemid=406>. Acesso em: 7 mar. 2017.

DEMIER, Felipe. **A democracia blindada**. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/#_ftn10>. Acesso em: 6 mar. 2017.

DIEESE. **PEC 241 nº 241/2016**: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Nota técnica n. 161, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, Editora da UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

GENTIL, Denise. **A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil**. Disponível em: <http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/a_falsa_crise.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MACÁRIO, Eptácio *et al.* (orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, [1850] 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1985.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: _____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSSI, Pedro e DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 12, dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, [1969] 2013.

SALVADOR, Evilásio. O injusto sistema tributário brasileiro. **Politika**, Brasília, n. 3, março de 2016. p. 58-69.

referências

A contrarreforma da Previdência do governo Temer e os retrocessos na vida das mulheres trabalhadoras

Sandra M. M. Siqueira

Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: sandralemarx@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da contrarreforma da previdência social na vida das mulheres, marcada por retrocessos na obtenção do direito à aposentadoria, apontando, na proposta original, a equiparação da idade entre homem e mulher, desconsiderando a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres, a desigualdade salarial tanto no mercado formal quanto informal, acentuada pela precarização e terceirização, a que a grande maioria das trabalhadoras estão submetidas, particularmente as mulheres negras. Inicialmente, pretendia retirar a aposentadoria especial para as/os professoras/es da educação básica. Além disso, as mulheres camponesas e as que dependem de benefícios e pensões por morte serão duramente atingidas. As mulheres negras, em particular as alocadas em atividades domésticas, sem a devida proteção legal, com seus direitos obstarizados e destituídas do acesso à aposentadoria, sofrerão mais ainda as consequências destas medidas nocivas. Com o envio das medidas ao Congresso Nacional, coloca-se a necessidade de organizar a mobilização e a luta pela proteção à mulher trabalhadora, contra os ataques e retirada de direitos historicamente conquistados e todas as formas de violência contra a mulher, empregando o devido caráter de classe que a análise exige. Várias manifestações têm ocorrido contra estas reformas, impondo ao governo a necessidade de fazer manobras para aprovar estas medidas impopulares.

Palavras-chave: Contrarreforma da Previdência. Retrocessos de Direitos. Mulheres Trabalhadoras.



Introdução

A contrarreforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional, é parte de um conjunto de medidas contra os trabalhadores, trabalhadoras e a juventude, encaminhado pelo Governo de Michel Temer, em um cenário internacional e nacional de profunda crise do capitalismo, mostrando visivelmente que os capitalistas e o governo têm a intenção de jogar nos ombros dos explorados do nosso país o peso da crise da sociedade burguesa. Esses duros ataques aos direitos e conquistas sociais ocorrem numa conjuntura de crescimento do desemprego em todo o país, chegando, no presente momento, a 14 milhões de desempregados, além de um enorme contingente de pessoas vivendo nas atividades informais.

Trata-se, portanto, de um governo completamente sintonizado com os interesses materiais da burguesia, no sentido de que a crise estrutural do capital exige, por parte do Estado e dos governos burgueses, ações de extrema gravidade contra as conquistas históricas

dos trabalhadores e trabalhadoras, atingindo também a juventude, sem perspectivas futuras de ingresso no mercado de trabalho, senão em piores condições que a atual geração. A aplicação do desmedido receituário neoliberal, impondo aos trabalhadores e demais explorados o ônus da crise, tem sido uma prática adotada em escala internacional para dar fôlego ao capitalismo em crise e decomposição social.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 é muito prejudicial, particularmente às mulheres trabalhadoras exploradas e oprimidas. Tem como objetivo fundamental a redução de benefícios ao mínimo possível, extinguindo alguns deles e dificultando o máximo possível o acesso aos direitos sociais. Portanto, a proposta do governo tem um caráter destrutivo e se insurge contra homens e mulheres, trabalhadores atuais e a juventude castigada pela crise econômica. Caso fosse aprovada a equiparação na idade entre homens e mulheres, fariam declinar

direitos já conquistados pelas mulheres com muita luta, como foi, por exemplo, o benefício da aposentadoria incorporado na Constituição de 1988. O texto original da PEC estabelece a idade mínima de 65 anos de idade igualmente para homens e mulheres, desconsiderando as condições concretas da vida econômica e social, em que as mulheres suportam não só piores condições salariais e de trabalho, como assumem as tarefas de cuidado dos filhos e domésticas, acumulando uma dupla ou tripla jornada.

Para homens e mulheres adquirirem o direito à aposentadoria integral, terão de contribuir durante 49 anos. Significa que se desconsidera a realidade brasileira de que dificilmente os jovens que ingressam no mercado de trabalho conseguem se manter no mesmo emprego por muito tempo ou mesmo migrar de um emprego a outro imediatamente. Em geral, quando o trabalhador ou a trabalhadora perde seu emprego, leva um certo tempo para conseguir outra ocupação. Esse tempo em que o trabalhador ou trabalhadora permaneceu parado, sem trabalho, não é levado em conta pela reforma. Ou seja, homens e mulheres terão que trabalhar durante muitas décadas para ter direito à aposentadoria.

Pelas regras atuais do Regime Geral da Previdência Social, não havia uma idade mínima para se aposentar. A regra é a seguinte: soma-se o tempo mínimo de contribuição com a idade, sendo 30 anos para mulher e 35 anos para homens, totalizando a soma tempo mínimo de contribuição mais idade em 85 anos para mulheres e 95 anos para homens.

Do ponto de vista formal, pode-se ter a impressão imediata de que o governo Temer deseja, na verdade, estabelecer uma equiparação entre homens e mulheres e ajustar a idade mínima e o tempo de contribuição para acesso à aposentadoria aos dados mais atuais sobre a média de vida no Brasil. Não é disso que se trata. Ao analisarmos o retrato da classe trabalhadora feminina, percebe-se o quão a equiparação é totalmente injusta. Porém, não faltam defensores da equiparação, a exemplo do deputado Arthur Maia (PPS-BA), atualmente relator da contrarreforma da Previdência, que já fez declarações de que a regra que institui a diferença de idade para a aposentaria de

homens e mulheres é completamente fora de moda. Não consegue esconder a sua vinculação à defesa dos interesses burgueses quando trata de uma questão séria, que traz consequências perversas para as mulheres.

Pelas regras atuais do Regime Geral da Previdência Social, não havia uma idade mínima para se aposentar. A regra é a seguinte: soma-se o tempo mínimo de contribuição com a idade, sendo 30 anos para mulher e 35 anos para homens, totalizando a soma tempo mínimo de contribuição mais idade em 85 anos para mulheres e 95 anos para homens. No caso dos servidores e servidoras públicos, as regras atuais são as seguintes: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, para homens, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher. Em se tratando dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a regra atual é: idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, além de um mínimo de contribuições exigidas. Os professores e professoras da educação básica, pelas regras atuais, podem se aposentar aos 50 anos, se mulher, e aos 55 anos, se homem, e tempo de contribuição mínimo de 30 anos para homens e 25 para mulheres.

A equiparação entre homens e mulheres prevista pela PEC 287 esconde as muitas desigualdades que as mulheres sofreram ao longo do desenvolvimento histórico, particularmente nas sociedades de classes, regidas pelas relações de propriedade privada, pois o machismo se expressa em várias dimensões, se esboça historicamente na forma de exploração de classe e opressão social. Convém observar que, neste modelo patriarcal, as mulheres são submetidas desde cedo aos trabalhos domésticos, tais como lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos, tarefas estas quase exclusivas das mulheres. Em se tratando da mulher trabalhadora, a extensa carga horária de trabalho não remunerado não contará para efeitos de aposentadoria.

Observam-se na história recente, inúmeras lutas e resistências contra as discriminações contra as mulheres e seus desdobramentos na sociedade capitalista. Em 2016, tivemos manifestações massivas na Europa, a exemplo da Polônia, na luta pela descriminalização do aborto e, na Argentina, contra o feminicídio. O movimento *Nenhuma a Menos* levou milhares de mulheres às ruas na Argentina, contagiando

mundialmente os movimentos feministas, chamando a atenção da sociedade para um basta a todas as formas de violência contra a mulher em casa, no trabalho e em todos os espaços da vida social.

Em linhas introdutórias, partimos da aplicação do materialismo histórico na compreensão do fenômeno em foco, reafirmando a necessidade de entender as medidas neoliberais aplicadas pelos governos burgueses, conectando-as com a história mundial e o desenvolvimento real da sociedade, desvelando suas conexões e inter-relações na incessante busca pela transformação da sociedade.

A possibilidade de construção de movimentos de resistência para barrar estas reformas antipopulares, em articulação com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras por sua emancipação da exploração capitalista, ganha maior atualidade com as comemorações do centenário da Revolução Russa e da primeira greve geral no Brasil. No caso das mulheres trabalhadoras, coloca-se, nesses tempos de aprofundamento dos ataques a direitos, a necessidade de organizar a luta feminista, anticapitalista e internacionalista. As mulheres têm ocupado espaços importantes no processo de mobilização e luta contra as discriminações colocadas pelas condições objetivas, porém, é preciso avançar na organização de base, na formação política, na propaganda e agitação da necessidade de uma verdadeira emancipação das mulheres, que deve estar ligada à luta pela superação do capitalismo e construção do socialismo. Nossa resistência deve ser coletiva, combativa e com independência de classe até a vitória da classe produtora da riqueza social, isto é, a classe trabalhadora.

O significado da contrarreforma da Previdência

Estamos diante de um cenário de profundos retrocessos nos direitos sociais, com a aprovação da PEC do Teto de Gastos Públicos, que congela por vinte anos investimentos na saúde e educação, impossibilitando aumentos reais dos salários dos trabalhadores. Articulado a esse grande ataque à educação e aos serviços públicos, temos a tramitação da contrarreforma da Previdência Social, mais uma das ações anti-

populares do governo ilegítimo de Michel Temer. No caso da PEC 287, foram enviadas ao Congresso novas regras para se ter direito à aposentadoria

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Previdência Social vem sofrendo duros ataques. Nesse governo, marcado por forte conotação neoliberal, foi encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 20, dando origem ao denominado *fator previdenciário*, que significou para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras a aplicação de uma fórmula matemática para calcular a aposentadoria por tempo de contribuição e de idade. Foi um recurso neoliberal para adiar o direito dos segurados, levando a um processo de corrosão no valor real das aposentadorias. Em 2002, o Partido dos Trabalhadores chega à chefia do Estado com a eleição de Lula para a Presidência da República. Ao contrário das expectativas despertadas nas massas trabalhadoras de que faria reformas favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora, assegurando os direitos sociais e a aposentadoria integral, em especial, o governo Lula não só manteve o fator previdenciário criado por FHC, como fez aprovar a Emenda Constitucional nº 41, impondo restrições aos direitos e à aposentadoria dos servidores públicos.

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Previdência Social vem sofrendo duros ataques. Nesse governo, marcado por forte conotação neoliberal, foi encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 20, dando origem ao denominado *fator previdenciário*, que significou para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras a aplicação de uma fórmula matemática para calcular a aposentadoria por tempo de contribuição e de idade.

No final do primeiro mandato do governo Dilma, sob o discurso da necessidade de impor cortes e redução de gastos diante da crise, encaminhou-se as Medidas Provisórias 664 e 665, como parte do plano de ajuste fiscal, atingindo principalmente as viúvas que se beneficiam das pensões por mortes, deixando de ser vitalícias para as mulheres com certa idade. Ainda no governo Dilma, foi anunciada por Joaquim Levy, então Ministro da Fazenda e ardoroso representante dos capitalistas, a inevitável Reforma da

Previdência, com ideias bem próximas às defendidas pelo atual governo de Michel Temer. A Reforma da Previdência anunciada como imprescindível pelo governo Dilma não chegou, de fato, a ser implementada. A burguesia, insatisfeita com o governo, articulou a aprovação do *impeachment* no Congresso Nacional, para formar um novo governo capaz de executar na sua plenitude as reformas necessárias à retomada de acumulação de lucros pelo capital.

Tão logo foi conduzido ao poder, Michel Temer, representante de um governo ilegítimo, tratou de reunir os seus ministros para elaborar um conjunto de medidas que ataquem duramente os direitos sociais conquistados há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Além da contrarreforma Trabalhista em tramitação no Congresso Nacional, o governo conseguiu aprovar a PEC do teto de gastos e a Lei de Terceirização, ampliando a aplicação da terceirização das atividades-meio às atividades-fim. Agora, encontra-se na ordem do dia do Congresso Nacional o debate sobre a contrarreforma da Previdência, que, além de aumentar a idade para o acesso à aposentadoria e o tempo de contribuição, desvincu-

A nova reconfiguração da Contrarreforma da Previdência prevê a idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. O tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria será de 40 anos para homens e mulheres, valendo também para os servidores e servidoras públicos. Em consonância com as regras de transição a cada dois anos aumentará um ano até chegar à idade fixada de 62 anos, hoje a idade é de 53 para as mulheres e 55 para homens.

la benefícios de pensões dos aumentos nos salários, possibilitando uma redução dos benefícios a partir de reajustes independentes dos salários no país. Há também a proibição de acúmulo de aposentadoria e pensão, outra ação que abarca as mulheres, principalmente as de mais idade.

No dia 11/04/17, foram anunciadas modificações na reforma no que tange à transição. Isto por conta da dificuldade do governo aprovar a reforma original. Temer foi forçado a flexibilizar alguns pontos, para conseguir maioria no Congresso Nacional. Foram

divulgadas em rede nacional alterações nas regras de transição para os trabalhadores rurais, regimes especiais para policiais e professores, no benefício das prestações continuadas (BPC) e nas pensões. Mas as regras modificadas, por conta das dificuldades de aprovação, não diminuem o peso das profundas limitações aos direitos dos trabalhadores, além da extinção de benefícios e direitos conquistados anteriormente.

A nova reconfiguração da Contrarreforma da Previdência prevê a idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. O tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria será de 40 anos para homens e mulheres, valendo também para os servidores e servidoras públicos. Em consonância com as regras de transição, a cada dois anos aumentará um ano, até chegar à idade fixada de 62 anos; hoje, a idade é de 53 para as mulheres e 55 para homens. Ou seja, as regras continuam muito duras para os trabalhadores e trabalhadoras e resultarão em perda de direitos sociais, independente do governo Temer ter recuado em alguns detalhes.

O governo pretende acelerar o processo de votação e tentar apresentar um texto defendido por eles como “razoável” para sustentar a PEC dos gastos já aprovada. Foram apresentadas 164 emendas à PEC 287. No dia 19/04/17, o relator da proposta da Contrarreforma da Previdência, deputado federal Arthur Maia (PPS/BA), apresentou na Câmara dos Deputados a sua relatoria com as alterações, que, na essência, não modificam o conteúdo e o objetivo central de atacar os direitos dos trabalhadores e desmontar a Previdência Pública. Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras não podem, de maneira alguma, baixar a guarda ou recuar nas ações para derrubar essas medidas e fazer o governo retirar o projeto de Contrarreforma da Previdência. Devem ficar atentos às movimentações dos parlamentares e do governo no Congresso Nacional.

O mito do déficit da Previdência Social

Uma das principais justificativas usadas pelos governos ao longo das últimas décadas para propor reformas na Previdência Social, originalmente estrutu-

rada na Constituição Federal de 1988, é o argumento da existência de um déficit da previdência social e que a Contrarreforma pretende garantir o equilíbrio entre as receitas e despesas, de modo a equilibrar as contas e garantir os benefícios para as próximas gerações de segurados.

Estudos realizados por algumas entidades têm demonstrado a falácia destes argumentos. De acordo com os especialistas e militantes da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, a Previdência Social não é deficitária. A arrecadação da seguridade social anual gira em torno de R\$ 694 bilhões, sendo que as despesas se encontram em torno de R\$ 683 bilhões, portanto, havendo um saldo de pelo menos R\$ 11 bilhões. Há distorções nas contas das despesas e receitas para sustentar o falso argumento do rombo da Previdência Social. Além das regulares contribuições, existem outras formas de captação de recursos, a exemplo da Contribuição para o Financiamento da Previdência Social (Cofins), bem como as contribuições de empregados, descontadas nas fontes, e do próprio governo federal.

O que ocorre é um desvio destes recursos, amparado na desvinculação das Receitas da União (DRU) para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Uma dívida não auditada, que tem consumido uma parte significativa dos recursos da União.

Outro aspecto que devemos destacar se refere ao favorecimento e proteção do governo Temer (PMDB) às empresas devedoras do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). São várias empresas nessa lista, dentre elas, o Bradesco, a Caixa Econômica, a JBS (vinculada às marcas Friboi e Swift), dentre outras. A dívida é astronômica, girando em torno de R\$ 426 bilhões, de acordo com os dados alçados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Este valor equivale a três vezes o evocado déficit da previdência no ano de 2016. Portanto, falar em déficit sem considerar a inadimplência e o não repasse das contribuições previdenciárias é uma grande falácia. Uma narrativa que os governos têm usado para granjear apoio à “reforma da previdência”.

Isto significa que a resposta dada pelos governos burgueses diante da crise estrutural do capital é de jogar sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores o peso da crise, incentivando e permitindo que os capi-

talistas aumentem a taxa de exploração da força de trabalho para extrair mais-valia e gerar mais lucro, proporcionando a retomada da acumulação capitalista.

As mulheres trabalhadoras são as mais afetadas

É incontestável que, pelas medidas do projeto da denominada Contrarreforma da Previdência, as mulheres são as mais afetadas diretamente pela perda de direitos historicamente conquistados. Depois de décadas a fio de implantação de políticas neoliberais por sucessivos governos, o resultado tem sido um profundo desmonte de políticas de assistência social e previdenciárias, retirando direitos e retrocedendo em importantes conquistas para as mulheres trabalhadoras e as demais mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, que necessitam mais diretamente das políticas de proteção social.

Convém realçar que todos os governos desde a década de 1990 têm realizado ajustes nas regras da Previdência Social. Mostramos acima as principais modificações realizadas pelos governos de FHC (PSDB),

Isto significa que a resposta dada pelos governos burgueses diante da crise estrutural do capital é de jogar sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores o peso da crise, incentivando e permitindo que os capitalistas aumentem a taxa de exploração da força de trabalho para extrair mais-valia e gerar mais lucro, proporcionando a retomada da acumulação capitalista.

Lula e Dilma Rousseff (PT). Entretanto, o governo Michel Temer o faz de uma forma mais violenta e agressiva. Mostra-se, portanto, como pleno representante da burguesia.

O economista Marcelo Caetano, um dos formuladores da Contrarreforma da Previdência tem feito declarações sobre supostos custos que as mulheres causam à Previdência Social, devido à expectativa de vida ser maior que a dos homens e que a Previdência não resolverá as questões de gênero. Para Caetano:

A Previdência não vai resolver o problema de gênero no Brasil nem nenhuma outra forma de discriminação. A mulher se aposentar antes que o homem é apenas um paliativo. O custo da mulher para a Previdência Social é maior que o do homem porque ela vive por mais tempo. Do ponto de vista previdenciário, uma idade igual para se aposentar já é um subsídio para a mulher, porque o benefício será pago por mais tempo. Além disso, o diferencial salarial entre homens e mulheres ainda é alto, mas vem diminuindo e o menor intervalo está nas faixas etárias mais jovens. Existe uma tendência de redução dessas diferenças. A prática internacional da aposentadoria é igualar ou reduzir o diferencial de idade entre homens e mulheres. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840319-mulheres-custam-mais-a-previdencia-porque-vivem-mais-diz-caetano.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

É obvio que a previdência não resolverá os problemas fundamentais de gênero, em particular as discriminações e desigualdades sociais, políticas e econômicas existentes entre homens e mulheres, mas as novas regras aumentam o tempo de trabalho e de contribuição mínima das mulheres, não só em relação às regras anteriormente garantidas, mas também em proporção à carga de trabalho dos homens na sociedade burguesa atual, isto é, ao fato das mulheres serem obrigadas a ter uma dupla e até tripla jornada de trabalho.

É obvio que a previdência não resolverá os problemas fundamentais de gênero, em particular as discriminações e desigualdades sociais, políticas e econômicas existentes entre homens e mulheres, mas as novas regras aumentam o tempo de trabalho e de contribuição mínima das mulheres, não só em relação às regras anteriormente garantidas, mas também em proporção à carga de trabalho dos homens na sociedade burguesa atual, isto é, ao fato das mulheres serem obrigadas a ter uma dupla e até tripla jornada de trabalho.

A fixação da idade para acesso à aposentadoria de 65 anos (agora diminuída para 62 anos para mulheres e 65 anos para homens), sob o argumento de que a expectativa de vida da mulher aumentou (sete) anos a mais do que a dos homens, é um dos danos mais incalculáveis à vida das mulheres trabalhadoras.

Independente dos ajustes realizados pelo governo na proposta inicial, é preciso dizer nitidamente que as mulheres trabalharão ainda mais em empregos cujas condições de trabalho são quase sempre as piores se comparadas aos homens. Também as servidoras públicas ou as trabalhadoras rurais serão profundamente penalizadas pelas regras da PEC 287 do governo Temer.

Destacamos, entre tantas matérias sobre o tema, a entrevista da professora Denise Gentili da UFRJ, cuja crítica à Contrarreforma da Previdência reforça as ideias expostas no desenvolvimento deste artigo de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. No caso das mulheres do campo, Gentili argumenta:

Essa pensão é muito importante para as mulheres rurais. Pois no campo, normalmente, quem contribui para a Previdência é o homem. A trabalhadora rural não precisa contribuir para ter acesso à aposentadoria, que era igual ao salário mínimo. Agora, com a nova regra, o trabalhador e trabalhadora do campo terão que contribuir. Como não será possível dois, da mesma família, contribuírem, por conta da renda familiar baixa, será priorizada a contribuição do marido. É muito punitivo para as mulheres. (Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8695>>. Acesso em: 25 abr. 2017).

Em se tratando da situação das viúvas, que dependerão de pensões por morte, a Contrarreforma da Previdência atingirá muito a vida dessas mulheres. Em relação a essa questão, afirma Gentili:

Se o marido falecer, a mulher não conseguirá viver da pensão, porque ela será inferior ao salário mínimo, podendo ser 60% do salário mínimo. Pelas novas regras, para a mulher receber 100% da pensão, ela precisa ter quatro filhos para ganhar o que ganhava nas regras de hoje. E, como as mulheres têm uma expectativa de vida maior que a dos homens, elas irão receber uma pensão inferior ao salário mínimo. A renda familiar cairá demais. Quem sofrerá com isso também? As crianças e os jovens, pois a renda do lar caindo, eles terão menos acesso à alimentação, saúde e vestimentas. O governo brasileiro não fez nenhum estudo das consequências dessa medida. A única visão que ele tem é uma visão de gastos. Não há nenhum

estudo sobre os impactos socioeconômicos na vida das mulheres, jovens e crianças. Você está precarizando uma renda familiar, vai atingir a infância e a juventude. Então, não podemos analisar a expectativa de vida das mulheres, mas sim as condições do mercado de trabalho, ainda mais quando esse mercado está em crise. Quanto maior a taxa de desemprego, maior é para as mulheres; quanto maior a crise, maior a distância salarial entre homens e mulheres; e quanto maior o nível de escolaridade das mulheres, maior a distância entre o salário delas e o dos homens, nas mesmas condições. Isso é um absurdo (Idem).

Estabelecer equiparação entre as idades para obtenção da aposentadoria entre homens e mulheres é desconsiderar as horas de trabalho doméstico não remuneradas, principal motivo para que as mulheres tivessem como direito reconhecido a idade mais baixa do que a do homem nas regras da aposentadoria. Isto foi a orientação no período de redemocratização no Brasil.

Várias entidades nacionais, dentre elas o ANDES/SN, têm problematizado e realizado inúmeras campanhas em defesa dos direitos e conquistas sociais contra as reformas em curso do governo Temer (PMDB), alertando para os danos que elas trazem para a vida das mulheres, em particular as trabalhadoras. A dupla ou tripla jornada de trabalho é uma das maiores sobrecargas da mulher trabalhadora no capitalismo. Em sua entrevista, Gentili reporta à dupla jornada de trabalho da mulher:

Em 2014, as mulheres trabalharam, em média, 35,5 horas semanais para o mercado de trabalho e eles, 41,6 horas. E as mulheres trabalham menos no mercado de trabalho porque trabalham nas tarefas domésticas 19,2 horas por semana e os homens, apenas 5,1 horas, segundo dados do PNAD de 2014. A taxa de desemprego das mulheres é o dobro da dos homens. E hoje elas ganham 70% dos salários dos homens, com tempo de trabalho mais elevado. Se uma mulher e um homem começarem a trabalhar aos 16 anos, quando ambos se aposentarem, aos 75 anos de idade, as mulheres terão trabalhado 9,6 anos a mais que os homens. A nova regra é punitiva para as mulheres, pois elas terão trabalhado quase 10 anos a mais que os homens em função da jornada total de trabalho feminina, que é mais alta. Em média, uma mulher ocupada, acima dos 16 anos, trabalha quase 73 dias a mais que um homem em um ano. Claro que tem mulheres que trabalham muito mais que isso, como as trabalhadoras da área rural. É algo absolutamente chocante. E como a reforma atingirá, também, as pensões, as mulheres serão muito atingidas. (...) A maioria das mulheres se aposenta por idade: 64,5% das aposentadorias concedidas por idade é para as mulheres, o restante para os homens. 83% das aposentadorias concedidas por idade às mulheres são de apenas um salário mínimo. E o que esse dado revela é que as mulheres não conseguem contribuir por muito tempo, porque, se não fosse assim, elas se aposentariam por tempo de contribuição. Já as aposentadorias por tempo de contribuição são concedidas, principalmente, aos homens. O homem tem uma estabilidade no mercado de trabalho que a mulher não tem (Idem).



Trata-se de um dos aspectos que diferencia o trabalho das mulheres e dos homens no capitalismo. Mesmo aposentadas, as mulheres permanecem ocupadas em atividades domésticas não remuneradas, são empurradas pela opressão a que estão submetidas ao trabalho doméstico como tarefa “naturalmente feminina”, apesar de ser um trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, realizado de forma gratuita pelas mulheres da classe trabalhadora. Trabalho cuja jornada não é computada, pois são tarefas intermináveis e repetidas no cotidiano das famílias, em especial as proletárias, privadas material e culturalmente de importantes acessos ao desenvolvimento de sua consciência política e organizativa.

Outro aspecto relacionado aos prejuízos na vida das mulheres se relaciona à discriminação salarial. A Contrarreforma da Previdência desconsidera que as mulheres inseridas no mercado formal, exercendo as mesmas funções que os homens, recebem bem menos que eles. Quanto ao mercado informal, esta situação é ainda mais grave. A mulher tem uma extenuante carga de trabalho e terá mais dificuldades de se aposentar.

Em se tratando da mulher negra, historicamente marcada pelas consequências do longo período de escravidão na história do país, pela constante discriminação, relegadas a postos de trabalho precarizados, ao trabalho doméstico, entre outras atividades, é mais perverso, pois, na prática, nem sequer sentiram os efeitos deletérios das mudanças na legislação, em particular do trabalho doméstico. Seus direitos, constante na legislação, são relegados na prática diária do trabalho.

Em se tratando da mulher negra, historicamente marcada pelas consequências do longo período de escravidão na história do país, pela constante discriminação, relegadas a postos de trabalho precarizados, ao trabalho doméstico, entre outras atividades, é mais perverso, pois, na prática, nem sequer sentiram os efeitos deletérios das mudanças na legislação, em particular do trabalho doméstico. Seus direitos, constantes na legislação, são relegados na prática diária do trabalho. A mulher negra está concentrada em

um percentual muito elevado nas atividades domésticas. Os dados do PNAD revelaram que, até o ano de 2014, 70% das mulheres que trabalhavam como domésticas não tinham carteira assinada, impossibilitando seu direito à aposentadoria. É muito comum meninas na faixa de 12 a 14 anos começarem a trabalhar em casas de famílias, em situação de falta de proteção legal e em condições aviltantes de trabalho, quase sem chance ou oportunidade de receber benefícios gerados pelas leis.

Não é possível negar que existem profundas diferenças entre trabalhadoras brancas e negras no mercado de trabalho e nas diversas atividades. Estudos realizados pelo IBGE constatam que há um maior número de trabalhadoras brancas com carteiras assinadas do que trabalhadoras negras. Além disso, as mulheres que assumem a chefia do lar e as tarefas domésticas são as que mais estão submetidas aos postos de trabalhos precários e rotativos, dadas as necessidades reais de sua reprodução social e de sua família.

Ao ser questionada se a PEC 287 ampliava as desigualdades de gêneros, a professora Denise Gentili foi enfática:

A PEC 287 é machista, ela aumenta o tempo de contribuição das mulheres e, particularmente, das trabalhadoras rurais em 10 anos e fará com que muitas delas não consigam se aposentar. A justificativa para essa medida é que as mulheres não desejam mais casar, não têm filhos, o seu nível de escolaridade aumentou, elas estão ganhando mais do que ganhavam antes. São informações que não são integralmente verdadeiras (Idem).

Temos um número expressivo de mulheres tanto nos serviços públicos quanto nas empresas privadas, particularmente nos setores de grande rotatividade e empresas terceirizadas. Observa-se em várias declarações de governo ilegítimo de Temer uma visão machista, da “mulher bela, recata e do lar”, como foi destacada a imagem da primeira-dama Marcela Temer. Esta visão foi mais uma vez evidenciada no discurso do dia 8 de março do Presidente em rede aberta de televisão. Neste aspecto, Temer também está em consonância com as relações machistas existentes na sociedade burguesa e a reprodução franca em seus discursos para a sociedade. A Contrarreforma da

Previdência não só assimila em suas regras essas relações machistas como reproduz a discriminação e a desigualdade entre homens e mulheres numa escala avançada.

Professoras da educação básica e os retrocessos nos direitos previdenciários

A categoria docente da educação básica é conformada, em sua grande maioria, por mulheres, principalmente na educação infantil e ensino fundamental. Dado o desgaste físico e psicológico da profissão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o direito à aposentadoria especial. Na PEC 287/2016, antes do recuo de Temer, as mulheres professoras terão que trabalhar por mais 15 anos para completar a idade de se aposentar aos 65 anos. Embora o governo esteja fazendo algumas concessões ao Congresso Nacional por conta da dificuldade de aprovação da Contrarreforma da Previdência, em face da impopularidade do projeto na população trabalhadora, mesmo com os últimos ajustes, permanecem os ataques aos professores e professoras da educação básica.

O setor privado também será atingido pela proposta de emenda constitucional de desfrutar da aposentadoria especial. O direito à aposentadoria especial foi assegurado em dispositivo constitucional no início da década de 80 e endossado na Constituição Federal de 1988. A PEC 287 vai em direção contrária ao entendimento de aposentadoria especial, pois só concederá aposentadoria especial a determinados trabalhadores, caso exerçam atividades danosas a saúde, ou seja, o caráter desta proposta tende a diminuir a expectativa de sobrevida do trabalhador adoecido.

Em matéria divulgada pelo ANDES-SN, intitulada *Previdência: PEC tira aposentadoria especial de docentes do ensino básico*, Leandro Madureira analisa o quanto a Contrarreforma da Previdência impactará na aposentadoria especial dos professores da educação básica:

A contrarreforma da Previdência prevê ainda que o servidor submetido a condições especiais e o servidor com deficiência somente poderão reduzir em 10 anos a sua idade mínima

para aposentadoria e em 5 anos o tempo de contribuição - o que corresponde a 55 anos de idade e 20 anos de contribuição. “Essa regra ultrapassa tudo aquilo que já havia sido construído na teoria das aposentadorias especiais, que condiciona a sua concessão ao exercício da atividade prejudicial, independentemente da idade do trabalhador. Ademais, a despeito da PEC poder alterar o ordenamento e já prever a forma de concessão dessa modalidade de aposentadoria, ela permanece atribuindo a sua regulamentação aos termos definidos em leis complementares, prorrogando indefinidamente o direito dos servidores que exercem atividades especiais (disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>>. Acesso em: 25 abr. 2017).

Diante das pressões ao próprio relator da Contrarreforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), denunciado pelos executivos da empresa Odebrecht por supostamente receber dinheiro via caixa dois para financiar campanha eleitoral, e ao governo Temer (PMDB) pelo profundo inconformismo das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o governo e relator vêm alterando o projeto original para obter aprovação no Congresso Nacional. Foi anunciado que a Contrarreforma da Previdência da PEC 287/2016 só atingirá os servidores públicos federais, cabendo aos estados e municípios realizarem suas respectivas reformas, enfraquecendo a luta em nível

A categoria docente da educação básica é conformada, em sua grande maioria, por mulheres, principalmente na educação infantil e ensino fundamental. Dado o desgaste físico e psicológico da profissão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o direito à aposentadoria especial. Na PEC 287/2016, antes do recuo de Temer, as mulheres professoras terão que trabalhar por mais 15 anos para completar a idade de se aposentar aos 65 anos.

nacional, numa aberta tentativa de procurar faltar a Contrarreforma e evitar um movimento de conjunto da classe trabalhadora brasileira. A indignação quanto à Contrarreforma da Previdência foi tamanha que em todos os espaços possíveis ela foi evocada, até mesmo nas festas populares como o carnaval.

De fato, a contrarreforma tem gerado um processo de mobilização e revolta da classe trabalhadora, expressa nas manifestações e atos públicos.

Até no carnaval de Salvador Temer não tem sossego

A impopularidade do governo Temer tem crescido em razão das consequências da crise econômica na vida dos trabalhadores e nas condições de trabalho, do aumento do desemprego e da aplicação das contrarreformas da previdência e trabalhista, destruindo direitos dos trabalhadores. Nem mesmo durante o carnaval, o governo Temer teve sossego. Enfrentou protestos, particularmente em Salvador.

Em dois momentos no período do carnaval em Salvador, em fevereiro de 2017, destacamos a participação de foliões evidenciando a questão da reforma da previdência. Foi no bloco dos mascarados, em que um grupo decidiu organizar um bloco de “Aposentados da era Temer”, tendo à frente uma personagem chamada dona Edite, uma senhora que está sendo duramente atingida pela Contrarreforma de Temer, seguida de outros integrantes com camisas e rostos desfigurados, expressando os efeitos nocivos dos ataques aos direitos nos trabalhadores e aposentados, caso as contrarreformas sejam aprovadas. Esta pequena expressão de inconformismo chamou

a atenção. A performance artística fez com que, por instantes, alguns foliões lembrassem, no momento de uma festa da dimensão do carnaval de Salvador, dos ataques em curso.

Outra ocasião de expressão do inconformismo em relação à Contrarreforma da Previdência e Trabalhista ocorreu na Mudança do Garcia, momento que mistura a folia do carnaval com o protesto político, aglutinando várias entidades, sindicatos, movimentos sociais, estudantil e popular, além de organizações políticas. Garcia é um bairro de Salvador, bem próximo a um dos circuitos do carnaval, o Campo Grande (circuito Osmar). Em 2017, todos os focos estavam voltados para a Contrarreforma da Previdência. Os setores ligados historicamente às entidades e organizações de esquerda expressaram seu descontentamento com os ataques e retrocessos de direitos sociais em todos os campos.

Várias entidades se organizam com suas faixas, pirulitos, e bandeiras para protestarem contra as Contrarreformas da Previdência, trabalhistas e outras. Coletivos de mulheres se fizeram presentes para organizar as mulheres e construir um 8 de março de luta e de combate contra os ataques do governo ilegítimo de Temer. A luta contra a reforma da previdência deve se vincular às demais pautas históricas dos movimentos classistas de mulheres.

Internacionalização do 8 de março pelas reivindicações das mulheres

O movimento de mulheres fez uma convocação internacional para a construção de uma greve internacional de mulheres no dia 8 de março de 2017. Feministas norte-americanas, como Angela Davis e Nancy Frazer, assinaram um chamado para que as mulheres parassem a produção sob o slogan *Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*. As feministas norte-americanas se organizaram para enfrentar as políticas misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos. De fato, o chamado a uma greve geral das mulheres no dia 8 de março surtiu efeito em vários países, representando um espírito de internacionalismo e solidariedade.

65



O 8 de março de 2017 passou para a história recente como um processo de solidariedade internacional à luta das mulheres. Inspirou-se, por exemplo, nas manifestações das mulheres na Polônia pela descriminalização do aborto. Na Argentina também ocorreram atos massivos do movimento de mulheres sob o mote *Nenhuma a menos*. Essa opção por um 8 de março internacionalista vinha sendo colocado pelos movimentos de mulheres desde antes.

Em outubro de 2016, decidiu-se por um 8 de março de luta internacional em resposta a todas as formas de violência contra a mulher, de caráter social, verbal, legal, moral, política e física, com um conteúdo anti-imperialista, antirracista, pelo direito dos imigrantes, por uma Palestina livre e soberana. Há uma luta internacional das mulheres pela liberdade e justiça reprodutiva para todas as mulheres, cis, lésbicas, trans, expressando uma total autonomia sobre os corpos e uma plena liberdade reprodutiva. A questão do aborto livre, seguro e gratuito, assistência universal, a liberdade de querer ou não ter filhos pelas mulheres, apoio financeiro e suportes de proteção às mães e crianças.

As mulheres têm, portanto, protagonizado várias lutas, mobilizações e resistências aos ataques sofridos pela classe trabalhadora contra a PEC 287, da aposentadoria. A palavra de ordem é: *Nenhum direito a menos para as mulheres e o conjunto da classe trabalhadora, a crise deve ser paga pelos capitalistas*. Em Salvador, coletivos de mulheres feministas no campo da esquerda se reuniram no dia 20 de fevereiro de 2017, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contando com a participação da Regional Nordeste 3 do ANDES-SN, a oposição à atual direção da APUB-UFBA (Associação de Professores Universitários da Bahia), as mulheres da APS/PSOL (Ação Popular Socialista - Partido Socialismo e Liberdade), da ADUNEB (Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia), coletivos de mulheres como Ana Montenegro, Mulheres do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), o coletivo de mulheres ligado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFBA (LEMARX), organizando uma agenda de lutas no denominado *Março Lilás* para mobilização e luta contra as reformas antipopulares e contra todas

as formas de violência em consonância com os movimentos nacionais e a chamada internacional do 8 de março. As ruas de Salvador foram tomadas pelas mulheres protestando contra as reformas de Temer, exigindo que os direitos da classe trabalhadora não fossem rifados, contra todas as formas de violência contra a mulher. Muitos cartazes e faixas exibiam o inconformismo das mulheres. Foram realizados durante o mês de março muitos debates sobre a reforma e os impactos na vida das mulheres não só em Salvador, mas em vários municípios baianos, nos *campi* universitários e nas bases sindicais de diversas categorias.

Temos nos amparado cada vez mais na literatura dos clássicos do marxismo e nas contribuições de feministas que se debruçam no estudo do feminismo e marxismo, dentre elas destacamos as contribuições de Castro (1997) e outras importantes referências nesta seara para termos ações efetivas no campo da emancipação das mulheres. A autora observa:

Argumento que a relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico, quer como prática, ou seja, sua identificação como um movimento social por mudanças. Argumento também que tal relação enriqueceria o marxismo, contribuindo o feminismo para o debate que nele se trava sobre as múltiplas determinações do real (1997, p. 100).

Convém destacar, por fim, que a essência do artigo se reporta aos impactos que a reforma da previdência trará à vida das mulheres e a citação de Castro (1997) reforça a perspectiva materialista da realidade formada por múltiplas determinações do real.

À guisa de conclusão

É preciso esclarecer de forma paciente ao conjunto da classe trabalhadora e aos demais explorados e oprimidos que os ataques desferidos pelo governo burguês de Temer e a retirada de direitos só podem ser contornados se houver um movimento de massas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, nas universidades, mobilizando e organizando os trabalhadores e a juventude. Enfrentar com luta e resis-

tência as contrarreformas e trabalhar por um projeto classista para os trabalhadores e a juventude também depende substancialmente do engajamento das mulheres em todos os espaços e entidades em que a luta se encontra em processo de organização. Não há luta consistente contra a exploração sem a luta contra as opressões. Da mesma forma, dialeticamente, não há uma efetiva e consequente luta contra as opressões sem articulação com a luta mais geral pela superação do capitalismo e construção do socialismo.

A organização da Greve Geral no dia 28 de abril de 2017 foi um grande passo nesse sentido. Em todo o Brasil, os trabalhadores e a juventude, negros e negras, setores ligados ao movimento LGBT e ao movimento de mulheres paralisaram as atividades nas fábricas, nas empresas, nas escolas e universidades e ocuparam as ruas das principais cidades e capitais, mostrando que qualquer retrocesso nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras é inaceitável. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras pararam nesse dia. Foi, sem dúvida, uma das maiores greves gerais da história do Brasil.

A partir de agora, é necessário elaborar um plano de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial das mulheres trabalhadoras. Organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da dupla jornada de trabalho, por mais creches, lavanderias e restaurantes públicos, redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário, pela ampliação do período de licença-maternidade.

A partir de agora, é necessário elaborar um plano de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial das mulheres trabalhadoras. Organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da dupla jornada de trabalho, por mais creches, lavanderias e restaurantes públicos, redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário, pela ampliação do período de licença-maternidade. Pela descriminalização do aborto, pelo direito ao aborto seguro, legal e gratuito. *Nenhum direito a menos.*

Essa organização passará pelos espaços de luta dos trabalhadores, trabalhadoras e da juventude: os sindicatos, as fábricas, as universidades, as escolas e os bairros, numa sólida unidade de luta contra todas

as investidas de retirada regressiva e voraz dos direitos sociais e trabalhistas pelo Estado e governos. As entidades, movimentos sindicais, sociais e populares deverão se concentrar na defesa das reivindicações que protejam os direitos e a vida das mulheres, no terreno da prática organizativa. Mas, igualmente, é preciso avançar na consciência de classe da necessidade de suplantarmos o capitalismo, causa da exploração e da opressão, e construir uma sociedade emancipada: o socialismo. **US**

CASTRO, Mary Garcia. **Feminismos e feminismos: reflexões à esquerda**. Presença de Mulher, São Paulo, n. 29, p. 100, 1997.

DIEESE. **PEC 287: a minimização da Previdência pública**. São Paulo: DIEESE, jan. 2017. (Nota Técnica, 168). Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. 'Mulheres custam mais à Previdência porque vivem mais', diz secretário do governo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840319-mulheres-custam-mais-a-previdencia-porque-vivem-mais-diz-caetano.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GENTILI, Denise. Previdência: "O objetivo desta reforma é desamparar as mulheres", diz professora da UFRJ. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MADUREIRA, Leandro. Previdência: PEC tira aposentadoria especial de docentes do ensino básico. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DAVIS, Angela e FRASER, Nancy. **Por uma greve internacional militante no 8 de março**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

referências

A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do professor substituto

Daniele Gomes de Lima

Doutoranda em Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: danielegomes18@yahoo.com.br

Rita de Lourdes de Lima

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: rita.pires2@gmail.com

Resumo: Este texto apresenta algumas considerações introdutórias acerca da precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional, especificamente as interfaces desta precarização na condição do professor substituto, tendo em vista as exigências impostas pelo modelo de produção flexível. A metodologia utilizada para a consecução deste trabalho refere-se à pesquisa bibliográfica acerca do referencial teórico de autores marxistas, especificamente aqueles que problematizam acerca da política de educação superior no Brasil e as inflexões sofridas a partir das exigências do capital. Para isso, centraremos nossa discussão na relação entre a universidade operacional e a precarização do trabalho docente a partir das análises de Chauí (1999), Alves (2000), Antunes (2014) e Lima (2000). Nesse sentido, tem se intensificado a exigência de produtividade exacerbada e a precarização do trabalho docente no ensino superior público. Tal quadro se agrava no caso dos professores substitutos, que vivem a incerteza dos contratos de trabalhos temporários.

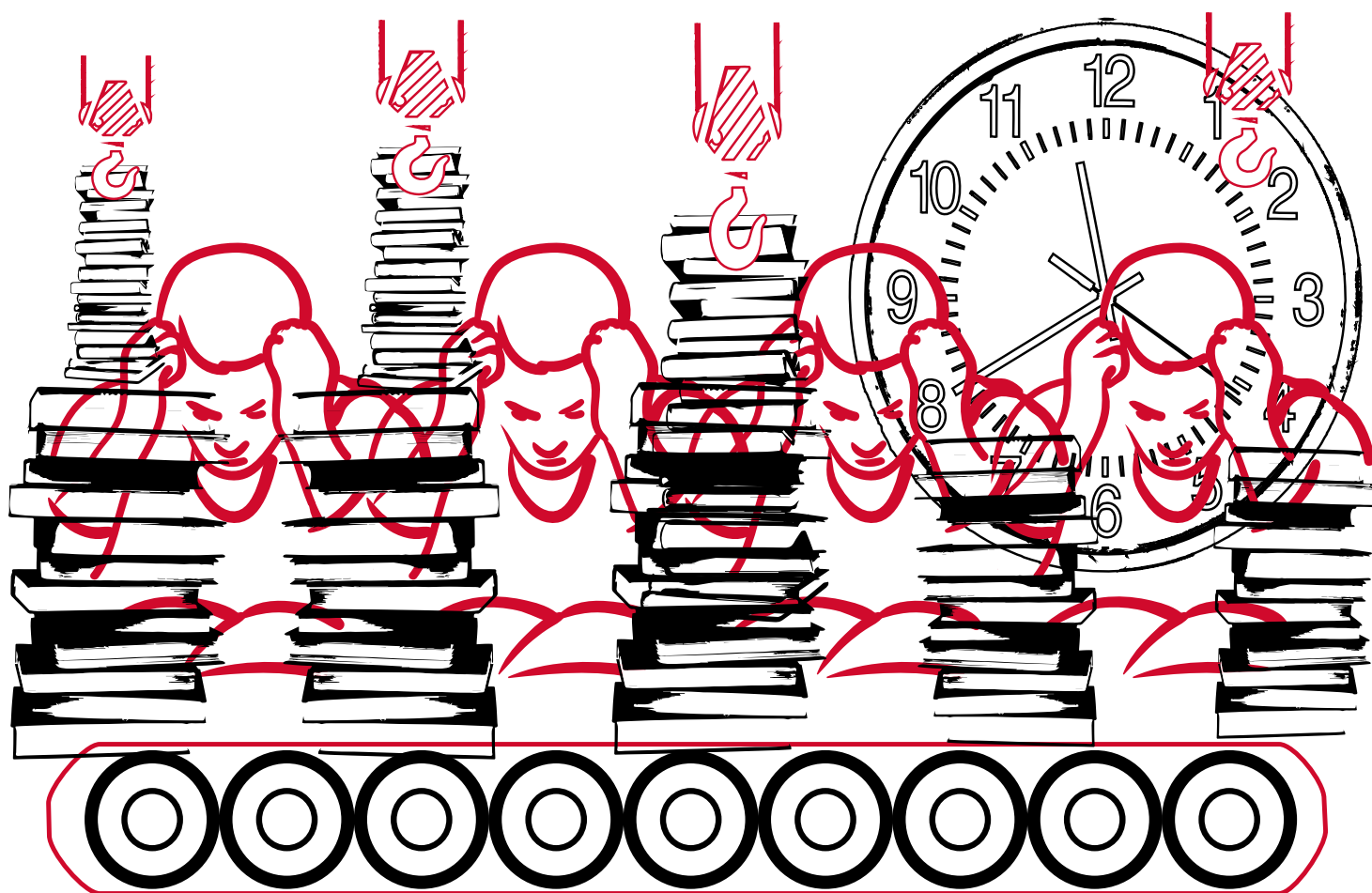
Palavras-chave: Precarização. Professor Substituto. Acumulação Flexível. Universidade Operacional.

Introdução

Este texto faz parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e tem como objetivo entender as nuances que envolvem o trabalho docente e as interfaces da precarização do trabalho na condição dos professores substitutos das universidades públicas no Brasil, em meio

às reconfigurações do trabalho no contexto de crise do capital e das exigências da denominada universidade operacional¹ (CHAUÍ, 1999).

Levando em consideração o referencial teórico da tradição marxista (que vem norteadando a consecução do nosso estudo), partimos da hipótese de que as reconfigurações do trabalho docente no contexto da universidade operacional só podem ser entendidas a partir das transformações no mundo do trabalho e



da reestruturação produtiva que tem atingido o cenário brasileiro, principalmente a partir dos anos de 1990, quando se instala a ofensiva neoliberal e têm início a privatização e a precarização dos vínculos empregatícios públicos. Com isso, a universidade brasileira sofre com a contrarreforma² do Estado que vem na contramão das conquistas obtidas com a Constituição Federal de 1988, tendo como resultado a negação da educação como direito e tornando-a mercadoria necessária para a valorização e reprodução do capital.

Para expor nossos argumentos, dividimos este texto em duas partes, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, vamos discutir como o trabalho docente encontra-se subordinado às exigências do capital a partir do modelo flexível de produção e da universidade em sua fase operacional. Na segunda, nos deteremos especificamente à realidade de trabalho do professor substituto nas universidades públicas nessa conjuntura de contrarreforma.

I. Acumulação flexível, universidade operacional e trabalho docente

Partimos do pressuposto de que o trabalho docente e o papel que a universidade vem ocupando nas últimas décadas estão em total sintonia com as exigências impostas pelo ordenamento do capital a partir do novo modelo de acumulação flexível e dos valores subjacentes a um tipo de universidade que Chauí (1999) denomina de operacional, uma vez que passa a ser regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, totalmente voltadas às necessidades do mercado em detrimento aos valores pautados no conhecimento, na reflexão, na formação, no questionamento e no desenvolvimento de um senso crítico e transformador da realidade social.

Pensar nas mudanças no papel da educação superior, do trabalho docente e da universidade pública brasileira na contemporaneidade remete a entender o processo de reforma do Estado no contexto de crise

do capital, cujo pressuposto é modernizar e racionalizar as atividades estatais redefinindo os serviços operacionalizados pelo Estado, dentre eles a educação, que, junto à saúde, à cultura e às utilidades públicas, passam a compor os serviços não exclusivos do Estado – ou seja, aqueles que o Estado provê, mas não executa diretamente e passam a ser geridos por contrato de gestão via “Organizações Sociais” (O.S.), a partir das exigências impostas pelo padrão de acumulação flexível na tentativa de reversão da crise estrutural do capital³.

Esta crise, que tem início a partir da década de 1970 e persiste até os dias atuais, diz respeito ao esgotamento do modelo de produção taylorista-fordista, com o sufocamento do Estado de Bem-Estar Social⁴, revelando que tal modelo era incapaz de conter as revoltas operárias – que reivindicavam melhorias na situação de opressão dos trabalhadores – e de possibilitar a manutenção da fase áurea da economia capitalista vivenciada durante os trinta anos dourados nos países centrais. A partir de então, uma nova reestruturação econômica, social e política se fez necessária, florescendo em um contexto de desregulamen-

(HARVEY, 1996, p. 140). A acumulação flexível também pode ser denominada de toyotismo, em função de muitos dos seus princípios terem emergido na fábrica japonesa de veículos Toyota. Esse novo modelo de produção ocorre sob a faceta neoliberal⁵ da mundialização do capital, com o predomínio de transações comerciais mundiais e o surgimento de oligopólios financeiros mundiais. Segundo Chesnais, a mundialização do capital:

[...] é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas [...] (CHESNAIS, 1996, p. 34, grifos do autor).

A partir deste contexto, a esfera da produção torna-se crescentemente globalizada, mediante a abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade; a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes, flexíveis às determinações mercadológicas; a parcela do trabalho fora do foco principal da empresa passa a ser subcontratada a outras empresas; o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização dos contratos de trabalho; na esfera sindicalista, o desemprego e a informalização corroem grandemente o poder de agenciamento das instituições sindicais (ALVES, 2000).

Pode-se observar que as repercussões desse processo de mutação das formas de organização do trabalho, com traços mais visíveis de exploração no período de hegemonia do capital financeiro, é um fenômeno que afeta globalmente os trabalhadores. Na análise de Antunes (2011), esse fenômeno compreende a *classe-que-vive-do-trabalho*, abrangendo a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho. Refere-se aos trabalhadores produtivos, mas envolve também os trabalhadores improdutivos, entendidos como aqueles que não produzem diretamente mais-valia; nesse sentido, envolve um leque de assalaria-

Pode-se observar que as repercussões desse processo de mutação das formas de organização do trabalho, com traços mais visíveis de exploração no período de hegemonia do capital financeiro, é um fenômeno que afeta globalmente os trabalhadores.

tações e flexibilizações. Tal reestruturação recebeu a denominação de “acumulação flexível”, impulsionada pela globalização e seus efeitos tecnológicos, que diminuíram as fronteiras espaço-temporais. Tal modelo de produção apoia-se nos processos de trabalho, envolvendo rápidas mudanças, com incremento no setor de serviços (HARVEY, 1996).

Ainda segundo o autor, a acumulação flexível se sustenta na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. “Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”

dos que incluem os trabalhadores inseridos no setor de serviços.

Diante desse cenário de mutações, o caso brasileiro⁶ apresenta particularidades em seu processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, que já estava em curso nos países centrais. Foi apenas nos anos 1980, ao final da ditadura civil-militar, que esse padrão de produção sofreu suas primeiras transformações na realidade brasileira, ocorrendo através de novos padrões de gestão e de tecnologia e com novas formas de organização do trabalho. “Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germinou a produção baseada em *team work*⁷, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica” (ANTUNES, 2014, p. 46).

A contrarreforma do Estado também aparece como mecanismo de sustentação deste novo modelo produtivo na conjuntura de crise. Desta forma, as estratégias do grande capital na década de 1990 não se reduziram a modificações apenas no âmbito da economia, mas na reestruturação do aparelho estatal, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. O fortalecimento do gerencialismo do Estado trouxe como consequências a flexibilização da administração e das modalidades de contratação de funcionários, a precarização dos serviços e das condições de trabalho com a introdução das práticas de mercado no setor público.

Logo, não é só o setor produtivo que sofre reestruturações, mas vários setores da sociedade, inclusive o da educação (em especial a educação superior), que passa a ser pressionado a atender às exigências internacionais de conhecimento e tecnologia, com previsão de reformas administrativas e pedagógicas em seu sistema. Essas exigências expressam um movimento internacional que propõe, como solução para os problemas educacionais dos países periféricos, a educação superior enquanto um *locus* de acumulação e expansão do capital, um setor não exclusivo do Estado, de acordo com as recomendações do Banco Mundial, conforme se observa a seguir:

“[...] o Banco Mundial prestará assistência aos países para criar uma variedade mais ampla de instituições de educação superior e de

sistemas de instrução (incluindo os provedores de educação privada e a distância) [...]” (LIMA, 2000, p. 23, citando documento do Banco Mundial, 1999).

Desse modo, no Brasil, mais particularmente a partir dos anos 1990, busca-se reestruturar as políticas educacionais, conforme as exigências internacionais e as necessidades do mercado. Tais medidas trazem repercussões graves para a educação, tais como: deterioração das condições de trabalho dos professores; subordinação do trabalho docente à mercantilização do conhecimento; desprestígio das atividades de extensão; e introdução de um modelo avaliativo que prioriza a quantidade, gerando incentivos à competitividade (MANCIBO *et al*, 2007). Com isso, a universidade pública também precisou ser reestruturada no sentido de atender às necessidades de modernização da economia e do desenvolvimento social, com o foco na qualidade e no gerencialismo

A contrarreforma do Estado também aparece como mecanismo de sustentação deste novo modelo produtivo na conjuntura de crise. Desta forma, as estratégias do grande capital na década de 1990 não se reduziram a modificações apenas no âmbito da economia, mas na reestruturação do aparelho estatal, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. O fortalecimento do gerencialismo do Estado trouxe como consequências a flexibilização da administração e das modalidades de contratação de funcionários, a precarização dos serviços e das condições de trabalho com a introdução das práticas de mercado no setor público.

empresarial (CHAUI, 1999). Desse modo, a autonomia⁸ universitária e acadêmica é impactada, pois sofre os condicionantes externos, submetendo as produções científicas aos interesses comerciais mercantis. O que se inicia na educação superior no Brasil, portanto, é a “imposição de uma lógica empresarial à formação profissional; e da política de redução do tempo de duração dos cursos e de precarização do trabalho docente” (LIMA, 2000, p. 19).

Desde seu surgimento na Europa, a partir do século XII, a universidade é entendida como uma instituição ou ação social que tem autonomia diante das

outras instituições sociais e é estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. Esta legitimidade se deu a partir da ideia de autonomia do saber diante da religião e do Estado (CHAUÍ, 1999).

A primeira universidade moderna de que se tem notícia é a de Bolonha, Itália, criada em 1150. As universidades vão se desenvolver, portanto, em um contexto de crise do feudalismo e no seio de muitos conflitos e contradições sociais de diversos aspectos, com o surgimento da burguesia comercial e o conjunto de transformações pelas quais passava o mundo naquele momento histórico (SIMÕES, 2013). Este conjunto de transformações articuladas dialeticamente com o surgimento da burguesia e a crise do sistema feudal revolucionam o campo das artes (renascimento), o campo do conhecimento (o chamado século das luzes) e criam as bases para a revolução industrial. Inicia-se, assim, o processo de dessacralização ou desencantamento do mundo (WEBER, 1983), com o conhecimento se afastando da teologia.

Podemos delimitar quatro fases⁹ na história da educação superior no Brasil: uma primeira que vai até 1930; uma segunda, de 1930 até meados dos anos 1960; uma terceira, de meados de 1960 a 1988; e a última, a partir de 1988. No primeiro momento, temos um período extremamente elitista com ênfase na formação profissional. No segundo, trata-se de um período de uma conjuntura política com ênfase na necessidade de modernizar e desenvolver o país. Assim, esse é o período do início do crescimento do sistema público universitário.

No que tange ao Brasil, ressalte-se que a coroa portuguesa impediu o surgimento de universidades no período colonial, pois sua política objetivava submeter a colônia ao monopólio intelectual advindo de Coimbra. É somente com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, que foi permitida a criação das primeiras instituições de ensino superior, todas de cariz profissionalizante, vinculadas às áreas de Medicina, Engenharia e Direito, instaladas nas metrópoles economicamente mais importantes da época (COSTA e RAUBER, 2009).

Durante esse período, é possível verificarmos uma grande preocupação em se desenvolver um modelo de educação de nível superior no Brasil, notabilizado pelo favorecimento a uma pequena parcela da população, atendendo somente à elite, aos chamados “filhos da aristocracia”, e visando basicamente à formação do “Doutor”, como era chamado quem se formava em Direito, Medicina ou Engenharia (COSTA e RAUBER, 2009). A primeira universidade de fato (com cursos de diversas áreas) foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Mais tarde, vieram as Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda, em 1927.

Podemos delimitar quatro fases⁹ na história da educação superior no Brasil: uma primeira que vai até 1930; uma segunda, de 1930 até meados dos anos 1960; uma terceira, de meados de 1960 a 1988; e a última, a partir de 1988. No primeiro momento, temos um período extremamente elitista com ênfase na formação profissional. No segundo, trata-se de um período de uma conjuntura política com ênfase na necessidade de modernizar e desenvolver o país. Assim, esse é o período do início do crescimento do sistema público universitário.

A terceira fase corresponde ao período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e a um discurso político-ideológico de necessidade de reforma no ensino e na universidade: era preciso depurar o ensino e as universidades da influência comunista. Por isso, aposta-se em um ensino “neutro”, tecnicista, com ênfase na eficiência administrativa, na reorganização das estruturas e no mecanismo do planejamento.

Por fim, o quarto período, que se iniciou na década de 1980, em um cenário de redemocratização que culminou com a Constituição Federal (CF) de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular o ensino superior. Os anos posteriores à CF serão marcados por profundas contradições. Ao mesmo tempo em que a CF considera a educação pública e gratuita como direito de todos, contraditoriamente, inicia-se nesse período, nas grandes potências mundiais, a defesa do projeto neoliberal e, em seu bojo, inúmeras propostas educacionais para as nações subdesenvolvidas ou “emergentes”.

Assim, a universidade vai se desenvolvendo no mundo moderno e contemporâneo e na particu-

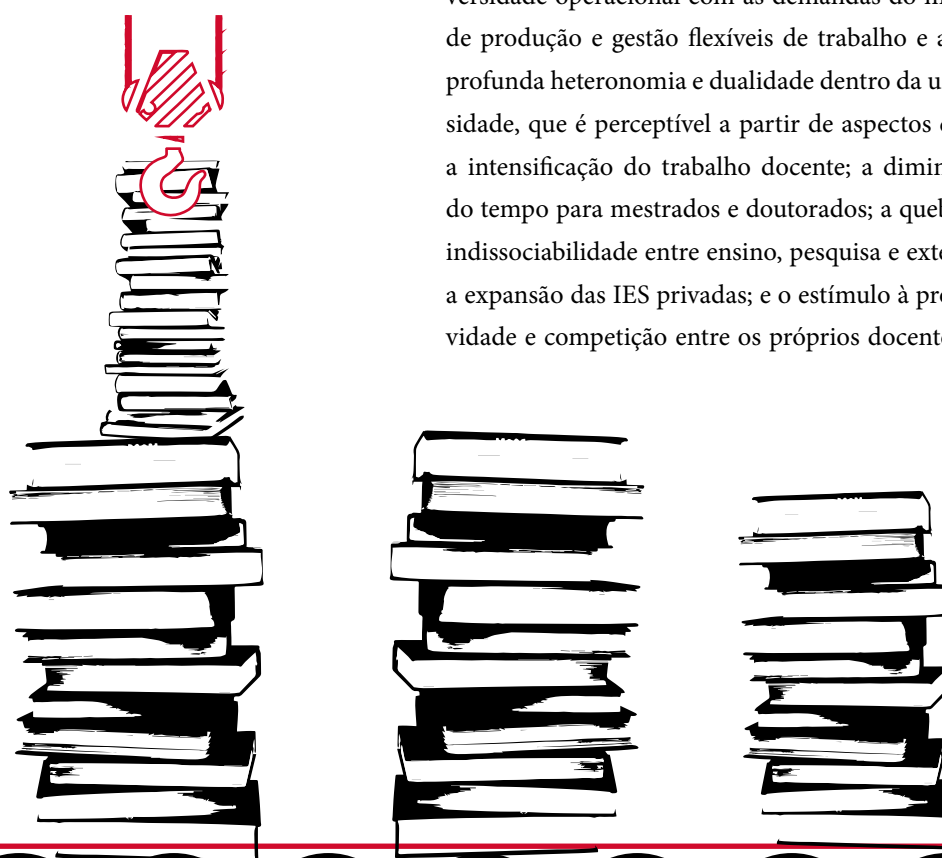
laridade brasileira baseada na ideia de autonomia do conhecimento. No entanto, a partir das exigências do desenvolvimento capitalista e do modelo de acumulação flexível, a universidade contemporânea passa a ser definida como organização prestadora de serviços em contraposição à ideia de universidade como instituição social baseada no conceito de universalidade. Nesse sentido, a universidade enquanto instituição tem na sociedade o seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto que, sob a forma de prestadora de serviços, tem apenas a si como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.

Para Chauí (1999), a passagem da universidade da condição de instituição social à de organização social insere-se no processo de mudança da sociedade, sob os efeitos da nova forma de capital, e ocorreu em duas fases sucessivas: na primeira fase, a *funcional*, a universidade estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão de obra qualificada para o mercado de trabalho – neste contexto, a universidade alterou currículos, programas e ativi-

dades para atender ao mercado capitalista, separando cada vez mais docência e pesquisa em contraposição à universidade clássica (fase do seu surgimento), que estava voltada exclusivamente ao conhecimento. Na segunda fase, a universidade tornou-se *operacional* “por ser uma organização voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos” (idem, p. 4). Sobre a universidade operacional, Chauí destaca que esta é:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (1999, p. 5).

Com isso, a autora evidencia a sintonia entre a universidade operacional com as demandas do modelo de produção e gestão flexíveis de trabalho e a uma profunda heteronomia e dualidade dentro da universidade, que é perceptível a partir de aspectos como: a intensificação do trabalho docente; a diminuição do tempo para mestrados e doutorados; a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a expansão das IES privadas; e o estímulo à produtividade e competição entre os próprios docentes nas



IES públicas, dentre outros fatores que propiciam a degradação interna e a desmoralização pública desta instituição.

O trabalho docente neste contexto da universidade operacional é entendido como atividade responsável pela transmissão rápida de conhecimentos para estudantes que precisam entrar no mercado de trabalho. A exigência por maior produtividade docente também é imposta aos docentes devido às demandas que exigem maior envolvimento laboral desses trabalhadores. Fator extremamente preocupante no que se refere à qualidade da formação, pois, de acordo com Chauí (1999), a marca essencial da docência, que é justamente a formação, desapareceu nesta nova forma de universidade. Além desta visível alteração no papel do trabalho docente, a pesquisa científica também tem ganhado uma nova conotação neste novo tipo de universidade, que a pressupõe não como uma forma de reflexão e aquisição de conhecimento, mas como posse de instrumentos para intervir e controlar algo. Por isso, não existe mais tempo nem espaço para reflexão, crítica, mudança ou superação; em contrapartida, a ênfase dada à pesquisa diz respeito à “delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle” (idem, p. 6).

O contexto que justifica e estimula o investimento no setor também está relacionado ao expressivo aumento das despesas com importação de fármacos e medicamentos ao longo da década de 1990. O comprometimento da balança comercial e a dependência externa definiram estratégias específicas para a área, que envolvem “internalização de atividades de P&D, estímulo à produção doméstica de fármacos e medicamentos [...], fortalecimento do programa de genéricos [...] e estímulo aos laboratórios públicos”.

A partir destes elementos, podemos perceber a relação que vem se estabelecendo entre o trabalho docente, o papel da universidade e a necessidade valorativa e de reprodução do capital. A educação superior, neste sentido, tem sido marcada pela mercantilização, pelo rebaixamento e pelo esvaziamento de conteúdos na tentativa de mediar a reprodução da totalidade social, circunscrita pela crise do sistema

do capital. Esta realidade confirma que a precarização do trabalho docente é resultante das mudanças do mundo do trabalho e da reestruturação produtiva, estando articuladas as novas configurações, que têm sido cada vez mais desregulamentadas e caracterizadas pela negação dos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, redução dos salários e demais formas de exploração impostas. Assim, por meio das contratações temporárias de docentes na IES, tem-se a materialização desse modelo de flexibilização no cotidiano da educação superior.

Desde o final do século XX, no Brasil, a ênfase dada refere-se a uma formação que atenda às orientações dos organismos multilaterais, em especial do Banco Mundial, tendo como lema a “democratização” do acesso ao ensino superior. Entretanto, democratizar passou a ser sinônimo de inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, sejam públicas ou privadas. É por isso que a expansão de vagas apresenta-se como meta cobrada pelos organismos internacionais aos países subdesenvolvidos¹⁰. No entanto, a expansão de vagas de acesso ao ensino superior não vem acompanhada de aumento dos concursos públicos para a contratação de professores efetivos suficientes para dar conta desta nova demanda. Fato que tem requisitado do Estado brasileiro a contratação de professores substitutos para suprir esta demanda, como trataremos no item a seguir. Essa realidade faz-se presente, em geral, em todas as instituições federais, uma vez que estas tiveram que adequar-se às exigências do capital flexível sobre a educação superior pública.

II. Os professores substitutos nas universidades públicas brasileiras

A educação brasileira, em especial as instituições de ensino superior (IES), tem sido alvo das transformações sofridas pela universidade e pelo mundo do trabalho, conforme já sinalizamos anteriormente, uma vez que funcionam de acordo com os moldes de controle de qualidade, no intuito de aumentar a produtividade e diminuir os custos com a força de trabalho, mediante novas formas de contratação e prestação de serviços requeridos pela reestruturação

produtiva e pelas contrarreformas do Estado. Para isso, buscaremos entender a relação que se estabelece entre as mudanças na base material e econômica do capital nos últimos anos e a ampliação das formas de trabalho precarizado, a exemplo do professor substituto nas universidades públicas¹¹.

Neste sentido, Mancebo *et al* (2007) aponta algumas causas para o crescente aumento do trabalho precário nas IES, assim como algumas consequências deste processo:

O aumento do trabalho precário nas universidades públicas apresenta como causa primeira a progressiva erosão do volume de recursos públicos destinados ao financiamento da universidade. O enxugamento orçamentário gera, indubitavelmente, inúmeros efeitos danosos e um deles recai na contratação de novos docentes, quer para o atendimento minimamente adequado ao crescimento quantitativo e qualitativo de cursos e alunos, quer para a reposição paritária das vagas geradas por aposentadorias, óbitos, desligamentos voluntários e afastamento de docentes. Assim, a contratação de professores substitutos vem sendo uma saída econômica para o sustento das universidades, que, infelizmente, se naturalizou no cotidiano de diversas unidades, sendo mesmo incentivada acriticamente por muitos (p. 77).

O uso recorrente dos contratos mais ágeis e econômicos – como os “temporários” – na maior parte das universidades públicas brasileiras reflete a adoção de um novo modelo gerencial nas instituições de educação superior advindo da reforma estatal, que reproduziu no âmbito universitário um mercado de trabalho flexível.

Para referir-se ao professor substituto, é necessário entendermos as dimensões políticas e pedagógicas desenhadas pelas reformas do ensino superior, na década de noventa do século XX, fase em que emerge a figura do professor substituto no cotidiano das Instituições de Ensino Superior (IES), como tentaremos problematizar neste item.

Segundo Pinto (2010), o termo “professor substituto” apareceu de forma mais expressiva nas universidades federais brasileiras a partir da década de 1990. Anteriormente, havia outros termos para denominar os docentes fora da carreira, como aulistas e horistas. Com os processos de privatização do Es-

tado, delineados, principalmente, nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) – expresso particularmente nas reformas da previdência¹² –, houve reflexos na educação superior pública, dentre eles a redução significativa do número de concursos públicos para professores nas universidades federais.

Neste contexto, muitos docentes resolveram antecipar suas aposentadorias, buscando manter seus direitos adquiridos. Além disso, o estímulo e a exigência para capacitação dos professores em nível *strictu sensu* (Mestrado e Doutorado) levaram muitos docentes a solicitarem licenças para essa finalidade. Nesse ínterim, a forma desenvolvida pelas universidades federais para suprir o déficit de docentes foi a contratação de professores denominados substitutos. Mesmo a partir da autorização dos concursos públicos para professores efetivos, no período subsequente – governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) –, o número de docentes concursados não foi suficiente para repor o quadro, levando, assim, à permanência de professores substitutos nas universidades federais.

O uso recorrente dos contratos mais ágeis e econômicos – como os “temporários” – na maior parte das universidades públicas brasileiras reflete a adoção de um novo modelo gerencial nas instituições de educação superior advindo da reforma estatal, que reproduziu no âmbito universitário um mercado de trabalho flexível.

A forma de contratação dos professores substitutos foi regulamentada pela Lei nº 8.745/1993, que disciplinou a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que não poderá ultrapassar percentual máximo de 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição. Observando-se essa legislação, têm-se os seguintes critérios de contratação dos professores substitutos: para suprir falta de professor de carreira nos casos de exoneração ou demissão, aposentadoria, falecimento, licença ou afastamentos obrigatórios.

Outro instrumento legal que norteia a carreira do magistério superior federal, a Lei nº 12.772/2012, também contempla o professor substituto, ao definir

que sua contratação deverá ser autorizada pelo dirigente da instituição, condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros. Essa lei ainda trata da carga horária referente ao professor substituto, podendo apresentar o regime de trabalho de 20 ou 40 horas semanais.

Mesmo sendo regulamentada em legislação específica, a inserção do professor substituto nas IES federais traz sérias implicações para estes profissionais em suas condições de trabalho e na efetivação da formação que operacionalizam na universidade. Alguns autores brasileiros nas últimas décadas já vêm se dedicando ao estudo da precarização do trabalho na condição do professor substituto, a exemplo de Leher e Lopes (2008), que apontam tendências presentes na atuação desses profissionais nas universidades federais brasileiras, tais como: jornada de trabalho restrita à ministração das atividades de ensino; jornada de trabalho, em sua maioria, de 40 horas semanais e com muitas disciplinas – inviabilizando, portanto, a participação destes docentes nas atividades de pesquisa e extensão e, conseqüentemente, promovendo

em prejuízo de seus cursos de pós-graduação. Ademais, o trabalho desses professores é centrado na sala de aula, desvinculado da pesquisa e da extensão, assim como as decisões sobre a instituição. As conseqüências dessa precarização *atingem também os professores efetivos, que ficam mais sobrecarregados em termos de comissões departamentais, orientações de monografia, mestrado e doutorado, orientação de bolsas tipo PIBIC, bancas etc.* (LEHER e LOPES, 2008, p. 17, grifos nossos).

Com base nestes elementos, podemos constatar que existe uma intensificação e precarização nas condições de trabalho de todos os docentes nas universidades públicas brasileiras e particularmente dos professores substitutos, advindas das modificações impostas pelo capitalismo, trazendo sérios danos à efetivação do trabalho e organização da carreira docente.

Pesquisa realizada com docentes efetivos dos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, em 2014, aponta que 74,4% trabalham entre 8 e 15 horas por dia. Os dados ainda apontam que 96,4% trabalham nos fins de semana; 80,4% dos entrevistados afirmam que o tempo não é suficiente para cumprir as exigências e demandas do trabalho docente; e 76,2% se sentem pressionados com metas e prazos a cumprir (LIMA, 2016). Criou-se, portanto, uma **lógica gerencial-mercantil** nas IES públicas e, com a expansão das pós-graduações, os docentes das instituições públicas são obrigados a trabalhar cada vez mais para mostrar produtividade e, assim, poderem concorrer aos inúmeros editais, uma vez que os recursos se destinam, prioritariamente, àqueles que mostram maior produção. Ao mesmo tempo, por vezes, o acesso aos recursos para a infraestrutura das IES também só é possível através dos editais, sobrecarregando, sobremaneira, os docentes que se encontram em cargos de gestão. Assim, as IES públicas brasileiras têm sido submetidas à lógica do mercado em todas as suas dimensões e, no âmbito universitário, são raras as reflexões críticas a essa lógica destrutiva.

Ressalte-se que, no caso dos professores substitutos – geralmente docentes jovens –, estes têm que dividir o seu tempo para estudos e produções científicas na tentativa de inserção no quadro efetivo, uma vez que:

Aviabilidade para a proposta de desenvolvimento articulada à política de saúde, industrial e de ciência e tecnologia também requisita o financiamento do BNDES, principal agente de fomento das políticas “desenvolvimentistas”. Por meio do PROFARMA, o complexo econômico-industrial da saúde passa a ter prioridade no financiamento do referido órgão.

a fragilização do tripé da formação ensino, pesquisa e extensão –; e não direito à voz ativa nem voto nas reuniões das unidades acadêmicas.

Deste cenário, pode-se inferir que a condição do professor substituto no âmbito das IES não faz jus ao sentido denotativo a que deveria lhe caber, ou seja, de substituir um professor efetivo nos mesmos parâmetros e condições de trabalho. Com base nisso, Leher e Lopes (2008) advertem que:

A proliferação de professores substitutos cujo trabalho é pessimamente remunerado e desprovido de direitos trabalhistas pressupõe longas jornadas de trabalho (docentes jovens requerem mais tempo para preparar os cursos),

A intensificação do trabalho docente, a redefinição de suas atribuições – tanto em sua forma como em seu conteúdo – e a divisão estabelecida pela crescente contratação de professores substitutos como tática para ampliação do ensino superior nas instituições públicas são estratégias para desarticulação da carreira docente – uma conquista histórica – e do projeto de universidade em que pesquisa, ensino e extensão são indissociáveis. Mudam os atores em cena, muda a cena e novos atores são formados, adaptados ao novo cenário. A diferença básica entre um docente-pesquisador e um empreiteiro não está, no entanto, restrita à quantidade e à velocidade do trabalho realizado ou às modificações nas relações de trabalho: como assinalado, é um outro *ethos* acadêmico (o capitalismo acadêmico periférico) (LEHER e LOPES, 2008, p. 21).

Este é o cenário que envolve este espaço laboral na atualidade e refere-se não só à condição de precarização do professor substituto, mas dos demais sujeitos envolvidos no processo: professores efetivos e alunos que também vivenciam os efeitos nefastos impostos neste contexto de flexibilização e intensificação do trabalho. Logo, é fundamental percebermos que a precarização para além da relação contratual está também associada à desvalorização social do papel exercido por este profissional.

Este panorama pode ser evidenciado no contexto do atual governo do presidente interino Michel Temer¹³, que, em menos de um ano de mandato, na tentativa de conter a crise do capital, já propôs medidas drásticas, que trarão implicações gravíssimas para a educação pública. A aprovação da PEC 55/2016¹⁴ é um exemplo contundente deste desmonte, visto que prevê o congelamento de gastos públicos em setores básicos como a educação e saúde por vinte anos, aliada à vedação de concursos públicos. As Universidades e Institutos Federais, segundo especialistas, devem ser os mais prejudicados pela medida, uma vez que a diminuição no investimento orçamentário na política de educação e a não realização de concursos públicos para os docentes farão com que haja uma ampliação nas formas de contratação temporárias e flexibilizadas, promovendo, de forma generalizada, a precarização da educação pública superior no país.

Ressaltem-se ainda os recentes cortes dirigidos ao programa Ciência sem Fronteiras e às bolsas para os programas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹⁵. Além destes, o orçamento dirigido à assistência estudantil segue como uma incógnita indecifrável e, no dia 11 de agosto de 2016, foi anunciada a previsão de corte orçamentário de cerca de 45% do orçamento nas universidades federais¹⁶ (CFESS, 2016).

Destarte, teremos o desmonte das instituições públicas de ensino e um futuro no qual só poderão ter acesso à educação superior os filhos da elite, ou seja, estudantes cujos pais possam pagar pelo acesso ao curso superior, já que com o desmonte da máquina pública que permite o acesso democrático à educação, a iniciativa privada fica fortalecida. Com isso, além do escasso acesso à educação pública, a qualidade da formação profissional também será comprometida, tanto pelas reestruturações que propõem o retorno a um tipo de formação tecnicista, como pelo aumento do número de contratos dos professores substitutos, uma vez que a tendência aponta para uma redução na realização dos concursos públicos.

Este é o cenário que envolve este espaço laboral na atualidade e refere-se não só à condição de precarização do professor substituto, mas dos demais sujeitos envolvidos no processo: professores efetivos e alunos que também vivenciam os efeitos nefastos impostos neste contexto de flexibilização e intensificação do trabalho. Logo, é fundamental percebermos que a precarização para além da relação contratual está também associada à desvalorização social do papel exercido por este profissional.

Tal processo de precarização do trabalho docente assume sua face mais perversa quando se trata dos professores substitutos, pois, além da exigência de produtividade, convive-se com a (in)certeza do fim do contrato de trabalho. Logo, pensar na precarização do trabalho docente na condição dos professores substitutos envolve uma dimensão bem maior do que só a identificação das suas precárias condições de trabalho e fragilidades nos vínculos contratuais;

envolve também o entendimento do papel que estes vêm ocupando na atualidade, tanto no processo de formação profissional como para a reprodução do capital, uma vez que estes profissionais participam também do processo de valorização sistêmica, que exige maior produtividade associada ao menor custo com a contratação da força de trabalho. Nesse sentido, a contratação de professores substitutos atende perfeitamente às demandas impostas pela acumulação flexível do capital.

Considerações finais

Diante dos elementos problematizados neste texto, pudemos observar que nos últimos anos as instituições públicas de ensino – em especial as universidades federais – passaram por diversas alterações, que, em curto prazo, já demonstram os retrocessos na garantia da educação como um direito indispensável para a formação humano-social. Nesse sentido, a educação superior no Brasil, desde os anos 1990, vem sendo submetida a um processo de mercantili-

apontou um aumento significativo de (sub)contratações temporárias de professores; a sobrecarga de trabalho e a fragilidade dos vínculos contratuais dos professores substitutos – com a conseqüente sobrecarga de trabalho dos professores efetivos nas atividades de pesquisa, extensão, coordenação de curso, orientações de dissertações e teses, uma vez que os professores substitutos são excluídos destas atividades, exercendo apenas atividades de sala de aula. Estas tendências confirmam a hipótese inicial de uma intrínseca relação entre a flexibilização do trabalho docente e o papel exercido pela universidade operacional no contexto de acumulação flexível do capital.

Por fim, vale ressaltar que este texto contém mais inquietações do que respostas; inquietações que – esperamos – conduzam a um repensar crítico da problemática aqui tratada e a novos estudos que apontem alternativas ou, pelo menos, um horizonte a seguir num contexto tão nebuloso como este que estamos vivenciando. Este é um dos enormes desafios que se põem na atualidade. **US**

Nesse sentido, a educação superior no Brasil, desde os anos 1990, vem sendo submetida a um processo de mercantilização crescente, no qual se prima pela produtividade exacerbada dos docentes, aligeiramento, flexibilização e rebaixamento da qualidade dos processos formativos – graduações tecnológicas, cursos sequenciais e a distância –, privilégio dos recursos para as universidades privadas, com destaque para a precarização e intensificação do trabalho docente.

zação crescente, no qual se prima pela produtividade exacerbada dos docentes, aligeiramento, flexibilização e rebaixamento da qualidade dos processos formativos – graduações tecnológicas, cursos sequenciais e a distância – e privilégio dos recursos para as universidades privadas, com destaque para a precarização e intensificação do trabalho docente.

A precarização e intensificação do trabalho docente atingem professores efetivos e substitutos; contudo, defende-se neste artigo que tal precarização assume contornos de barbárie quando se trata dos professores substitutos. Nesse sentido, este artigo

notas

1. Durante o desenvolvimento do artigo, apresentaremos o conceito de “Universidade Operacional”.
2. A concepção que orientou a contrarreforma do Estado no Brasil foi: “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 11), de modo que o Estado passa a ser um regulador e repassador de recursos. Ou seja, o processo de contrarreforma empreendido pelo Estado brasileiro tem por objetivo central reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Por isso, o termo dado ao termo no tocante a identificá-lo como contrarreforma (BEHRING, 2006).
3. Esta crise é estrutural, pois é orgânica e permanente, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital. De acordo com Mészáros (2002, p. 100), a crise estrutural é entendida como uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, senão em todas suas dimensões fundamentais, questionando sua validade como sistema reprodutivo social no todo”. Na percepção de Mészáros, a crise estrutural emana de três dimensões internas fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Para ele, a novidade desta crise é que ela apresenta um caráter universal, atingindo a totalidade dos países.
4. O *Welfare State* (W. S.) ou Estado de Bem-Estar Social caracteriza-se como um pacto social entre capital e trabalho, no qual o Estado passa a intervir na política econômica e social, provendo serviços públicos à população. O W. S. desenvolveu-se principalmente na Europa entre os anos 40 e 70 do século XX. Ver a este respeito: Behring e Boschetti (2006).
5. Com a crise do W. S., a partir de fins da década de 1970, o neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a ser implementado pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, completando a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI e o Bird, a desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura pós-moderna é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital. Cf. Harvey (1996); Antunes (2011).
6. Para entender a particularidade do capitalismo brasileiro e a condição de subordinação do Brasil aos países cêntricos. Cf. Ianni (2004); Fernandes (1975).
7. *Just-in-time* e *team work* são expressões ligadas ao modelo toytista. O primeiro pode ser traduzido por “na hora certa” e significa que a reposição dos estoques só deve ser feita após tornar-se necessária, ou seja, nada deve ser produzido, transportado ou repostado antes de haver necessidade real. O segundo (“trabalho em equipe”) significa que o trabalho a ser desenvolvido deve ser realizado em equipe e que os resultados ou fracassos deste devem ser controlados pela própria equipe, criando, assim, um processo de controle/vigilância interna entre os próprios trabalhadores.
8. O artigo 207 da CF-1988 estabelece que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).
9. Como toda tentativa de periodização histórica, essa divisão em quatro fases é somente uma entre muitas possíveis.
10. Estas orientações são norteadas pela Teoria do Capital Humano, que surge nos Estados Unidos da América, com Theodore Schultz, entre os anos 1960-1970. A teoria defende a concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital. Ver a esse respeito, entre outros, Souza Filho (2010).
11. Neste ensaio trataremos apenas alguns elementos introdutórios para entender a condição do professor substituto nas universidades públicas, visto que a pesquisa ainda está em andamento. Neste sentido, os resultados serão apresentados de forma mais aprofundada em nossa tese de doutorado em andamento: *O professor substituto nos cursos de Serviço Social no nordeste brasileiro: limites e impasses frente à precarização do trabalho docente*.
12. A principal contrarreforma da previdência se deu através da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que passa a considerar para efeito de aposentadoria não somente o tempo de serviço do trabalhador, mas também o tempo de contribuição com a previdência. O período estabelecido passa a ser de 30 anos para as mulheres

notas

e de 35 anos para os homens. No ano seguinte, foi aprovado o fator previdenciário, que é uma fórmula matemática aplicada sobre o salário que considera a idade do trabalhador e o tempo de contribuição, a fim de definir o valor a ser recebido por ocasião da aposentadoria. O fator previdenciário visa, segundo seus formuladores, desestimular a “aposentadoria precoce” (CASTRO, 2016).

13. Para entender sobre o golpe de Estado que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, ver Singer *et al* (2016).

14. A PEC 55/2016 foi aprovada em dezembro de 2016 e tornou-se a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

15. O Decreto 8.877, de 18 de outubro de 2016, alterou a estrutura administrativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e subordinou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) à “Coordenação Geral de Serviços Postais e de Governança e Acompanhamento de Empresas Estatais e Entidades Vinculadas”. E, em abril de 2017, foi anunciado, oficialmente, o fim do programa Ciências Sem Fronteiras para os cursos de graduação. Cf. Castro (2016).

16. Aprofundaremos em nossa tese de doutorado mais elementos sobre os efeitos da contrarreforma do Estado no ensino superior.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15a. ed. Editora Cortez, São Paulo, 2011.

_____. A Nova Morfologia do Trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**, junho de 2012. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. 2, ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine R. & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Bibliografia básica do Serviço Social, v. 2).

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma interpretação da América Latina. São Paulo: Ed. 34, 1996.

CASTRO, José R. Brasil já teve grandes reformas na Previdência. Em que contexto elas ocorreram. **Nexo**. 08 set 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/08/Brasil-j%C3%A1-teve-grandes-reformas-na-Previd%C3%Aancia.-Em-que-contexto-elas-ocorreram>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

COSTA, Everton O. de L. & RAUBER, Pedro. História da educação: Surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica Unigran**. v. 11. n. 21 Dourados, MS. Jan./Jun.2009. Disponível em: <http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2017.

referências

- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS manifesta:** edição especial análise de conjuntura. Brasília, 7 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- CHAUI, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, caderno Mais!, 9 maio 1999. Disponível em: <http://www.cacos.ufpr.br/obras/Marilena_Chauí_Universidade_Operacional.doc>. Acesso em: 05 maio 2010.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996.
- IANNI, Otávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LEHER, R.L.; LOPES, A. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e Mercantilização da Educação. **VII Seminário de la red de estudios sobre trabajo docente (RED ESTRADO): nuevas regulaciones en America Latina**. Buenos Aires, 3-5 de Julio de 2008. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Roberto%20Leher.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- LIMA, Kátia. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**. Ano 1, nº1 (jan-jun 2000). Brasília: ABEPSS, 2000.
- LIMA, Rita de L. de. Docência e Serviço Social: condições de trabalho e saúde. **Temporalis**. Ano 16, nº 31 (jan.-jun. 2016). Brasília: ABEPSS, 2016.
- MANCIBO, Deise et al. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PINTO, M.J.B.; DALBEN, A.I.L.F. Professor substituto. In: OLIVEIRA, D. A. et al. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.
- SINGER, André et.al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. Coleção Tinta Vermelha.
- SIMÕES, Maria L. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 136-152, João Pessoa/PB. jul.-dez. 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/17783-32095-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/17783-32095-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- SOUZA FILHO, Moysés. **Capital humano em educação: uma visão crítica da concepção neoliberal**. 2010. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT3/CAPITAL_HUMANO.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações** (trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota). 4a ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Cultrix, 1983.

referências

A Educação Disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno - entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo

Eduardo Rebuá

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

E-mail: rebua7@gmail.com

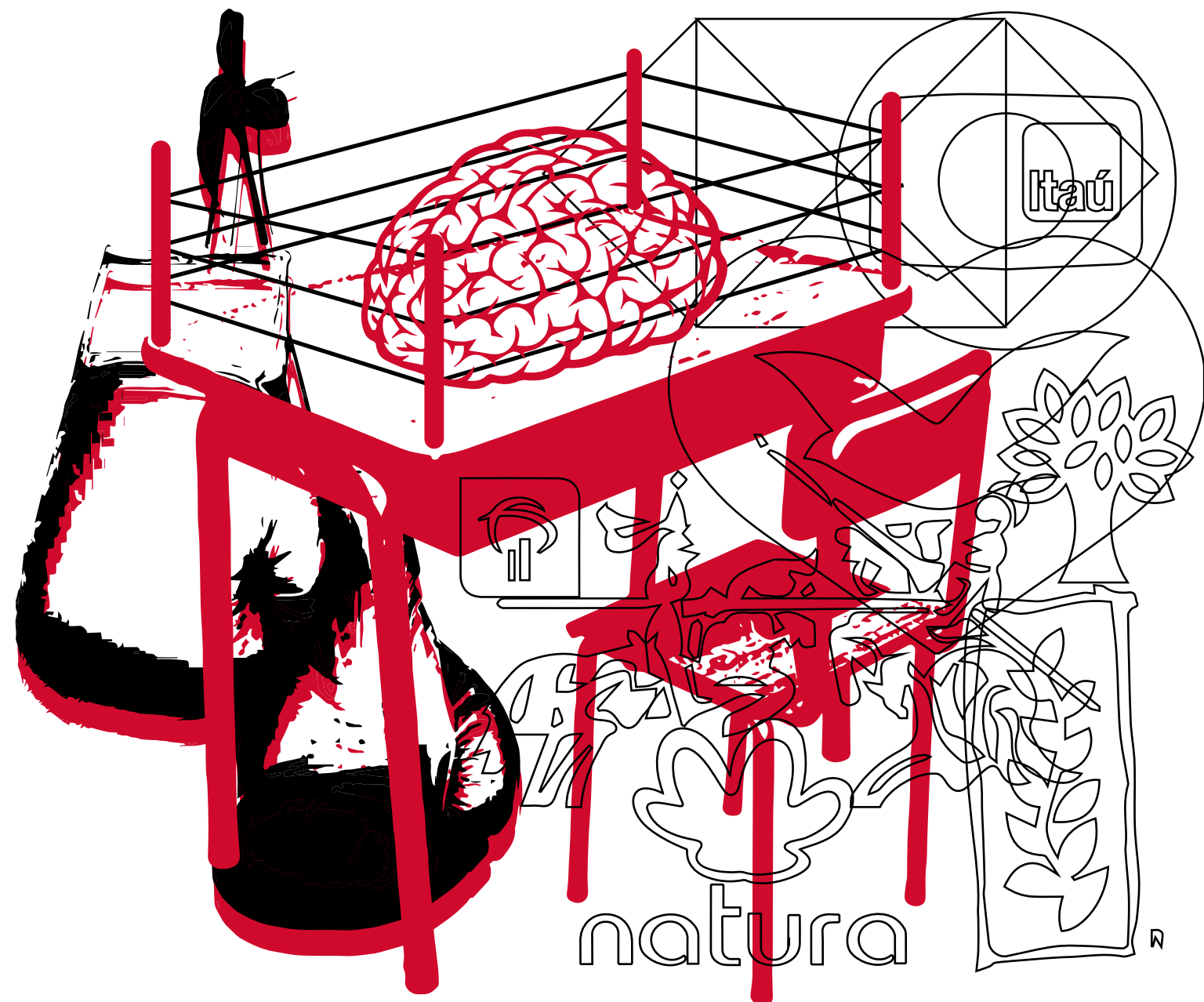
Resumo: O artigo examina, a partir sobretudo do materialismo histórico, as dinâmicas entre Estado e Sociedade Civil no Brasil contemporâneo, objetivando fotografar a democracia em suas articulações orgânicas com os processos educativos, seus sujeitos e instituições. Interessa-nos investigar as atuais investidas dos setores dominantes sobre a educação pública focalizando os dois protagonistas mais destacados, quais sejam: (i) o empresariado e (ii) a ofensiva (neo)conservadora, que têm logrado adesões a robustos e incisivos consensos em todas as dimensões do Estado Ampliado, com o manejo cotidiano de dispositivos jurídicos, políticos, midiáticos, econômicos, institucionais e culturais. Entendemos que nunca a educação pública (básica e superior) foi tão disputada pela hegemonia no país, principalmente sob um contexto de crise do pacto social lulista, de novos-velhos golpes e de conformismos capazes de apagar, elaborar e difundir concepções educacionais profundamente vinculadas ao *establishment*.

Palavras-chave: Democracia. Hegemonia. Empresariamento. (Neo)Conservadorismo.

Introdução

Assim, a democracia, longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade [RANCIÈRE, 2014, p. 72].

Desde os anos 1980, o caso da última ditadura civil-militar do/no Brasil, que o tema da democracia não ocupava tanto as pautas diárias, seja dos jornais, do senso comum, dos debates entre intelectuais, das aulas nas escolas e universidades, dos espaços de cultura, das territorialidades religiosas, dos movimentos sociais etc. Se a democracia, nos termos de Rancière (2014, p. 71), jamais se assenta sobre uma única e mesma lógica, é impossível buscar qualquer aproximação teórico-conceitual sobre ela – sobretudo em seus vínculos orgânicos com os processos e sentidos educativos – partindo de concepções uniformizantes, obtusas e historicamente equivocadas.



Somos mais democráticos hoje e ao mesmo tempo somos mais inseguros em relação a ela, como atesta a presente conjuntura brasileira, que teve nas *Jornadas de Junho* (2013), principal nome dado aos protestos massivos ocorridos em todo o país naquele ano, talvez seu momento mais catártico, imprevisível e sem dúvida seu maior enigma, quando sujeitos e sentidos conservadores e progressistas chocaram-se de maneira mais evidente, nas ruas e nas redes, com muitas “saídas de armário” inesperadas ou pelo menos subestimadas. A educação – aquela de que sempre falamos, na escola, na rua ou no seio familiar – continua assumindo, em termos de leitura dominante, papel de redenção e de remédio para todos os males da questão social (IANNI, 1992), a despeito da ainda abissal indiferença de amplos setores para com

ela. Todavia, diuturnamente se dá a disputa (política, semântica, econômica) das instituições de ensino, quase sempre defendidas com pujança, mas pouco blindadas concretamente contra investidas esterilizadoras, comodificadoras e apassivadoras, de entes do “Estado Ampliado”, unidade dialética entre sociedade política e sociedade civil, espaços de destacada atuação do mercado, agente (coletivo) de hegemonia fundamental das sociedades no capitalismo tardio.

No esforço de disputa material e simbólica da educação, entendemos que o empresariado, atuante nas duas esferas do Estado Ampliado, seja no Vargasismo, no período 1964/1985 ou na atualidade, desempenha lugar de centralidade, uma vez que representa o sujeito coletivo mais coeso politicamente, mais robusto economicamente e com maior capaci-

dade de articulação com os diversos âmbitos sociais¹, como a mídia, o *agribusiness*, o parlamento e a universidade, dentre outros. Junto aos grupos empresariais, como guardiães mais visíveis de hegemonias de sentido e políticas (neo)conservadoras, temos os setores religiosos, principalmente os evangélicos² das vertentes neopentecostais, cada vez mais presentes na cena política (municipal, estadual e/ou federal). Destes elementos políticos têm emergido uma série de demandas, traduzidas celeremente em Projetos de Lei (PLs) federais, que tem conseguido disseminar no tecido social brasileiro novas e velhas bandeiras, concepções educacionais, ideologias, debatidas cada vez de forma mais evidente nas redes sociais, na Academia, nos círculos intelectuais, com assombrosa adesão (formal ou informal) de amplos setores, das elites às classes populares.

Se os estudos sobre o empresariamento da Educação no Brasil são vastos e já estabelecidos historicamente, como atestam as inúmeras pesquisas de graduação e pós-graduação sobre a temática, ainda existe um enorme campo a ser prospectado através de trabalhos que dialoguem a dimensão econômica com a dimensão ideológico-cultural, principalmente em relação às duas últimas décadas, de ampliação e complexificação da sociedade brasileira, quando setores antigos e mais recentes entraram em cena na disputa pela educação pública (básica e superior), numa fina conexão entre mercado, Estado e sociedade civil, compreendendo o primeiro não como esfera estanque das outras duas, mas como costura fundamental, como ente coletivo que disputa hegemonia em todo o tecido social.

Deste movimento molecular e contínuo de conquista da Educação, de suas políticas, práticas, instituições, agentes, horizontes, temos como alguns dos efeitos: a (re)afirmação dos (i) espaços educativos como reprodutores (BOURDIEU; PASSERON, 1975) incontestes das divisões sociais existentes no país; (ii) como *locus* da expansão sociometabólica do capital e, logo, da reificação da educação, cada vez mais entendida como produtora (logo, engendrando demandas de produtividade) de capital humano (FRIGOTTO, 2010a); (iii) como geradores e legitimadores de concepções de democracia (assim como de valores, de éticas) afinadas com os interesses hege-

mônicos (MÉSZÁROS, 2008, p. 35), notadamente os da burguesia em suas mais variadas frações e lugares de origem; (iv) como difusores e legitimadores de visões conservadoras de (sobre a) educação, com cerceamentos do fazer docente, controle dos processos pedagógicos e dos sujeitos dos espaços educativos, atendendo principalmente às pautas ligadas a setores reacionários, onde destacamos as igrejas evangélicas neopentecostais, donas de uma robusta capilaridade, de um vultoso capital – mensurável, por exemplo, se analisarmos a indústria cultural que estas igrejas engendram – e com enorme representatividade política no Congresso Federal e também em nível estadual e municipal, a despeito da grande rejeição que ainda possuem, de amplos setores do/no país; (v) como garantidores de um *Estado de Exceção* (AGAMBEN, 2004), paradigma de governo dominante na cena política contemporânea, cujo *modus operandi*, a despeito do que se veicula em correntes do direito, nos meios de comunicação, em espaços acadêmicos etc., é o de um Estado antidemocrático, que, segundo Walter Benjamin (2012a, p. 13), é a regra geral, na perspectiva dos oprimidos; (vi) como anuladores (mais potentes a partir da ofensiva pós-moderna) de experiências coletivas críticas e emancipadoras, compreendendo a experiência como um processo multifacetado, dinâmico e imprevisível de construção de sentidos sobre o real e como sentimento, ou seja, elaboração e partilha (REBUÁ, 2015). Em síntese, uma compreensão da experiência como conceito umbilicalmente ligado ao conceito de cultura: a experiência como cultura.

Se os estudos sobre o empresariamento da Educação no Brasil são vastos e já estabelecidos historicamente, como atestam as inúmeras pesquisas de graduação e pós-graduação sobre a temática, ainda existe um enorme campo a ser prospectado através de trabalhos que dialoguem a dimensão econômica com a dimensão ideológico-cultural, principalmente em relação às duas últimas décadas, de ampliação e complexificação da sociedade brasileira, quando setores antigos e mais recentes entraram em cena na disputa pela educação pública (básica e superior), numa fina conexão entre mercado, Estado e sociedade civil, compreendendo o primeiro não como esfera estanque das outras duas, mas como costura funda-

mental, como ente coletivo que disputa hegemonia em todo o tecido social.

Defendemos que na atual conjuntura, de reconfigurações hegemônicas na América Latina e no Brasil, determinados grupos têm sido capazes de educar dentro da escola pública: disputá-la econômica, cultural e politicamente, com especial destaque para o empresariado (em suas múltiplas frações e rostos) e os setores religiosos (principalmente os evangélicos de matiz neopentecostal). O recorte de treze anos (2003-2016) que propomos aqui se justifica no interesse em mapear o contexto do lulismo (BRAGA, 2012; SINGER; LOUREIRO, 2016), desde a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal até o final do governo de Dilma Roussef, simbolizando a crise deste pacto social de uma década, mediante um golpe de nova roupagem – como aqueles ocorridos em Honduras, em 2009, e no Paraguai, em 2012 –, capaz de articular parlamento, judiciário e meios de comunicação (entendidos gramscianamente como espaços centrais de hegemonia, traduzindo e materializando vitórias moleculares na sociedade civil), menos de dois anos após as últimas eleições e a despeito de todos os equívocos, transformismos e capitulações do projeto lulo-petista.

Dispersas nas argumentações tecidas até aqui, nossas hipóteses no presente artigo são três: (i) nas últimas décadas, notadamente a partir do laboratório neoliberal dos anos 1990 na América Latina e no Brasil, a educação pública teve/tem seu lugar de espaço de formação e cultura disputado incisivamente por distintos setores, hoje com maior capacidade coesiva do que na década citada, com os exemplos do TPE³ e do REDUCA⁴ (estes com foco na educação básica) sendo paradigmáticos; (ii) da crise do pacto lulista – simbolizada de maneira evidente a partir de 2013/2014 e seus eventos (*junho*, eleições presidenciais) – até hoje (2017), tem se conformado no país uma onda (neo)conservadora (DEMIER; HOEVELER, 2016) capaz de promover uma vultosa ofensiva contra a cultura, com destaque para o espaço da escola pública, indicando um abissal nível de degradação intelectual de seus representantes e confirmando a enorme força, em pleno século XXI, de formas de pensamento extremamente retrógradas e antidemocráticas (NETTO, 2016); (iii) deste quadro

de pilhagem e cerceamento, entendemos que a democracia, como de costume em períodos históricos de ofensiva burguesa e de incremento do conservadorismo, tem sido o alvo principal, num processo molecular de “antidemocracia”, de clivagem entre público e privado, de eliminação de conquistas históricas duramente amealhadas, de ataque aos setores progressistas, com destaque para aqueles envolvidos diretamente com a educação e a cultura: professores, alunos, gestores, intelectuais, técnicos etc. O projeto Escola Sem Partido⁵, sobre o qual falaremos mais à frente, encarna sem dúvida a forma mais bem acabada deste híbrido de direção/domínio, consenso/força, que caracterizam a hegemonia enquanto processo de disputa entre classes.

Hegemonia e Neoliberalismo: a educação entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo

Se a década de 1990 representou para a América Latina o período da desertificação neoliberal, nos termos de Antunes (2005), o momento do apogeu do neoliberalismo, por outro lado, a década seguinte (2000-2010) expôs o desgaste desta ideologia e suas políticas, que para muitos intelectuais (SADER; GENTILI, 1995; MÉSZÁROS, 2002; SEMERARO, 2009; SADER, 2009; FRIGOTTO, 2010b) representa uma crise estrutural⁶ do neoliberalismo. A América Latina, outrora paraíso neoliberal, passou a ser seu elo mais fraco, obtendo avanços na direção de sua superação, sendo os movimentos sociais fundamentais artífices destas ações. Em suma, daquela década para a de 2000, o continente latino-americano passa de um cenário para outro bastante diferente, justamente por esta “ressaca”, pela saturação das políticas neoliberais (ou neoconservadoras), que impulsionam diferentes movimentos sociais, de ontem e de hoje, na busca por avançar em projetos pedagógicos próprios.

Refutamos a ideia de “pós-neoliberalismo” ou de ocaso do neoliberalismo na América Latina: entendemos que há uma crise estrutural desse modelo específico do capitalismo. Da crise orgânica têm emergido reconfigurações hegemônicas importantes,

de onde o Brasil e o chamado lulismo são exemplos incontestes. É importante frisar que o período lulista também foi capaz de promover, não sem tensões e limites, uma positivação do popular, imprimindo novos contornos à luta de classes no país, a despeito de toda a metamorfose que engendrou, endógena e exógena, no seio dos setores combativos brasileiros.

Todavia, este refluxo neoliberal não desarmou as elites em termos materiais e ideológicos, mas provocou reposicionamentos nos espectros da política, da cultura/educação e da economia, objetivando manter hegemonias e dissolver contra-hegemonias. A escola estadunidense de *think tanks*⁷ e de fundações e organismos de fomento científico e econômico, como a Fundação Ford⁸ e a Fundação Rockefeller⁹, criadas no início do século passado e com forte atuação na periferia do capitalismo (América Latina, Ásia e África), da Guerra Fria até hoje, são exemplos his-

Diferentes entidades empresariais e grupos políticos, na América Latina e Brasil, têm forjado (assim como muitos movimentos sociais destas regiões, mas em perspectiva contra-hegemônica) nos últimos anos uma dilatação da frente de cultura, como movimento, política e organização, ações incisivas e no esforço de fazer avançar a hegemonia do capital (neoliberal), dos grupos historicamente dominantes, sob roupagens ora menos, ora mais conservadoras. Como assevera Silva (1998, p. 26), “apesar da centralidade da ofensiva neoliberal, não se pode esquecer de uma possível aliança entre liberalismo (econômico) e conservadorismo (cultural)”.

tóricos de que a disseminação de formas de sociabilidade burguesa da “pedagogia da hegemonia” não é processo recente, tampouco abandonado.

A ascensão de “governos progressistas” na América Latina nesta última década explicita os efeitos assombrosos das políticas neoliberais e seu profundo desgaste, traduzido na ida em massa às urnas em diferentes países¹⁰. O cenário latino-americano se modificou bastante com as vitórias de presidentes cujas campanhas eleitorais se alicerçaram em promessas de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, após o saldo atroz do neoliberalismo. Em ordem cronológica, são eles: Hugo Chávez (Venezuela,

1998), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil: 2002 e 2006), Néstor e Cristina Kirchner (Argentina: 2003, 2007 e 2011, respectivamente), Tabaré Vázquez (Uruguai: 2004 e 2015), Evo Morales (Bolívia: 2005, 2009 e 2014), Rafael Correa (Equador: 2006, 2009 e 2013), Mauricio Funes (El Salvador: 2009), Daniel Ortega (Nicarágua: 2006 e 2011, tendo já presidido o país entre 1985 e 1990), Fernando Lugo (Paraguai: 2008 e 2013), “Pepe” Mujica (Uruguai: 2010), Ollanta Humala (Peru: 2011) e Michelle Bachelet (Chile: 2006 e 2014). Como afirma Secco (2012), muitas destas vitórias eleitorais – protagonizadas por líderes que em sua grande maioria não são oriundos da esquerda: são militares, intelectuais, religiosos etc. – representaram processos de bonapartismos periféricos com fortes doses de populismo: estes governos encarnam a “dubiedade de uma origem que não é de esquerda. [...] É possível dizer que acima (ou abaixo) das diferenças citadas, todos os líderes referidos são resultado de um mesmo processo de fracasso eleitoral do neoliberalismo na América Latina” (*Ibidem*, p. 2-3).

Diferentes entidades empresariais e grupos políticos, na América Latina e Brasil, têm forjado (assim como muitos movimentos sociais destas regiões, mas em perspectiva contra-hegemônica) nos últimos anos uma dilatação da frente de cultura, como movimento, política e organização, ações incisivas e no esforço de fazer avançar a hegemonia do capital (neoliberal), dos grupos historicamente dominantes, sob roupagens ora menos, ora mais conservadoras. Como assevera Silva (1998, p. 26), “apesar da centralidade da ofensiva neoliberal, não se pode esquecer de uma possível aliança entre liberalismo (econômico) e conservadorismo (cultural)”. Os processos de reconfiguração hegemônica do neoliberalismo, que invalidam as teses do *pós-neoliberalismo*, comprovam que se desenvolve por aqui um processo histórico-social em que conhecimento e cultura são política e estratégia de hegemonia (LEHER, 2010, p. 30).

Baratta (2004, p. 186) pontua que em Gramsci a hegemonia corresponde a “um terreno articulado e explosivo de luta, na qual se alternam e se contrapõem processos de unificação pedagógica e processos de embates”. De acordo com o estudioso italiano, uma relação pedagógica pode servir para autorizar e eternizar o contraste entre aluno e mestre, dirigido e

dirigente, ou para favorecer um positivo e progressivo embate entre o velho e o novo, entre o atrasado e o progressivo etc. (*Ibidem*, p. 187). Frigotto (2010b, p. 23), por sua vez, reafirma a concepção marxiana da educação como prática social, como atividade humana e histórica que se define nos diversos espaços da sociedade, na articulação com interesses múltiplos das classes/grupos sociais. Em suas palavras, “a educação é, pois, compreendida como elemento constituído e constituinte crucial da luta hegemônica”, se apresentando historicamente como “um campo de disputa hegemônica” (*Ibidem*, p. 27). Para o autor, esta disputa acontece na “perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe”.

Os efeitos devastadores do neoliberalismo têm na educação um verdadeiro portfólio de estragos: privatizações; repressão aos educadores; desestruturação das carreiras docente e técnico-administrativa; corte de verbas; ampliação colossal do Ensino a Distância (EaD); profusão/legitimação dos sistemas avaliativos como parâmetros inquestionáveis de análise de qualidade, medida através das competências, que individualizam as relações na escola; comodificação do saber, onde o produtivismo acadêmico, a regulação da produção científica e a intensificação/precarização do trabalho do professor (sobretudo universitário) são efeitos imediatos, dentre outros. Para Leher (2010, p. 21), dentre estes diversos efeitos, a redução do sentido do que é público merece atenção especial.

Através da defesa de uma sociedade civil asséptica, sem capitalismo e/ou classes sociais, fora do Estado e do mercado (terceiro setor), o pensamento neoliberal difunde a ideia de que é na sociedade civil que se realiza plenamente a democracia, a liberdade, a satisfação dos desejos individuais. Do outro lado, o Estado é visto como o lugar do autoritarismo e da burocracia. O embate privado x estatal, como afirma novamente Leher (2005, p. 2), acaba excluindo do debate a esfera pública e, logo, tanto as políticas universais quanto as lutas em defesa de uma esfera pública no Estado. Ainda de acordo com o intelectual brasileiro, “[...] o par em conflito afasta do campo de análise a tese de que o público (*publicus, poblicus*), os direi-

tos de todo o povo, resultam das lutas de classes. A positividade do privado e a negatividade do público são também uma tese dos neoliberais”. Neste processo de apagamento do público, a esfera privada passa a ser rotulada como um espaço público não estatal, uma vez que atende ao “interesse social”. Todavia, este apagamento não significa o descarte dos fundos públicos e do Estado enquanto agente da hegemonia dos grupos dirigentes.

Neste panorama claro de embates ideológicos e materiais por, de um lado, perpetuar e fortalecer o modelo societário neoliberal na América Latina e, de outro, construir uma hegemonia dos subalternos, a educação do consenso tem grande centralidade, se referindo à inadiável direção político-cultural que a classe hegemônica deve exercer na perspectiva de conservar e/ou transformar o conjunto da vida social. Lúcia Neves (2005) constrói primorosa análise dos pressupostos, princípios e estratégias do projeto neoliberal da Terceira Via, norteadores do que ela chama de “nova pedagogia da hegemonia” burguesa no mundo de hoje, que na América Latina atua de maneira exemplar (*Ibidem*, p. 38).

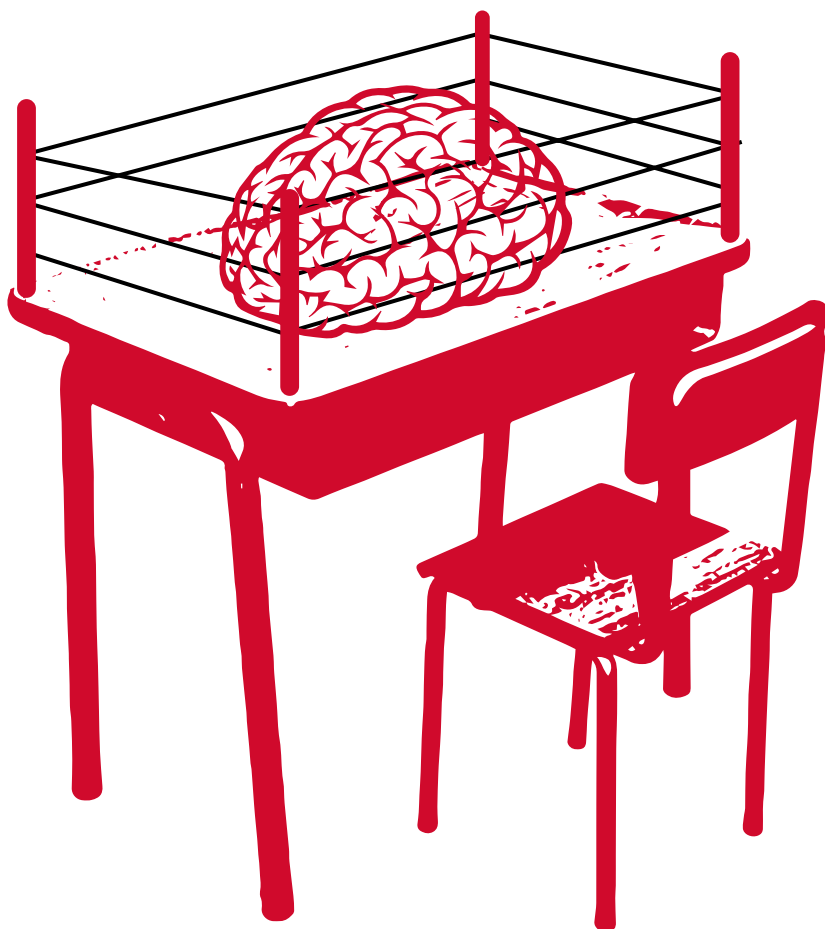
Através da defesa de uma sociedade civil asséptica, sem capitalismo e/ou classes sociais, fora do Estado e do mercado (terceiro setor), o pensamento neoliberal difunde a ideia de que é na sociedade civil que se realiza plenamente a democracia, a liberdade, a satisfação dos desejos individuais.

Para a autora, o Estado capitalista, na condição de educador, desenvolveu e desenvolve uma “pedagogia da hegemonia”, com ações concretas tanto no Estado quanto na sociedade civil. Nas sociedades chamadas por Gramsci de “ocidentais” – mais estruturadas politicamente –, a pedagogia da hegemonia passa a se exercer de forma mais sistemática, através de ações com função educativa positiva, desenvolvidas principalmente na sociedade civil, mais especificamente nos aparelhos privados de hegemonia, onde a escola, segundo o pensador sardo, é o mais importante e estratégico (*Ibidem*, p. 27).

Dentre as ações concretas da nova pedagogia da hegemonia no Brasil podemos citar a atuação do mo-

vimento *Todos pela Educação* (2006) aqui no Brasil, que reúne quase 80% do PIB nacional (Itaú, Bradesco, Vale, Monsanto, Globo, Abril, Odebrecht, Faber-Castell, Gol, HSBC, Natura, Santander etc.) em torno de um projeto que visa fazer o Brasil alcançar “a Educação que precisa”¹¹ (grifo nosso), através das 5 metas¹² “simples, específicas e focadas em resultados mensuráveis”, onde uma se destaca (Meta 5): “Investimento em Educação ampliado e bem gerido” (grifos nossos).

Como apontamos, um dos dois eixos de análise deste trabalho é a análise dos objetivos e efeitos da atuação de grupos empresariais brasileiros privados, num organismo que se reivindica como de “interesse social” – o TPE –, defensor da educação pública básica. Para além do caráter mercadológico de um movimento deste tipo, que materializa a educação como uma importante e estratégica fonte de lucro, é imprescindível ressaltar mais uma vez a contribuição de Gramsci no que se refere ao caráter fundamental do vetor-consenso na consecução de uma hegemonia de classe (GRAMSCI, 2007, p. 119). Em termos gramscianos, tal movimento representa um poderoso aparelho privado de hegemonia da burguesia brasileira,



que tem como objetivo claro pesar decisivamente na correlação de forças existentes em nossa sociedade, obtendo de seu conjunto (ou de sua maioria) o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos de sociabilidade.

O outro eixo, por suposto, é a investigação acerca da “onda conservadora” que tem se formado nos últimos anos no Brasil, capitaneada por setores ligados à religião, sobretudo os neopentecostais protestantes. Tais grupos têm obtido êxito, numa rapidez impetuosa, em encaminhar legislativamente e, logo, socialmente, projetos de lei que não fazem rodeios sobre o que almejam e a partir de quais perspectivas político-ideológicas falam. De 2013 – quando vimos *Junho* e suas muitas perguntas ainda sem respostas – a 2015, assistimos pelo menos a uma dezena de projetos desta natureza, dentre os quais destacamos estes¹³: PL 6583/2013 [Estatuto da Família]; PL 7180/2014 [Família > Escola]; PL 7181/2014 [Família > Escola]; PL 867/2015 [Escola Sem Partido]; PL 1859/2015 [Ideologia de Gênero]; PL 2731/2015 [Ideologia na Educação: destaque para a “ideologia de gênero”]; PL 1411/2015 [Assédio Ideológico].

No tocante à educação (com a exceção do Estatuto da Família, o PL 6583, de escopo mais geral), temos as seguintes prescrições, indicadas resumidamente há pouco: o PL 7180, que altera a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) para garantir à família do/a estudante a exclusividade da “educação moral, sexual e religiosa”, proibindo supostas “técnicas subliminares no ensino desses temas”; o PL 7181, que altera os Parâmetros Curriculares Nacionais, colocando-os em caráter normativo (as alterações propostas em lei são, curricularmente, obrigatórias em sala de aula), seguindo a mesma linha do PL 7180/2014, definindo e separando os deveres da família e da escola; o PL 867 – talvez o mais debatido por educadores, intelectuais e academia –, que modifica a LDB 9.394/96 para incluir o Programa Escola Sem Partido, almejando “proteger” o alunado dos docentes, com foco em: (i) estabelecer a vulnerabilidade do/a aluno/a frente ao/a professor/a, sendo público “cativo”; (ii) na necessidade de evitar a “veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes”; (iii)

em distinguir “liberdade de expressão” de “liberdade de ensinar”; (iv) na neutralidade e liberdade de ideias em sala de aula; e na (v) conscientização de toda a comunidade escolar sobre estes direitos dos/as alunos/as.

Finalizando, temos o PL 1859, que também modifica a LDB 9.394/96, no intuito de proibir que algo que sequer é aceito entre os estudiosos do assunto, a “ideologia de gênero” (termo usado por estas pessoas para nomear qualquer aproximação das questões de gênero que não sejam naturais), faça parte das diretrizes do ensino nacional. O objetivo desse projeto é impedir que as temáticas acerca de diversidade de gênero sejam tratadas em qualquer ambiente de ensino. Temos também o PL 2731, que preconiza a proibição da utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, notadamente o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer razão. Finalmente, o PL 1411, que tipifica o crime de Assédio Ideológico, entendendo-o como toda prática que condicione o aluno a adotar determinado posicionamento político, partidário, ideológico ou qualquer tipo de constrangimento causado por outrem ao aluno, devido a este adotar posicionamento diverso do seu, independente de quem seja o agente.

Entendemos que a despeito dos sepultamentos constantes da História, das classes, das ideologias, e da profusão de discursos inaugurais, a educação continua sendo um espaço estratégico da luta de classes, uma dimensão fundamental da vida humana, cada vez mais fetichizada, mercantilizada e reduzida em suas potencialidades emancipadoras pela hegemonia burguesa. A dualidade educacional de novo tipo – não mais educação apenas para alguns, como há décadas, mas para todos, sob formas/concepções distintas, de acordo com o “público” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2011, p. 4) –, produto direto da dualidade estrutural do modo de produção capitalista, enquanto expressão do antagonismo capital-trabalho, é exemplo explícito de que o capital-imperialismo continua compreendendo a educação como um campo estratégico na construção de consensos, no “encapsulamento” (FONTES, 2010, p. 11) dos trabalhadores e obviamente, na manutenção e crescimento de suas fontes de lucro.

Uma educação de qualidade para os trabalhadores, assinala Leher (2008, p. 17), tem que ser uma meta prioritária desde o hoje, “para que os germes da educação do futuro possam ser cultivados”. Mais do que nunca é preciso construir o público na luta pela desmercantilização da educação, contra a colonialidade do saber e as patrulhas do conservadorismo mais atroz, em oposição aos pressupostos pós-modernos, aos paradigmas neoliberais e em diálogo permanente com as lutas sociais.

Considerações finais

Como aspectos relevantes das questões suscitadas nestas breves reflexões destacamos a relevância de um estudo brasileiro que vincule empresariamento e (neo)conservadorismo (com ênfase na atuação de grupos evangélicos neopentecostais) na atual conjuntura, quando tais sujeitos e dimensões ganham uma visibilidade inédita no conjunto da sociedade civil. Entendemos também como ponto a ser enfatizado o fato do *Movimento Todos pela Educação* e dos Projetos de Lei serem da ordem do dia, ou seja, objetos atuais, em processo, o que torna a investigação

Uma educação de qualidade para os trabalhadores, assinala Leher, tem que ser uma meta prioritária desde o hoje, “para que os germes da educação do futuro possam ser cultivados”. Mais do que nunca é preciso construir o público na luta pela desmercantilização da educação, contra a colonialidade do saber e as patrulhas do conservadorismo mais atroz, em oposição aos pressupostos pós-modernos, aos paradigmas neoliberais e em diálogo permanente com as lutas sociais.

ainda mais estimulante e desafiadora, tanto por não ser possível o distanciamento temporal entre pesquisa e objeto, uma vez que acontecem no agora, quanto pela enorme quantidade de materiais disponíveis (com destaque para a internet) no tocante aos temas aqui esboçados, trabalhados entre o “ainda não” e o “não mais”.

Num contexto de ocupações de escolas, universidades, de ressignificação do que significa ocupar, do

que representa a *plaza*, a passeata massiva (de onde *Junho* é lembrança obrigatória), o espaço do público, defendemos uma maiúscula incursão pelo campo da cultura, em suas costuras com as dinâmicas de classe, sociais, objetivando não apenas diagnosticar que empresas/empresários e organismos conservadores disputam a educação como espaço de formação e de cultura, mas estimular o debate sobre que educação é possível, quando ideologias dominantes se metamorfoseiam para sobreviver aos tempos modernos – citamos diretamente aqui o neoliberalismo e sua esfera cultural, a pós-modernidade – e quais sentidos e sentimentos têm emergido destas disputas pelos rumos da educação por parte dos setores dominantes no país. Em outras palavras, o que tem sobrado dos escombros da educação pública brasileira, vilipendiada, pilhada e taxidermizada, nos últimos vinte anos? É possível sobrevivermos à cultura, nos termos apontados por Benjamin em *Experiência e pobreza* (2012b), recuperando epistemes e práticas democráticas na dimensão do público? Como fica a democracia – quais seus sintomas atuais? – após estes diagnósticos que nos dispomos a desenhar sobre a educação pública no país? Perguntar permanece sendo um movimento a contrapelo e esperamos que as reflexões aqui delineadas contribuam para ampliar veredas e fortalecer a crítica de esquerda. **US**

notas

1. Como atestam organismos que têm se colocado na cena pública como “agentes educadores”, notadamente o *Movimento Todos pela Educação (TPE)*, fundado em 2006 e definido como uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), ligado em escala continental à Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil para Educação (REDUCA), criada com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília, no ano de 2011. Reúne importantes setores empresariais latino-americanos, de mais de dez países. Ver: <http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>. Acesso em: julho 2016. Ver: <http://www.reduca-al.net/pt/>. Acesso em: julho 2016.
2. Dentre os principais projetos de lei apresentados no legislativo federal e também nos estaduais (sobretudo de 2013 até hoje, 2017), os evangélicos, os parlamentares que se reivindicam, em maior ou menor grau, como integrantes da chamada “bancada evangélica”, correspondem a uma maioria quase que absoluta. Ver: <http://www.sul21.com.br/jornal/maioria-de-autores-de-projetos-baseados-no-escola-sem-partido-e-ligada-a-igrejas/>. Acesso em: abril 2017.
3. Movimento Todos pela Educação. Ver: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: abril 2017.
4. *Red latino-americana por la Educación*. Ver: <http://www.reduca-al.net/pt/>. Acesso em: abril 2017.
5. Ver <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: abril 2017.
6. Crise que não significa o fim do capitalismo, nem do neoliberalismo, como defendem Sader; Gentili (1995) e Alves (2013a; 2013b), por exemplo, que usam a expressão *pós-neoliberalismo* para se referirem à década citada, entendendo tal expressão não como uma fase histórica, mas sim como uma transição para outro modelo. De acordo com Secco (2012, p. 2), a expressão revela uma “*impotência explicativa*”, uma vez que se trata, em diversos casos, de uma variante (ou variantes) do velho liberalismo econômico.

7. Organizações que desempenham papel de intelectuais coletivos vinculado a interesses específicos, desenhando estratégias, formulando políticas, criando novos sentidos comuns, forjando intelectuais, reforçando o surgimento de subjetividades coletivas funcionais às formas de sociabilidade das classes que os dirigem e colocando-se publicamente de forma a atender aos interesses destes grupos.

8. Ver <https://www.fordfoundation.org/>. Acesso em: abr. 2017.

9. Ver <https://www.rockefellerfoundation.org/>. Acesso em: abril 2017.

10. Neste ponto, é importante frisar que muitos destes governos críticos ao neoliberalismo não romperam decisivamente com tais políticas, adotando um “social-liberalismo” onde o Brasil é grande exemplo.

11. Ver: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: abril. 2017

12. META 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; META 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; META 3: Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; META 4: Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído; META 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

13. Entre colchetes inserimos um “rótulo”, criado por nós, para rápida identificação do que está em jogo nestas prescrições.

notas

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**. 2013a. Blog da Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>. Acesso em: abril 2017.

_____. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil** – Parte I. 2013b. Blog da Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: abril 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012a. p. 7-20.

_____. Experiência e pobreza. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012b. p. 83-90.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere** - Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IANNI, Octavio. A questão social. In: **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1992. p. 87-109.

LEHER, Roberto. **O público como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública**. 2005. Disponível em: <<http://www.formacaocontinuada.libertar.org/wp-content/uploads/2011/09/O-publico-como-express%C3%A3o-das-lutas-sociais.doc>>. Acesso em: abril 2017.

referências

- _____. Prefácio. In: ZAGO FIGUEIREDO, Ireni; SOUZA, Isaura Monica; DEITOS, Roberto Antonio (orgs.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.
- _____. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide; PINTO DE ALMEIDA, Maria de Lourdes. **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 19-32.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- NETTO, José Paulo Netto. Orelha. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REBUÁ, Eduardo. **Da praça ao solo: um novo chão para a universidade**. As experiências das universidades populares de Madres de Plaza de Mayo [UPMPM] e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [ENFF] em tempos de crise neoliberal na América Latina [2000-2010]. [tese] Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. 489p.
- RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 11, nº 16, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejtrabalhadores/ANPED.pdf>>. Acesso em: abril 2017.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SECCO, Lincoln. **O bonapartismo periférico**, 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/15/o-bonapartismo-periferico/>>. Acesso em: abril 2017.
- SEMERARO, Giovanni. **Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A 'nova' direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomas Tadeu da (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 9-29.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

referências

Perspectivas do ensino superior ante a globalização no Brasil e na Bahia

Marialda da Silva Brito

Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: marialda@uesb.edu.br

Resumo: A ideia a ser mostrada é de que o mundo globalizado tem se voltado para o contexto da educação superior através de ações e programas que discutem e propõem mudanças e/ou reformas curriculares que ingressam o acesso ao ensino e promovam minimização das desigualdades sociais e reversão da pobreza. Nesse sentido, foi possível verificar, através de alguns estudos e leituras, que tal cenário, em contato com as realidades locais díspares e as relações das universidades com o poder público, tem trazido como resultado um ensino superior mais voltado ao social e ao mercado capitalista. A consequência para o caso brasileiro, em meio aos efeitos tardios da globalização no país, pode ser sentida nas relações que as instâncias superiores vêm traçando com a sociedade e com a economia, mostrando tendências a promoverem programas de acesso em meio a um contexto de acentuada desigualdade social, assim como no estado da Bahia, que segue de perto as tendências nacionais. No final, a globalização influencia cada vez mais o ensino superior, marcando presença nos planejamentos institucionais das universidades com vistas à promoção do indivíduo a cidadão, superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Globalização. Universidade.

Introdução

No breve estudo aqui apresentado, fruto de uma pesquisa bibliográfica, é visto que o fenômeno da globalização vem afetando cada vez mais as diretrizes do ensino superior, através de ações e programas que estão diretamente voltados ao direcionamento das suas competências na busca por homogeneização

curricular ou no próprio caráter geoestratégico que se esconde nos seus conteúdos.

O ensino superior tem assumido diretrizes e mudanças importantes que o conduzem às variadas e complexas perspectivas no seu próprio ambiente, mas com reflexos no contexto mundial; isso implica currículos cada vez mais afins com as direções que a economia e a sociedade globalizada almejam para



o seu futuro que, em essência, é um ensino mais democrático que possibilite formação e qualificação de mão de obra e diminuição das desigualdades sociais.

O cenário é que, de um modo geral, o conhecimento, mais do que nunca, vai assumindo um lugar de importância fundamental no poderio das nações, uma vez que investir na educação e preparação das pessoas passa a ser um bem para o desenvolvimento da sociedade e, por conseguinte, da melhoria da qualidade de vida.

Algumas considerações sobre o ensino superior no mundo

Primeiramente, de acordo as leituras realizadas, pode-se elencar alguns aspectos gerais que denotam a importância que o ensino superior vem trazendo para o contexto das nações, tais como: formação de mão de obra qualificada – para fazer face a um

mercado econômico cada vez mais competitivo em constantes mudanças e diferentes exigências; formar ou constituir o cidadão – consciente dos seus deveres e direitos dentro da sociedade; aumentar o poder competitivo entre as nações – uma vez que possuir indivíduos preparados confere mais poderio aos países; incremento do capital social – uma vez que o conhecimento constitui um bem de investimento econômico importante para a sociedade; reversão da pobreza – o acesso à educação dá ao indivíduo a oportunidade de melhoria de vida; reversão das desigualdades sociais – o conhecimento não só qualifica, mas também confere mais inclusão social; minimização dos quadros de analfabetismo – cada vez mais perseguidos pelos países que anseiam por melhorias na qualificação pessoal; democratização do acesso ao ensino – uma vez que a tendência é possibilitar que cada vez mais pessoas, em um número crescente, estejam envolvidas na educação, além de mais acesso das mulheres à educação – fato mais evidente em paí-

ses de regimes políticos que marginalizam ou causam exclusão do sexo feminino ao ensino institucional.

Em Kraemer (sem data, p. 8), há uma referência importante sobre a questão da educação e do papel das universidades enquanto instâncias de relevante papel social, segundo o que se observa na citação abaixo:

Para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, devemos melhorar os nossos conhecimentos. Maturana (1998) diz que o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma ação harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Para ele, conhecer é viver, viver é conhecer. Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo.

É preciso progredir no campo da ciência e da tecnologia, das ciências sociais e humanas. Para garantir a qualidade em nível humano, é preciso melhorar também o sistema de valores. A sabedoria consiste, exatamente, na íntima aliança entre conhecimentos e valores.

É aí que entram em jogo as universidades, assim como todos os estabelecimentos de ensino superior, que assumem uma responsabilidade essencial na preparação das novas gerações para um futuro viável. Pela reflexão e por seus trabalhos de pesquisa básica, esses estabelecimentos devem não somente advertir, ou mesmo dar o alarme, mas também conceber soluções racionais. Devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando esquemas coerentes para o futuro. Devem, enfim, fazer com que se tome consciência maior dos problemas e das soluções através de seus programas educativos e dar, eles mesmos, o exemplo.

Nesta abordagem, o conhecimento associado aos valores é visto como bem para a promoção do indivíduo e da própria sociedade, assim, as universidades e estabelecimentos de ensino superior têm um papel muito importante na concepção desses aspectos para a formação de gerações futuras e agindo na formulação de soluções inteligentes para os problemas que afligem a sociedade, sendo para isso, também, um exemplo.

O ensino universitário, mediante as suas principais linhas de ações focadas no ensino, na pesquisa

e na extensão, tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade; não só quando especializa indivíduos em uma determinada área de conhecimento, mas também ao longo do tempo em que deve se procurar desenvolver atividades científicas e extensionistas que permitem contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

No ensino, é bem mais explícito, para as pessoas, o real papel da universidade que, através de uma cadeia de disciplinas distribuídas por áreas, confere ao estudante um conjunto de informações bastante diversificadas e amplas, sendo, todavia, apenas uma porta de entrada para que o mesmo se enverede por assuntos e temas de seu interesse acadêmico e, assim, possa gerar novos conhecimentos a partir dos já existentes. Tais conhecimentos têm um *feedback* para a sociedade com a profissionalização do indivíduo que, por consequência, deve dar retorno à mesma, constituindo-se em uma mão de obra especializada e preparada para assumir serviços e tarefas essenciais para a sobrevivência do conjunto da sociedade.

A extensão universitária talvez seja um dos elos mais palpantes do papel da universidade no desenvolvimento local, pois desenvolve a cidadania e aproxima a instância de ensino superior da cultura local e regional, passando a universidade a entender melhor as demandas regionais e, assim, cumprir o seu papel de agente social e, por consequência, favorecer o seu crescimento.

Assim, segundo Silva (sem data, p. 8):

A extensão é defendida como uma expressão do compromisso social que deveria estar explícito no próprio conceito de universidade, uma concepção que se origina no instante em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou, ainda, quando se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais.

Na pesquisa, o principal foco é, justamente, nas inovações tecnológicas das quais se ocupam a universidade e que têm muito a contribuir para a qualidade de vida da região e, conseqüentemente, dos seus habitantes. As instâncias de ensino superior têm uma importância crucial na busca de estudos e soluções de vários problemas que afligem a sociedade e é neste caminho que ela contribui, sobremaneira, para a

transformação e crescimento social. A pesquisa tem uma contribuição fundamental no desenvolvimento científico, é o cerne de avanço do conhecimento e do domínio do homem sob a natureza.

A universidade não existe mais somente como uma entidade de fomento ao conhecimento, mas de envolvimento e compromisso com as diretrizes da sociedade moderna e dela também herda elementos fundamentais que norteiam as suas ações no ensino, na extensão e na pesquisa.

Neste sentido, é de se pensar também algumas considerações futuras que são levantadas em nível mundial em relação ao ensino superior em Porto e Régner (2003); em que são colocadas algumas análises bastante interessantes a mercê das questões econômicas, sociais e culturais e das consequências que elas vêm tendo nas relações entre os países que, por sua vez, acabam influenciando de maneira direta ou indireta o ensino superior, conforme pode-se observar no diagrama da Figura 1.

A abordagem em questão procura prever, mediante o cruzamento das duas grandes linhas do ensino superior, que são a sua internacionalização ampla ou restrita e a sua regulação em educação pública ou privada, cenários que poderão determinar tendências do ensino superior mundial até o ano de 2025. De outro modo, tal contexto mostra claramente que a globalização em maior ou menor escala e o tratado da universidade como instância pública ou não direcionam o ensino superior a determinar novas tendências do comportamento econômico e cultural das nações.

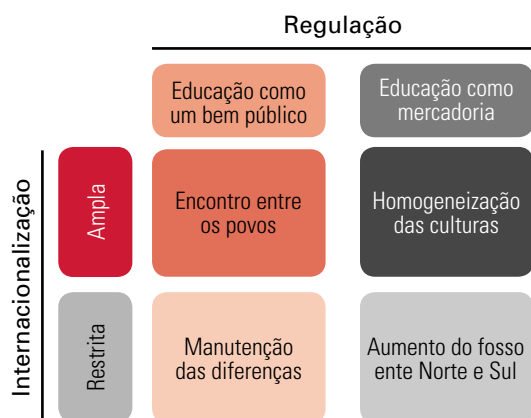
De acordo com o estudo realizado até aqui, percebe-se que a mercantilização do ensino superior parece ser uma tendência ou algo inevitável frente às agressivas investidas do sistema capitalista e, paralelamente, o intensivo uso das tecnologias de comunicação passam a ter uma influência muito significativa no seu desenvolvimento e espalhamento por todo o mundo.

Um bom exemplo que mostra ações ligadas à globalização do ensino superior, através de propostas de homogeneização curricular, é o Projeto *Tuning* (2011-2013), uma experiência acadêmica de sucesso na Europa, que foi trazido para a América Latina em 2004, após reunião de representantes da América Latina com a comunidade acadêmica europeia durante a *IV Reunión de Seguimiento Del Espacio Común de Enseñanza Superior de La Unión Europea, America Latina y Caribe (UEALC)*, onde expuseram os anseios dos seus países em trabalhar dentro das perspectivas do *Tuning* europeu e, assim, ele foi apresentado para ser adaptado às universidades latinas. Na América Latina, o projeto segue as mesmas linhas metodológicas do projeto europeu, só que funcionando segundo uma organização própria. Os países membros, ao todo 18 (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), têm sua iniciativa própria através de um CNT (Centros Nacionais do *Tuning*), que funciona como um elo entre as universidades e o projeto, facilitando o diálogo e a troca de informações, bem como um comitê de gestão que centraliza a discussão e o estudo das competências das seguintes áreas do conhecimento científico: educação, ciências empresariais, história e matemática.

Uma das características veementes de um ensino superior globalizado está, exatamente, na chamada homogeneização curricular que traz à tona, de forma não direta, mas velada, um conteúdo implicitamente ligado aos interesses do mercado ou de uma economia global, conforme coloca Escarião (2006, p. 112):

As evidências da homogeneização dos currículos são sutis porque não são assumidas nos documentos legais e muito menos nos projetos político-pedagógicos dos cursos.

Figura 1 - Quatro cenários para o ensino superior no mundo - 2003-2025



FORTE: Porto e Régner (2003, p. 44).

Percebemos como a homogeneização invade os espaços curriculares em meio ao confronto entre as concepções e visões diferentes de homem, de sociedade, de educação, de formação humana e de currículo. Essas evidências são notadas no momento das decisões curriculares sobre o perfil do curso, objeto de estudo, competências, habilidades do formando, matriz curricular (componentes curriculares, carga horária e tempo para integralização curricular) e sistemática de avaliação, entre outros aspectos do currículo envolvidos nos projetos político pedagógicos.

No mundo globalizado, a educação superior, mesmo mediante as diversificações de cursos, acaba por seguir diretrizes que estão muito mais ligadas às exigências da economia vigente, procurando, de toda forma, formar profissionais que possam se inserir dentro desse contexto ou mesmo identificarem-se de alguma maneira com ele, uma vez que a universidade passa a ser produto também dos efeitos da globalização na educação superior, que estabelece, cada vez mais, um forte elo com suas demandas e exigências.

No mundo globalizado, a educação superior, mesmo mediante as diversificações de cursos, acaba por seguir diretrizes que estão muito mais ligadas às exigências da economia vigente, procurando, de toda forma, formar profissionais que possam se inserir dentro desse contexto ou mesmo identificarem-se de alguma maneira com ele, uma vez que a universidade passa a ser produto também dos efeitos da globalização na educação superior, que estabelece, cada vez mais, um forte elo com suas demandas e exigências.

O grupo OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*) – organização de caráter econômico, mas com foco voltado também à educação – aborda, na sua revista denominada *Education Working Paper*, quatro zonas estratégicas elaboradas pelas nações em prol das instituições de ensino superior, de acordo com o esquema da Figura 2.

Uma breve análise dessa abordagem permite mostrar os agentes de mudança, representados pela própria instituição de ensino superior e sua relação com o Estado e as suas escalas de alcance que passa pelo nível local, nacional e global. Então, as negociações

intergovernamentais, as instituições como autores globais, os sistemas de governo e as áreas de operacionalização do ensino superior estão intimamente ligados como setores estratégicos no desenvolvimento de uma educação globalizada. Também há de se considerar que as nações possuem suas características individuais em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, assim, tais estratégias devem encontrar ambientes diferentes para se expandirem.

A globalização acaba também por tornar as universidades verdadeiras empresas comerciais com pacotes de conhecimentos que são passados ou transmitidos entre elas em nível global, conforme coloca Rodrigues Dias (2007, p. 7) em Oliveira (2007):

La globalización alcanza todos los sectores de la vida de la sociedad, incluso de la educación, que se convierte en uno de los grandes mercados modernos. Cada día, más universidades en todas partes se transforman, en la práctica, en empresas comerciales, y esto en todos los continentes, y no pasa un mes sin que más universidades de los países desarrollados transmitan a los países en desarrollo verdaderas cajas negras, con programas cerrados, que no son resultado de diálogo, que no tienen en cuenta el local, los intereses, la cultura de los países receptores y por los cuales se cobra en moneda fuerte.

Sob o efeito da globalização, as universidades localizadas nos países desenvolvidos, enquanto feitas comerciais, transmitem seus conhecimentos às instituições dos países em desenvolvimento e esses acabam por receber esse conteúdo, que lhes custa caro e que nem sempre condiz com a realidade local, mas com os interesses do mercado mundial que envolve a educação superior.

Por outro lado, a globalização traz, ao meio universitário, um extraordinário acesso às novas tecnologias, que permitem que a educação superior usufrua de mais recursos para se propagar tanto dentro das instituições quanto fora delas, conforme coloca Varis (2007, p. 14) em:

Globalisation is consolidated by the extraordinary invasion of higher education by new technologies, especially the Internet. The development of communication and

information technologies makes it possible for distance teaching institutions to strengthen their position in the educational landscape. They also pave the way for lifelong education for all and at the same time are spreading the traditional universities, more and more of which use distance teaching methods in their activities, thereby making the distinction between the two types of institutions virtually meaning less. There is an increasing number of university networks of this kind all over the world, and the use of computers in the learning process, access to the Internet by students as a vehicle for self-directed learning, educational broadcasting and video-conferencing are all being stepped by.

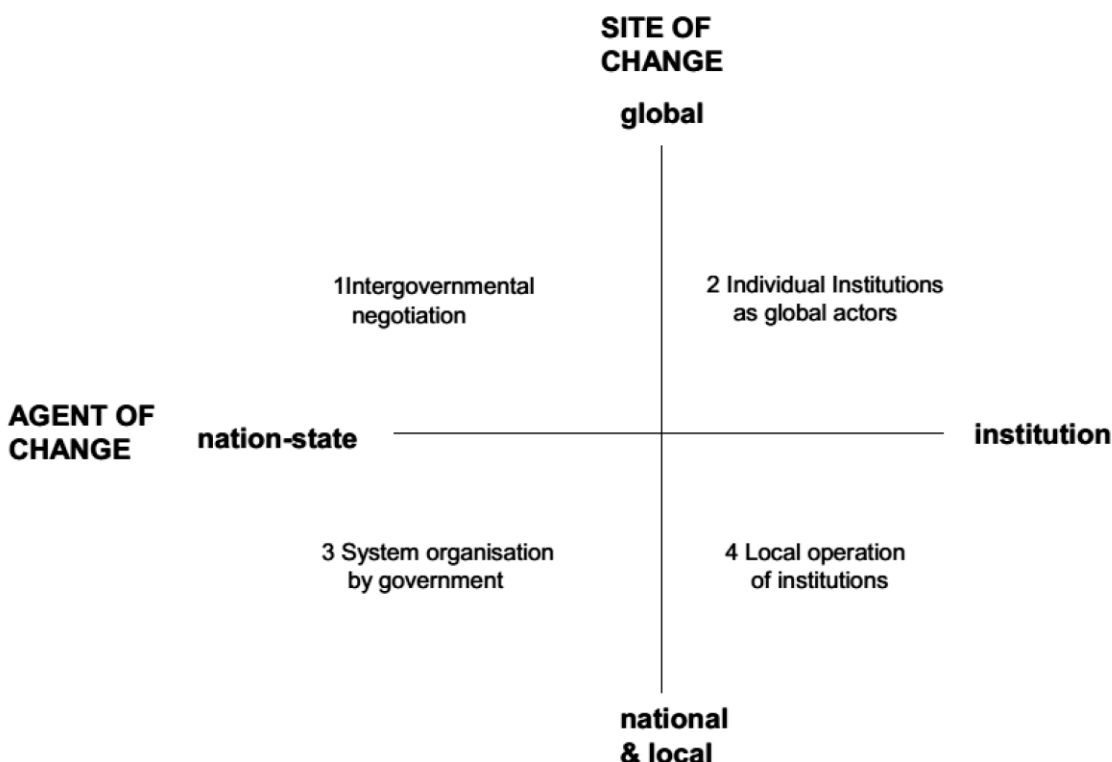
Várias análises podem ser traçadas a respeito do assunto, mas o certo é que, em meio à globalização, a educação superior tende, cada vez mais, a quebrar as barreiras nacionais e se ingressar no conjunto de organizações de estudos, análises e modelos de diretrizes que podem contribuir cada vez mais para a sua expansão e, assim, tal como a economia, não tem como se isolar em meio a uma realidade setorial, mas abrir as suas portas em busca de melhorias infraestruturais e pedagógicas. O efeito da globalização na

educação superior é, portanto, profunda e marcante e isso pode ser retratado, também, na seguinte passagem de Sobrinho (2005, p. 169):

A globalização provoca mudanças na educação superior. De modo mais significativo nos países de industrialização avançada, induz novos temas e práticas de pesquisa, difunde rápida e amplamente os resultados e aplicações das investigações. Isso tem reflexos nas atitudes dos pesquisadores e suas relações com a ciência e a sociedade. Três aspectos, ao menos, deve-se destacar. O primeiro é quantitativo: nos últimos cinquenta anos, e de modo crescente, a humanidade vem apresentando um acúmulo de conhecimentos incomparavelmente superior a qualquer outro período. Uma segunda observação diz respeito a uma mudança na esfera da produção dos conhecimentos, especialmente caracterizada por uma tendência de passagem da ciência básica, muitas vezes da pesquisa desinteressada, para os contextos de aplicação e de controle do conhecimento. O impacto disso, e esse é o terceiro aspecto, é muito grande tanto nas esferas mais alargadas quanto nas microdimensões da vida.

Desse modo, a globalização de fato traz mudanças na educação superior quando se verifica que ela vem

Figura 2 - Four zones of strategy making by nations and higher education institutions



FONTE: Marginson Wende (2007, p. 17).

proporcionando uma ampla evolução da ciência, que, por sua vez, proporciona paulatinamente mais aquisição e acúmulo de conhecimentos na vida da sociedade.

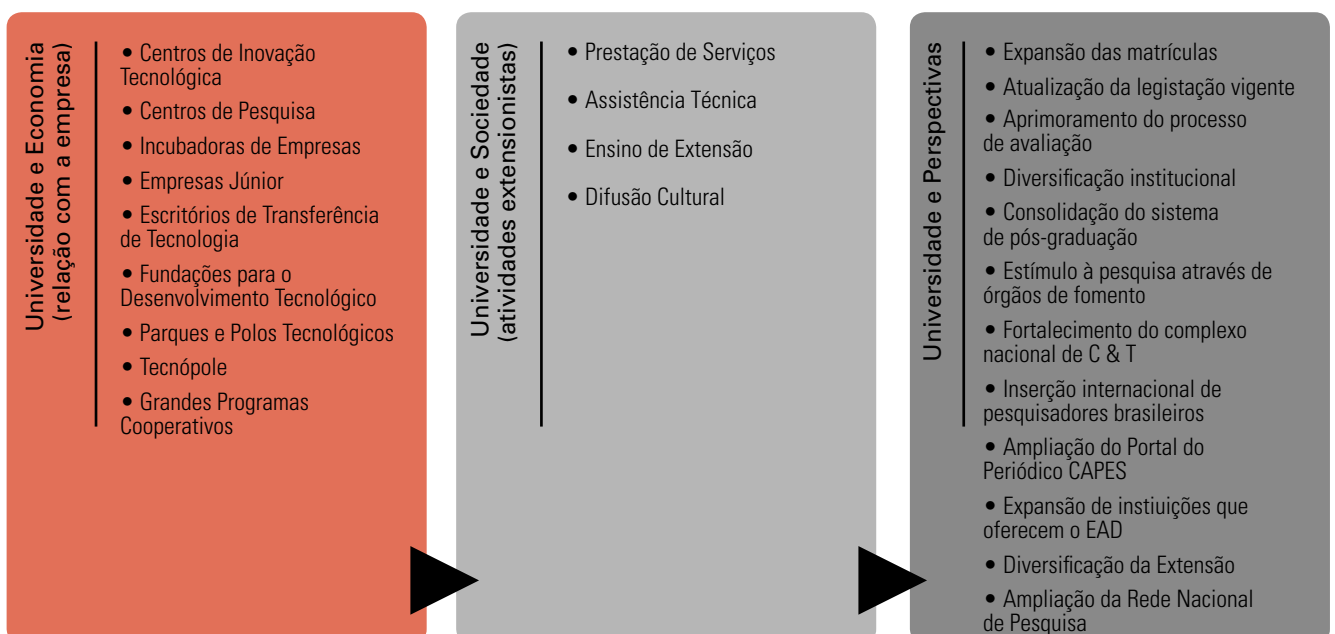
O caso do Brasil e da Bahia

Já num estudo voltado para o Brasil, foi possível verificar que, a partir dos anos 90, quando o país vai deixando de ter no Estado a sua força monopolizadora e acaba passando por um processo comum aos países da América Latina (que é o de modernização ou democratização econômica), experimentando uma abertura das influências e/ou ajustes da economia mundial, assumindo um contexto denominado neoliberalismo, vão ocorrendo várias ações de abertura comercial, privatização de empresas e serviços, liberação financeira e outros, em que mesmo aquelas grandes empresas ditas estatais vão tendo alguma característica de gestão típica de empresa privada. Tais mudanças, de uma maneira geral, têm um impacto importante para o ensino superior, sendo verificado o surgimento de um grande número de universidades privadas, chegando a ocupar o percentual de mais de 80% do total de instituições de ensino supe-

rior. As matrículas passam a ser, conseqüentemente, mais numerosas no ensino superior privado; surgem ações de controle e regulação com o chamado “provão” e o Estado ainda continua tendo um controle importante para as universidades públicas, principalmente para as federais.

A política neoliberalista no país acaba provocando uma privatização no setor de ensino superior, causando muitas restrições por parte do Estado ao ensino público, assistindo-se a uma intempestiva redução de orçamento, contratação de docentes e funcionários, pressão para a busca de recursos financeiros em outras fontes, criação de fundações privadas de apoio e tantos outros. Não que o ensino privado tivesse que inibir o ensino público, mas em meio às demandas de uma economia que se abre velozmente às demandas do capital internacional e vislumbra uma inserção marcante nos mecanismos do processo de globalização, o ensino superior nacional acaba sofrendo as desmazelas de uma administração pública imatura e inconsequente, que não leva em consideração um país que conserva grandes diferenças sociais, em que os 10% mais ricos ganham 13 vezes mais que os 20% mais pobres (SGUISSARDI, 2009), sendo, portanto, uma nação de grande concentração de renda e que, portanto, nem todos podem ter acesso ao ensino privado.

Figura 3 - Relações sociais e perspectivas da educação superior brasileira



FONTE: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, Schwartzman (2007) coloca a educação superior brasileira sob dois ângulos diferentes, a saber: diferenciação – em que as instituições nacionais são bastante diferenciadas, encontrando-se aquelas dedicadas mais ao ensino tradicional, outras às práticas das pesquisas e aquelas mais preocupadas com a formação ou preparação do indivíduo para o mercado de trabalho menos especializado; e equidade – em que a acentuada diferenciação de poder aquisitivo entre as camadas mais ricas e pobres da sociedade e a igualdade de acesso ao ensino superior ficam de mesmo modo comprometidas, ou seja, favorecendo as classes mais abastecidas financeiramente.

Analisando um cenário extraído da Unesco, realizado por um dos seus organismos denominado IE-SALC - Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina (2002, p. 299 a 330) sobre a educação superior no Brasil, podem ser extraídos três importantes pontos, conforme mostrado na Figura 3.

O ensino superior nacional segue também as tendências do mercado capitalista global, em que as universidades tendem, cada vez mais, a estabelecer relações com a sociedade através de suas atividades extensionistas, procurando atender aos anseios e necessidades de cunho sócio-cultural; vão atrás das pesquisas que no contexto mundial são fundamentais para a melhoria da produção e, conseqüentemente, de novas descobertas nas áreas da medicina, da engenharia alimentar, da engenharia agrícola, da biotecnologia, da geotecnologia e outros, favorecendo novas curas para as doenças, técnicas para o uso racional do meio ambiente, experimentos e testes de novos alimentos, técnicas de plantio e muitos outros benefícios, que vão, diretamente, influenciar na qualidade de vida dos cidadãos e tentam acompanhar as tendências globais no uso das tecnologias ou das TIC's, como, por exemplo, a Internet e as EAD's na difusão e intercâmbio do conhecimento.

Em Bonal (2009, p. 655), levanta-se um fato importante com respeito à educação superior em países como o Brasil:

La redistribución del gasto educativo interno ha sido mucho más tímida de lo necesario. En países como Brasil, la capacidad de resistencia de los sectores de enseñanza superior ha impedido

modificar situaciones de privilegio e injusticia en la distribución del gasto público educativo. El alcance de becas o ayudas compensatorias ha sido claramente insuficiente para permitir alterar la pirámide social de acceso a la enseñanza superior. El resultado es, en muchos países, un aumento relativo de las tasas de escolarización a costa de un aumento de las desigualdades.

Diante disso, de acordo o autor, no Brasil, os recursos aplicados à educação superior não têm atendido, de fato, às necessidades em voga e, quando positivo, não modificam o acesso à mesma de forma mais igualitária e isso pouco contribui para modificar as marcantes desigualdades sociais observadas. Então, apesar dos esforços, ainda restam desafios a serem enfrentados para que a educação superior contribua, de forma mais direta, na superação das diferenças sociais, sobretudo, porque o grande empecilho está nos recursos financeiros que se poderiam direcionar mais a esse importante setor da sociedade global.

No caso da Bahia, os efeitos da globalização vieram tardiamente, em função do seu atraso econômico

O ensino superior nacional segue também as tendências do mercado capitalista global, em que as universidades tendem, cada vez mais, a estabelecer relações com a sociedade através de suas atividades extensionistas, procurando atender aos anseios e necessidades de cunho sócio cultural.

co no contexto nacional, e isso teve toda uma consequência na ocorrência dos fatos, conforme se pode observar na seguinte passagem de Santos (sem data, p. 8):

Verificou-se ainda que o modelo de produção globalizado, adotado após 1990 na Bahia (era da intensificação da globalização financeira), aprofundou a lógica da precarização do trabalho e desemprego, tendo em vista que foi baseado em padrões tecnológicos internacionais, para os quais a maioria dos trabalhadores baianos não estavam habilitados. A resultante disso foi o aperfeiçoamento dos níveis de produção, que não se fez acompanhar da capacitação dos baianos em níveis internacionais. T tamanha incompatibilidade motivou a vinda de trabalhadores de centros mais qualificados para ocuparem os postos mais relevantes e cargos de

chefia, principalmente na indústria, enquanto coube aos baianos ocuparem majoritariamente os postos mais operacionais.

Assim, pode-se dizer que, na Bahia, um dos primeiros aspectos negativos de um desenvolvimento econômico tardio é o da mão de obra não especializada, havendo, portanto, a necessidade da importação da mesma de outros estados para fazer face às demandas de uma economia nacional inserida no contexto da globalização. Obviamente que esse contexto diz respeito, diretamente, à educação, sobretudo, à superior, que, conforme já visto, é uma das grandes responsáveis pela profissionalização face às demandas do movimentado comércio internacional.

Ao ler os PDI's (Planos de Desenvolvimento Institucional), foi verificado que as universidades públicas baianas demonstram contribuir para a inserção favorável da Bahia no ambiente de uma economia global sob influência da educação superior, conforme se pode verificar no PDI 2012-2016, da UFBA (Universidade Federal da Bahia), a seguir:



Nessa perspectiva, compreende-se que, em um mundo globalizado e cosmopolita, em que o global e o local estão fortemente articulados, a universidade deve contribuir para a formação de cidadãos que sejam ao mesmo tempo cidadãos do mundo e brasileiros e, no caso da UFBA, também baianos. Ou seja, cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da sua sociedade, do seu país e também comprometidos com o planeta Terra (UFBA, 2012, p. 10).

Já a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, em seu PDI 2011-2015, coloca-se da seguinte forma quanto às suas intenções educacionais no contexto global:

Em consonância com o que preconiza o nosso programa de gestão, compreende-se o conhecimento como um patrimônio universal, o que implica o caráter necessariamente público e gratuito da universidade. Para além desse princípio geral, compreendemos a autonomia acadêmica e a democratização da universidade como fatores determinantes da sua condição institucional na busca da produção e difusão do conhecimento relevante para a humanidade e socialmente referenciado. Ao lado desses parâmetros, compreendemos a universidade como espaço de produção do conhecimento sistematizado e qualificado, devendo sempre prezar pelo exercício da (auto)crítica como fator inerente ao próprio fazer universitário, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão (UEFS, s/data, p. 35).

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, na construção do seu PDI 2012-2017, faz a seguinte afirmação:

A construção deste documento esteve articulada em torno de alguns eixos fundamentais: garantia de que a autonomia universitária seja exercida na sua plenitude; uma universidade cidadã e compromissada, partícipe e solidária, que prepara, sobretudo, cidadãos, e que seja capaz de traduzir o saber nela gerado em favor da reversão do quadro social de desigualdades; uma universidade regional que procura conhecer e diagnosticar a realidade social de nossa região, estado da Bahia e Brasil, para que nela possa intervir, dando orientação e oferecendo projetos de solução (UESB, 2012, p. 2).

Para a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, pelo seu PDI 2011-2015, a situação se resume no seguinte:

O fato novo nesse processo é que, hoje, diferentemente do passado, outras instituições de ensino superior vão povoando o cenário regional, incorporando profissionais e a competência da própria UESC e de seus egressos. Todavia, são instituições que buscam sobreviver pela mensalidade paga pelos seus alunos e se definem como instituições centradas no ensino, sobretudo em cursos com forte demanda e menores custos de implantação e manutenção. Esse novo cenário remete a UESC para um novo posicionamento, já em construção, que pode ser resumido numa aposta estratégica na construção de conhecimento e na formação de quadros profissionais em nível de pós-graduação *strictu sensu*. Nesse sentido, a pesquisa e os cursos de mestrado e doutorado, progressivamente, deverão se constituir em marcas diferenciais da UESC na paisagem institucional da educação superior no sul da Bahia. Além, obviamente, de continuar seu propósito de estar presente, com cursos de graduação de qualidade, em todas as grandes áreas do conhecimento e da atividade humana (UESC, 2009, p. 18).

No PDI 2010-2014 da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, é possível verificar que a universidade, inclusive, possui um setor interno voltado à sua produção acadêmica que a projete em um cenário global, conforme se pode observar na passagem que segue:

Com a ação da AAI (Assessoria para Assuntos Internacionais), o processo de internacionalização da UFRB progride como base na democratização do acesso ao ensino superior e na execução de programas e projetos internacionais, garantindo a igualdade de oportunidades e o direito à educação de qualidade, por meio de sua integração com os programas de assistência estudantil e ações afirmativas, buscando diminuir as desigualdades regionais observadas no ensino superior no Brasil (UFRB, 2009, p. 39).

Para a Universidade Estadual da Bahia - UNEB, a globalização é também um fato que não pode ser colocado em outros planos e, para tal, diz no seu Plano de Metas 2010-2013 que:

[...] iremos construir uma UNEB conectada com o desenvolvimento da Bahia e interagindo com as ideias e os conhecimentos gerados em várias partes do planeta. Essa é a UNEB que almejamos, essa é a UNEB que a Bahia quer consolidada (UNEB, 2010, p. 5).

...

Esse é um desafio para as universidades baianas e nordestinas, mas especialmente para a UNEB, que tem seus *campi* em todas as regiões do Estado, com grande ênfase para a sua região semiárida. Superar as dificuldades decorrentes dessa situação requer um grande esforço para alcançar uma excelência acadêmica em todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a melhoria da qualidade de trabalho e formação do seu pessoal (professores e técnicos), com a empregabilidade dos formados, com maior integração com instituições nacionais e internacionais, para incorporar novos métodos de pesquisa e de ensino e novas tecnologias. Tudo isso com a consciência de que vivemos sob limites e restrições orçamentárias (UNEB, 2010, p. 10).

Segundo o PDI 2009-2014 da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, os efeitos da globalização estão presentes na forma como a universidade se planeja, conforme se pode verificar:

Assim, a tarefa posta no presente PDI é que devem se definir as possibilidades de transformações, seja no âmbito da instituição ou da sociedade, e aproximá-las na organização dos cursos de ensino superior, a partir da definição de eixos e princípios que superem as exigências dos dispositivos legais e busquem implementar ações didático-pedagógicas dentro do contexto da Instituição. Pois o ensino superior, como um todo, para estar imbricado a estas transformações, precisa pautar-se num Plano de Desenvolvimento Institucional, por um Projeto Político-Pedagógico Institucional e por um Projeto de Curso que estejam em permanente processo de (re)construção, e que considerem os aspectos global e o local que regem a Universidade (UNIVASF, 2009, p. 35).

Deste modo, de acordo com o estudo realizado para o contexto baiano, alguns aspectos podem ser resumidamente elencados, segundo importantes propósitos das universidades baianas em relação à globalização, a saber:

- A)** Fazer-se conhecida internacionalmente através das suas ações;
- B)** Contribuir para o desenvolvimento local através de ações específicas às realidades e necessidades da comunidade;
- C)** Contribuir para o desenvolvimento regional a partir do local;
- D)** Proporcionar a inserção da universidade no contexto nacional;
- E)** Desenvolver pesquisas voltadas aos interesses da comunidade científica nacional e internacional;
- F)** Modelar e integralizar currículos atualizados com os conhecimentos globais;
- G)** Vislumbrar os novos recursos e tecnologias que favoreçam uma educação mais conectada com o mundo atual;
- H)** Acompanhar as novas diretrizes da educação superior mundial;
- I)** Firmar parcerias e convênios com instituições internacionais, a fim de proporcionar intercâmbios de pessoas e conhecimentos;
- J)** Proporcionar a formação de um indivíduo comprometido com as questões regionais e globais; e
- K)** Favorecer o acesso da população menos favorecida ao ensino superior.

Além disso, na Bahia, assim como em todo o Brasil, a estrutura *multicampi* das universidades públicas tem um caráter de expansão física das mesmas com vistas a atuarem nas realidades socioeconômicas locais ou, de outro modo, nas regiões onde estão estrategicamente instaladas, a fim de promoverem um ensino superior que contribua para a superação das desigualdades sociais, procurando formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a sociedade e com os desígnios de um mundo cada vez mais globalizado.

De outra forma, o marco crucial da expansão do ensino superior, observado na Bahia em pleno contexto da globalização, foi e continua sendo a expansão das universidades públicas para o interior do estado com vistas a promover o acesso ao ensino superior pelos vários municípios baianos, conforme é comentado em Silva e Duarte (2007, p. 160):

É indiscutível a importância das IES baianas, principalmente no interior, como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do estado da Bahia, pois elas vêm cumprindo importante papel social na formação das novas gerações e na promoção dos níveis educacionais, sociais, culturais e econômicos das comunidades atingidas. Atualmente, atendem a centenas de municípios, em torno da localização de suas unidades, superando em muito o atendimento registrado em 1998. Infelizmente, amargamos a tristeza de testemunhar o quanto esse potencial tem sido subaproveitado.

Também, as universidades baianas vêm, cada vez mais, preocupando-se com o acesso dos jovens ao ensino superior, principalmente os das camadas sociais mais carentes, assim como da sua permanência nele; por isso, têm procurado rediscutir políticas de acesso à educação através de vários processos seletivos e políticas afirmativas, criando centros, organizações estudantis, desenvolvendo programas de assistência estudantil, expandindo bolsas de iniciação estudantil, criando residências universitárias e outros.

Além disso, na Bahia, assim como em todo o Brasil, a estrutura *multicampi* das universidades públicas tem um caráter de expansão física das mesmas com vistas a atuarem nas realidades socioeconômicas locais ou, de outro modo, nas regiões onde estão estrategicamente instaladas, a fim de promoverem um ensino superior que contribua para a superação das desigualdades sociais, procurando formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a sociedade e com os desígnios de um mundo cada vez mais globalizado.

Considerações finais

Finalmente e de acordo com os estudos obtidos, a globalização considera a educação um bem de investimento não só na formação de mão de obra, mas também na democratização do ensino, reversão da pobreza e na superação das desigualdades sociais com vistas a promover uma melhoria da qualidade de vida.

Por sua vez, o ensino superior, principalmente através das universidades, tem uma forte represen-

tação no quadro da promoção do indivíduo na sociedade através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no mundo globalizado.

Existem e têm surgido programas e organismos voltados à promoção de um ensino superior mais unificado do ponto de vista curricular. Nesse sentido, a educação superior globalizada tanto pode gerar um ensino superior mercantilizado quanto, também, promover o acesso às tecnologias.

A globalização tem gerado mudanças e diretrizes no ensino superior que influenciam, por sua vez, a realidade local. Nesse contexto, a internacionalização da educação superior pode seguir caminhos antagônicos, ora de promover, ora de distanciar povos e suas culturas.

A modernização ou democratização econômica – tardias no Brasil e, conseqüentemente, na Bahia – coloca o país em um difícil cenário de diferenças acentuadas entre as suas instâncias educacionais e sociais, frente ao mundo globalizado. As tendências de relações com a sociedade, com a economia e suas perspectivas atuais demonstram que o Brasil vem tentando esforços no sentido de empreender uma edu-

cação universitária mais democrática e globalizada, porém os recursos e/ou investimentos destinados a esse setor ainda não permitem a sua plena expansão. Assim, políticas de acesso às camadas mais pobres da população ao ensino superior marcam as investidas da educação superior em um país de marcante desigualdade social.

O desenvolvimento da educação superior baiana segue os mesmos passos do resto do território nacional e das tendências da globalização dentro do quadro de pobreza e forte desigualdade regional. Na Bahia, pode-se referenciar os efeitos da globalização no ensino superior quando se observa que, nos planos de desenvolvimento institucional das universidades estaduais, são retratadas as preocupações com a formação de um cidadão comprometido com o social, com a reversão da pobreza e com o acesso ao ensino superior.

A globalização tem gerado mudanças e diretrizes no ensino superior que influenciam, por sua vez, a realidade local. Nesse contexto, a internacionalização da educação superior pode seguir caminhos antagônicos, ora de promover, ora de distanciar povos e suas culturas.



Também a estrutura *multicampi* do ensino superior nacional e baiano contribui para a proliferação geográfica de instâncias de ensino superior no país com vistas à promoção do desenvolvimento local e regional.

Assim, o ensino superior mundial recebe diretamente as influências das diretrizes da globalização, que tem na proximidade das universidades com a sociedade, através das suas ações de ensino, pesquisa e extensão, fortes aliadas. Desse modo, a busca por unificação curricular, superação das desigualdades sociais com programas de acesso à educação superior e influência cultural são alguns dos aspectos que vêm viabilizando essa relação cada vez mais afinada e próspera. **US**

BONAL, X. La educación en tiempos de globalización: ¿quién se beneficia? In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, 2009, p. 653-671.

ESCARIÃO, G. das N. D. **A globalização e a homogeneização do currículo no Brasil, 2006.** 251f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

KRAEMER, M. E. P. **O Ensino universitário e o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/02/acervo_cientifico/outros_artigos/artigo_maria_elizabeth.pdf. Acesso em: maio 2013.

MARGINSON, S.; WENDE, M. V. D. Globalisation and High Education. 2007. In: **OECD Education Workin Papers n. 8.** Disponível em: <<http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/51413h92jh5g.pdf?expires=1373652781&id=id&accname=guest&checksum=EF1DCD637B4E1E76CD80CB4A149B300F>>. Acesso em: junho 2011.

OLIVEIRA, R. de. Desterritorialización y localización de la enseñanza superior. In: **RUSC**, Catalunya, v. 4, n. 2, 2007.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil - condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025.** Brasília, 2003.

referências

- SANTOS, R. M. **Trabalho globalizado nas décadas de 1980, 1990 e 2000: O Caso da Bahia.** Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt015-trabalhoglobalizado.pdf>>. Acesso em: maio 2013.
- SCHWARTZMAN, S. **Por uma nova política de educação superior para o Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/poledsup.pdf>>. Acesso em: novembro 2009.
- SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI desafios do presente.** São Paulo: Ed. Cortez, 2009.
- SILVA, E. W. da. **Extensão e desenvolvimento regional: Discurso das Universidades Comunitárias do RS.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Avalia/Avalia3.pdf>>. Acesso em: junho 2013.
- SILVA, R. B.; DUARTE, J. W. O impacto da reforma universitária nas UES baianas. In: **Revista Diálogo Educacional**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, v. 7, n. 21, 2007, p. 151-162.
- SOBRINHO, J. D. **Educação superior, globalização e democratização.** 2005. Qual universidade?. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf>>. Acesso em: maio 2013.
- TUNING AMERICA LATINA. **2011-2013. Innovación Educativa y Social.** Disponível em: <<http://www.tuningal.org/pt/projeto-tuning/resultados/>>. Acesso em: abril 2012.
- UNESCO - IESALC (Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe) - Caracas. M^a Susana Arroza Soares (Coord.), Porto Alegre, 2002.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA. **Plano de Metas 2010-2013 Ajustando o Foco.**
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2011-2015.**
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2009-2013.**
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2012-2017.** Versão Preliminar.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2012-2016.**
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2014.**
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2009-2014.** Petrolina-PE, nov. 2009.
- VARIS, T. **Communication and New Literacies in the multicultural world.** 2007. UNESCO Chair in Global e-Learning. University of Tampere. Research Centre for Vocational and Professional Education. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/histycom/downloads/02tapiovaris.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

referências

Um breve panorama do ensino superior privado no Brasil

Claudio Antonio Tonegutti

Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

E-mail: tonegutti@ufpr.br

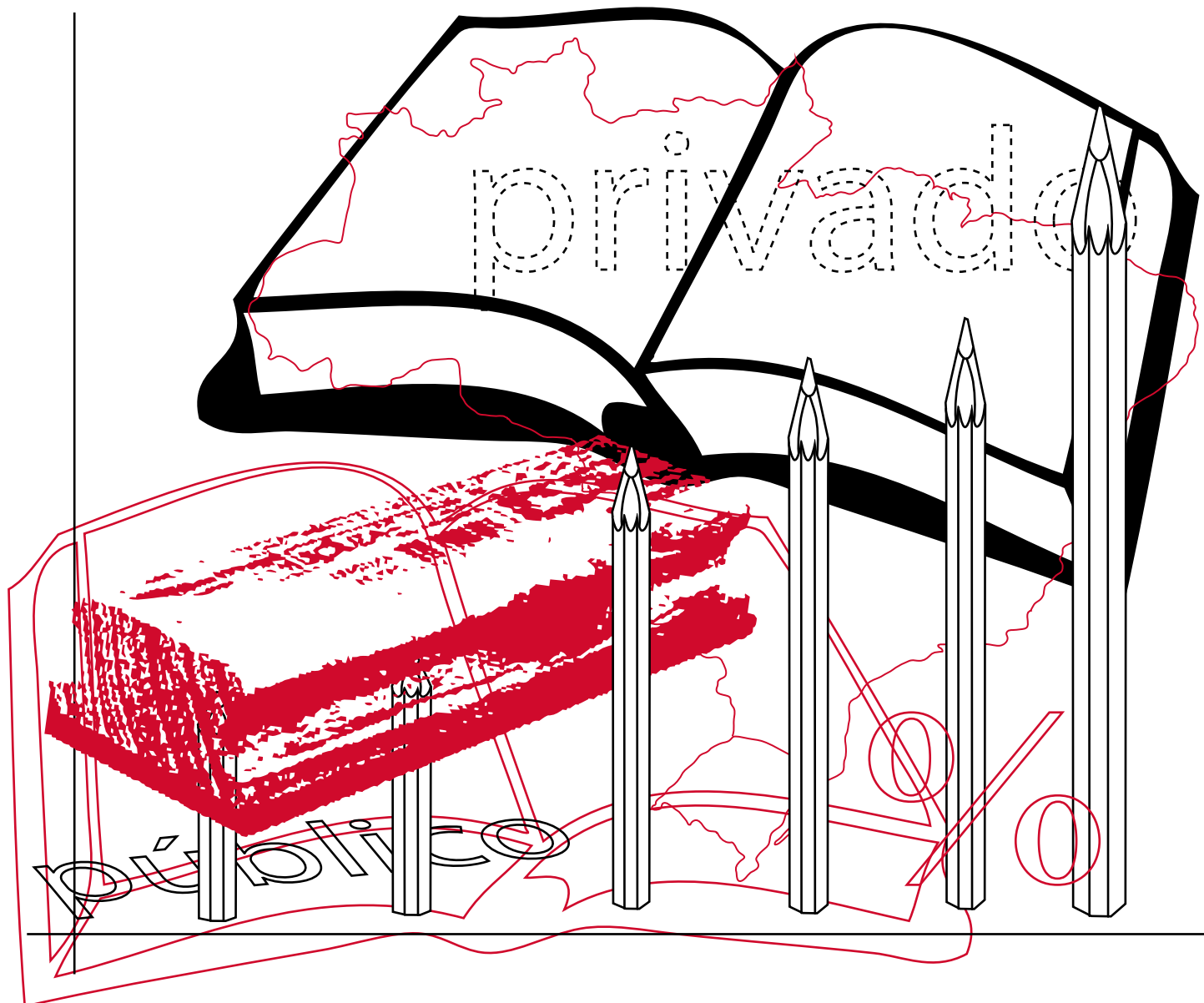
Resumo: Este trabalho tem por objetivo dar uma visão geral da evolução do ensino superior privado desde a sua implantação no final do século XIX até os dias de hoje e do papel de algumas políticas públicas na sua expansão e sustentação mais recente. Para isso são trazidos dados históricos de quantitativos de matrículas e de Instituições que permitem avaliar o tamanho relativo do setor público e do privado ao longo do tempo, bem como informações mais recentes de políticas públicas de estímulo ao setor privado. Pode-se concluir que o Estado teve papel ativo na expansão do setor privado em vários momentos e o governo federal na sua sustentação financeira mais recentemente. Contribui também para o crescimento do setor privado a não expansão do setor público na taxa necessária para atender à crescente demanda por ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior. Ensino Superior Privado.

O ensino superior brasileiro vem experimentando grandes transformações desde o final do século XIX; em particular no tocante à sua dimensão, tipos e estruturas das Instituições de Ensino Superior (IES), bem como de seu caráter, público ou privado. Para o melhor entendimento dessas transformações, é importante trazer alguns fatos mais relevantes desse período.

No Brasil, o ensino superior privado foi autorizado com a promulgação da Constituição de 1891, que instaurou a República. A partir de então, a criação de

IES privadas contribuiu para ampliar as matrículas no ensino superior. Em 1880 registraram-se 2 mil e 300 matrículas e em 1915 registraram-se mais de 10 mil matrículas no ensino superior. Entre 1882 e 1910 foram criadas 27 IES, sendo que nesse período o modelo era o de instituições isoladas, com cursos voltados diretamente à formação profissional. O modelo “universidade” evoluiu a partir dos anos 1930, tendo como pontos de referência o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/1931) e a criação da Universidade de São Paulo (1934). A matriz



“instituição isolada – universidade” e “ensino público – ensino privado” é relevante até os dias atuais (BARREYRO, 2008).

Os dados da Tabela 1 permitem ter uma ideia de como estava o setor privado nesse período.

A queda da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, e o subsequente processo de elaboração da Constituição de 1946 abriram um espaço importante para a discussão da educação no país. Na sequência, deu-se o debate para a elaboração de uma Lei de Diretrizes e

Bases da Educação (LDB), que acabou aprovada em 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

Ressalte-se a participação nesses debates do movimento “Escola Nova”, lançado no Brasil com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros”, em 1932, na defesa da educação pública, laica, gratuita e com acesso a todos. Esse movimento já estava consolidado em vários países a partir do fim da 1ª Guerra Mundial, quando também se consolidaram as democracias liberais. Era um movimento educacional que se inseria

Tabela 1 - IES e matrículas no ensino superior privado - 1933-1945

Ano	IES privadas		Matrículas privadas	
	Nº	% do total	Nº	% do total
1933	265	64,4	14.737	43,7
1935	259	61,7	16.590	48,5
1940	293	62,5	12.485	45,1
1945	391	63,1	19.668	48,0

Fonte: Sampaio *apud* Barreyro (2008).

no processo de industrialização e de desenvolvimento vivenciado pelos países capitalistas centrais (SANTOS, PRESTES e VALE, 2006).

Entretanto, Minto (2014) esclarece que a ideologia liberal desse movimento era a defesa da educação estatal dentro dos limites que o capitalismo brasileiro podia acomodar, pois a elevação do nível educacional tende a elevar os custos da força de trabalho e, no caso do ensino superior, essa defesa era elitista.

Nos debates dessa reforma educacional podem ser caracterizados dois períodos: um que vai de 1948 até 1958, no qual as principais discussões giraram na interpretação do texto constitucional com respeito à centralização ou não dos sistemas de ensino; o outro período, que começa em 1958 e termina com a aprovação da lei, teve os principais debates em torno do público *versus* o privado. Houve a tentativa (que não teve sucesso no final) de se obter regalias e proteção para o ensino privado em detrimento da escola pública (ROMANELLI, 1986).

O crescimento do ensino superior nesse período foi bastante grande. O número de matrículas em 1964 foi de 142.386, um crescimento de 7,23 vezes em relação às matrículas existentes em 1945, sendo de 38,7% as matrículas em IES privadas (BARREYRO, 2008). A expansão se deu pela criação de novas universidades, principalmente federais, bem como de IES isoladas, conforme pode ser observado na Tabela 2. Nesse período, surgem as universidades católicas (PUC), sendo a PUC Rio de Janeiro a primeira (em 1941).

Tabela 2 - IES em 1945 e 1964

Ano	Universidades	IES isoladas
1945	05	293
1964	37	564

Fonte: Barreyro (2008).

Tabela 3 - Evolução das matrículas nos cursos de graduação 1960-1990

Ano	Pública		Privada		Total
	Matrículas	% do total	Matrículas	% do total	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080

Fonte: Corbucci, Kubota e Meira (2016).

Note-se que no período 1945-1964 as matrículas no setor público superavam aquelas do setor privado, fato que seria invertido no período subsequente, conforme mostrado na Tabela 3.

O crescimento do total de matrículas no ensino superior é bastante expressivo nas décadas de 1960 e 1970, mas a taxa de crescimento no setor privado é maior, fazendo com que a participação deste se torne majoritária (64,3%).

Segundo Martins (2009), ao mesmo tempo em que a Reforma Universitária de 1968 levou à modernização (principalmente das IES federais), ela também propiciou condições para a ampliação de um sistema privado baseado no antigo padrão de IES isoladas, com o ensino desconectado da pesquisa. Entretanto, tende a ser distinto do sistema privado anterior em termos de natureza e objetivos, pois agora vinha se estruturando no modelo empresarial, com objetivos de lucro e do atendimento das demandas imediatas do mercado.

Para Minto (2014), a “modernização” do ensino superior nos anos da ditadura não possui qualificação, sendo um processo de adequação, forçada e interessada, conduzida pelas forças no poder em contraposição às propostas das forças populares, ou, em outras palavras, uma modernização capitalista dentro das condições peculiares do Brasil.

A questão dos “excedentes” era um constante foco de tensão social. Em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas IES em que tinham sido aprovados e, em 1969, esse número foi de 162 mil. A pressão pela expansão vinha com o crescimento da taxa de matrícula do ensino médio e por conta de que a classe média, nesse período, incorporou o ensino superior como uma estratégia para a ascensão social. A Reforma de 1968 trouxe uma expansão com

contenção do financiamento, que não deu conta da demanda de acesso ao ensino superior (MARTINS, 2009). Segundo Minto (2014), a privatização não se deve apenas à não capacidade de atendimento do setor público, ou a falta de financiamento, mas, sim, a uma política deliberada do Estado brasileiro.

Na década de 1980 a expansão do ensino superior foi bem menor que nas duas décadas anteriores, em parte por conta da crise econômica desse período, que inibiu investimentos na área, e, por outro lado, pela adoção de políticas públicas, sob orientação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, pelas quais os investimentos em educação nos países em desenvolvimento deveriam estar direcionados à educação básica e não ao ensino superior. Isto propicia a oportunidade de uma nova expansão para o setor privado, que se aprofundou em meados dos anos 1990 (CORBUCCI, KUBOTA e MEIRA, 2016). Isso pode ser observado no Gráfico 1.

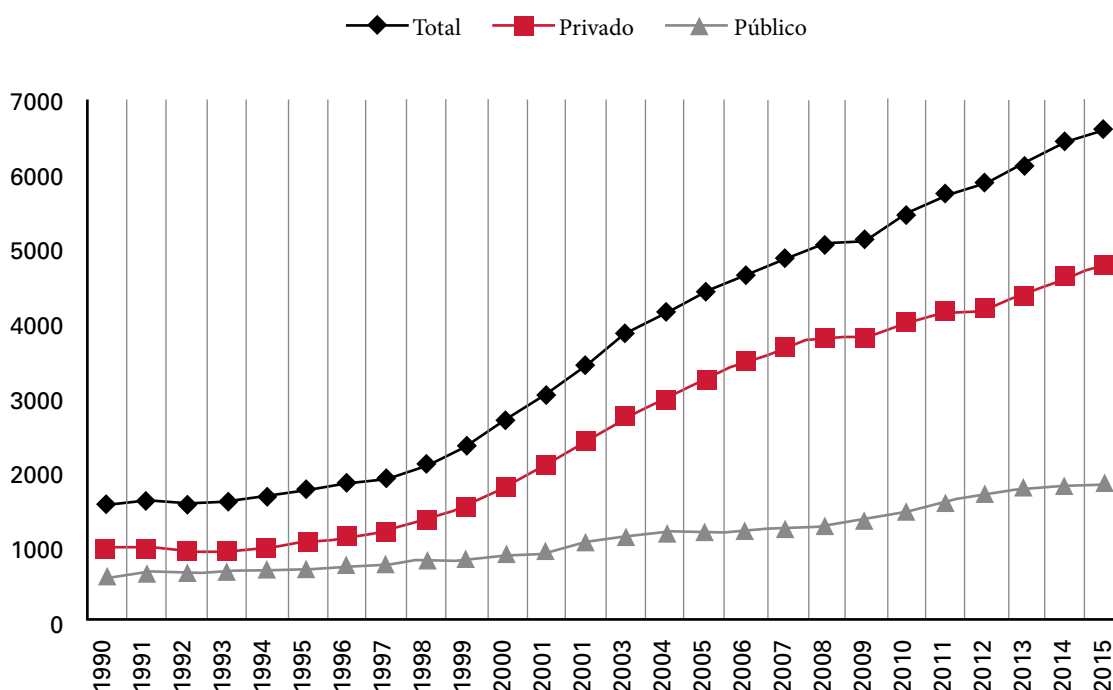
As matrículas nos cursos de graduação privados saem de um patamar de 950 mil em 1990 para chegarem a um patamar de 4,8 milhões (um aumento de cinco vezes), enquanto as matrículas públicas

saem de um patamar de 579 mil em 1990 e em 2015 chegam a 1,8 milhões (um aumento de cerca de três vezes).

Fora o fato de que a expansão do setor público foi muito abaixo do necessário para atender à crescente demanda de acesso ao ensino superior, outros fatores colaboraram para o expressivo crescimento que se verificou no setor privado, dos quais destacamos a mudança nos marcos legais da educação brasileira e a implantação de políticas públicas de estímulo ao setor de educação privada. Uma discussão aprofundada sobre o setor de educação privada pós LDB (1996) é feita por Chaves (2010).

No campo legal, a LDB de 1996 abriu o caminho para a constituição de IES com fins lucrativos (empresas), o que foi permitido pelo Decreto nº 2.306/1997. Empresas podem ser compradas e vendidas; então, o que se verifica, a partir do referido decreto, é a transformação de muitas IES “sem fins lucrativos” em empresas e também operações de compra/venda de IES empresariais. Essas movimentações permitiram a criação de grandes grupos educacionais, alguns dos quais contam com a participação de capital estrangeiro. Atualmente, quatro desses grupos

Gráfico 1 - Matrículas em cursos de graduação presenciais - 1990-2015



Fonte: INEP (1990-2015), sendo os dados organizados pelo autor.

educacionais possuem ações negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa (BM&FBovespa), a saber: Ânima, Estácio, Kroton e Ser. Encontra-se em andamento (jan. 2017) a fusão da Kroton com a Estácio, que, para se concretizar, depende ainda da autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Para observar o dimensionamento desses quatro grupos educacionais no setor privado, apresentamos na Tabela 4 a base de matrículas presenciais de graduação dos mesmos.

Portanto, esses quatro grupos educacionais possuem quase 20% das matrículas de graduação presencial privadas, o que lhes confere um razoável peso em suas linhas de negócios.

Essas quatro empresas, além de outras, ao longo da última década, estão se reestruturando mediante fusões e aquisições, inclusive com a participação de capital estrangeiro, visando aumentar as suas participações no mercado. Discussões mais aprofundadas do tema são feitas por Chaves (2010), Tavares (2014) e Corbucci, Kubota e Meira (2016).

Entretanto, é importante registrar também que a grande maioria das IES no setor privado possui organização acadêmica de faculdade, o que caracteriza uma pulverização da estrutura. Isso pode ser visto pelos dados contidos na Tabela 5.

Em 2015, o total de IES era de 2.374, sendo 846 em

capitais (35,64%) e 1.518 no interior (63,94%). Logo, as IES do setor privado correspondiam a 87,15% do total, sendo 748 nas capitais (31,51%) e 1.321 (55,88%) no interior (INEP, 2016b).

É oportuno trazermos aqui também dados sobre o ensino de graduação a distância (EAD), ainda que, para uma discussão mais aprofundada do tema, sugerimos a consulta a outros trabalhos, como, por exemplo, Tonegutti (2010) e Horodyski-Matsushigue (2009). No Gráfico 2, apresentamos a evolução do EAD a partir do ano 2001, sendo que em 2000 não existiam cursos de graduação registrados no setor privado.

Conforme mostrado no Gráfico 2, a expansão de matrículas na graduação EAD tem um aumento exponencial no setor privado, nos últimos 15 anos. Isso pode ser explicado pelo fato de que é um negócio alternativo importante, principalmente quando há um ganho de escala, que contribui positivamente para os lucros das IES.

Podemos exemplificar isso com o caso da Kroton, que, em 2015, tinha 531.881 de matrículas, base do 4º trimestre de 2015 (4T15) na graduação a distância, ou seja, 38,16% do total das matrículas de graduação EAD do Brasil ou 42,03% do setor privado em 2015. O ganho de escala no EAD permite praticar uma cobrança de mensalidade (*ticket*) bem mais baixa do

Tabela 4 - Matrículas em cursos de graduação presencial - 2015

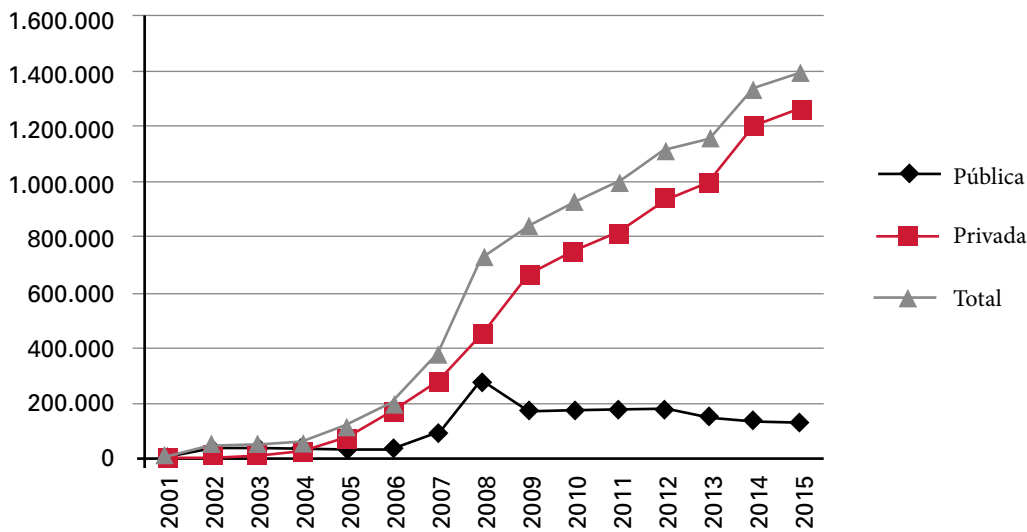
Grupo	Matrículas de graduação presencial	% em relação às IES privadas
Ânima ¹	72.740	1,51
Estácio ²	290.200	6,03
Kroton ³	437.633	9,10
Ser ⁴	123.988	2,58
IES privadas ⁵	4.809.793	100,00

Fontes: 1 (ÂNIMA, 2016), 2 (ESTÁCIO, 2016), 3 (KROTON, 2016), 4 (SER, 2016), 5 (INEP, 2016a).

Tabela 5 - Organização acadêmica das IES do setor privado - 2015

Organização Acadêmica	Privada sem fins lucrativos	Privada com fins lucrativos	Total	% do Total
Centro Universitário	95	45	140	6,77
Faculdade	895	946	1841	88,98
Universidade	68	20	88	4,25
Total	1058	1011	2069	100

Fonte: INEP (2016b). Dados extraídos pelo autor.

Gráfico 2 - Evolução de matrículas em graduação EAD - 2000-2015

Fonte: INEP (1990-2015), sendo os dados organizados pelo autor.

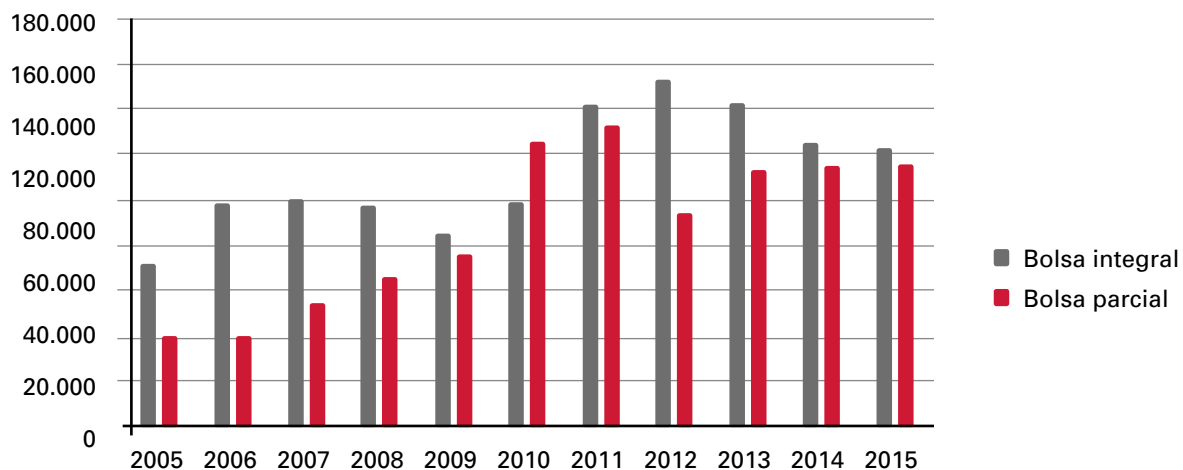
que no ensino presencial e ainda manter uma taxa de lucro operacional mais alta. No caso da Kroton, a margem de lucro operacional do ensino presencial foi de 48,00% no 4T15, com *ticket* médio de R\$ 734,13, enquanto que o do EAD foi de 64,70% no 4T15, com *ticket* médio de R\$ 246,38 (KROTON, 2016).

Quanto aos estímulos à expansão do ensino superior privado, decorrentes de políticas públicas, podemos destacar duas: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pelo governo federal em 2004, pela Medida Provisória nº 213/2004, e depois em definitivo,

pela Lei nº 11.096/2005. Ele tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Em contrapartida, as IES que participam do programa recebem isenções de tributos. É um programa de especial interesse para as IES com fins lucrativos, pois as isenções de tributos que recebem tornam a sua estrutura de despesas mais próxima das IES sem fins lucrativos, melhorando a competitividade no mercado educacional.

Conforme pode ser visto no Gráfico 3, mais recentemente (2014 e 2015), o quantitativo de bolsas ficou balanceado em torno de 120 mil bolsas em cada modalidade.

Gráfico 3 - Bolsas do PROUNI - 2005-2015

Fonte: Ministério da Educação (2017).

Em termos financeiros, a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) estimou a despesa tributária (renúncia fiscal) em 2015 do PROUNI em R\$ 907.307.559, enquanto a despesa tributária com as IES sem fins lucrativos foi de R\$ 3.213.950.819 (SRFB, 2016).

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) foi instituído pela Medida Provisória nº 1.827/1999 e depois em definitivo pela Lei nº 10.260/2001. É destinado a financiar a matrícula de estudantes em cursos de graduação pagos. Em 2010, sofreu importantes modificações que contribuíram para a sua rápida expansão em anos subsequentes. A Tabela 6 mostra o histórico das condições de financiamento do FIES.

A flexibilização das condições de financiamento certamente foi o grande motor para a expansão do FIES no período de 2010 a 2015, conforme apresentado no Gráfico 4. Também pode-se inferir da análise dos relatórios trimestrais das empresas educacionais que foram mencionadas na Tabela 4 que as IES melhor estruturadas desenvolveram nesse período intenso trabalho para trazer a sua base de alunos para o programa. O caso da Kroton é um exemplo expressivo, pois, no quarto trimestre de 2015, tinha 54,4% de sua base de alunos de graduação presencial dentro do FIES (KROTON, 2016).

Para termos de comparação, os valores empenhados pelo FIES corresponderam a 17% dos valores totais empenhados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2015. Em tese, esses valores são de despesa financeira que deve ser ressarcida no futuro pelos estudantes, mas a inadimplência em 2015 já estava na casa dos 50%. Além da despesa com o pagamento das mensalidades às IES, o FIES deve arcar com eventuais aportes ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) e também a remuneração aos agentes financeiros responsáveis por administrar

a carteira de financiamento. Em 2015, a remuneração dos agentes financeiros totalizou R\$ 740 milhões. O TCU estima o gasto do FIES de 2016 a 2020 em cerca de R\$ 55,3 bilhões. De 2010 a 2015, foram pagos às IES R\$ 42,4 bilhões e foram concedidos cerca de 2,2 milhões de financiamentos (TCU, 2016).

Com respeito aos financiamentos concedidos nesse período, o TCU concluiu que eles não contribuíram para a elevação das taxas bruta e líquida de matrícula e que, portanto, o FIES estaria financiando estudantes que teriam condições de pagar matrícula (TCU, 2016).

Com respeito ao subsídio da taxa de juros (tabela 6), Nascimento e Longo (2016) concluíram que, para os contratos entre 2010 e o 1º semestre de 2015, para cada R\$ 100,00 emprestados, R\$ 47,00 são pagos pelo contribuinte; e, para os contratos entre o 2º semestre de 2015 e o 2º semestre de 2016, o valor pago pelo contribuinte é de R\$ 27,00. Os mencionados autores corroboram com a evidência encontrada pelo TCU de que a expansão do FIES não veio acompanhada da taxa correspondente de expansão de matrículas. Isso caracteriza a situação em que uma política é criada para permitir a expansão do investimento privado, mas acaba resultando na substituição deste pelo investimento público.

Pelos dados apresentados é possível concluir que o FIES é a principal política pública de incentivo para o ensino superior privado no Brasil, superando de longe o PROUNI, tanto em termos financeiros quanto de matrículas. Os 2,2 milhões de contratos mencionados acima representam 45% das matrículas das IES privadas em 2015.

Então, em grande medida, a sustentação das IES privadas, tanto as com fins lucrativos quanto as sem fins lucrativos, está sendo feita pelo governo federal com o dinheiro do contribuinte brasileiro.

Tabela 6 - Histórico das Condições de Financiamento do FIES

Condições e critérios	Histórico	Até junho de 2015	Após junho de 2015
Taxa de juros (ao ano)	Até 10/2006: 9% Até 08/2009: 3,5-6,5% Até 03/2010: 3,5%	3,4	6,5
Prazo de amortização do contrato	Até 2010: 2 vezes a duração do curso	3 vezes a duração do curso + 12 meses	3 vezes a duração do curso

Fonte: Nota conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento (2015).

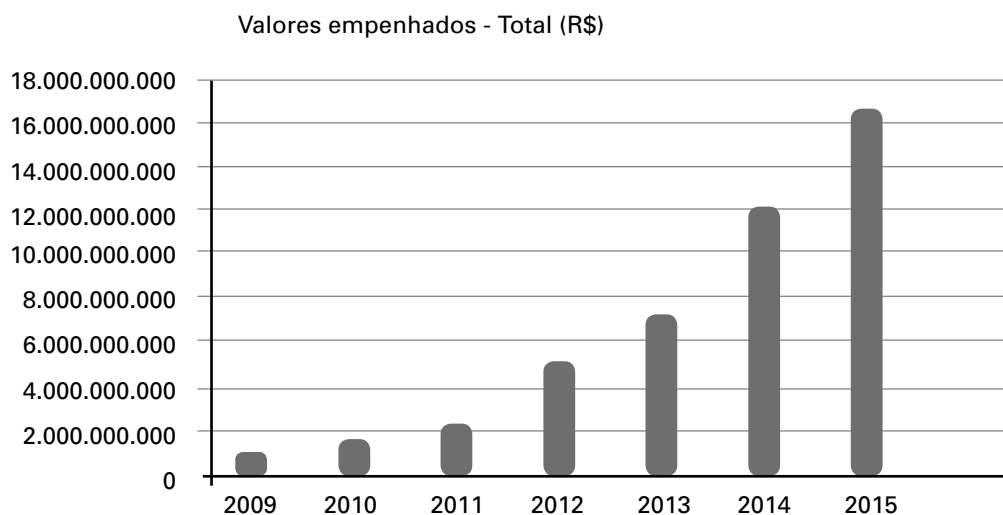


Também chama a atenção o tamanho do setor do ensino superior privado no Brasil, tanto em matrículas quanto em instituições, resultado que vem se configurando desde os anos 1970, principalmente por conta de que a União e os Estados não expandiram os seus sistemas de ensino superior na proporção necessária ao atendimento da demanda.

Certamente, a situação econômica do Brasil nos anos 2000 também serviu de estímulo para o ensino superior privado (média do crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, de 2000 a 2010, de 3,7%). As condições impostas pelo capitalismo levam os in-

divíduos a buscarem educação para melhorarem as suas condições de empregabilidade. E isso é uma brecha para o mercado educacional oferecer cursos direcionados às necessidades que são identificadas no mercado de trabalho. **US**

Gráfico 4 - Financiamento do FIES - 2009-2015



Fonte: TCU -Tribunal de Contas da União (2016).

- ÂNIMA. **Apresentação dos resultados do 4T15**. São Paulo, 09 mar. 2016. Disponível em: <ri.animaeducacao.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- BARREYRO, G.B. **Mapa do ensino superior privado**. Inep/MEC. Brasília, 2008.
- CHAVES, V.L.J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: A formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.
- CORBUCCI, P.R.; KUBOTA, L.C.; MEIRA, A.P.B. Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino. **Texto para discussão**. IPEA. Rio de Janeiro, nº 2256, nov. 2016. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- ESTÁCIO. **Apresentação dos resultados do 4T15**. Rio de Janeiro, 10 mar. 2016. Disponível em: <www.estacioparticipacoes.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, L.B. Ensino a distância e Universidade Aberta do Brasil: mitos a serem desfeitos. **PUC VIVA**. São Paulo: n. 35, maio-ago. 2009, p. 21-30.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses estatísticas da educação superior 1990-2015**. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- _____. **Sinopse estatística da educação superior 2015**. Brasília, 2016a. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- _____. **Microdados do censo da educação superior 2015**. Brasília, 2016b. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- KROTON. **Apresentação dos resultados do 4T15**. Belo Horizonte, 15 mar. 2016. Disponível em: <ri.kroton.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- MARTINS, C.B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan/abr 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Site do PROUNI. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2017.

referências

- ____ e MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Nota conjunta à imprensa:** Esclarecimentos sobre o novo FIES. Brasília, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”:** particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- NASCIMENTO, P.A.M.M.; LONGO, G.F. Qual o custo implícito do FIES para o contribuinte brasileiro? **Boletim Radar**. Brasília, n. 46, p. 13-21, ago. 2016. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- ROMANELLI, Otaíza O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTOS, I.S.F; PRESTES, R.I.; VALE, A.M. Brasil, 1930-1961: Escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 22, p. 131-149, jun. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- SER. **Apresentação dos resultados do 4T15**. Recife, 18 mar. 2016. Disponível em: <ri.sereducacional.com>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- SRFB - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Demonstrativo de gastos tributários:** estimativas bases efetivas 2013 - série 2011 - 2016. Brasília: mar. 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- TAVARES, P.H.S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:** mercantilização de novo tipo? 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- TONEGUTTI, C.A. Ensino a distância no Brasil: aspectos da realidade para estudantes e docentes. **Univ. e Sociad**. Brasília, n. 45, p. 61-71, jan. 2010.
- TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria:** TC 011.884/2016-9. Brasília, 2016. Disponível em <www.tcu.gov.br>. Acesso em 16 jan. 2017.

referências

Para a crítica do desenvolvimento sustentável

Clerijane Nascimento Torres

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: clerijane.torres@gmail.com

Resumo: Este trabalho está centrado na análise da sustentabilidade capitalista e suas limitações para resolver a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo. Investigamos como o desenvolvimento sustentável surge do movimento ambiental como estratégia de desenvolvimento capitalista e se torna o discurso oficial dominante. Nesse contexto, a gravidade e a escala mundial do aquecimento global fazem dele o ponto chave de uma política climática internacional pautada em mecanismos de mercados e tecnologia. Entretanto, é necessário compreender o desenvolvimento sustentável como discurso de poder e atentar para as limitações do saber científico e do uso da tecnologia na reprodução das relações de poder.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Aquecimento Global. Discursos e Contradiscursos. Ciência e Tecnologia.

Introdução

A ideia de sustentabilidade remete à ideia de re-alimentação balanceada de um sistema que seja capaz de se realizar sem extinguir as suas condições de existência. Assim, a ideia de sustentabilidade é associada à relação meio ambiente/organização social como sendo o meio ambiente as condições de existência e a organização social o sistema que precisa dele para se sustentar, ou seja, precisa consumi-lo na mesma medida em que o preserva para não acontecer que, extinguindo as suas condições de existência,

se extinga a si mesmo, mas que, ao contrário, garanta as condições necessárias à sua própria continuidade.

Nesse sentido, entendemos que a ideia de sustentabilidade não é nem de longe algo novo ou invenção moderna da era capitalista diante da relação de agressão estabelecida com a natureza. Ao contrário, a sustentabilidade, enquanto essa noção de continuidade e preservação, pode ser verificada principalmente entre aqueles pejorativamente vistos como selvagens e atrasados, que possuem uma matriz de racionalidade



diferente desta moderna, científica e capitalista, cuja forma de vida é a que mais preserva os bens naturais, agora alvo da voraz (in)sustentabilidade capitalista. A principal diferença talvez não esteja no tempo, no lugar ou no contexto que os diferencia, mas puramente na essência que difere a sustentabilidade como valor e como discurso.

Lima (2003) afirma que embora os gérmenes do discurso da sustentabilidade possam ser observados em contextos históricos remotos, suas expressões mais recentes podem ser observadas a partir da década de 1970 nos movimentos ambientais que irrompem nesse período, nas conferências da ONU sobre meio ambiente, nos relatórios do Clube de Roma e em alguns trabalhos pioneiros. Porém, as referências

mais explícitas estão na noção de Ecodesenvolvimento desenvolvida por Ignacy Sachs e, mais tarde, na ideia de desenvolvimento sustentável proposta pela Comissão Brundtland, em 1987.

O movimento ambientalista apresenta em sua composição diversos grupos com interesses bastante variados. Há dentro dele uma diversidade de posicionamentos que vão desde correntes com uma proposta revolucionária até aquelas idealizadas para defender a ordem vigente do capital. Isso indica que o movimento ambientalista, de um modo geral, é apropriado por diferentes classes, movimentos e frações da sociedade que naturalmente têm interesses diversos e buscam efetivá-los numa constante tensão de forças.

Movimento ambientalista: diversidade e polarização

A questão ambiental tem suas raízes no final do século XIX, mas foi apenas no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que ela eclodiu. Desde o final da década de 1960, a problemática ambiental figura entre uma das grandes preocupações mundiais, ganhando notoriedade em diferentes espaços de discussão, sempre associada à desmedida exploração dos recursos naturais, seu esgotamento e a poluição que o sistema produtivo inflige ao meio ambiente.

Bernardes e Ferreira (2003) dividem as principais correntes ecológicas em dois segmentos: conservadoras e progressistas. Kaplan (2011) expande essa classificação e conclui que o movimento ambiental possui “desde posturas anti-humanistas, ecocêntricas e individualistas a concepções mais coletivistas e racionalistas”. Entre as muitas correntes políticas diferentes, ele destaca os fundamentalistas, que se opõem à visão antropocêntrica do homem dominador da natureza; os ecossocialistas ou eco-marxistas [*sic*], que

A questão ambiental tem suas raízes no final do século XIX, mas foi apenas no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que ela eclodiu. Desde o final da década de 1960, a problemática ambiental figura entre uma das grandes preocupações mundiais, ganhando notoriedade em diferentes espaços de discussão, sempre associada à desmedida exploração dos recursos naturais, seu esgotamento e a poluição que o sistema produtivo inflige ao meio ambiente.

partem do pressuposto de que os problemas ambientais são decorrentes da organização social e do modo de produção capitalista; os compatibilistas, que advogam a possibilidade de se compatibilizar o modelo de desenvolvimento econômico adotado com a redução dos impactos ambientais; os zeristas, que atribuem os problemas ambientais ao crescimento demográfico que deverá ser negativo para possibilitar a resolução da crise ambiental; os verdes ou ecologistas sociais, que, de inspiração anarquista, criticam tanto o capitalismo quanto o comunismo; os anarquistas em si; as várias correntes que se apoiam no marxismo; os

autoproclamados pacifistas; os humanistas; e a mais recente, os neoliberais (KAPLAN, 2011).

Embora sejam muitas e com distintas abordagens, as correntes ambientalistas e suas respectivas referências de sustentabilidade podem assim ser classificadas entre aquelas que reforçam o discurso hegemônico e aquelas que contestam não só a ele, mas a toda a organização que lhe dá legitimidade.

As primeiras partem assumidamente de uma perspectiva mitigadora de cunho reformista que defendem a superação da crise socioambiental dentro dos marcos do capitalismo por meio de ajustes e reformas. Algumas são ingênuas e, mesmo apresentando críticas com graus distintos de profundidade, acabam legitimando a ordem vigente; outras são bastante astuciosas e articuladas, como aquelas que se pautam no discurso dominante de desenvolvimento sustentável ou mesmo que surgiram com o intuito de lhe dar legitimidade, como é o caso da corrente ecocientificista que surge no contexto do desenvolvimento sustentável apostando num processo de modernização ecológica. Essas correntes esvaziam o conteúdo ambiental, se apropriam do peso dos movimentos ambientais e da urgência da problemática ambiental para lhe imprimirem uma lógica ecocapitalista que é, na sua essência, reducionista.

As correntes de oposição são radicalmente críticas e combativas ao modo de produção capitalista, entendendo a crise ambiental como consequência direta da organização social e da produção do espaço, como um sintoma do modo de produção capitalista e que, portanto, não pode ser resolvida dentro dos marcos do capitalismo. Essas tendem a ser mais abrangentes, incluindo uma diversidade de interpretações políticas, filosóficas e ideológicas.

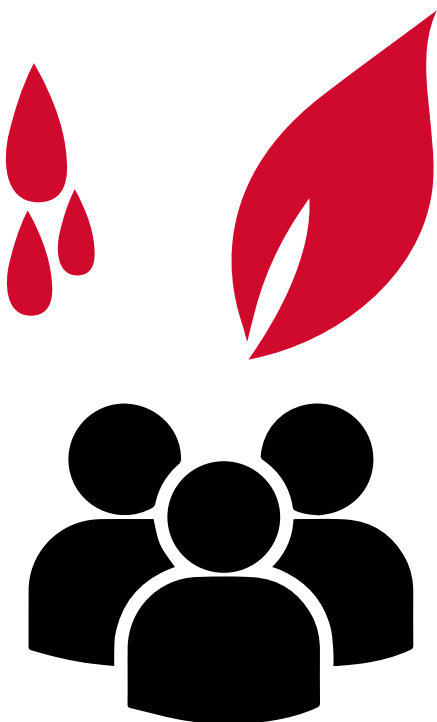
Assim, a ideia de sustentabilidade é notadamente marcada por duas matrizes discursivas referentes aos dois campos: uma que se apresenta como o discurso oficial e outra que se apresenta como um contradiscurso. Desse modo, o debate no campo da sustentabilidade é polarizado por essas duas matrizes em torno das quais se posiciona a multiplicidade de tendências político-filosóficas a respeito da sustentabilidade (LIMA, 2003).

Assim como as diversas correntes que historicamente compõem o movimento ambientalista, tam-

bém a ideia de sustentabilidade possui diferentes leituras, construídas por forças sociais distintas que buscam hegemonizar a sua interpretação de sustentabilidade, que, no atual contexto histórico, se transformou em uma ideia de longo alcance que perpassa diferentes campos discursivos, como meio ambiente, ecologia, economia e desenvolvimento, inclusive sendo capaz de atrair para o seu entorno todas essas abordagens, constituindo um campo próprio, uma espécie de interdiscurso que se apropria desses campos para se constituir.

Para Lima (2003), essa condição permite tratar a sustentabilidade como discurso, no sentido empregado por Michel Foucault (2001 *apud* LIMA, 2003), ou seja, práticas que, apoiadas em regras históricas, são capazes de gerar significados e estabelecer o que pode ou não ser dito dentro de determinado campo discursivo em um dado contexto histórico (LIMA, 2003, p. 99).

O discurso, portanto, relaciona-se, simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos e com as instituições sociais e o poder que elas expressam. Todo discurso contém procedimentos de seleção e exclusão que estabelecem os limites do permitido e do proibido, do que é aceito e rejeitado, do que é considerado verdadeiro ou falso numa certa configuração histórico-cultural (LIMA, 2003, p. 99).



Para Foucault, saber e poder não existem separados um do outro, bem como a verdade é uma invenção histórica, construída socialmente, uma forma de interpretação que se impõe sobre outras e sobre o próprio real, tornando-se a interpretação hegemônica sobre aquele objeto dentro de um determinado campo discursivo e numa dada época. Isso denota que “tanto o saber quanto a verdade veiculados nos discursos estão enraizados no domínio do poder” e que, portanto, não há discurso neutro ou desinteressado. Ao contrário, todo discurso exerce uma vontade de dominação e, para atingi-la, associa o poder nele investido ao saber socialmente reconhecido como verdadeiro (LIMA, 2003, p. 101).

O desenvolvimento sustentável com estratégia capitalista

É nesse contexto que se constrói o discurso oficial de sustentabilidade proposto pela política ambiental internacional que se estruturou no início da década de 1970 e foi finalmente formalizada através da ideia de desenvolvimento sustentável instituída no Relatório Brundtland em 1987. Em um momento de crise no qual eram visíveis os sinais de desgaste que o modelo de produção infligia ao meio ambiente; quando as críticas e questionamentos à organização capitalista se expandiam; frente à diversidade de leituras sobre sustentabilidade ou mesmo da constatação da insustentabilidade do modelo vigente que as diferentes correntes do movimento ambientalista representavam, era necessário ao poder hegemônico tomar as rédeas para manter a sua condição. Assim nasce a sustentabilidade como discurso, pois, de acordo com essa perspectiva, “toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, quem pode dizer e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir” (LIMA, 2003, p. 99).

É a partir desse pressuposto filosófico que Lima (2003) aborda a sustentabilidade no contexto da sociedade moderna, onde o saber científico é identificado como o discurso verdadeiro, produzindo efeitos de poder. Esse poder deve-se à objetividade e neutralidade atribuídos à ciência e às instituições que a

promovem: “o reconhecimento do discurso científico e de suas qualidades naturalizam-no como verdade impessoal, racional e livre de todo questionamento, elevam-no a uma posição de hegemonia social e transferem-lhe o poder de avaliar e julgar os demais saberes” (LIMA, 2003, p. 100).

O desenvolvimento sustentável do PNUMA encontra as suas referências na noção de Ecodesenvolvimento formulada por Ignacy Sachs, que foi devidamente suplantada pelo novo discurso formal. A proposta de Sachs articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social, enfatizando a necessidade de meios para uma emancipação política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social, se posicionando claramente a respeito dos direitos e desigualdade sociais e defendendo a autonomia dos povos e países menos favorecidos na ordem internacional (LIMA, 2003).

Essa nova estratégia de desenvolvimento consolidou suas bases em um discurso que buscava responder aos principais questionamentos que se levantaram em crítica ao capitalismo: ao mesmo tempo em que buscava humanizar o capitalismo através da incorporação de questões sociais, buscava também ‘ambientalizá-lo’ através de uma modernização ecológica que afirmava ser possível conciliar conservação ambiental com crescimento econômico; ambos muito bem representados nas três dimensões que compõem a ideia de desenvolvimento sustentável – crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

A Comissão Brundtland se apoiou em muitas das ideias de Sachs para elaborar a sua ideia de desenvolvimento sustentável, mas, ao sobrepor a dimensão econômica às demais dimensões da organização social e ao se pautar numa tônica tecnológica e conciliadora que tendia a despolitizar a proposta de Sachs, conseguiu esvaziar o conteúdo emancipador do Ecodesenvolvimento, chegando, assim, a resultados qualitativamente diferentes (LIMA, 2003).

O Ecodesenvolvimento proposto por Sachs não teve tempo de romper as barreiras da gestão setorializada do modelo de desenvolvimento então vigente ao

qual ele se propunha transformar porque foi contra-atacado, imobilizado, esvaziado e, por fim, apropriado pelas estratégias de resistência à mudança da ordem econômica que:

[...] foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas de Ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de *ecologizar a economia*, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza... Começa então naquele momento a cair em desuso o discurso do Ecodesenvolvimento, suplantado pelo discurso de Desenvolvimento Sustentável (LEFF, 2001, p. 18 *apud* LIMA, 2003, p. 102, grifo nosso).

Uma vez que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, criado em 1972 pela ONU, se solidificou internacionalmente como a autoridade máxima nos assuntos referentes ao meio ambiente, também o foram os conceitos e valores nos quais ele é pautado. Estabelecendo os parâmetros sobre o desenvolvimento sustentável e projetando o debate social sobre o tema em nível mundial, o Relatório Brundtland (1987) estava, assim, projetando o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento que o mundo deveria assumir daquele momento em diante, formalizando os interesses que já haviam sido manifestados desde o primeiro grande evento internacional que se propunha a discutir os problemas ambientais e criar um estado de cooperação internacional para lidar com a crise, particularizada como sendo ambiental:

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como alibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres (RIBEIRO, 1991, p. 79 *apud* LIMA, 2003, p. 104).

Essa nova estratégia de desenvolvimento consolidou suas bases em um discurso que buscava responder aos principais questionamentos que se levantaram em crítica ao capitalismo: ao mesmo tempo em que buscava humanizar o capitalismo através da incorporação de questões sociais, buscava também ‘ambientalizá-lo’ através de uma modernização ecológica que afirmava ser possível conciliar conservação ambiental com crescimento econômico; ambos muito bem representados nas três dimensões que compõem a ideia de desenvolvimento sustentável – crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

A mobilização internacional em torno da problemática ambiental inaugurava o início de um processo de ambientalização ou de modernização ecológica que seria uma resposta político-administrativa para o dilema ecológico, no qual o meio ambiente passa de obstáculo a motor do crescimento econômico e de modo que o processo de valorização da natureza passaria a gerar uma nova fonte de renda capitalista.

Conforme Novicki (2009), essa vertente ambiental assumida pela economia neoclássica hegemônica que atribui a crise ambiental aos limites externos (naturais) apresenta duas propostas básicas: a correção de falha nos mecanismos de ajuste do mercado, através da internalização das externalidades negativas, ou seja, incluindo a poluição e o desgaste ambiental nos custos da produção; e a adoção de tecnologias ditas limpas que levariam ao uso racional e sustentável dos recursos naturais. Assim,

A análise dos pressupostos que norteiam esta concepção de desenvolvimento sustentável permite-nos compreender a necessidade do aumento da competição, da maior mobilidade de capital, dos processos de acumulação e de alocação de capital, de busca cada vez maior de aumento da produtividade do trabalho pelo capital e de eficiência, na dinâmica capitalista de geração de valor. Permite-nos compreender, igualmente, que, na concepção de desenvolvimento sustentável centrada na lógica do capital, o livre mercado é o instrumento da alocação eficiente dos recursos planetários e, neste sentido, a relação trabalho e meio ambiente está subsumida à supremacia do capital, com sérias consequências para o mundo do trabalho e para os recursos naturais (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p. 22 *apud* NOVICKI, 2009, p. 4).

A estratégia para transpor as limitações que a questão ambiental impunha ao crescimento econômico precisou renomear velhos fenômenos e orientou o surgimento de ações unificadas – ONU em suas diversas ramificações, Instituições de Financiamento Multilateral - IFM lideradas pelo Banco Mundial (alvo de intensas críticas pelo financiamento de projetos polêmicos desde a década de 1980) e governos e empresa de países ricos – em torno da proteção ambiental a fim de garantir legitimidade ao processo.

Este processo, por sua vez, se baseava na suposição de que a superação ecológica se daria pela inovação tecnológica, por mecanismos de mercado e construção de consensos e na capacidade das instituições públicas, internalizando tais preocupações ecológicas, conciliarem crescimento econômico com a resolução de problemas ambientais.

A mobilização internacional em torno da problemática ambiental inaugurava o início de um processo de ambientalização ou de modernização ecológica que seria uma resposta político-administrativa para o dilema ecológico, no qual o meio ambiente passa de obstáculo a motor do crescimento econômico e de modo que o processo de valorização da natureza passaria a gerar uma nova fonte de renda capitalista.

Sobre a modernização ecológica, Furtado e Strautman (2014) afirmam que:

Ela foi impulsionada por uma elite de políticos, especialistas e cientistas que impõem suas definições do problema e soluções, buscando manter o interesse das elites industriais através de instrumentos políticos como as IFM. Nesse caso, o discurso ambiental é utilizado como forma de legitimação e instrumento para garantir a continuação e aprofundamento de políticas neoliberais: tudo deve ser permitido em nome do meio ambiente (FURTADO; STRAUTMAN, 2014, p. 222).

A Teoria da Modernização Ecológica foi formulada por um grupo de cientistas sociais de países ricos como Suécia, Holanda, Alemanha, Noruega e Japão. É uma versão mais elaborada do discurso do desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão

Broundtland em 1987, mantendo seu caráter compatibilista e reformista: defende a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, propondo a reestruturação da economia política do capitalismo e o enfrentamento da crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo, transformando-se assim no discurso de maior aceitação internacional entre os países e corporações de vanguarda do ecocapitalismo. “A argumentação econômica e técnico-científica ocupa uma posição privilegiada nessa matriz interpretativa e tende a deixar em segundo plano considerações éticas e políticas associadas a valores biocêntricos, de participação política e de justiça social” (LIMA, 2003, p. 107).

Na contramão dessa vertente está a outra matriz que se caracteriza por reunir posições combativas ao ecocapitalismo e se apresenta como um contradiscurso em oposição ao discurso oficial do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica.

De acordo com Novicki (2009), em uma perspectiva crítica, a sustentabilidade é entendida como o “processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a dis-

de do mercado como alocador de recursos, mas se divide em duas tendências principais com relação ao Estado: uma que defende a subordinação do Estado à Sociedade Civil por suspeitar de sua ação; e outra que defende a intervenção estatal como a estratégia mais eficiente para se alcançar a transição para a sustentabilidade, uma vez que a ação civil isolada não é capaz de se contrapor às forças do mercado e que a ação normativa e política do Estado é indispensável para preservar o meio ambiente enquanto patrimônio público. Ela se divide mais ainda com relação à dimensão ecológica, variando desde visões antropocêntricas a visões biocêntricas (LIMA, 2003).

Entretanto, esta diversidade de pensamento quanto à dimensão ecológica não compromete a solidez da proposta do contradiscurso. Ao nosso entender e ao contrário do que em geral se propaga, a dimensão ecológica é a menos importante dentro desta matriz de sustentabilidade, pois a relação com a natureza é reflexo da organização social, da produção do espaço e das relações estabelecidas dentro da sociedade, de modo que, se estas são predatórias, também assim tende a ser a relação com a natureza. O mais importante é que, ao contrário do reducionismo econômico no qual a abordagem ecocapitalista tem base, essa vertente tende a uma abordagem multidimensional, integrando diferentes dimensões da vida individual e social dentro da sua referência de sustentabilidade.

Os defensores desta matriz complexa de sustentabilidade reagem aos reducionismos econômico e tecnológico, que, segundo eles, caracterizam o discurso oficial. Consideram ainda que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais. [...] De forma geral, *esta matriz de sustentabilidade fundamenta-se numa crítica ampla da civilização capitalista ocidental* que reprovava o mito do progresso, o primado da razão instrumental, o fetiche consumista, a idolatria cientificista e o descentramento do homem e da vida na agenda de prioridades sociais (LIMA, 2003, p. 109, grifo nosso).

Assim, esta referência inclui necessariamente a autonomia política e o respeito à singularidade cultural de cada país e, em oposição à tônica economicista e à pretensão universalista da proposta de desenvol-

Ao nosso entender e ao contrário do que em geral se propaga, a dimensão ecológica é a menos importante dentro desta matriz de sustentabilidade, pois a relação com a natureza é reflexo da organização social, da produção do espaço e das relações estabelecidas dentro da sociedade, de modo que, se estas são predatórias, também assim tende a ser a relação com a natureza.

tribuição de seus recursos ambientais” (ACSELRAD; LEROY, 1999, p. 28 *apud* NOVICKI, 2009, p. 4). Esta concepção é norteadada pelo princípio da equidade e seus pressupostos estão na tradição do marxismo e na crítica da economia política, que remete necessariamente à crítica “à sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção, à subsunção do trabalho ao capital e à lógica da acumulação capitalista (MARX, 1988)” (NOVICKI, 2009, p. 5).

Politicamente, esta matriz se identifica com os princípios da democracia participativa, prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacida-

vimento sustentável, esta matriz prefere utilizar a expressão ‘sociedade sustentável’ (LIMA, 2003, p. 109).

O aquecimento global e as limitações científicas e tecnológicas

Há um consenso científico de que a manutenção de toda a biodiversidade na Terra, o que inclui o homem, é possível pelo funcionamento do sistema climático que tem sua origem na energia irradiada pelo Sol e alimenta as trocas de energia que ocorrem entre a atmosfera e o substrato terrestre, incluindo todos os elementos bióticos e abióticos da biosfera. Para que esta troca seja equilibrada, é necessário que os gases que compõem a atmosfera sejam mantidos em quantidades balanceadas, capazes de reterem uma parte dessa energia para auxiliar as atividades ecossistêmicas, transformando a Terra em uma estufa gigante que mantém a temperatura ideal para que a vida possa ser mantida – dinâmica conhecida como efeito estufa.

Durante a história geológica da Terra, o clima global tem variado muito entre períodos gelados e muito quentes, numa sucessão de milhões de anos e que continuará a acontecer como um processo natural¹. É a partir desse ponto que as opiniões se dividem.

Todas as atividades do homem sobre a superfície da Terra geram algum tipo de impacto. Porém, com o desenvolvimento das forças produtivas, os impactos ganham escala e intensidade muito maiores, que passam a interferir na dinâmica natural em escalas ascendentes, comprometendo a capacidade de resiliência dos ecossistemas. A Revolução Industrial, sem dúvidas, contribuiu para o desequilíbrio desses gases, aumentando sobretudo a concentração de dióxido de carbono e de gases sintéticos na atmosfera, que, segundo estudos científicos, têm intensificado o efeito estufa que interfere diretamente no equilíbrio climático do planeta, com consequências graves que afetam o ecossistema global, interferindo na dinâmica que mantém toda a biodiversidade.

Esta constatação se deu sobretudo a partir da divulgação do *Fourth Assessment Report - AR4*, quarto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC - sigla em inglês),

que afirma, com base na comparação entre o aumento histórico das concentrações de Gases de Efeito Estufa - GEEs desde o início da Revolução Industrial e a elevação da temperatura média global, que as atividades humanas são as responsáveis pelas alterações climáticas (LEITE, 2014).

Cada GEE possui, segundo as publicações do IPCC, um Potencial de Aquecimento Global (GWP - sigla em inglês) que se refere à capacidade que cada um desses gases possui para absorver calor na atmosfera em um determinado tempo (geralmente é considerado um horizonte de 100 anos, comparada ao CO₂). Porém, além dos potenciais de aquecimento dos gases serem diferentes, eles também permanecem por tempo distinto na atmosfera e o cálculo precisa considerar todos esses fatores. Leite (2014, p. 23) explica que “o CO₂ fica cerca de 100 anos na atmosfera. O CH₄ cerca de 12 anos, mas capta 60 vezes mais calor que o CO₂. O N₂O fica cerca de 150 anos, com uma capacidade 270 vezes maior para captar calor”. Apesar desses números terem sofrido variações entre diferentes estudos, alguns bastante significativos, eles são utilizados como a base sobre a qual se assenta todo o sistema de cooperação climática, inclusive o mercado de carbono.

De acordo com Leite (2014), antes da Revolução Industrial, a concentração de CO₂ na atmosfera era de 170 a 280 partes por milhão (ppm); hoje ela é de 400 ppm, o que excede em muito os limites de variação natural dos últimos 650 mil anos. Segundo o IPCC (2007), as concentrações de metano e óxido nitroso também aumentaram, alcançando valores de 1.789 e 321 partes por bilhão (ppb), respectivamente (LEITE, 2014).

Em se tratando de aquecimento global, é necessário falar não somente dos gases naturais que são emitidos pelas atividades produtivas, mas também daqueles artificiais criados pelas inovações tecnológicas que estão a serviço do mercado. Sendo um elemento estranho à lógica natural, eles podem se acumular na atmosfera, reagindo com outros compostos naturais ou sintéticos formando outros compostos, alterando processos naturais e desencadeando consequências desconhecidas. Um exemplo é o clorofluorcarboneto - CFC, produzido em 1928: um gás atóxico, inerte (podendo permanecer intacto por

mais de um século) e largamente utilizado na fabricação de diversos produtos, cujas consequências não eram conhecidas ou foram simplesmente ignoradas. Depois, descobriu-se que na estratosfera pode reagir e destruir enormes quantidades de ozônio, demonstrando as limitações da ciência (inclusive para resolver problemas que ela mesma criou) e como ela está a serviço do desenvolvimento econômico, ainda que ele implique em sérios prejuízos sociais e ambientais:

A produção de um gás que permanece inerte e intacto por um tempo de vida maior do que a vida média do homem – inclusive dos cientistas que o projetaram – demonstra ao mesmo tempo o limite do conhecimento científico/tecnológico e o limite das escalas tempo/espacial utilizado como base na ciência/tecnologia, além do limite do conceito de renovabilidade” (RODRIGUES, 1998, p. 20).

A técnica, o conhecimento científico e o advento de novas tecnologias foram peça fundamental na dominação ascendente da natureza e na consolidação do modo industrial de produzir mercadorias. A Revolução Industrial não contribuiu apenas com a fumaça expelida de suas chaminés: ela é decisiva

A técnica, o conhecimento científico e o advento de novas tecnologias foram peça fundamental na dominação ascendente da natureza e na consolidação do modo industrial de produzir mercadorias. A Revolução Industrial não contribuiu apenas com a fumaça expelida de suas chaminés: ela é decisiva porque reestruturou as relações de produção e o processo produtivo além do chão da fábrica.

porque reestruturou as relações de produção e o processo produtivo além do chão da fábrica. O desenvolvimento e a otimização das forças produtivas possibilitaram a intensificação da produção de mercadorias que devoram os recursos da natureza e os devolve transformados em uma matéria que não possui lógica natural de reintegração, acumulando na natureza um montante de resíduos gerados na extração da matéria-prima, no processo produtivo das mercadorias e no descarte dos rejeitos que podem perdurar dezenas de vezes mais que o seu tempo de uso da mercadoria que os originou.

Há uma enorme quantidade de carbono circulando na atmosfera, sendo eliminado e reabsorvido de maneira natural e equilibrada. Porém, a dinâmica natural não possui mecanismos capazes de equacionar a constante adição desse gás na atmosfera, feita pelas atividades sociais, e, conseqüentemente, ele se acumula na atmosfera, interferindo no equilíbrio da dinâmica atmosférica.

Segundo números do IPCC (2007), 85% dos recursos energéticos utilizados são advindos da queima de combustíveis fósseis que responde por cerca de 80% do CO₂ adicionado na atmosfera. O restante provém do desmatamento e das mudanças no uso do solo. Assim, uma enorme quantidade de carbono estocada há milhões de anos no seio da Terra na forma de petróleo está sendo reintroduzida na atmosfera para sustentar a necessidade de energia demandada pelas atividades sociais, bem como o carbono incorporado às plantas é liberado com o desmatamento.

Com o aumento das concentrações dos gases que retêm calor, registros indicam um aumento total de temperatura de 1850-1899 a 2001-2005 de 0,76° C e estima-se, tendo como referência o período pré-industrial, que a temperatura média do planeta poderá elevar-se de 2,5 a 7° C nos próximos 100 anos (IPCC, 2007):

Um estudo de reconstrução dos padrões de temperatura global dos últimos seis séculos evidencia uma elevação abrupta da temperatura a partir das primeiras décadas do século XX. [...] Reconstruções de temperatura de superfície dos últimos 1.500 anos sugerem que o aquecimento recente não tem precedentes (MARCOTT *et al.*, 2013). O IPCC (2001) indica que, dos últimos 12 anos, 11 estão entre os 12 mais quentes desde que se começou a medir a temperatura global da superfície, em 1850 (LEITE, 2014, p. 22)

Aumento da intensidade de tempestades e ciclones tropicais, aumento nas temperaturas médias do oceano, tornados, ondas de calor, degelo no Ártico e na Groelândia, aumento no nível do mar, chuvas intensas e o aumento da frequência e intensidade de secas e enchentes são alguns dos fenômenos relacionados ao aumento da temperatura global.

As proposições para cenários futuros são ainda piores: acidez na água dos oceanos que ameaça a vida

marinha, uma possível liberação do estoque de metano do solo congelado siberiano (*permafrost*), aceleração da perda de biodiversidade com extinção de espécies, queda na produção de alimentos, incêndios da vegetação, impactos na saúde pública derivados da expansão de áreas sujeitas a doenças relacionadas ao calor (dengue e febre amarela, por exemplo) e o aumento na frequência dessas doenças de maneira geral, ameaça à segurança alimentar e à oferta de água e de energia hidrelétrica de grandes populações derivadas de alterações no regime de chuvas, o desaparecimento de comunidades costeiras provocado pelo aumento do nível do mar, aumento na frequência e intensidade de secas e estiagens, inundações, vendavais, enxurradas, granizo, deslizamentos etc. (LEITE, 2014).

Há pesquisadores que possuem uma perspectiva de análise diferente daquela que coloca as atividades humanas como causadoras do aquecimento global, destacando processos naturais que interfeririam no sistema climático global, como as mudanças do eixo da Terra (que interferem na distribuição da incidência da luz solar pelo globo de acordo com a latitude); a própria quantidade de energia emitida pelo sol; alterações na circulação oceânica e atmosférica; atividades vulcânicas etc.

Para Leite (2014, p. 25), “a mudança do clima lida com alterações em sistemas globais e regionais de clima e cujo comportamento depende de inúmeros fatores e variáveis. Como o sistema climático é muito complexo, tem [sic] muitas variáveis e muitas relações não são lineares”. Sobre as divergências e diferentes conclusões a que chegam diferentes estudos sobre variação climática no mundo todo, a autora afirma que, por ser um processo global complexo com variações regionais, seu estudo requer pesquisas multidisciplinares que avaliem séries de longo prazo, pois “as incertezas aparecem tanto na estruturação dos modelos climáticos como na avaliação de seus parâmetros e conexões. Assim, temperatura e concentração de gases de efeito estufa são apenas alguns dos parâmetros”.

Para Leite (2014, p. 25), essas divergências não colocam em cheque a confiança no método científico e a capacidade que a ciência possui de explicar os fenômenos. Uma vez que todos os seus campos bus-

cam gerar teorias e montar modelos que expliquem o universo à nossa volta, sua evolução ocorre “por um processo dialético em que as pesquisas se fundamentam no conhecimento estabelecido, mas que somente conseguem transpor os seus limites à medida que põem em dúvida aquilo que acreditam saber”.

Porém, como Rodrigues (1998) e Lima (2003), entendemos que o problema não está apenas no método científico ou na metodologia utilizada para se obter certo resultado, mas na própria essência da ciência e do saber científico. Isso porque, apesar da sacralização da ciência no período moderno ter atribuído ao saber científico uma pretensa superioridade sobre os outros saberes, sobre as outras construções sociais e sobre a própria sociedade, ele não é mesmo algo sobrenatural irrepreensível e indefectível portador da verdade, pois é uma construção social. A sua construção como verdade impessoal, racional e livre de todo questionamento, hegemонizando-o como o discurso verdadeiro que produz efeitos de poder, é uma invenção social e está apropriada para fins de interesse de classe na dominação da natureza e no estabelecimento de relações de poder entre os homens.

A maneira coletiva de referirmos o gênero humano – a humanidade – como sociedade não deve ocultar a heterogeneidade social que ela contém. A dominação do homem sobre a natureza pela técnica nos leva a compreendê-la como patrimônio humano, uma conquista social favorável à vida do homem. Porém, enquanto produção social, tanto a técnica quanto a ciência pertencem a conjunturas sociais específicas, produção privada, de modo que não representam apenas o domínio do homem sobre a natureza, mas dos homens entre si, de acordo com as classes sociais as quais pertencem (TORRES, 2014, pp. 6-7).

Assim, não há neutralidade, não há imparcialidade e nem desinteresse no exercício do saber científico e na utilização da tecnologia; o que há é o seu monopólio por determinados agentes e instituições igualmente hegemônicas. A sua soberania e poder de julgamento sobre os demais aspectos da vida social podem ser apropriados para legitimar discursos e interesses, o que já é suficiente para olharmos com desconfiança para ambas as visões sobre a crise ambiental: tanto aqueles que expressam previsões apo-

calípticas de um futuro catastrófico quanto aqueles que negam os efeitos negativos que o modo de produção capitalista inflige ao meio ambiente.

Os próprios fundamentos do aquecimento global afirmados como verdade universal e incontestável são passíveis de equívocos, pelo fato do saber científico ser uma construção ascendente, mas também podem ser fabricados e manipulados em decorrência do fato de que o saber científico também é uma ferramenta socialmente apropriada. Por exemplo, Felipetto (2007, p. 34), ao se referir aos riscos dos projetos de MDL aplicados à gestão de resíduos sólidos em aterros sanitários, baseia seu sucesso (econômico) na manutenção do Potencial de Aquecimento Global - GWP do metano, atualmente 21 vezes maior que o do gás carbônico. Caso futuramente se descubra que esse número é diferente, isso acarretará mudanças importantes: “em caso de redução, prejudicaria a viabilidade econômica do projeto e, em caso de aumento, melhoraria os resultados do empreendimento”.

Especialistas vêm estudando os efeitos dos gases de efeito estufa ao longo dos anos e chegaram ao valor de 21 como o potencial de aquecimento global do metano. No entanto, novas pesquisas continuam sendo executadas e, embora sejam pequenas as chances de isso acontecer, há o risco de que esse número seja alterado (FELIPETTO, 2007, p. 34).

Na página do *The Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol, 2015)², podemos encontrar uma tabela adaptada a partir dos dados do *Fourth Assessment Report* (AR4) de 2007 do IPCC com os GEEs e seus respectivos valores de GWP em relação ao CO₂, calculados para um horizonte de 100 anos. Para alguns dos GEEs listados, há também valores de referência do *Second Assessment Report* (SAR) de 1995. Para os gases que apresentam valores nos dois relatórios, na quase totalidade eles diferem. O GWP do clorofórmio (CHCl₃), por exemplo, no SAR (1995) era igual a 4 (quatro) e no AR4 (2007) saltou para 31 (trinte e um)! Outro exemplo é o do metano (CH₄), consagrado como sendo igual a 21 (vinte e um) pelo SAR em 1995, quando o Protocolo de Quioto entrou em vigor, mas que subiu para 25 (vinte e cinco) no AR4 em 2007³.

Se nem mesmo o potencial de aquecimento global dos GEEs que representa a base de todos os cálculos

desse engenhoso mercado pode ser definido com segurança, então como poderemos confiar nos cálculos se os próprios dados são inseguros? Como, com tanto aparato tecnológico, não é possível precisar tal potencial? Por que se conta com dois cenários possíveis, ambos provenientes de descobertas científicas futuras?

De qualquer modo, a produção científica, de forma geral, aponta as atividades humanas como sendo o fator de maior responsabilidade pelo aquecimento global e há indicações convincentes de que o modo de produção atual inflige alta pressão sobre o sistema ecológico planetário, que mostra claros sinais de desgaste, embora essa não seja uma conclusão nova e nem derivada apenas de comprovações científicas.

Considerações finais

Enquanto fator desencadeador das mudanças climáticas que alteram todo o equilíbrio do planeta, ameaçando todas as suas formas de vida, e sendo desencadeado por todas as atividades sociais que, direta ou indiretamente, emitem alguma quantidade de GEEs, o aquecimento global é um fenômeno de dimensão global e a problemática ambiental é um desafio projetado em escala mundial, com potencial para mexer com as estruturas do mundo tal como o conhecemos, seja para melhorá-lo ou para deixá-lo pior, segundo critérios a serem definidos *a priori* pelos sujeitos ativos da ação.

A concepção de sociedade sustentável defendida pelo contradiscurso leva à crítica do modelo de desenvolvimento capitalista e ao papel dos sujeitos políticos na construção dessa proposta de desenvolvimento sustentável. Ambos se revelam antônimos: discurso e contradiscurso; desenvolvimento sustentável e sociedade sustentável são diferentes visões de mundo que buscam efetivar distintos projetos de sociedade. E para alcançar os interesses em disputa, busca-se ocultar ou explicitar a essência da exclusão social ou, como preferimos, da inclusão perversa para a conservação ou transformação, respectivamente, da correlação de forças presente na sociedade (NOVICKI, 2009). **US**

notas

1. Desenvolvido por duas instituições econômicas (World Resources Institute - WRI e World Business Council on Sustainable Development - WBCSD).
2. Houve períodos glaciais que duraram cerca de 100 mil anos ou mais e períodos de 10 mil a 20 mil anos em que o clima era excepcionalmente quente (EMANUEL, 2007 *apud* LEITE, 2014, p. 24).
3. Segundo o documento, o potencial de aquecimento global – nos dois relatórios respectivamente – do dióxido de carbono (CO₂) = 1 e 1 (sem alterações, visto que ele estrutura todo o sistema de medidas); do metano (CH₄) = 21 e 25; do óxido nitroso (N₂O) = 310 e 298 etc.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Capítulo I: Sociedade e Natureza. pp. 17-42. In: **A questão ambiental: diferentes abordagens**. GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B (Org.).

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FELIPETTO, Adriana Vilela Montenegro. **Conceito, planejamento e oportunidades**. Série

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo aplicados à gestão de resíduos sólidos - 2º exemplar. 40 p. Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

FURTADO, Fabiana; STRAUTMAN, Gabriel. Ambientalização das instituições financeiras: da crítica reformista à crítica contestatória. In: ZHOURI, Andréa; VELENCIO, Norma (org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte:

UFMG, 2014.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LEITE, Juliana Ferreira. **O enredo da conservação no estado de Goiás: possibilidades e desafios para a valorização do Cerrado em pé**. 2014. Tese de doutorado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação.

Ambiente & Sociedade - Vol. VI nº 2 jul./dez. 2003. pp. 99-119.

NOVICKI, Victor. Educação para o desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis?

Linhas Críticas, Brasília, v. 14, n. 27 pp. 215-232, jul./dez. 2009. ISSN 1981-0431.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço: Problemática Urbana Ambiental**.

1.ed. São Paulo, Hucitec, 1998. 240p. Versão digital disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/deed.pt>>. 2005.

TORRES, Clerijane Nascimento. A problemática ambiental na trama da relação sociedade/natureza.

Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG (ISBN: 978-85-98539-04-1). Vitória, 2014.

referências

Para a crítica da ecologia política¹

Suenya Santos

Professora da UFF (Universidade Federal Fluminense) - *Campus* Rio das Ostras

E-mail: suenyasantos@id.uff.br

Resumo: Nesse início do século XXI, as crises social e ecológica expressam a crise do desenvolvimento das relações sociais capitalistas em sua totalidade, que coloca em xeque o futuro da própria humanidade. Esse cenário nos impõe a necessidade de uma reflexão crítica acerca das respostas que o capital vem dando a essas crises, o que nos remete à crítica da ecologia política, buscando nela elementos que contribuam para a construção de uma sociabilidade emancipada. Com este propósito, o presente artigo busca matizar o debate sobre a ecologia política, recuperando sua gênese e seus fundamentos, suas polêmicas contemporâneas e, por fim, estabelecendo um diálogo crítico com os campos da ecologia e da economia política.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Ecologia Política. Economia Política.

Emergência e fundamentos

Num primeiro momento, a ecologia política ganha expressão e se constitui enquanto um campo do saber a partir da crise do capital do final dos anos 60, tendo como ponto de partida as críticas anteriormente feitas ao produtivismo, ao consumismo e seus danos ambientais. Contudo, desde então, parte desse vasto campo vem colaborando de forma instrumental para as formulações do capital na perspectiva de

indicar uma saída para as suas sucessivas crises. Por outro lado, o campo da esquerda, com toda a polêmica sobre esse tema, também passa a rever a relação entre sociedade e natureza, especialmente a partir do fim do socialismo real, buscando romper com o produtivismo presente tanto no capitalismo quanto nos países que vivenciaram experiências socialistas.

Desde o século XIX, várias interrogações, postu-



ladas por diferentes disciplinas e seus pensadores, colocaram em questão a relação entre sociedade e natureza, a exemplo do próprio Marx. A partir dos anos 60 do século XX, a ecologia política reúne essa confluência de questionamentos em torno de si. Assim, segundo Leff (2013, p. 12):

Alegadamente, o termo “ecologia política” apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica em artigo escrito por Frank Throne em 1935 (THRONE, 1935). No entanto, se a ecologia política se refere às relações de poder nas interações humano-ambientais, em estruturas hierárquicas e de classe no processo de produção e apropriação social da natureza, podemos tratar os precursores desse campo emergente de pesquisa no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels – apesar de permanecer oculto sob a primária contradição entre capital e trabalho – e no anarquismo cooperativo social de Peter Kropotkin e sua ênfase – contra o Darwinismo social – na ajuda mútua na evolução e sobrevivência

(KROPOTKIN, 2005; ROBBINS, 2012). A ecologia política foi forjada no cruzamento da geografia humana, da ecologia cultural e da etnobiologia para se referir às relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente. Estabeleceu-se como disciplina específica e um novo campo de investigação e conflito social no início dos anos sessenta e setenta, desencadeada pela irrupção da crise ambiental, com os escritos pioneiros de autores como Murray Bookchin, Eric Wolf, Hans Magnus Enzensberger e André Gorz.

Ainda segundo Leff (2013), alguns desses autores que conformaram o campo da ecologia política fizeram uma revisão do marxismo, sob uma abordagem que denomina de *neo-marxismo*. Assim, de acordo com Leff (2013), Enzensberger, inspirado em Marcuse, criticou o processo de industrialização cujas forças produtivas são deformadoras, pois destroem a nossa base material e colocam em risco a própria sociedade humana. Tal lógica, conduzida pela ideia de

produção em superabundância, se deu pela pilhagem sem precedentes na história, sendo os povos do Sul e as gerações futuras suas vítimas.

Inspirado em Polanyi, de acordo com Leff (2013), Gorz denunciou a apropriação dos domínios da vida social pela lógica capitalista mercantil. Nesse sentido, criticou a tecnologia como forma de dominação no sentido de buscar compreender o desenvolvimento das forças produtivas a partir de sua contribuição ou impedimento para a emancipação humana, buscando ir além da racionalidade econômica.

Faz-se importante destacar que Gorz indicava que a própria ciência e o desenvolvimento tecnológico modernos revelaram que toda atividade produtiva se baseia nos empréstimos da natureza através de seus recursos/bens finitos. Entretanto, não sacralizava a natureza, nem defendia um “retorno” a ela, mas insistia que a sociedade deveria compreender que a natureza limita a atividade humana. Caso contrário, ao ignorar esse fato, não conseguirá evitar restrições econômicas, nem mal-estar físico ou mental. Como exemplo, defendia que, apesar do aumento do consumo, a tendência era a queda da qualidade de vida (GORZ, 2014).

Marcuse teve uma contribuição importante na revisão neo-marxista, pois compreendia a natureza como constituidora do processo emancipatório de libertação. Bookchin foi além, buscando nessa análise uma práxis política a partir da racionalidade ecológica e do naturismo dialético para que a sociedade se emancipe.

Walter Benjamim, assim como Marcuse e Polanyi, também figura entre os autores que questionam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas antes ainda da conformação do campo da ecologia política:

[...] Walter Benjamim havia contestado a concepção tecnocrática e positivista impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Criticou a “decadência da aura” de objetos históricos e da natureza (BENJAMIM, 1936/1938) e vislumbrou um tipo de trabalho que, “longe de explorar a natureza, é capaz de dar à luz as criações que estão adormecidas em seu ventre como potenciais” (BENJAMIN, 1940/1968 *apud* LEFF, 2013, p. 13).

Nessa trilha, a tecnologia se tornou o foco das análises dos neo-marxistas, trazendo à tona a questão da crise da humanidade na modernidade, que, posteriormente, viria a se manifestar como crise ambiental.

Bookchin (cf. LEFF, 2013) teve um papel importante na abordagem neo-marxista da ecologia política, pois congregou o pensamento anarquista, socialista libertário e ecológico, reivindicando uma postura política radical, que denominou de ecologia social. Já nos seus escritos do início dos anos 60, vislumbrava que as mudanças climáticas resultariam dos desequilíbrios causados pelo homem pós-revolução industrial e que começaram a ser debatidas no cenário internacional a partir dos anos 70. Em síntese, para ele era necessário romper com essa relação, através da ecologia. Esta seria essencialmente crítica, expressando o reencontro do homem com a natureza, o caminho para uma sociedade verdadeiramente libertária, emancipada, a partir do potencial criativo humano que reside nessa relação (LEFF, 2013).

Marcuse teve uma contribuição importante na revisão neo-marxista, pois compreendia a natureza como constituidora do processo emancipatório de libertação. Bookchin foi além, buscando nessa análise uma práxis política a partir da racionalidade ecológica e do naturismo dialético para que a sociedade se emancipe.

Assim, a ecologia de Bookchin propôs a alteração do foco na abundância para o que é realmente necessário, ou seja, para uma produção voltada para a sobrevivência da humanidade. Nesse sentido, a emancipação passaria necessariamente por uma refundação da relação homem/natureza baseada, nos termos do autor, na “sustentabilidade da vida” (BOOKCHIN *apud* LEFF, 2013, p. 14). Esse debate inicial abriu caminho para o que veio a se constituir no campo político do ecossocialismo (Löwy, Münster e Tanuro, dentre outros) e no ecomarxismo (O’Connor, dentre outros).

No âmbito da política institucional, no cenário internacional vêm se dando debates, acordos e protocolos que envolvem diferentes países num compromisso pela proteção, conservação e gestão do meio ambiente. Tal dinâmica tem como referência histórica a Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente Humano, de 1972. Leff (2013) também nos lembra da criação da União Internacional para a Proteção da Natureza, em 1948. Entretanto, o autor assinala que as respostas à crise ambiental devem ser mais amplas do que a preservação da natureza ou a gestão ambiental, pois os fundamentos e objetivos da ecologia política são mais amplos:

A ecologia política é o estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo das controvérsias sobre as formas de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, a história da exploração da natureza e da submissão de culturas, de sua subsunção ao capitalismo, e para a racionalidade do sistema-mundial global; das estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2013, p. 15).

Inegavelmente, a ecologia política colocou em questão a racionalidade moderna e suas promessas, pois considerou que a humanidade não avançou na construção de uma alternativa à crise econômica, que, a partir dos anos 60, se tornou inseparável da crise ambiental. Por outro lado, buscou amalgamar diferentes disciplinas, de diferentes matrizes e fundamentos e perspectivas teórico-políticas, mantendo ainda em aberto seu estatuto científico, suas abordagens de investigação e seus efeitos práticos.

Com efeito, superando a noção de necessária universalização do desenvolvimento capitalista, até mesmo como etapa para superá-lo, Leff (2013) acredita que a crise ambiental é resultado: dos limites da lei do valor como equivalente universal para a medida de todas as coisas; da universalização da ciência; do pensamento unidimensional; e da racionalidade instrumental. Nesse contexto, é necessário retomar os valores emancipatórios modernos como a liberdade, igualdade e fraternidade, corrompidos pelo liberalismo econômico e jurídico, reinvestindo-lhes de conteúdos que ressaltem a importância da convivência solidária com a diversidade cultural, o que supõe a superação da sociabilidade capitalista. No seu entendimento, essa é uma chave importante para compreender a realidade dos países do Sul, rompendo com a lógica insustentável imposta pelo ocidente, que vem

há séculos colonizando não apenas territórios, mas conhecimentos. Esta colonização é resultado de uma política imperialista de apropriação de territórios, mercados, culturas, saberes, sempre acompanhada da ideologia do desenvolvimento, própria da expansão capitalista.

No contexto da crise ambiental, é preciso defender a política da diversidade socioeconômica e cultural, reconhecendo direitos coletivos, pautados pela ética da alteridade. Assim, considera-se que:

A ecologia política surge no Sul a partir de uma política de diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, a partir de suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, da reinvenção dos territórios e da reapropriação da natureza. (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2012, *apud* LEFF, 2013, p. 16).

Inegavelmente, a ecologia política colocou em questão a racionalidade moderna e suas promessas, pois considerou que a humanidade não avançou na construção de uma alternativa à crise econômica, que, a partir dos anos 60, se tornou inseparável da crise ambiental. Por outro lado, buscou amalgamar diferentes disciplinas, de diferentes matrizes e fundamentos e perspectivas teórico-políticas, mantendo ainda em aberto seu estatuto científico, suas abordagens de investigação e seus efeitos práticos.

Nessa perspectiva, o autor sustenta que a emancipação ambientalista legitimaria conhecimentos tradicionais e populares diante do conhecimento formal. Ou seja, a emancipação do conhecimento popular permitiria a construção de relações de produção e consumo sustentáveis baseados numa outra relação entre homem e natureza. Nos termos do autor:

A construção de um mundo sustentável exige o controle social da degradação ambiental: desacelerar as tendências rumo à morte por entropia do planeta e fortalecer os princípios da vida. Implica a reinvenção de identidades comuns, formas coletivas do ser e do viver-no-mundo culturais para apoderar os processos negentrópicos que sustentam a vida no planeta (LEFF, 2013, p. 18).

Penso que as considerações de Leff contribuem para rompermos com determinismos que decretam o fim de qualquer relação que resista à lógica essencialmente mercantil, baseada na expropriação da natureza e na exploração dos homens com a finalidade de acumulação de capital. Nessa lógica produtivista se avaliava que o campesinato e populações tradicionais, como os indígenas, os remanescentes de quilombos, teriam seus dias contados na modernidade. Por outro lado, não podemos cair na ilusão de considerá-los como imutáveis, intocáveis, pois integram uma totalidade de relações muito mais amplas e inescapáveis. Ademais, esse tipo de exaltação do diverso corre o risco de reforçar um falso isolamento das dinâmicas sociais, incorrendo na armadilha de uma visão romântica que reivindica o retorno a um passado inexistente. Ao contrário, as experiências que resistem e se contrapõem ao desenvolvimento dirigido pela economia política capitalista só podem ser compreendidas por mediações em relação a um sistema que se universalizou. Nesse sentido, elas não devem ser tomadas isoladamente, mas compreendidas como um acúmulo histórico que pode contribuir para a formação de uma nova totalidade social.

Apesar de reconhecer a importância de toda e qualquer luta que resista à lógica de apropriação e mercantilização da vida, penso ser um dilema contemporâneo, acentuado após a queda do socialismo real, certa tendência de lutar por direitos cada vez mais segmentados, ditos de grupos ou “minorias”, incorrendo-se no risco de perder de vista a emancipação de todos, ou seja, do conjunto da sociedade, como Marx (2001) já anunciava ao tratar da questão judaica. Nesse sentido, penso que fica ainda como uma questão a ser perseguida a relação entre as lutas sociais segmentadas e a luta de classes no enfrentamento do domínio contemporâneo do capital.

Partimos da hipótese de que seria possível romper com a dualidade entre o relativismo cultural (criticado pela modernidade) e o universalismo totalitário (criticado pela pós-modernidade), buscando superar a racionalidade moderna burguesa sem abrir mão do princípio da totalidade (diferente de totalitarismo). Nesse sentido, é preciso recuperar os valores emancipatórios modernos para a construção de uma nova sociabilidade que pode e deve ser plural, pautada na liberdade real, e não apenas formal, na autorrealização, na autoemancipação, com valores ético-políticos universais, o que supõe um longo e largo enfrentamento à estrutura da sociabilidade capitalista.

Ao fim e ao cabo, penso serem relevantes as questões suscitadas por parte do campo da ecologia política e do ecossocialismo, que se apoiam em experiências de lutas populares, como as campesinas e de povos “tradicionais”,² para afirmar que há outros tipos de conhecimentos construídos socialmente que resistem à racionalidade burguesa, mas que por ela são subjugados, subalternizados, marginalizados. E nessa direção, no campo da ecologia política, há correntes que apelam para a atualização do conceito de luta de classes, considerando que parte do pensamento marxista reduziu seu protagonismo revolucionário ao operariado, ignorando a espoliação e mesmo o extermínio que o capital emprega a outros segmentos sociais não assalariados. Nesse sentido, a questão da transição socialista segue atual, sendo necessário retornar à realidade desse início do século XXI, enriquecida de seu acúmulo histórico, para renovar as lutas anticapitalistas, suas táticas e estratégias, num cenário de tamanha regressão em escala internacional.



Atualidade e renovação de polêmicas

Flipo (2014) admite que o campo da ecologia política é extremamente heterogêneo, sendo disputado por diferentes correntes, que se acusam mutuamente de serem de esquerda ou de direita. O autor defende uma terceira via, em que a ecologia política não se reduz nem ao liberalismo nem ao socialismo, estando fundada numa antropologia materialista que articula ciência e religião – o que denomina de antropologia fundamental e que se pretende universal. Com efeito, pela via da ecologia política, coloca-se em questão um conjunto de conceitos modernos, como: progresso, produtivismo, ocidentalismo, humanismo, a dualidade que opõe o antropocentrismo ao ecocentrismo, bem como a origem da criação da riqueza e da lei do valor.

No que diz respeito aos fundamentos da perspectiva liberal, recupera o tripé anunciado por Audard (FLIPO, 2014): indivíduo como origem da ordem social; liberdade baseada no e equilibrada pelo mercado; e separação entre poderes consolidada pelo Estado de direito, que separa Estado de sociedade civil. Na contemporaneidade, Flipo (2014) analisa que o liberalismo entende o princípio da precaução³, defendido pelos ecologistas a partir da mediação do Estado, como um obstáculo ao desenvolvimento. Entretanto, o liberalismo aposta no desenvolvimento da tecnologia e na não intervenção do Estado nas relações econômicas; nesse sentido, apoia inovações consideradas arriscadas para a vida do meio ambiente e humana, a exemplo do uso industrial dos Organismos Geneticamente Modificados. Na verdade, sabemos que a lógica sob a qual se assenta o investimento em inovações não é de resolução de necessidades sociais, mas de realização de mais-valor, de lucro e de acumulação de capital. Na contemporaneidade, o liberalismo, na sua roupagem neo, continua negando a realidade, ou seja, a finitude dos bens naturais, apostando na tecnologia como a chave do desenvolvimento.

Em sua crítica ao *liberalismo*, Flipo (2014) indica como tendência que os fracassos impostos pela realidade ecológica tentarão as forças liberais ao autoritarismo. Entretanto, desconsidera em sua análise o

movimento que o capital vem fazendo na busca de consenso em torno do “desenvolvimento sustentável” ao capturar o discurso ecológico, colocando-o a serviço de novas formas de valorização, como através da chamada economia verde.

Quanto ao autoritarismo como resposta às crises ecológicas, não se trata de uma novidade, tendo em vista que a subtração da democracia é recorrente na história do capital quando a luta de classes se acirra e a hegemonia burguesa é ameaçada, notadamente em seus momentos de crise. Por outro lado, é inegável a tendência de manutenção das guerras em função não apenas do domínio político que garanta os negócios econômicos, mas pela finitude dos bens naturais e seus múltiplos resultados, a exemplo da desigualdade de distribuição ecológica, seja de acesso aos recursos, seja na destinação de dejetos da produção capitalista. Não por acaso, países do capitalismo central, sobretudo os EUA, vêm destinando recursos volumosos para pesquisa militar relacionada às mudanças climáticas, pois as compreendem como armas de destruição em massa.

Na contemporaneidade, Flipo (2014) analisa que o liberalismo entende o princípio da precaução, defendido pelos ecologistas a partir da mediação do Estado, como um obstáculo ao desenvolvimento. Entretanto, o liberalismo aposta no desenvolvimento da tecnologia e na não intervenção do Estado nas relações econômicas; nesse sentido, apoia inovações consideradas arriscadas para a vida do meio ambiente e humana, a exemplo do uso industrial dos Organismos Geneticamente Modificados.

No que diz respeito ao *socialismo*, com base no marxismo clássico, Flipo (2014) reconhece que é uma boa teoria do “capitalismo real” e do movimento operário e que, até os anos 70, havia uma relação entre socialismo e ecologia. Entretanto, com a crise do socialismo real e mesmo dos partidos de esquerda na Europa ocidental, os anos 80 se caracterizaram por um social-liberalismo, ou seja, passou a haver um abandono progressivo das ideias e valores socialistas e incorporação da ideia de gestão da crise, na falta de alternativa. Nesse contexto, muitos socialistas migraram para a militância “verde”. Não obstante,

registra-se que dentro do próprio marxismo abriu-se um campo de crítica à ecologia política, buscando realinhar a relação entre socialismo e ecologia.

Flipo (2014) critica que os movimentos socialistas reivindicam apoio político dos ecologistas, mas não fazem qualquer esforço para se aproximarem do ecologismo. Ao contrário, considera ainda que o marxismo enxerga nos ecologistas uma burguesia de caráter não liberal. Ou seja, um segmento que se pretende revolucionário, colocando-se para disputar o poder, mas que se opõe à autorregulação do mercado. Nessa perspectiva de análise, o ecologismo estaria mais preocupado com o meio ambiente, com a qualidade de vida, do que com os empregos dos trabalhadores. Já para os ecologistas, os marxistas restringem sua luta à apropriação dos meios de produção e à planificação econômica e, nesse sentido, mantêm viva a lógica do valor baseada no desenvolvimento tecnológico ilimitado.

Não obstante, o autor aposta numa indiferenciação na abordagem do liberalismo e do marxismo sobre a ecologia, pois compreende que, assim como o liberalismo, o marxismo aposta no projeto da modernidade, que postula a técnica como a força motriz

Flipo (2014) critica que os movimentos socialistas reivindicam apoio político dos ecologistas, mas não fazem qualquer esforço para se aproximarem do ecologismo. Ao contrário, considera ainda que o marxismo enxerga nos ecologistas uma burguesia de caráter não liberal.

do homem produtivo, do homem econômico. Nessa perspectiva, o marxismo compartilharia com o liberalismo da preocupação com a escassez, investindo no desenvolvimento tecnológico para produção em abundância. Por fim, reduz a oposição entre liberalismo e socialismo a um problema de gestão, já que o socialismo não avançou nos questionamentos sobre o desenvolvimento ilimitado:

Do ponto de vista ecológico, o debate entre liberalismo e socialismo gira então principalmente em torno da questão de saber qual dos dois é melhor gestor e quais são os perímetros que devem estar acordados respectivamente com o privado e com o público,

os dois preenchem uma função específica, a exemplo da diferença entre um puro mercado atomizado e uma empresa (FLIPO, 2014, p. 212, tradução nossa).

Nesse sentido, o autor supracitado coloca em questão a própria modernidade e sua noção ontológica de progresso para a humanidade. Em sua compreensão, a modernidade, ancorada na economia, se mostrou não universal, mas particular, pois seu modelo de desenvolvimento ilimitado não pode ser estendido a uma escala planetária. Nessa perspectiva, considera, de maneira simplista, que os movimentos agrários dos países do “terceiro mundo” já teriam compreendido os limites desse tipo de desenvolvimento. Em sua avaliação, a modernidade deve ser, portanto, superada, e não disputada. Para isso, aposta no ecologismo, que tem o mesmo estatuto que a economia, como uma nova possibilidade de universalidade a partir da força organizativa da sociedade civil. Nessa universalidade, o direito à natureza deve integrar o direito dos homens. Apesar de reconhecermos que a preocupação ecológica é pertinente e inescapável na contemporaneidade, pois determina a própria vida humana, parece-nos temerária a redução da modernidade ao desenvolvimento capitalista ou mesmo às experiências limitadas do socialismo real.

A nosso ver, a saída para os dilemas da humanidade se encontra na potencialidade da racionalidade humana em apreender o real em seu processo dialético. Assim, a negação da herança progressista, ancorada no humanismo, no historicismo e na dialética, pode nos levar a pistas falsas, ou seja, a escolher caminhos que, ao invés de nos levarem à superação das desigualdades sociais e da crise ambiental, podem nos levar a reiterar a ordem vigente, ainda que sob novas roupagens, a exemplo da ideologia do “desenvolvimento sustentável” já capturada pelo capital. Contudo, a posição do autor é ambígua, pois ao mesmo tempo em que critica a modernidade, reivindica o materialismo, a dialética e a historicidade como elementos do ecologismo.

Sobre alguns dos autores marxistas que se situariam no campo do ecossocialismo, Flipo (2014) considera que Foster (sendo que este não se reivindica ecossocialista, mas ecomarxista) busca na obra de Marx pistas para afirmar que ele teria uma contribui-

ção à superação da oposição entre antropocentrismo e ecocentrismo. Entretanto, avalia que a aposta de Marx no desenvolvimento econômico para produção de abundância favorecendo a transição ao comunismo denotaria um exagero infundado na análise de Foster ao considerar Marx um ecologista.

Registra-se que Foster faz um esforço importante para compreender a contribuição de Marx à ecologia, a partir da releitura de muitas de suas obras cujas passagens sobre os danos da industrialização e sobre a importância da natureza na produção da riqueza social são igualmente incontestes. Entretanto, de fato, não é possível ignorar o peso dedicado na obra marxiana à importância do desenvolvimento das forças produtivas, aos avanços da industrialização.

Quanto à Gorz, é interessante notar que sua obra foi objeto de muitas críticas no próprio campo do marxismo, ao colocar em questão o fim do trabalho como central na superação da relação econômica capitalista, posto que esse tipo de análise impacta a noção de luta de classes presente no marxismo clássico. Entretanto, Flipo (2014) considera Gorz ainda muito próximo do marxismo, notadamente de Sartre e dos Grundrisse e, nesse sentido, considera que ele foi se distanciando do ecologismo. Assim, segundo Flipo (2014), para Gorz, o ecologismo seria instrumental para combater o produtivismo restrito ao capitalismo. Nesse sentido, em sua análise, Gorz estaria no campo do ecossocialismo, no qual a ecologia ocupa um lugar secundário.

De fato, em um artigo de 74, Gorz (2014) afirma que o ecologismo não é um fim em si mesmo e que a tendência é que o capital o integre ao sistema, como já o fizera com outros limites. Ademais, indica que a luta não deve ser para que o capitalismo se acomode às restrições ecológicas, virando um gestor do meio ambiente, mas deve caminhar na direção de uma revolução cultural, social e econômica que o supere.

Segundo Flipo (2014), Lipietz teria superado Gorz trazendo a ecologia para o centro das relações sociais em substituição ao socialismo. Apesar de reconhecer a base metodológica comum entre o movimento operário e o pensamento ecologista, pois ambos se apoiam no materialismo, na dialética e na historicidade, enxerga uma oposição insuperável entre ambos, qual seja: o desacordo no que se refere

ao progresso das forças produtivas. Lipietz teria então avançado, trazendo o ecologismo para o centro da política, independentemente da articulação com o campo do socialismo. Não por acaso, Lipietz defendeu um conjunto de reformas para a construção de um modelo de desenvolvimento verde, que não coloca como horizonte a superação das relações capitalistas, a exemplo da diminuição do tempo de trabalho; criação de ecotaxas para investimento em tecnologias limpas; negociações entre industriais e trabalhadores; cooperação entre antigas e novas potências para a promoção de regras sociais e ambientais comuns; etc.

Além de Lipietz, outro autor que teria superado Gorz na defesa do ecologismo é Ivan Illich. Este parte do princípio que o progresso proposto pelo capitalismo não pode ser estendido a todos em função da impossibilidade material. Apesar de analisar o valor-trabalho como central nas relações sociais

Registra-se que Foster faz um esforço importante para compreender a contribuição de Marx à ecologia, a partir da releitura de muitas de suas obras cujas passagens sobre os danos da industrialização e sobre a importância da natureza na produção da riqueza social são igualmente incontestes.

capitalistas, não acredita que a classe operária seja portadora de uma universalidade. Defende que as instituições precisam ser revolucionadas na perspectiva da construção da autogestão, para além da autogestão operária; que toda a relação que envolve ganhos de produtividade, e mesmo suas ferramentas (como a tecnologia da informação), deve ser questionada, pois não proporciona o que para ele deve ser central: a igualdade. Assim, Flipo (2014) recupera em Illich argumentos que questionam não apenas a apropriação dos meios de produção, mas a obtenção de renda e as instituições que a legitimam, posto que ela é o objetivo do modo de produção produtivista, contribuindo, dessa forma, para a formação de uma ecologia crítica.

O autor sugere que o ecologismo coloca em primeiro lugar o conteúdo da produção e não a exploração no âmbito da indústria e, nesse sentido, se afas-

taria do socialismo⁴. Defende a livre concorrência no lugar do monopólio para que o consumidor tenha margem real de escolha. Assim, reconhece o caráter pequeno-burguês do movimento: “[...] os anticapitalistas têm razão em apontar a existência de um ecologismo pequeno-burguês que se preocupa menos com as desigualdades do que com a sua própria qualidade de vida” (FLIPO, 2014, p. 253, trad. nossa).

Sua análise ignora o movimento ecossocialista contemporâneo nesse esforço de conjugar o socialismo e a luta ecológica. Ademais, mesmo criticando os limites de Gorz no avanço do ecologismo, resgata-o para reivindicar a necessidade de retomada da utopia da emancipação que a industrialização aterrou:

A utopia industrialista nos prometia que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica iam liberar a humanidade da escassez, da injustiça e do mal-estar; que iam dar-lhe, com o poder soberano de dominar a natureza, o poder de se autodeterminar; e que iam fazer do trabalho a atividade ao mesmo tempo demiúrgica e autopoética na qual o desempenho incomparavelmente singular de cada um é reconhecido – simultaneamente como direito e dever – como servindo à emancipação de todos. Dessa utopia não resta nada (GORZ *apud* FLIPO, 2014, p. 252, trad. nossa).

Flippo (2014) defende que hoje é preciso compreender que a globalização é composta por forças modernas e não modernas (cuja centralidade das relações não é econômica).

Já inspirado em Illich e sua ecologia radical, o autor critica o desenvolvimento tecnológico ilimitado, pois provoca danos ambientais, bem como critica o consumismo ostentatório da classe parasitária e valoriza a luta das minorias ativas por valores coletivos e não individuais.

Para além dessas contribuições insuficientes para o campo do ecologismo, Flippo (2014) considera que é preciso avançar, colocando o ecologismo numa perspectiva universalizante. Tal processo passa por ultrapassar as dicotomias das soluções propostas pela modernidade/antimodernidade/pós-moder-

nidade e pelo tradicional. É preciso superar a ideia cartesiana de natureza, sustentada pela racionalidade moderna, em que o humanismo representaria a universalização ontológica de uma determinada relação em que o homem é dominante, tornando-a sinônimo de desenvolvimento. Para o ecologismo, não é possível apostar no crescimento infinito e ser humanista. Puxando esse fio condutor, um renomado teórico do decrescimento nos provoca:

[...] a ecologia é humanista? Felizmente não, se por humanismo compreendemos a atenção exclusiva para um humano destacado de suas esferas artificiais, de seus escafandros de sobrevivência, de suas condições de existência, de suas casas, de seus habitats – econômico, ecológico. Felizmente sim, se por humanismo compreendemos o humano ligado (ou melhor, religado) ao conjunto de seres em que ele percebe no curso de sua longa história que ele era dependente. Para evitar o desumano, é preciso passar pelos não-humanos. Somos capazes, não somente de nos remodelar, mas também de nos re-humanizar? (LATOUR, 2013, p. 332, trad. nossa).

Nessa direção, pensar a sociedade humana é repensar a relação com a natureza. Assim, Flippo (2014) defende que hoje é preciso compreender que a globalização é composta por forças modernas e não modernas (cuja centralidade das relações não é econômica). Não se trata de defender sociedades primitivas idealizadas e/ou de reproduzir formulações retóricas da ecologia política, mas de se lançar na realidade e compreender a racionalidade dos sujeitos em suas diferentes formas de viver e resistir ao projeto de desenvolvimento dominante. Nesse sentido, ressalta a importância dos estudos de Juan Martinez-Alier (2014) sobre os países do Sul e seus movimentos agrários.

O terreno movediço da ecologia política tem se referido aos movimentos populares e camponeses do Sul, onde a pobreza material é uma realidade importante, como um paradigma de questionamento da sociedade da abundância, do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Mas o caminho seria limitar as necessidades humanas? Limitar o desenvolvimento tecnológico? Estes podem ser limitados? Penso que não, pois essa perspectiva nos leva

a abandonar o potencial criador e emancipatório humano, cujo desenvolvimento deve estar a serviço das necessidades humanas. A questão que deve ser enfrentada é a dominação tecnológica a serviço do desenvolvimento do capital. Por outro lado, pautar o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas baseado num tipo de relação com a natureza que põe em risco o meio ambiente e a própria humanidade também se tornou uma necessidade humana.

Nesse sentido, a agricultura industrializada e financeirizada se tornou um emblema do engodo desse desenvolvimento para o conjunto da sociedade. Sob o argumento de eliminar a fome no mundo, autorizou-se o uso da transgenia na produção agrícola. Entretanto, seu uso é associado ao de agrotóxicos, tendo como efeito danos à saúde do meio ambiente (solo, água e fauna) e humana (trabalhadores e consumidores). Em outros termos, no lugar da produção de alimentos para a humanidade, o que temos é a produção de *commodities* baseada num modelo agrícola que reproduz uma estrutura fundiária profundamente desigual nos países do Sul, onde grandes extensões de terras se voltam para monoculturas cultivadas à base de sementes transgênicas e venenos, inviabilizando a vida de camponeses. Estes continuam a perder suas terras, sendo atirados na miséria, na

subalimentação e na fome. Com efeito, a agricultura moderna revela claramente a indissociabilidade dos danos ambientais e sociais do modelo de desenvolvimento vigente, cujas consequências são mais perversas para os mais pobres.

Avançar na construção de uma sociedade cuja riqueza seja pautada pela produção de valores de uso para as necessidades humanas, de uma sociabilidade na qual tenhamos tempo para além da satisfação das necessidades, remete-nos necessariamente à questão teórico-metodológica da abordagem da realidade social. Nesse sentido, a perspectiva ecologista proposta por Flipo (2014) nos parece insuficiente, pois concentra sua crítica num aspecto da dinâmica social capitalista, a renda, sem estabelecer sua relação com a acumulação de capital oriunda da relação valor-trabalho, isto é, sem compreender a dinâmica capitalista em sua totalidade. Não por acaso, as proposições do ecologismo ficam circunscritas à retórica pequeno-burguesa da crítica ao consumismo. Na contramão, tomar a problemática ambiental como resultado do modo de produção global do capital, ou do produtivismo também presente nas experiências socialistas, remete-nos à necessidade de compreender suas múltiplas determinações. Em outros termos, faz-se mister apreender a base material sob a qual as rela-



ções sociais dominantes se sustentam, isto é, a partir da produção de valor, e as formas de consciência que emergem dessa dinâmica. Nessa direção, propomos a seguir uma incursão ao debate ecológico a partir da crítica à ecologia política e à economia política.

Relações perigosas entre economia política e ecologia política – o lugar da produção de valor

Segundo Harribey (2013), é preciso estabelecer uma relação crítica com os campos da economia política e da ecologia política, no sentido de desfazer a ideia de que a saída para os impasses econômicos atuais se daria pela economia verde, numa perspectiva de mercantilização dos recursos naturais não renováveis, tal como certos pesquisadores e militantes do campo da ecologia política defendem⁵. Ao contrário, essa relação perigosa expressa uma tentativa de novo fôlego para a acumulação do capital, passando por uma esfera que não gera valor, ou seja, a natureza.

O autor supracitado considera que, a partir da crise de acumulação do capital, especialmente a partir dos anos 70, a economia neoclássica vem se esforçando em transformar recursos naturais em representação monetária, hipoteticamente como forma de

Nessa perspectiva, a natureza tem um sentido meramente utilitarista, ou seja, recupera-se a ideia de que ela porta um valor em si que lhe pode ser extraído. Tal ideia vem ganhando força desde a crise do capital dos anos 70, quando se coloca em xeque a sua valorização ampliada por meio da produção, bem como quando os recursos naturais se revelam finitos.

contabilizar futuras medidas de proteção e reconstituição da natureza. Essa perspectiva fundamenta a atual ideia de sustentabilidade através da economia verde, apostando no progresso técnico em favor da manutenção da acumulação de capital por uma via que não passaria pelo trabalho.

Nessa perspectiva, a natureza tem um sentido meramente utilitarista, ou seja, recupera-se a ideia de que ela porta um valor em si que lhe pode ser extra-

ído. Tal ideia vem ganhando força desde a crise do capital dos anos 70, quando se coloca em xeque a sua valorização ampliada por meio da produção, bem como quando os recursos naturais se revelam finitos. Entretanto, é possível atribuir um valor econômico à natureza? Seria essa a saída para a valorização do capital?

Não por acaso, a própria Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) vem defendendo a economia verde, propondo – assim como existem indicadores da produtividade do trabalho e do capital – a criação de indicadores da produtividade dos recursos naturais (HARRIBEY, 2013, p. 184). Nessa direção, criou-se o mercado de carbono de floresta (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation - REDD [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal], programa de 2008), que considera que empresas que plantam desde palmeiras a eucaliptos podem obter créditos de carbono para “compensar” a destruição da floresta tradicional. Além disso, esse processo se dá através da restrição dos direitos de comunidades que têm tido suas terras expropriadas nas áreas de interesse.

Esse tipo de lógica permeia o debate econômico e ecológico atual. A título de exemplo, Harribey (2013) cita uma fala de Edwar Barbier, um dos criadores da economia verde, na Conferência da ONU Rio + 20, em 2012, em que ele declarou: “Nós usamos a natureza porque ela tem um valor, nós o perdemos quando é gratuito” (HARRIBEY, 2013, p. 174, trad. nossa). Assim, parte-se do princípio que os ecossistemas contêm em si um valor que deve ser explorado, homogeneizando-os através de uma expressão monetária. Nesse sentido, a partir desse valor da natureza é que se pode pensar em protegê-la. Trata-se então de transformar a proteção e a gestão ambiental num negócio.

Assim, propriedade privada, “valorização” e financeirização são os três momentos da transformação da natureza em mercadoria. Colocar um preço em tudo é aceitar o risco que tudo seja apropriado, que tudo possa ser comprado e vendido, que tudo possa trazer um lucro privado (HARRIBEY, 2013, p. 177, trad. nossa).

Além da tentativa neoclássica de monetarizar a natureza, Harribey (2013) chama atenção para a perspectiva neofiosocrata que sustenta que a natureza produz valor por si mesma, influenciando certas correntes do ecologismo. Tecendo uma análise crítica, o autor afirma que os ecologistas que sustentam que a natureza produz valor estão equivocados:

Mas os ecologistas estão errados quando pensam que essa correlação pode ser interpretada como uma contribuição ao valor econômico criado ou, pior, que ela permite atribuir a totalidade do valor criado aos recursos naturais, em uma palavra que a natureza, tal como o capital na visão neoclássica ou a terra na visão fisiocrata, “produz” (HARRIBEY, 2013, p. 184, tradução nossa).

No sentido de desfazer esse equívoco, ele recupera a teoria do valor-trabalho de Marx para sustentar que o “valor” da natureza pertence a outro registro que não o econômico, posto que ele não pode ser reduzido a uma quantidade monetária. Ao contrário, a partir do conceito marxiano, o autor defende que o valor de uso da natureza é incomensurável, não sendo possível sua redução a um valor econômico. Ou seja, apesar da natureza participar da produção da riqueza, ela não cria valor. Este só existe a partir do momento em que há trabalho humano produtivo investido na relação com a natureza, como na exploração dos recursos naturais para a produção de mercadorias. Entretanto, enquanto riqueza, ela possui um valor que não passa pela economia, mas pela ética e pela política na sustentação da importância do equilíbrio dos ecossistemas⁶. Nesse sentido, Harribey (2013) resgata na obra de Marx (livro I e III d’O Capital e na Crítica ao Programa de Gotha) passagens que ratificam a ideia de que trabalho e natureza constituem riqueza material, mas apenas o trabalho cria valor: “A terra pode exercer a ação de um agente da produção na fabricação de um valor de uso, de um produto material, digamos do trigo. Mas ela não tem nada a ver com a produção do valor do trigo”. (Marx, O Capital, livro III *apud* HARRIBEY, 2013, p. 197, trad. nossa).

O autor contesta ainda a ideia de que a crise ecológica tenha tornado a teoria do valor-trabalho obsoleta. Ao contrário, acredita que ela traduz o esforço

capitalista em submeter o conjunto da vida humana e da biosfera a essa lei, sob a argumentação de que atribuindo um valor econômico à natureza seria possível resolver os problemas ecológicos, a exemplo da poluição. Não por acaso, no bojo desse debate, o Banco Mundial propôs o direito de propriedade sobre o meio ambiente. A partir dessa lógica, tornou-se possível a expansão da economia verde, isto é, a exploração do mercado da “proteção”, conservação e gestão ambiental. Ou seja, a ideia é controlar e fazer a gestão desse negócio, garantindo, inclusive, o direito de poluir.

Destarte, levar em conta as realidades ecológicas para superar a globalização do capital implica uma cooperação internacional que controle as transferências de capital e supere a exploração da força de trabalho⁷. Harribey (2013) indica que não basta taxar a produção capitalista se a exploração do trabalho continua a aumentar.

Nota-se que o debate sobre desenvolvimento possui várias nuances, cujas pistas para criticar tanto a economia política quanto a ecologia política podem

Destarte, levar em conta as realidades ecológicas para superar a globalização do capital implica uma cooperação internacional que controle as transferências de capital e supere a exploração da força de trabalho. Harribey (2013) indica que não basta taxar a produção capitalista se a exploração do trabalho continua a aumentar.

estar no próprio resgate da obra marxiana, como Harribey (2013) propõe. Entretanto, no interior do campo marxista, há interpretações divergentes sobre a teoria valor-trabalho e, portanto, sobre desenvolvimento, sobre transformação social e socialismo. Nesse sentido, a partir de extratos da obra de Marx, como no livro III d’O Capital, certos ecologistas acusam-no de produtivista quando sugere que a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade só seria possível numa sociedade de abundância. Não obstante, Foster (2005) combate essa tese, recuperando as ideias marxianas sobre metabolismo. Em sua análise, Marx fez denúncias importantes sobre os efeitos danosos da industrialização, inclusive da agricultura, o que contribuiu para o conceito moderno

de sustentabilidade, superando o antropocentrismo e o ecocentrismo substituindo-o pela ideia de coevolução humana e natural.

Sobre o conceito de metabolismo em Marx, o autor supracitado destaca que no capitalismo a relação metabólica entre o homem e a natureza é rompida⁸, utilizando o próprio exemplo do crescimento da agricultura em larga escala com o esgotamento dos solos, a falta de aproveitamento de adubo natural, etc. Assim, no capitalismo, essa relação metabólica entre homem e natureza é atravessada pela alienação material dos seres humanos diante das condições naturais de sua existência. Sobre a sustentabilidade, o autor considera que tanto Marx quanto Engels chamaram a atenção para a necessidade de um uso e cuidado racional da terra, devendo esta ser tratada como propriedade da coletividade, como condição de existência e reprodução de gerações sucessivas.

Foster (2005) também reconhece em Marx e Engels uma contribuição importante no sentido de não reduzir a sociedade à natureza, nem a natureza à sociedade. Contudo, se, por um lado, o produtivismo atribuído à Marx pode ser creditado, em parte, às políticas econômicas de governos socialistas, por outro, avalia que Marx não ignorava a natureza na sua teoria do valor-trabalho, mas distinguia a riqueza do valor, atribuindo à primeira um valor de uso para além

Na perspectiva do capital, o “desenvolvimento sustentável” se constitui como uma estratégia de ressignificação da mercantilização da produção, sob o argumento da responsabilidade socioambiental, que se intensifica na atualidade por meio da economia verde no processo de monetarização direta dos bens naturais através do mercado de ações.

da forma capitalista. Por outro lado, nos Grundrisse, a ideia de desenvolvimento está ligada à dominação da natureza pelo homem.

Ainda sobre a noção de desenvolvimento, Harribey (2013) chama nossa atenção para o fato de que não basta rejeitar/negar o desenvolvimento, desviando-o para a dimensão do direito à natureza. Pensa que essa perspectiva pode reforçar uma visão antropocêntrica, em que o humano estabelece uma relação

utilitária com a natureza, posto que esta deve estar submetida ao bem-estar humano. Ou seja, a noção de direito à natureza pode ser portadora de um sentido utilitarista, dependendo da forma como o direito burguês justifica a apropriação e exploração da mesma, ou, ao contrário, no extremo oposto, tem-se uma visão ecocentrista, a exemplo da *deep ecology*, perspectiva que sustenta uma visão de proteção da natureza, independentemente da relação social que se estabelece com ela. Assim, na contramão desse tipo de abordagem, Harribey (2013) defende que a natureza deve ser mais um objeto de dever do que um sujeito de direito, rompendo com visões dualistas entre os que exploram a natureza ou os que a defendem.

Em outras palavras, o autor tem acordo com Foster (2005) no sentido de que em Marx podemos achar pistas para sustentar a importância da ideia de uma coevolução do homem e da natureza e, nessa direção, qualquer iniciativa de atribuir um valor à natureza deve ser compreendida como fruto de relações sociais. Na perspectiva do capital, o “desenvolvimento sustentável” se constitui como uma estratégia de ressignificação da mercantilização da produção, sob o argumento da responsabilidade socioambiental, que se intensifica na atualidade por meio da economia verde no processo de monetarização direta dos bens naturais através do mercado de ações. Nesse sentido, considera que a crítica à economia política que resgata a ideia de desenvolvimento neoclássica, ou seja, aquela que atribui valor à natureza, nos leva à “*miséria da ecologia*” (HARRIBEY, 2013, p. 205, trad. nossa).

Entretanto, na direção oposta, existem outras experiências que assumem o valor político da natureza, a exemplo do movimento “Buen Vivir”, em que a população fez uma escolha racional pelo respeito à natureza na Constituição Equatoriana de 2008, levando em consideração os saberes tradicionais dos povos indígenas. O autor não descarta que seja possível construir outras iniciativas que possam ser ainda mais avançadas no sentido de assumirmos nossas responsabilidades com a humanidade, o que passa por responsabilidades com a natureza.

Harribey (2013) resgata em Marx a ideia de que o capital financeiro é puramente fictício, posto que sua valorização passa pela extorsão do mais-valor. No es-

forço de fazer uma síntese teórica sobre a atualidade da teoria valor-trabalho tendo em vista sua inescapável relação com o “desenvolvimento”, buscamos reter as contribuições deste autor que intenciona destacar a centralidade do valor-trabalho, mesmo em relações altamente fetichizadas, em que o capital financeiro aparentemente se desliga do setor produtivo e visa retirar valor diretamente dos recursos e bens naturais. Mas a fase atual do capital, com sua exponencial financeirização através da operação dos mercados financeiros, gera crises cada vez mais consecutivas, escamoteando a exploração do trabalho, podendo nos levar a equívocos teórico-práticos. Segundo ele, essa separação entre a esfera financeira e a realidade está presente tanto nos críticos radicais do capitalismo quanto nos social-liberais. Essa relação fetichizada tem como resultado a perda de sentido da luta de classes. Para superar esse equívoco de interpretação sobre a realidade social, é preciso compreender que a lei do valor-trabalho corresponde a uma teoria das relações sociais e que, a partir dela, é possível estabelecer a crítica não somente à economia política, mas à ecologia política, considerando duas dimensões intrinsecamente ligadas à crise do capitalismo: a social e a ecológica. Por fim, destaca-se que, nesse cenário, é preciso perceber a importância dos movimentos contestatórios contemporâneos, que buscam nas brechas da crise os caminhos para a superação da sociabilidade vigente. **US**

notas

1. O artigo é fruto da tese de doutoramento defendida em 2016, que contou com recursos da CAPES para o estágio doutoral por meio do PDSE, processo 5364/13-2.

2. Considero pertinentes as considerações de Dupré (1991) sobre sociedades tradicionais. O autor nos indica que, no contexto da colonização, a diversidade das sociedades foi reduzida ao arcaísmo e ao primitivismo, sendo consideradas sociedades imutáveis e, portanto, condenadas ao desaparecimento. Em seguida, foram consideradas objeto de estudo, sobretudo pela antropologia. Entretanto, é preciso superar essa condenação ao desaparecimento ou a sua mera observação como sociedades imutáveis. Ao contrário, é preciso reconhecer o protagonismo desses sujeitos sociais, o conhecimento por eles produzido e suas lutas.

3. “Princípio de precaução é inseparável da posição ética mais geral, segundo a qual é *irresponsável* participar do tipo de pesquisa que leva a inovações tecnocientíficas, a *não ser* que pesquisas rigorosas e sistemáticas, de dimensões comparáveis sobre as consequências (riscos) ecológicas e sociais a longo prazo de sua implementação sejam efetuadas” (NODARI, 2011, p. 55-56, grifo do autor). Tal princípio surge como um dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) e é aplicado internacionalmente a partir do Protocolo de Cartagena (2000), que regula a pesquisa, manipulação, transporte, comercialização, etc. dos Organismos Geneticamente Modificados.

4. O autor trata o socialismo como um movimento homogêneo, o que não corresponde à realidade, pois há correntes socialistas que condenam não apenas a exploração da força de trabalho mas a ideia de desenvolvimento ilimitado, como o ecossocialismo, o ecomarxismo, bem como correntes que propõem a revisão da teoria do valor-trabalho que Marx sustenta.

5. Martinez-Alier (2014) denomina essa corrente de “ecoeficiência”, que seria uma corrente do ecologismo ligada à perspectiva da economia ecológica, que defende a atribuição de valores monetários aos serviços e às perdas ambientais.

6. O projeto Yasuni, proposto pelo governo equatoriano, ainda que tenha sido revisto, seria um exemplo de atribuição de um valor político à natureza, tendo em vista a incomensurabilidade de seu valor econômico, para manter a reserva de petróleo intocada no coração da floresta, contribuindo assim com a luta contra o aquecimento global (HARRIBEY, 2013).

7. Não abordaremos aqui tal debate, mas registramos que, segundo a revisão das obras maduras de Marx, Postone (2014) defende que é mais do que isso. É preciso rever a própria teoria valor-trabalho para compreender que é necessário superar, não apenas o mercado e a propriedade privada, mas o próprio trabalho, em sua totalidade dialética, isto é, o valor e o valor de uso tal como subsumido na relação capitalista.

8. Mészáros (2002) considera que a relação entre produção material e seu controle era caracterizada por um alto grau de autossuficiência nas comunidades tribais, na economia doméstica escravagista e mesmo no sistema feudal. As relações capitalistas se tornam vitoriosas quando quebram o direito natural à terra e se institui o lucro por meio do empréstimo do dinheiro, possibilitando os avanços necessários para o processo de acumulação. Assim, o capitalismo separa radicalmente o controle e a produção material, dando lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas. Trata-se, portanto, de um modo de controle que se sobrepõe ao conjunto das relações sociais. Nesse sentido, avalia que é uma ilusão apostar na expropriação política dos capitalistas como forma de controlar o sistema. Em suas palavras: “Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história” (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, grifos do autor).

notas

- DUPRÉ, G. (dir.). **Savoirs paysans et développement**. Paris: Karthala et ORSTOM, 1991. Introduction.
- FLIPO, F. **Nature et politique** - contribution à une anthropologie de la modernité et de la globalisation. Paris: Ed. Amsterdam, 2014.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GORZ, A. Leur écologie et la notre. In: GOLLAIN, F. **André Gorz – pour une pensée de l'écologie**. Le Passager Clandestin, 2014. (Collection Les précurseurs de la décroissance).
- HARRIBEY, Jean-Marie. **La richesse, la valeur et l'inestimable – fondements d'une critique socio-écologique de l'économie capitaliste**. Éd. Les Liens qui Libèrent, 2013.
- LATOUR, B. Êtes-vous monogéiste? Ou La Terre est enfin: ronde. In: DEBOURDEAU, A. **Les grands textes fondateurs de l'écologie**. Flammarion, 2013 (Champs Classiques).
- LEFF, Enrique. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Ed. UFPR, v. 27, jun. 2013.
- MARX, K. A questão judaica. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002 (p. 21-50).
- NODARI, R. O. A ciência precaucionária como alternativa do reducionismo científico aplicado à biologia molecular. In: ZANONI, M; FERMENT, G (org.), **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 39-62.

referências

O poder masculino na esfera da universidade pública

Josélia Barroso Queiroz Lima

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

E-mails: joselia.barroso@ufvjm.edu.br; joseliabqlima@gmail.com

Resumo: O artigo/ensaio discute sobre o poder masculino e educação, tendo por fundamento as disciplinas lecionadas na Universidade: Políticas Educacionais e Psicologia Social. Duas questões mobilizam as reflexões: a violência simbólica e física que nos marca como sociedade patriarcal; e como, historicamente, o Estado brasileiro tem negado a educação como direito social. Reflete sobre as marcas societárias que se reproduzem no contexto educacional, colocando em análise o cotidiano acadêmico e a reprodução de modos de socialização que dificultam a inclusão social. Dialoga com diferentes autores, como Habermas (1994), Dubet (2008) e Santos (2003), focando a universidade, a educação e as relações de poder históricas que marcam o fazer social. Aborda os silêncios históricos: a negação da educação como direito, seja à mulher, seja aos negros, aos pobres e aos índios. São discutidos, pois, os desafios para se construir uma educação inclusiva e democrática.

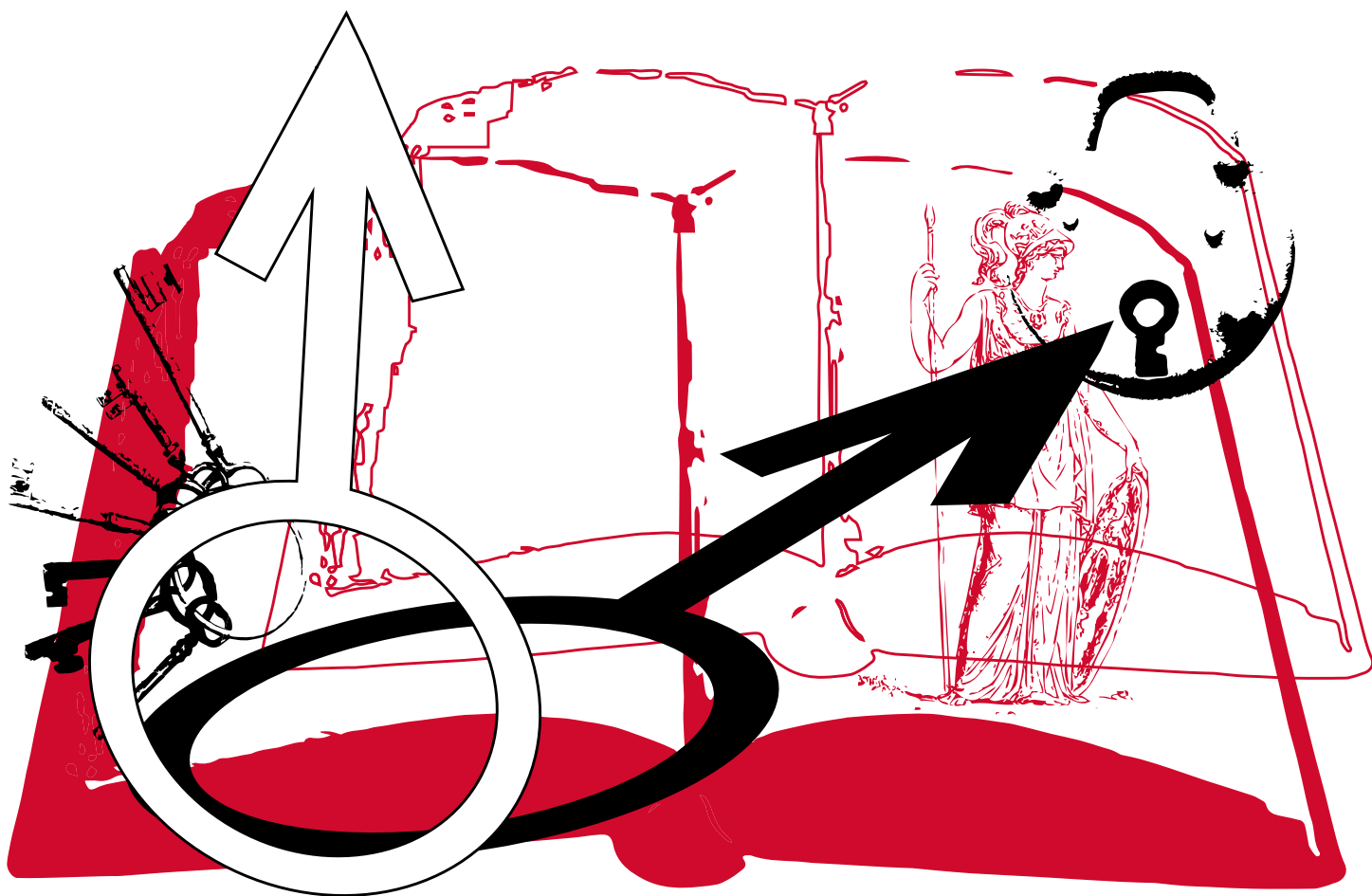
Palavras-chave: Universidade. Poder Masculino. Silenciamento. Democracia.

O que levou à produção das reflexões sobre a relação poder masculino-universidade

O desafio de refletir sobre o tema surgiu no contexto da organização da Semana de Humanidades, desenvolvida pelo Curso Bacharelado em Humanidades, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)¹. Com o tema 'Diversidade e Vale do Jequitinhonha', a Semana de Humanidades objetivou refletir sobre os desafios que

a diversidade nos coloca, sobretudo, no que se refere à edificação de uma sociedade democrática, comprometida com o reconhecimento social das múltiplas histórias que compõem a sociedade humana e, sobretudo, a sociedade brasileira.

Ao receber e aceitar o convite para discutir sobre o tema, o porquê da proposição do mesmo foi levantado. A resposta se dirigiu às disciplinas dessa Universidade: *Políticas Educacionais e Psicologia Social*. Nessas, os processos sociais e os modos de produção de subjetividades que eles produzem são discutidos. No



contexto educacional e escolar, duas questões mobilizam as reflexões desenvolvidas ao longo do curso: a violência simbólica e física que nos marca como sociedade patriarcal; e como, historicamente, o Estado brasileiro tem negado a educação como direito social. Este somente se fez legal com a Constituição de 1988. Já no âmbito da Psicologia Social, colocamos em análise as relações sociais, os espaços de socialização e os papéis sociais que definem e moldam os comportamentos sociais, tendo por fundamento o contexto histórico da América Latina e os processos de socialização marcados pela violência do colonizador, via patriarcado. Por via das regras sociais – implícitas e explícitas –, analisamos os processos de ensino e aprendizagem que socialmente constroem as subjetividades. Assim, será pela via temática de ambas que será colocado em análise o poder masculino no âmbito da universidade pública. Entendendo que a universidade, como instituição social, reproduz valores da sociedade patriarcal.

Não obstante, a proposição desse ensaio não se volta para um campo de pesquisa², mas para reflexões feitas através de diálogos com diferentes autores, que colocam em discussão a universidade, a educação e as relações históricas e de poder que marcam as interações sociais. Portanto, será desenvolvido o pensar sobre o tema, não objetivando uma conclusão, mas colocar em evidência silêncios históricos que dizem da negação da educação como direito: seja à mulher, seja aos negros, aos pobres e aos índios, focando, pois, o caso da sociedade brasileira. Na história do mundo ocidental, esse direito vem se consolidando a partir do que Habermas (1994) denomina como Políticas de Reconhecimento (políticas de inclusão social e de igualdade de oportunidades) e o que Dubet (2008) denomina como justiça social e escola de oportunidades. Ou seja, o reconhecimento das injustiças históricas dirigidas às chamadas “minorias” implica na garantia de uma educação que reconheça as desigualdades históricas e oportunize o

acesso às melhores escolas, aos melhores professores, o acesso aos bens culturais àqueles que socialmente e economicamente não tiveram acesso; que resgate as memórias históricas, produzindo seus saberes, valores, culturas.

Uma educação que rompa com o imaginário branco, eurocentrado e androcêntrico (ARANHA, 1989) requer novas e outras relações de poder no interior dos espaços institucionais e no fazer cotidiano. Aranha (1989) coloca em discussão a educação escolar brasileira e revela-nos que nos micros e diversos fazeres, nos ritos, nos materiais didáticos ainda se veicula a ideologia androcêntrica, a cultura centrada no homem. Não o homem genérico, mas o ‘macho’. O androcentrismo caracteriza, no cotidiano escolar, as relações verticalizadas, o silenciamento do corpo, do sexo e, portanto, as relações de gênero, legitimando as desigualdades advindas do patriarcado. No dia a dia educacional, temos reproduzido uma educação que silencia as diferenças sociais e sexuais, reafirmando um modelo de socialização que hierarquiza os sujeitos sociais.

Desenvolvimento: educação formal e o simbólico patriarcal

Ao focar o cotidiano universitário, discutiremos sobre os processos de socialização, os ritos, os imaginários educacionais, refletindo como eles reproduzem a hierarquização, as relações verticalizadas, naturalizando valores e modos de comportamento que mantêm os princípios patriarcais. Mantendo imagens, ritos, justificados pela ordem moral (necessária à obediência e à formação dos sujeitos sociais), as instituições educacionais garantem a circulação do universo simbólico da religião judaico-cristã. No tabu religioso, as lógicas hierarquizantes do pensamento colonial são introjetadas nas subjetividades. (LIMA, 2013)

No diálogo com diferentes autores, é analisado como no cotidiano educacional o simbólico patriarcal se reproduz por microprocessos de silenciamento da diversidade e são discutidas as relações educacionais (formais ou não), fazendo uma leitura da ideologia binária e machista, que, se mantendo velada,

cumprir seu papel de moldar os comportamentos, reproduzindo representações sociais e comportamentos que retroalimentam as desigualdades e as hierarquias sociais e sexuais.

Historicamente, ao analisarmos o acesso à educação escolar no mundo ocidental, veremos que os princípios republicanos e democráticos, ao se tornarem consensuais, levaram à luta pela educação pública³. Entretanto, ressalta Aranha (1989) que, na França revolucionária, a guilhotina foi usada para silenciar mulheres que reivindicaram o acesso à educação. Do século XVIII ao século XXI, muitas conquistas se deram. A educação pública se generalizou como direito social, da educação infantil à educação superior. As políticas de reconhecimento levaram à inclusão social, apontando como função do Estado garantir condições igualitárias àqueles que, historicamente, foram segregados e excluídos. Dar acesso implica em mudar o funcionamento das instituições, de forma a garantir a democratização dos espaços sociais e a reconhecer a diversidade social e cultural como princípio. No entanto, Dubet (2008), ao fazer a reflexão sociológica da educação francesa, revela que a escola, no século XXI, reproduz a desigualdade social, ao reproduzir nos cursos a seleção social e de gênero. Em suas palavras:

O sistema escolar funciona como um processo de destilação fracionado durante o qual os alunos mais fracos, que são também os menos favorecidos socialmente, são “evacuados” para as habilitações relegadas, de baixo prestígio e pouca rentabilidade. O fato de não haver mais seleção social fora dos estudos não impede que haja, através da seleção escolar, uma seleção social durante os estudos. Pode-se dizer simplesmente que tanto na França quanto em outros lugares, a escola não conseguiu neutralizar os efeitos das desigualdades culturais e sociais sobre as desigualdades escolares (DUBET, 2008, p. 27-28).

Dubet analisa que a seleção escolar e social acontece, pois a cultura e as estruturas escolares não foram modificadas para atender e oportunizar condições igualitárias de competição àqueles com trajetórias de desigualdades sociais. A cultura escolar prioriza a escrita, a linguagem formal e os comportamentos gentis, marcas societárias dos favorecidos. Assim, ignora outros saberes e os modos de expressão oral e

cultural dos que chegam à escola por via das políticas de inclusão. As instituições escolares, apoiando-se na ideologia da meritocracia, responsabilizam os indivíduos menos favorecidos por suas dificuldades e fracassos, perpetuando a hierarquização e as desigualdades sociais. Discute, ainda, que as desigualdades se agravam no que tange às diferenças sexuais. Afirma que

[...] esta influência contínua das desigualdades sociais sobre as desigualdades escolares pode se manifestar de maneira paradoxal no caso das meninas, que, desde o início, apresentam melhores resultados escolares que os meninos. Ora, mesmo nesse caso, as meninas se saem pior em razão das desigualdades sociais sobre os sexos. Elas são menos numerosas nas habilitações científicas de maior prestígio e se orientam (ou são orientadas) para “ofícios femininos”: os serviços, o ensino, a saúde, o trabalho social... (DUBET, 2008, p. 29).

Santos (2003), ao discutir sobre a crise de legitimidade e de hegemonia das universidades nos países centrais (Europa), argumenta que a Universidade, sendo uma instituição nascida para universalizar as ideias em torno da visão iluminista e racionalista, visou não à universalidade de idéias, mas às ideias universalizantes. Ela foi e tem sido um instrumento de reprodução de elitismos que silenciam a diversidade de ideias e, portanto, historicamente, ela não reconhece os múltiplos saberes e as múltiplas histórias que os produziram. Santos (idem) ressalta que a Universidade se coloca em desafio, à medida em que a democratização da educação superior avança e que o capitalismo “desorganizado” força a diminuição do papel do Estado, numa redução das políticas de reconhecimento e/ou de inclusão social. Considerando esse cenário, poderemos situar o poder masculino na esfera da universidade pública: o exercício do poder e a relação com o conhecer são relações historicamente dirigidas ao homem e negadas às mulheres. As representações sociais dirigidas ao feminino, ainda hoje, são marcadas por valores que visam inferiorizar, subjugar e silenciar as possibilidades femininas, seja de conhecer ou de exercer o poder. A Universidade, sendo uma instituição social, reflete, assim, as contradições e os valores que dizem das sociedades.

Se no cenário europeu as críticas sociológicas à cultura educacional revelam as contradições de valores (igualdade/segregação, desigualdade social e igualdade de oportunidade), no contexto da América Latina e, sobretudo no contexto social brasileiro, as contradições se agravam. Temos, pois, uma Universidade que foi e ainda é instrumento de reprodução da desigualdade social, do privilégio de classes. O Brasil foi o último país da América Latina a instituir a universidade (séc. XIX). Como argumenta Santos (2003), a subjugação dos valores é parte da história da universidade. E, no caso brasileiro, revela os processos de colonização, os quais se traduzem em categorias como subdesenvolvimento, países dependentes, países periféricos etc. A lógica do domínio, do poder hierarquizante, marca do modelo patriarcal e colonial, se reafirma de forma silenciosa nas relações e nas representações sociais que circulam e fundamentam as práticas cotidianas. No dizer de Moscovici (2010), no senso comum se veiculam e tornam-se familiares representações sociais que são construídas historicamente, mas que, tornadas familiares (pois já

Se no cenário europeu as críticas sociológicas à cultura educacional revelam as contradições de valores (igualdade/segregação, desigualdade social e igualdade de oportunidade), no contexto da América Latina e, sobretudo no contexto social brasileiro, as contradições se agravam. Temos, pois, uma Universidade que foi e ainda é instrumento de reprodução da desigualdade social, do privilégio de classes.

não questionadas), retroalimentam práticas sociais que não são percebidas como sociais, mas naturalizadas. Temos, assim, a consolidação ideológica de relações historicamente desiguais e invisibilizadas, pois não mais questionadas. Para Souza (2015), a dominação social que o capitalismo engendra perpassa as instituições, a eficiência do domínio; está intimamente ligada à ideologia da “liberdade individual”. Em suas palavras:

O comportamento prático cotidiano só pode ser devidamente explicado e compreendido por meio da eficácia das instituições – seus prêmios e seus castigos que constroem o

comportamento dos indivíduos em dada direção sem que eles percebam “conscientemente”- e nunca pela ação intencional de indivíduos percebidos ingenuamente como autônomos e livres (SOUZA, 2015, p.122.)

Tais práticas se apresentam de múltiplas formas; apenas algumas serão listadas como forma de revelar o invisível. No âmbito da educação escolar, as regras sociais que definem: a separação e a segregação dos corpos, nos rituais escolares que definem regras de comportamento para o masculino e para o feminino, reproduzindo os binarismos, a relação de poder que o discurso incompreensível veicula; a linguagem acadêmica e sua aridez encobrem a formação de verdadeiros guetos, a manutenção de campos de saberes restritos ao masculino (as exatas) e/ou ao feminino (as humanas), reproduzindo a lógica de que determinados campos são para homens e/ou para mulheres; no abuso de poder que se encontra na relação avaliativa, onde o professor não participa ao acadêmico o como, o porquê e o que levou ao resultado por esse obtido, reduzindo o saber ao lugar do professor e fomentando o silêncio do educando pelo medo. O que dizer das aulas de cálculo matemático que, ainda, hoje, se apresentam como fantasma – indicativo dos que irão ou não dar continuidade aos estudos?

As ações institucionais que são reproduzidas, seja na educação assistemática, seja na sistemática ainda, remetem à lógica do saber como poder (subjugar) e forma de controle; na verticalização das relações entre os sujeitos sociais se reproduz a violência simbólica, o modelo machista/patriarcal.

No âmbito das relações familiares e sociais, as regras que modelam o comportamento definindo o feminino e masculino: o brincar feminino intimamente atrelado ao fazer cotidiano doméstico e ao cuidado dos filhos. A boneca, o rosa e a delicadeza são “atributos” naturalizados ao feminino e não percebidos como socialmente construídos. Os brinquedos masculinos reproduzem a lógica das instrumentalidades: do carro às ferramentas e aos jogos eletrônicos, a violência simbólica do domínio retroalimenta a lógica da superioridade sobre o outro. Portanto, no que

socialmente é valorizado por via dos prêmios e dos castigos, entendidos como formas de controle social, os grupos sociais vão definindo formas de comportamentos que garantem os modos de domínios simbólicos, que, não por acaso, reafirmam domínios e práticas dos grupos sociais hegemônicos.

As ações institucionais que são reproduzidas, seja na educação assistemática, seja na sistemática ainda, remetem à lógica do saber como poder (subjugar) e forma de controle; na verticalização das relações entre os sujeitos sociais se reproduz a violência simbólica, o modelo machista/patriarcal. Em artigo publicado em 2015, a cientista política Rosana Pereira Machado reflete como o machismo se apresenta nas universidades. Discute sobre as representações em torno dos professores, analisando a expectativa dos universitários sobre o sexo dos professores das disciplinas de economia e política, revela como docentes e acadêmicos esperam que tais saberes sejam de domínio do professor ‘Homem’, e não de uma ‘mulher’⁴. No cotidiano de seu fazer em Oxford, Inglaterra, comenta como enfrenta o machismo. Em suas palavras:

Eu acredito na força da simplicidade das palavras e na democratização do conhecimento, que precisa ser uma viagem prazerosa coletiva e não uma masturbação intelectual. George Orwell dizia que palavras difíceis servem ao poder. Elas são armas políticas, desenhadas para dar uma aparência de solidez àquilo que é puro vento. Eu apenas acrescentaria que palavras difíceis servem muito bem ao poder masculino [...] (s/n).

A democratização do ambiente educacional universitário implica a ampliação do discurso, da linguagem, o uso de múltiplas formas de expressões, a compreensão e a aproximação dos saberes entre os sujeitos sociais. Questionar a linguagem acadêmica é entender que a hegemonia discursiva é, também, uma forma de manutenção ideológica de poder. A incompreensão do discurso reproduz a centralização do conhecimento, tornando-o instrumento de segregação social e de domínio do poder científico. Cuidar da linguagem é cuidar das relações entre os sujeitos sociais, permitindo que entre eles a palavra circule e promova outros modos de pensar.

Assim como milhares de companheiras, opto por desafiar o poder masculino cotidianamente jogando luzes no escuro. No discurso reto, começo minhas aulas de desenvolvimento internacional lembrando que não se pode lutar contra a injustiça global sem nos darmos conta das injustiças locais, aquelas mesmo que se reproduzem na sala de aula (MACHADO, 2015, s/n).

Portanto, o poder masculino na esfera pública da Universidade revela os modelos sociais de dominação que marcam a trajetória da sociedade brasileira e da sociedade ocidental. A título de ilustração da afirmação, no que tange ao Brasil, as atuais reitorias das 67 instituições universitárias federais são, atualmente, conduzidas por 18 por mulheres e, portanto, as demais 49, por homens. Numa análise crítica sobre a função ideológica da ciência moderna brasileira, Souza (2015, p. 147) afirma que:

[...] a ciência moderna, em sua esmagadora maioria, se transformou em uma espécie ideológica que ajuda a manipular e legitimar privilégios em uma espécie de “equivalente funcional” das grandes religiões do passado. A “violência simbólica” de hoje é chancelada cientificamente por “especialistas”, de tal modo que não sai uma matéria nos órgãos de comunicação que não exijam esse tipo de “legitimação científica”, independente do que esteja sendo discutido.

Ao enfatizar a legitimação ideológica que a ciência cumpre no contexto atual, podemos fazer a crítica necessária ao papel social da universidade e da produção de conhecimento como ato político, rompendo com a lógica que reveste a ciência de neutralidade. Reconhecer o papel ideológico nos permite olhar para o cotidiano do fazer universitário como espaço de reprodução social e/ou de transformação social. É nesse sentido que se fez necessário mostrar que a história da Universidade reflete os valores sociais segregacionistas. Na lógica de que mulheres, homens negros e indígenas eram seres inferiores, na hierarquia silenciosa que o discurso religioso cristão imprimiu aos povos colonizados se justificaram os ordenamentos sociais e institucionais. Portanto, na atualidade, não se pode entender as desigualdades de participação e de acessibilidade das mulheres, dos negros e

dos índios aos diferentes espaços sociais sem colocar em análise as desigualdades sociais que os mantiveram segregados. Cabe reconhecer que direito social à educação universitária e o acesso à mesma tem possibilitado a quebra de representações sociais e de paradigmas que colocam em xeque a cultura eurocentrada, o patriarcado e o machismo. Mas garantir a permanência da inclusão social requer a revisão da cultura educacional, pois não podemos dizer que no ambiente acadêmico universitário a igualdade de oportunidade esteja garantida. Como argumenta Habermas (1994), não basta a garantia legal do Estado para que a inclusão aconteça; é necessária a edificação de um novo consenso social, republicano e democrático para que ela de fato se efetive.

Caminhando para o fim...

A construção de novos fazeres requer a crítica do que temos vivenciado como formas de conhecimento, de poder e de relações. Santos (2003) defende a necessidade de um novo modelo de Universidade, sustentado na universalidade de ideias, onde a multiplicidade de saberes seja reconhecida e dialogada, pois eles (os saberes e as ideias) dizem das histórias sociais que a produziram, a história dos sujeitos sociais. O conhecimento, nesse sentido, diz das histórias sociais dos grupos, diz das trajetórias de lutas e de modos de sobrevivência que precisam ser entendidos para poder gerar novos saberes. Um conhecimento que rompa a lógica da neutralidade e se reconheça como poder e força política, que empodere os que foram oprimidos e subjugados.

No processo de abertura política e democrática que se deu na América Latina, após os anos 80 do século XX, tivemos a abertura de instituições educacionais visando ao empoderamento das minorias. São exemplos: na Argentina, a Universidade Popular de Las Madres (1999); e no Brasil, Universidade Zumbi dos Palmares e a Universidade de Brasília. Nos últimos 20 anos, vivemos a ampliação e a inclusão social – através da expansão das universidades públicas (a UFVJM é um exemplo) e da institucionalização de políticas afirmativas que garantiram o acesso e a permanência de grupos sociais historicamente “feitos

desiguais” (ARRAYO, 2010). No entanto, os avanços educacionais, políticos e sociais no contexto atual, pós-golpe parlamentar, estão sofrendo retrocessos, de modo que não podemos dizer que o governo Temer tem compromisso de manter as políticas sociais de inclusão. Nesse sentido, o que se apontam são as perdas de políticas afirmativas, sobretudo pela manipulação ideológica que a mídia e parte do discurso científico (SOUZA, 2015) vem fazendo sobre a “crise” para justificar e legitimar a institucionalização da PEC 241/2016⁵. Ela implica redução de investimentos, cortes nos orçamentos, privatização, precarização e instrumentalização da educação – estratégias compatíveis com os valores capitalistas. Como analisado por Santos (2003), as perdas das políticas afirmativas e o avanço da ideologia neoliberal desafiam a Universidade a se pensar e a se repositonar ética e politicamente.

O enfretamento das condições atuais requer o reconhecimento de que o que está em jogo no país é o avanço democrático, via as políticas de reconhecimento, de inclusão social e/ou políticas afirmativas. Aceitar o retrocesso, sem resistência e/ou lutas políticas, é aceitar que a violência social (simbólica e física)

O que se coloca em xeque são os princípios democráticos, o acesso, as oportunidades. As lutas pela igualdade social exigem a ruptura com a hierarquização e a subjugação do outro; o exercício da reflexão e da busca por outra ética social implica a revisão do modo de produção capitalista.

seja mantida; é pactuar que a cultura androcêntrica-patriarcal e silenciadora se mantenha hegemônica. No avanço de discursos religiosos e no conservadorismo de políticas de privilégios (alimentados pela mídia e pelas instituições políticas, jurídicas, científicas e religiosas), percebemos que um inconsciente social e cultural é retroalimentado de modo a garantir que formas sociais hierarquizantes sejam reproduzidas. Nos microespaços do cotidiano, memórias inconscientes são acessadas, uma vez que temos uma breve e curta história de acessibilidade das minorias aos direitos sociais. Portanto, se tivemos avanços que poderiam apontar para a quebra de hegemonia do poder masculino, o que temos vivido é uma ameaça frontal a tal possibilidade.

O que se coloca em xeque são os princípios democráticos, o acesso, as oportunidades. As lutas pela igualdade social exigem a ruptura com a hierarquização e a subjugação do outro; o exercício da reflexão e da busca por outra ética social implica a revisão do modo de produção capitalista. E tudo isto nos leva a afirmar que a transformação social é ação humana e, portanto, far-se-á pelo ato humano. Assim, cabe à sociedade humana a análise do que tem sido e a escolha consciente para o exercício de outros e novos fazeres.

Penso que um princípio fundante da existência é, sobretudo, um valor que o feminino “conhece”: o cuidado. O cuidado é condição dos que escolhem a maternidade, motivo pelo qual o conceituo como “feminino”. Como argumenta Comte-Sponville (2016, p. 119), “a graça de ser amado precede a graça de amar, e a torna possível [...]. Uma mulher que não conhecíamos, que não nos conhecia, nos amou assim. [...] Se o amor não vem de Deus, de onde vem? Vem do sexo, da família e das mães”.

No cuidado com o outro, com a terra, com a vida, com as relações e na escolha com o que de fato deve ser considerado necessário, poderemos, quem sabe, reverter os caminhos que hora temos trilhado; do contrário, deveremos nos preparar para a convivência “democrática” com a violência e a barbárie. **US**

notas

1. A Semana de Humanidades aconteceu em setembro de 2016, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, promovida pelo curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, reunindo no tema *Diversidade e Vale* diferentes sujeitos sociais e profissionais da Universidade e dos Movimentos Sociais, colocando em debate os desafios de construir a democracia e as questões sociais que atingem o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, bem como o papel social da Universidade em construir uma educação emancipatória.

2. Não se trata de exposição de resultados de pesquisa sobre gênero, mas sim, uma reflexão; motivo pelo qual tenha sido nomeado artigo/ensaio sobre como o ambiente universitário, por via de ritos e representações sociais, mantém um cotidiano que, diferenciando homens e mulheres, reproduz o androcentrismo.

3. No contexto brasileiro, não podemos dizer que a república deu-se por luta social, mas pelo primeiro golpe de Estado (CARVALHO, 2003) promovido pela oligarquia, interessada em manter-se no poder.

4. O uso de letras maiúsculas e minúscula foi proposital; visa ilustrar a lógica hierarquizante do imaginário social em torno do lugar docente em disciplinas, majoritariamente, vinculada ao sexo masculino.

5. Em setembro de 2016, a PEC 241/2016, que estabelece o congelamento dos investimentos em educação, saúde e assistência social pelos próximos 20 anos, numa ruptura dos preceitos constitucionais, estava em tramitação junto ao Congresso. Em novembro e em dezembro do ano de 2016, ela foi aprovada, tornando-se, no Senado, a PEC 55/2016. A mídia brasileira a nomeou como PEC do teto dos gastos públicos e silenciou as manifestações públicas dos diversos movimentos sociais e educacionais que enfrentaram, nas ruas, as forças repressivas do Estado.

notas

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1989.

ARRAYO, M. Política educacional e desigualdades: a procura de novos significados. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMTE-SPONVILLE, A. **O amor**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HABERMAS, J. Lutas pelo Reconhecimento no Estado Democrático Constitucional. In: TAYLOR, C. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. 1. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LIMA, J. B. Q. **Sons do Silêncio: as relações entre educação escolar e a religião católica - um estudo de caso**. 2013. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2013. Maringá. Disponível em <<http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/teses/2013%20-%20Joselia.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

MACHADO, R. P. **As faces do machismo nas universidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-faces-do-machismo-nas-universidades-1174.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MOCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. 1. ed. São Paulo: Leya, 2015.

referências

E então, **que quereis?**...

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguindo-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.
Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história
é agitado.
As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

Vladimir Vladimirovich Mayakovsky

Rússia, 1893-1930



Whalers (Baleeiros)

Óleo sobre tela, *circa* 1845, 91,8 x 122,6 cm

Metropolitan Museum of Art, NY

Joseph Mallord William Turner

Inglaterra, 1775-1851

A um jornalista que lhe perguntou se era socialista, o professor respondeu:

“Ah, claro, inteiramente. Aliás, eu acho que o socialismo é uma doutrina totalmente triunfante no mundo.

Chamo de socialismo todas as tendências que dizem que o homem tem que caminhar para a igualdade; que ele é o criador de riquezas e não pode ser explorado.

Comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo... tudo isso. Esse pessoal começou a lutar para o operário não ser mais chicoteado, depois para não trabalhar mais que doze horas, depois para não trabalhar mais que dez, oito, para a mulher grávida não ter que trabalhar, para os trabalhadores terem férias, para ter escola para as crianças. Coisas que hoje são banais.

O que se pensa que é face humana do capitalismo é o que o socialismo arrancou dele com suor, lágrimas e sangue. Hoje é normal o operário trabalhar oito horas, ter férias... tudo é conquista do socialismo.”

O professor se foi, ficaram as aulas. Antônio Candido, PRESENTE!



Antônio Candido se foi!



UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser *inéditos*, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés,

com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de ago. de 2002), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andesregsp@uol.com.br;

6 - Os artigos que tenham sido enviados por e-mail e que não forem aceitos para publicação serão apagados;

7 - Artigos publicados dão direito ao recebimento de cinco exemplares e as resenhas, a dois exemplares.





O sistema da dívida pública brasileira

Maria Lúcia Fatorelli

*Entrevista concedida a
Ana Maria Ramos Estevão e Lila Cristina Xavier Luz
Fotos: Bruna Yunes*

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Lúcia Fatorelli é auditora aposentada da Receita Federal e ex-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Fundou em 2001 o movimento “Auditoria Cidadã da Dívida”, do qual é coordenadora. Respeitada mundialmente, fez parte da equipe que auditou a dívida pública do Equador, a convite do então presidente do país, Rafael Correa. Também foi do Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública, instituído pelo Parlamento Grego para realizar auditoria da dívida pública da Grécia. Maria Lúcia recebeu a equipe da US para uma entrevista em seu local de trabalho, na sede nacional da OAB, em Brasília. Quando se trata de “Sistema da Dívida Pública”, expressão criada por ela, Maria Lúcia dá aulas magistrais, como vocês verão a seguir.

Universidade e Sociedade: Entrevista com Maria Lúcia Fatorelli, da auditoria cidadã da dívida, à Revista Universidade e Sociedade #60, no dia 12 de maio de 2017. Maria Lúcia Fatorelli, você autoriza que a gente publique?

Maria Lúcia: À vontade... É uma honra falar para nossos mestres.

US: Você podia começar dizendo pra gente o que é a dívida pública e por que a necessidade de ter um órgão específico pra cuidar da auditoria cidadã da dívida?

ML: Olha, teoricamente, a dívida pública é um instrumento para o financiamento do Estado, porque o Estado tem uma missão a cumprir; o Estado é obrigado a garantir dignidade de vida para o povo, basta olhar na Constituição os objetivos da República. Tá tudo lá no artigo primeiro, no artigo terceiro da Constituição. O combate à pobreza e à miséria estão lá, a organização, a dignidade de vida, o direito ao desenvolvimento. Tudo isso está lá, como objetivo fundamental da República. Então, se o Estado, com a arrecadação, não consegue dinheiro suficiente pra cumprir com os objetivos da República, automaticamente há essa autorização pra contrair dívida pública.

O objetivo, então, em tese – em tese, eu quero frisar isso... –, da dívida pública é um objetivo muito nobre, muito importante, que é para completar os recursos necessários ao cumprimento do papel do Estado. Então, a gente não pode fazer um discurso moralista em relação à dívida, que a dívida é algo mal, é algo ruim, é algo perverso. Porque, teoricamente, ela deveria ser algo essencialmente bom, pra garantir esse cumprimento de objetivos. Então, poderia haver contratação de dívida para investimentos, para geração de empregos para a população e para realização de todos os investimentos necessários para o cumprimento do papel do Estado.

A questão é a seguinte: começamos a investigar a dívida pública, observamos inicialmente os números. A dívida absorve todo ano, em âmbito federal, quase a metade do orçamento. Todo ano. E não para de subir. Em âmbito estadual, todos os estados têm dívida e ela também não para de subir e absorve grande parte dos seus orçamentos. Municípios também têm números com dívida pública e a mesma trajetória: quanto mais paga, mais tem. Além disso, toda

essa disposição para privatização de patrimônio desde Collor em âmbito federal, estadual e municipal, o produto das suas privatizações, vai quase na sua totalidade pra pagar a dívida pública. Então, a dívida absorve recursos financeiros do orçamento, ela demanda contínuas privatizações, os produtos das privatizações vão para pagar a dívida e **a dívida tem sido a justificativa para todas as contrarreformas**. Se observarmos a exposição de motivos da PEC 55, a chamada PEC de controle de gastos – olha que nome simpático: controle de gastos. Quem é contra controlar gastos? Quem de nós vai dizer “Não, quero que gaste loucamente, sem controle”? Mas ela não trata disso.

Essa PEC simplesmente estabeleceu um teto para as despesas primárias. E o que são as despesas primárias? Todo o gasto com a manutenção do Estado e com os serviços públicos prestados à população, deixando de fora as despesas não primárias, que são as despesas com a dívida, as despesas financeiras. O objetivo dessa PEC foi destinar mais recursos pra dívida e ela nem fala nela, olha a esperteza... Segura os gastos primários, com todas as políticas públicas, para que sobrem mais recursos para os gastos financeiros. Então, na verdade, ela é a PEC da ganância financeira. Todo aumento de arrecadação, toda sobra de recurso decorrente desse congelamento, vai valer por 20 anos, vai pra dívida. Então, veja bem: aquele conceito histórico de que a dívida pública deveria destinar-se a suprir a necessidade de investimentos para o cumprimento do papel do Estado, esse objetivo está totalmente desvirtuado.

US: Em algum momento o Estado teve de fato esse objetivo na nossa história?

ML: Muito pontualmente. Nós investigamos a dívida... Documentos históricos são muito difíceis de serem acessados no Brasil. A maioria das informações são colocadas como sigilosas, o que é um escândalo. Se nós pegarmos a nossa primeira dívida, a chamada dívida da independência, quando decretamos a nossa independência... Portugal havia contraído uma dívida junto à Inglaterra; quando declaramos a independência, Portugal falou: “Toma aqui, a dívida agora é sua”. Só que o dinheiro nunca chegou aqui. Então, a nossa primeira dívida como nação independente já

foi uma dívida sem contrapartida. Nós só assumimos a dívida e o dinheiro nunca chegou aqui. E o que aconteceu com essa dívida? Ela justificou entrega, inicialmente, de pau-brasil; depois, de ouro, prata e tudo o que você sabe além do café. Tanta riqueza que a gente nem sabe completamente.

Essa dívida já começou justificando um saque de riquezas. Depois há um salto, na época de Getúlio Vargas. Quando ele assumiu, ainda era o presidente da república quem justificava as remessas ao exterior e todo dia vinha ali uma pilha de remessas que ele tinha que autorizar. Depois de um ano, ele falou: “Espera aí, o que tanto eu autorizo? Eu quero saber o que eu estou autorizando”. E determinou que Oswaldo Aranha, que era seu ministro da fazenda, levantasse todos os contratos. Sem querer, ele determinou uma auditoria, porque auditoria é isso: é você verificar a documentação e dar respaldo àquelas operações. Verificar se está tudo correto. Foi um processo que demorou quase uma década. Foram levantados os contratos, apenas 40% da dívida estavam justificados, 60% não tinham nem documento, não tinha controle das remessas, não tinha controle dos pagamentos, nem controle do estoque. Eram os bancos credores que diziam: “Me pague tanto” e eles iam pagando.

US: Continuum, né?

ML: Continuum. O que aconteceu naquele período? Getúlio conseguiu reduzir a dívida à metade e o fluxo de pagamentos à metade. Não foi à toa que no período dele nós tivemos investimentos que estão aí até hoje na Petrobras, várias siderúrgicas, todas daquela época, vários investimentos em ferrovias, em indústrias importantes de base, direitos sociais. A CLT é do tempo de Getúlio e as políticas sociais nasceram dali em diante, desse espaço aberto naquele período. Depois, o ciclo atual da dívida empata com a ditadura militar. Fica muito claro que o objetivo da ditadura militar foi implantar esse modelo que nos submete financeiramente e é o mesmo modelo que entrou nos demais países latino-americanos, que, coincidentemente, na mesma época, também estavam sob ditaduras militares.

US: E a influência dos Estados Unidos.

ML: Os Estados Unidos são o país testa de ferro. O comando é através dos bancos. Os dez maiores ban-

cos norte-americanos é que comandam o FEBs, o Federal Reserve Bank. O FEBs tem o poder de emitir o dólar. Imagina um banco privado. Um banco central privado emite o dólar, imprime o dólar e controla também as taxas de juros internacionais, que são as taxas que regiam os nossos contratos internacionais. Então, a fim de traçar uma trajetória, é importante primeiro a gente lembrar um detalhe: todo esse poder que o mundo inteiro entende que é o poder dos Estados Unidos na verdade é o poder financeiro. E de onde vem esse poder financeiro? É o poder que foi iniciado lá na Conferência de Bretton Woods, que aconteceu em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, na qual foi feita a proposta de criação dessas instituições: FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc. Todas essas saíram juntas dali. A ONU, inclusive, saiu dali. Naquela reunião, os Estados Unidos colocaram que seria muito mais fácil ter uma moeda de troca internacional. De cara, nenhum país concordou. Pouquíssimos países concordaram com eles: meia dúzia. A imensa maioria

“Então, a fim de traçar uma trajetória, é importante primeiro a gente lembrar um detalhe: todo esse poder que o mundo inteiro entende que é o poder dos Estados Unidos na verdade é o poder financeiro. E de onde vem esse poder financeiro? É o poder que foi iniciado lá na Conferência de Bretton Woods, que aconteceu em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, na qual foi feita a proposta de criação dessas instituições: FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc. Todas essas saíram juntas dali. A ONU, inclusive, saiu dali.

não concordou porque a diversidade de moedas dava uma certa garantia. Vamos supor que eu sou o Brasil e você é a China. Eu vendo produtos pra você, você me paga com mandarim. O que eu vou fazer com aquele mandarim? Automaticamente, eu fico obrigada a comprar de você pra gastar aquele mandarim. Você é o Japão, você me paga em yen. Automaticamente eu fico instigada a comprar alguma coisa de você. Aquela diversidade de moedas dava um equilíbrio para as trocas internacionais. Então, de cara, ninguém concordou em trocar tudo em relação ao dólar.

US: A Alemanha tinha acabado de perder a guerra. Estava completamente destruída...

ML: Foi muito interessante isso aí, porque, justamente, ninguém concordou. Aí vieram as bombas de Hiroshima e Nagasaki. Na reunião seguinte, todos os países concordaram. Por isso que **vários historiadores importantes colocam a relação direta entre o poder financeiro e o poder das armas.** E realmente é direta. Isso está presente na questão da ditadura, está presente nessa questão do poderio do dólar... E aí os Estados Unidos passaram a ter muito mais poder financeiro por conta da hegemonia do dólar.

A justificativa para o dólar virar a moeda de troca internacional é que todo dólar teria o respaldo em ouro. Então, você pode confiar no dólar, porque o dólar vai ter lastro em ouro; isso é o que diziam. Até que, em 1971, no dia 15 de agosto, o presidente Nixon vem à público em uma rede de televisão internacional e fala: “A partir de hoje acabou a paridade dólar-ouro”. Décadas depois, o mundo inteiro já estava com as suas reservas em dólar, todas as relações de troca internacionais já estavam consolidadas em dólar e aí, pronto, não tem mais lastro. A partir daí, o dólar passou a ser um papel pintado. Não tem lastro. Isso é surreal, o mundo inteiro continua reverenciando o dólar. O único presidente norte-americano que transferiu o poder de emitir o dólar do FEBs para o tesouro norte-americano foi o Kennedy. Também não foi à toa que teve a cabeça explodida em praça pública pra ninguém mais ter uma ideia brilhante dessa. Então, o FEBs continua sendo o emissor do dólar.

Por que isso é importante para nós? Porque a ditadura foi implementada aqui no Brasil em 1964, mesma época que em diversos outros países, mais ou menos, e, inicialmente, ela foi apresentada com muita maquiagem, muita gente apoiando, até mesmo a sociedade. Depois, em 1968, 1969, ela aprofunda e começa a mostrar a sua cara. Em 1971, justamente quando acaba a paridade dólar-ouro, começa um grande estímulo ao endividamento no Brasil e em todos os outros países latino-americanos e de alguns outros continentes também, principalmente alguns africanos, da Ásia etc. Mas aqui começa na década de 70 um impulso ao endividamento brutal. Em 1970, nossa dívida interna era desprezível, praticamente não existia, e a externa era de cinco bilhões de dóla-

res. No final da década de 80, ela chega a 80 bilhões – sai de cinco pra 80 bilhões de dólares. O que justificou essa multiplicação por 40 vezes? A propaganda é que foi o milagre brasileiro. Todos aqueles investimentos feitos da década de 70 em siderúrgicas, em ferrovias, estradas, várias hidrelétricas, enfim, foram vários investimentos feitos na década de 70 e que justificariam o chamado ‘milagre econômico’.

Durante a CPI da dívida, nós fomos investigar e descobrimos que todos os contratos desse chamado milagre não justificam nem 20% desse crescimento. A maior parte da dívida do início da década de 70 era privada, era dívida do setor privado. Qual setor privado? Multinacionais que atuavam aqui no Brasil e bancos que pegavam dinheiro lá fora a taxas baixíssimas, porque todo esse impulso para o endividamento foi uma verdadeira sedução dos agentes bancários oferecendo taxa de juros de três, quatro, cinco, no máximo 6% ao ano. Só que essas taxas eram as taxas de juros internacionais. A prime, que é controlada pelo próprio FEBs, e a libor, que é controlada pela associação de bancos de Londres. E elas andam juntinhas. Nós fizemos o gráfico de uma junto com a outra e a evolução delas é idêntica, é uma linha em cima da outra. Então, é o mesmo grupo que define essas taxas. É o grupo privado que controla tanto o FEBs quanto a associação de bancos de Londres, que é o polo principal do poder financeiro mundial até hoje. É a chamada City de Londres.

US: Isso permite que eles saiam da Comunidade Europeia...

ML: Claro. Você vê que quando houve lá o euro, a libra ficou fora. Ali é um negócio à parte. Então, veja bem o plano: acaba a paridade do dólar ao ouro, isso permite simplesmente ligar a maquininha e produzir quantos dólares eles quiserem, porque não tem lastro, é imprimir. E aí, vários agentes vieram oferecer para a União, para governos estaduais e municipais. Tem um livro de um desses agentes que trabalhavam nesse processo de sedução à aquisição de empréstimos, John Perkins. Não sei se vocês já ouviram falar dele... Ele publicou o livro “Confissões de um assassino econômico”. É importante a gente ouvir o depoimento de uma pessoa que foi um dos agentes e o livro é interessantíssimo, porque ele fazia tudo isso e, de repente, se apaixonou

por uma mulher. Ele está lá num determinado país com ela, estão tomando um drink e ele vê umas crianças pobres brincando num rio todo contaminado. Ele dá aquela desqualificada, sabe? Fala: “Olha aí, que atraso”. E a mulher fala pra ele: “Você não acha que é o seu trabalho que está fazendo isso?”

US: Ele deu uma entrevista contando isso.

ML: É. Ele briga com ela e tudo, mas, depois, aquilo ali fica... Ele pensa, começa a ver as coisas e cai na real. Por isso que chama ‘confissões’. É como se ele estivesse em um confessionário, confessando os pecados. É muito importante, muito interessante, porque é um depoimento de um agente de mercado. Então, vamos retomar: em 1971, vem toda essa avalanche, taxa de juros baixíssima, tanto o setor público quanto o setor privado se endividando, porque havia muita carência de investimentos e o dinheiro estava fácil e barato. A dívida saiu de cinco e foi parar em 80. Grande parte disso, privada. No final de 1979, o FEBs e a associação de bancos de Londres, que controlavam, respectivamente, a prime e a libor, começam a elevar as taxas de juros e elas saem do patamar de cinco e chegam a 20,5% ao ano. Veja bem: um quinto da dívida, todo ano, em dólar, começou a crescer. Os países, inclusive o Brasil, deram conta de pagar em 1981, já sacrificando a nação em vários aspectos. Em 1982, crise. A chamada crise da dívida externa. Primeiro foi o México, depois o Brasil, Argentina e, em cadeia, vários países latino-americanos.

US: Crise é quando o país não consegue pagar os juros da dívida?

ML: É quando não consegue pagar; aí, a crise. Agora, claramente, foi uma crise forjada pelos próprios bancos credores, que, ao mesmo tempo, eram credores, emitiam a moeda e controlavam as taxas de juros. É como em um jogo onde um time é o dono do campo, o dono da bola, comanda as regras e é o juiz do jogo... É um negócio totalmente absurdo. Então, foi quando veio a crise e os bancos começaram a segurar todo o crédito internacional. Pra aprofundar ainda mais a crise, nós tínhamos créditos de exportação que não tinham nada a ver com essa questão financeira, mas esses créditos passavam pelos bancos. Tá vendo só o que a hegemonia do dólar fez? Tudo tinha que passar

por esse sistema. Se tivesse ainda país a país, seria diferente. Então, olha como é um plano de longo prazo. Por isso é importante, também, a auditoria. A auditoria pega esse fio da meada. Porque se você olhar os aspectos da história isoladamente, você não pega essas coisas.

Foi uma crise forjada por eles, que reduziram as taxas, depois eles mesmos elevaram as taxas a patamares absurdos e ao mesmo tempo seguraram todos os recursos que nós tínhamos em decorrência de crédito de exportação, inviabilizando qualquer possibilidade de pagamento. Pronto: está fabricada a crise.

E aí, o que acontece na hora da crise? Vem o FMI. Nossa primeira carta de intenções com o FMI é de 1983. Desde a primeira carta, o FMI já exigia uma reforma da previdência. Exigiu redução salarial do setor público e privado porque todo mundo sabe que o que move o país é dinheiro na mão da classe trabalhadora. A classe trabalhadora, quando tem dinheiro na mão, vai investir mais na educação dos seus filhos e na própria educação do trabalhador. Ela vai adquirir produtos no mercado; quando ela adquire produtos no mercado, ela incentiva o comércio; quando ela incentiva o comércio, gira a indústria... Então, o que

“É quando não consegue pagar; aí, a crise. Agora, claramente, foi uma crise forjada pelos próprios bancos credores, que, ao mesmo tempo, eram credores, emitiam a moeda e controlavam as taxas de juros. É como em um jogo onde um time é o dono do campo, o dono da bola, comanda as regras e é o juiz do jogo...

move a economia é o dinheiro na mão da classe trabalhadora. O FMI exige: redução salarial, aumentar tributo sobre o consumo e isentar sobre impostos as exportações. Por que isentar exportação? Pra beneficiar a vida lá fora, e às custas do nosso povo.

Os credores entram com imposições em todas as áreas: na política agrícola, na política agrária, na política industrial, comercial e, principalmente, na questão dos juros, exigindo que as taxas de juros internas fossem altas pra controlar a inflação, o que não tem nada a ver com a nossa economia. Taxa de juro alta só serve pra controlar a inflação quando nós temos uma economia altamente aquecida e está todo mun-

do numa ânsia absurda de comprar, de tal maneira que esta precisa ser freada, porque pode provocar aumento de preços. Isso não acontece aqui no Brasil; pelo contrário. Nossa inflação, historicamente, tem sido provocada por desorganização de preços de alimentos, o que é um absurdo. Porque alimentos abundam aqui no Brasil, com essa terra agricultável, com essa água em abundância. Nós temos a maior reserva de água, um clima favorável... Os países do norte ficam metade do ano debaixo de neve ou clima desfavorável. Aqui nós temos clima bom o ano inteiro...

US: Inclusive todo ano tem safra recorde!

ML: Exatamente... Com uma política voltada principalmente para o pequeno agricultor (que é o que produz o alimento), com uma política correta para a agricultura familiar, nós não precisaríamos nunca enfrentar inflação de alimentos aqui no Brasil, até pelo uso da substituição. Pra equilibrar a questão da sazonalidade, nós temos várias possibilidades de substituição de alimentos; quer dizer, é uma questão absurda termos inflação de alimentos no Brasil. Este é um dos principais problemas, pois, junto com os preços administrados, energia, telefonia, combustível, tarifas, planos de saúde, se tudo isso fosse efetivamente administrado, não precisaria ter essa variação absurda.

Aumentar juros é simplesmente pra amarrar o Brasil, porque tanto faz aumentar a própria dívida pública como impede que a indústria sobreviva, porque é a indústria, principalmente a pequena indústria, que alavanca a economia do país. E são as pequenas que se multiplicam Brasil a fora, gerando grande quantidade de empregos. E elas precisam de capital. Para você produzir qualquer coisa, tem que ter a matéria-prima, tem que ter o galpão, tem que ter o maquinário, tem que ter os empregados e, depois que você produz, tem que distribuir, gerando mais empregos... Até vender, quem financia tudo isso? Tem que ter um capital pra investir. Com o juro alto, você simplesmente aniquila a possibilidade de sobrevivência das existentes e aborta a possibilidade de nascimento de outras. O Brasil é um país que tem todas as matérias-primas em abundância, nós temos todas as fontes energéticas em abundância.

US: Uma diversidade biológica imensa...

ML: Imensa. Biológica, mineral... E por que esse país não deslança? Por conta dessa política monetária absurda de juros altos. Desde a primeira carta do FMI, os juros altos estão lá. Quando vem o FMI, na década de 80, com essa política de interferência, ele exige que toda aquela dívida, pública e privada, da década de 70 fosse assumida pelo Banco Central. O Banco Central passou a ser o devedor em contratos, acordos que foram assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, rifando a nossa constituição e a nossa soberania em condições absurdas, abusivas. O Banco Central assumiu indevidamente, pois ele não poderia ser devedor. Banco Central é um dos agentes de mercado, então, ele não poderia ser devedor. Ninguém ficou sabendo disso na época, foi tudo totalmente sigiloso.

Foram feitos acordos em 1983, 84, 86 e 88. Em 1989, o senador Severo Gomes teve acesso a esses acordos. Foi buscar nos Estados Unidos, não tinha aqui no Brasil. Ele fez um relatório chamando essa dívida de nula, ilegal, imoral. É um relatório brilhante, que todo cidadão/cidadã brasileira teria que ler. Este relatório estava desaparecido, nós conseguimos recuperá-lo e ele está na página da auditoria cidadã. Este relatório é um documento histórico. Então, a década de 80 é chamada de 'a década perdida' por isso. O Banco Central assume essa dívida – olha aí de novo: assunção de dívida sem contrapartida. Assumiu a dívida e não recebeu o dinheiro. O dinheiro tinha sido recebido por algum setor público que fez os investimentos e setor privado, principalmente, e a maior parte do crescimento foi por conta das taxas de juros de mais de 20%. Isso começou a fazer a dívida crescer como bola de neve.

O Banco Central, neste momento, assume tudo isso como dívida pública e começa a pagar juros abusivos sobre isso, arrebatando com o país. Em 1992, há uma suspeita de que toda essa dívida que foi assumida pelo Banco Central prescreveu. Olha a gravidade disso... Por que essa suspeita de prescrição? Porque esses contratos que foram assinados em Nova York assumiram essa dívida pública e privada. Explicando: em 1983, o Banco Central assumiu todas aquelas parcelas de dívidas anteriores, que venceriam em 83. Em 1984, um outro acordo assumindo todas

as parcelas daquelas dívidas públicas e privadas que venceriam em 84; em 1986, todas as parcelas que venceriam em 85 e 86; e, em 1988, todas as parcelas que venceriam em 87, 88 e futuras. O acordo de 88 foi imenso, todas as parcelas futuras acordadas. Ocorreu até uma antecipação de obrigação. Na época, como não tinha transparência, o que era noticiado era assim: “O Brasil está tendo que fazer um novo acordo”, como se não estivesse cumprindo o anterior. Mas não era; eram novas parcelas que estavam assumindo. Isso aí só ficou claro depois, nas nossas análises. Esses contratos assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, englobavam a totalidade da dívida externa brasileira junto a bancos privados internacionais.

US: E a sociedade estava entretida com o processo de democratização, em 1988, a Constituinte...

ML: Claro!

US: É por isso que na Constituição tem um dispositivo que exige auditoria e que limita os juros a 12% ao ano no máximo?

ML: Esse artigo foi abolido em 2003. Aliás, foi uma das primeiras mudanças constitucionais do governo Lula. O artigo 192 tinha o limite pra 12%. Falava, inclusive, em usura. Cortaram isso, estava na Constituição. Retomando: esses contratos eram com bancos privados internacionais, é muito importante que isso fique claro, porque tem outro tipo de dívida, que é a dívida com o FMI, que sempre foi a menorzinha...

US: Que foi a que o Lula pagou...

ML: Isso... O FMI nunca deu dinheiro. Quando venciam uma das parcelas com esses bancos privados, o FMI disponibilizava o dinheiro, que não vinha pro Brasil, ia direto pro banco. Era assim que funcionava o chamado *stand by*: a nossa dívida passava para o FMI e ele pagava aos bancos. O Brasil deixava de dever ao banco e passava a dever ao FMI as parcelas. E a dívida aumentando loucamente, porque as condições eram realmente abusivas.

Esses contratos tinham uma cláusula extremamente leonina que dizia o seguinte: qualquer parcela que deixasse de ser paga – seja de capital principal, seja de juros, seja de qualquer encargo, qualquer uma – anteciparia todos os vencimentos futuros para essa data. E isso aconteceu em 1986. Porque, veja bem, o

Banco Central assume a integralidade da dívida, pagando juros, juros, juros, juros... Em 1986, teve uma parcela de juros que não se pagou, antecipando tudo e aumentando ainda mais o pagamento de encargo, porque estava tudo vencido, o que aprofundou ainda mais a crise a partir de 87. Só que, nesse momento, como a dívida inteira ficou vencida aqui, começou a contar o prazo de prescrição, porque como esses contratos eram assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, lá tem uma legislação, o chamado ‘estatuto das limitações’, que diz que se você tem uma dívida, tem seis anos para judicializar essa dívida; tem que botar aquilo na justiça, se não fizer isso, em seis anos, a dívida prescreve.

E os bancos credores não judicializaram essa dívida, porque qualquer tribunal iria dizer: “Você está dizendo que o Banco Central do Brasil te deve? Prove que você entregou esse recurso a ele”. E eles não tinham essa prova, porque foi uma mera transformação de outras dívidas, em contratos totalmente ilegais, obscuros, secretos, que ofendiam a soberania, ofendiam a Constituição. Por isso eles não judicializaram. Resultado: em 1992, essa dívida teria prescrito. E o que aconteceu em 1992? Nós estávamos numa confusão com o *impeachment* do Collor, com o acidente que matou Ulisses Guimarães, que era o presidente do Congresso, e o Severo Gomes, que era o cara que mais sabia de dívida externa – aquilo ali foi pra matar o Severo... Então, naquela conjuntura complicadíssima, foi aprovada uma resolução a jato no senado e houve uma negociação internacional da dívida. Quem estava nessa comissão de negociação eram Pedro Malan, Armínio Fraga, Murilo Portu-

“ O FMI nunca deu dinheiro. Quando venciam uma das parcelas com esses bancos privados, o FMI disponibilizava o dinheiro, que não vinha pro Brasil, ia direto pro banco. Era assim que funcionava o chamado *stand by*: a nossa dívida passava para o FMI e ele pagava aos bancos. O Brasil deixava de dever ao banco e passava a dever ao FMI as parcelas. E a dívida aumentando loucamente, porque as condições eram realmente abusivas.

gal e mais 50 pessoas. Essa comissão renegociou a dívida externa no seu conjunto com os bancos privados internacionais. Existem vários indícios de que ela prescreveu, indícios fortíssimos. E tudo isso que eu estou contando é idêntico ao que nós achamos no Equador. Até esses contratos em 83, 84, 86 e 88, com as mesmas cláusulas. Só mudavam os valores e o nome do país; o resto era tudo idêntico. Na Argentina, idêntico: 83, 84, 86 e 88.

US: Na Grécia?

ML: Não, na Grécia é diferente. Na América Latina, em todos os países que entraram na sedução do endividamento, a história foi idêntica e, no Equador, tivemos acesso ao contrato de renúncia da prescrição, impresso. Aqui no Brasil nós não tivemos acesso a esse contrato, mas tivemos acesso a vários documentos que mencionam o contrato de renúncia.

O que aconteceu com essa dívida prescrita? Em 1994, ela foi trocada por títulos da dívida externa, papéis novos, emitidos em Luxemburgo, paraíso fiscal, no chamado 'plano Brady'. Esses títulos resultados do plano Brady eram títulos que não podiam ser comercializados em nenhuma bolsa regular do mundo porque eles eram títulos que o mercado financeiro sabia que eram títulos fraudulentos, resultantes de uma dívida prescrita. Eram chamados 'títulos podres' e isso era falado no jornal aqui no Brasil: títulos podres, títulos podres... E qual foi o destino desses títulos podres? A partir de 1996, eles foram aceitos parcialmente como moedas pra comprar nossas empresas privatizadas e, ainda em 1994, parte foi aceita como troca por dívida interna. Nós estávamos no início do plano real e é nesse momento que nasce a dívida interna, que agora está em 4 trilhões e meio. E lá no início do plano real, o qual muita gente ainda elogia,

“ Não, na Grécia é diferente. Na América Latina, em todos os países que entraram na sedução do endividamento, a história foi idêntica e, no Equador, tivemos acesso ao contrato de renúncia da prescrição, impresso. Aqui no Brasil nós não tivemos acesso a esse contrato, mas tivemos acesso a vários documentos que mencionam o contrato de renúncia.

o plano real pagava juros de 50% ao ano. Uma dívida que nasce lá na ditadura, obscura, grande parte privada, cresce em função da alta de juros pelos próprios credores; é somada a dívida privada, vira tudo dívida do Banco Central, isso prescreve, a prescrição é ignorada, transforma em título Brady, título Brady vira dívida interna com juros de 50% ao ano e título Brady compra empresa privatizada.

US: A Dilma poderia te chamado uma auditoria da dívida pública?

ML: Qualquer presidente poderia, porque auditoria deveria ser uma praxe, independentemente do dispositivo constitucional que está na Constituição, que é o dispositivo em que o Congresso deveria criar uma CPI mista, envolvendo Câmara e Senado para fazer auditoria. O Congresso chegou a criar essa comissão em 1989, a que o Severo fez esse relatório jurídico e o outro relatório que verificou a parte financeira e tal. Houve um boicote, ele não chegou a ser votado e eles mesmos confessam que não chegaram a fazer auditoria. Fizeram apenas um levantamento por amostragem. Esse relatório, apesar de todos os empecilhos, é importantíssimo. Teve o do Severo Gomes e teve o do deputado Luís Salomão. O do Severo Gomes chegou a ser aprovado, que é esse jurídico; o do Luís Salomão não foi aprovado nem na comissão nem no plenário e aí já convocaram outra CPI, que nem chegou a funcionar direito. Até hoje não conseguimos uma CPI mista. Nós conseguimos, em 2009, uma CPI da Câmara, que retomou tudo isso, mas foi de novo muito boicote. Nós tínhamos que ter uma equipe de trabalho, mas eles não convocaram. Eu fui requisitada e fiquei praticamente só: lá, era eu, um auditor da Caixa Econômica (um excelente auditor, mas que não sabia quase nada de dívida) e dois agentes administrativos. No Equador, que é uma economia menor e, automaticamente, uma dívida 40 vezes menor, menos operações e tudo mais, havia uma equipe de 60 pessoas.

US: E a solução que o Equador deu qual foi?

ML: O Equador, em 2007, estava numa situação muito complicada. Vinha de ajustes fiscais tão drásticos, que lá deixou de existir saúde pública. É como se acabasse o SUS aqui no Brasil. Eles já tinham, inclusive, perdido sua moeda, estavam numa economia

dolarizada desde o ano 2000. Quando Rafael Correa assume, convoca auditoria, cria uma comissão e nela colocou pessoas do Equador, dos órgãos responsáveis pela investigação da dívida, pessoas dos movimentos sociais e convidou seis estrangeiros. Eu tive a honra de ser uma dessas seis pessoas.

Depois de um ano e dois meses – foram 14 meses de trabalho –, nós apresentamos o relatório final. Nós tínhamos reuniões de acompanhamento diretamente com o presidente. Ele convocava, iam os ministros, mas ele fazia questão de ouvir a opinião da equipe técnica. Íamos para essas reuniões com malas de documentos e quando nós falamos desse negócio da prescrição, ele disse: “Quero ver o documento”. A gente tinha que, lá na hora, mostrar. Ele mantinha-se informado de tudo. Quando nós apresentamos o relatório, em setembro de 2008, tinha um cupom de juros que vencia em novembro. Ele suspendeu aquele pagamento e destinou todo aquele dinheiro para saúde e educação.

Até aquela revista ortodoxa, a *The Economist* – é claro que eles não elogiavam Rafael Correa – disse: “Parece que o senhor Rafael Correa não é um homem desonesto”. Porque, de fato, os investimentos em saúde e educação aumentaram 70% naquele ano. O Equador erradicou o analfabetismo, criou o sistema de saúde pública, fez investimentos em estradas em concreto – não de asfalto, que fica sempre exigindo manutenção. Não; tudo concreto. Ele suspendeu aquele pagamento, submeteu o nosso relatório a crivo jurídico nacional e internacional. Diante do respaldo, assumiu um ato soberano e disse que recomprava a dívida por 30% do valor: “Quem quiser, vem cá, que eu estou com o dinheiro; quem não quiser, vai à justiça e eu vou me defender com esse relatório”. E no nosso relatório, o Equador não tinha que pagar nada, o Equador tinha dinheiro pra receber. Só que se ele fosse entrar na justiça contra tudo aquilo, isso ia ficar se arrastando e os bancos compram tudo, compram todo mundo, não ia dar em nada.

US: Os bancos aceitaram?

ML: Aceitaram caladinhos. E por isso ele anulou 70% da dívida externa com bancos privados internacionais, o que sempre foi a maior parte da dívida. Os bancos privados internacionais sempre foram os

maiores credores. E, aqui no Brasil, toda aquela dívida externa...

US: Eu tinha perguntado do Equador porque, pelo que você falou, no Brasil existem vários órgãos, o próprio Estado, aí vamos no tribunal de contas da União, porque seria um órgão que deveria também entrar no pedido de auditoria e eles assinam as contas todo ano, eles se responsabilizam pelo que está nos relatórios... Tem o nome deles todos, um por um. Como é essa relação entre o tribunal de contas da União e a nossa dívida pública? Como eles assinam a prestação de contas? É anual a aprovação? E a dívida dos estados, como acontece? O que mais o Brasil perde cada vez que a gente paga as parcelas das dívidas dos estados?

ML: Nós falamos até agora da dívida externa. Eu só queria expor mais uma informação, que fecha as coisas. Quem participou daquela comissão de transformação da dívida quando Fernando Henrique é eleito e assume a partir de primeiro de janeiro é Armínio Fraga, que passa a ser presidente do Banco Central, e Murilo Portugal se torna secretário de tesouro nacional. Todo o controle financeiro ali na mão deles e esse é o apoio internacional para o governo de Fernando Henrique. O compromisso de fazer as privatizações, que, aliás, são pagas com título público, esses títulos de Luxemburgo... Toda a construção de dívida – porque isso foi uma dívida construída – serviu para entrega, para troca do patrimônio público e ainda mais: serviu para criar a dívida interna, que explodiu a partir do plano real e hoje é o maior problema. Com todo apoio político internacional que tinha o Fernando Henrique, por causa das figuras que fizeram a troca de dívida prescrita por títulos.

Imagina se se reconhecesse, na época, que a dívida prescreveu? Nós teríamos outra História do Brasil da década de 90 pra cá, porque a dívida tem sido a amarra do Brasil desde então. A transferência de dinheiro público para os bancos na ressuscitação da dívida foi brutal, por isso esse grupo tem todo o apoio do mercado financeiro internacional e todo o suporte. E são os mesmos que estão no poder até hoje. Inclusive, no governo Lula, Meireles é quem assume e é ligado aos grandes bancos internacionais... O tribunal de contas tem atribuição de auditar todas as contas do país e, da mesma forma, a controladoria geral da União. Da mesma forma, o poder legislativo existe para vigiar o

executivo e também o ministério público, que também tem poder para verificar quando provocado. Foi provocado após a CPI, mas não realizou nenhuma ação. O tribunal de contas faz acompanhamento, não investiga, ainda mais essa auditoria integral, que seria uma auditoria que olha toda a conjuntura, todos os contratos. Se o recurso foi realmente aplicado, que patamar é esse de juros, se há conflito de interesses do próprio banco estar emitindo a moeda emprestando, ditando a taxa de juros... Não olham nesse aspecto, olham se está registrado no ativo, no passivo... É esse o acompanhamento que fazem!

US: Quem são as pessoas do tribunal de contas? Como eles são escolhidos?

ML: A equipe técnica é excelente, o problema são os conselheiros, que são indicados politicamente e, com o que aconteceu agora no Rio de Janeiro, ficou muito evidente o elevado grau de corrupção que existe com esses conselheiros indicados. O governador mais corrupto da história de Minas Gerais foi o Nilton Cardoso. A esposa dele é conselheira do tribunal de contas e isso acontece em vários estados.

US: Quem indica é o governador?

ML: Na União, quem indica é o poder executivo e o Congresso aprova. E ele aprova porque também é uma classe política. Se um não fiscaliza aqui, o outro não fiscaliza ali, muito bem articulado. Tanto é que as entidades representativas dos servidores dos tribunais de contas têm uma campanha histórica para que

os conselheiros sejam de carreira, para que haja uma votação interna, democrática, uma escolha transparente e uma atuação competente, porque às vezes as pessoas que são indicadas para serem conselheiras não têm nem conhecimento da matéria e como elas foram indicadas, ganharam aquele cargo de presente, elas ficam meio que reféns.

US: Tem salário?

ML: Tem. Vitalício e altíssimo. É um escândalo. Eles que colocam na pauta o que vai ser investigado. Então, não entra na pauta. Essa questão da dívida, nós pedimos durante a CPI os relatórios de todas as investigações que o tribunal de contas da União teria feito dessas negociações da dívida na década de 1980, negociaram a totalidade da dívida externa com bancos privados internacionais, não foi feita nenhuma investigação. Nenhuma. Na troca de dívida externa dos bancos por títulos no plano Brady, houve uma investigação para o Brasil ter o direito de fazer essa troca de dívida com bancos, prescrita por títulos Brady. O Brasil ainda teve que comprar títulos da dívida norte-americana em garantia. Os caras jogam pesado: você ainda vai comprar títulos para dar garantia.

Nessa compra de títulos bônus da dívida americana, os *treasury bonds*, o tribunal de contas fez uma verificação, porque houve uma denúncia de que os títulos que o Brasil comprou foram mais caros do que deveria. Essa foi a apuração. Não tinha nenhuma auditoria cidadã pra se preocupar com isso, porque foi um escândalo. É preciso deixar claro aqui que eu não estou fazendo uma crítica aos servidores do tribunal de contas, mas à falta de pautarem, das direções pautarem o tema e fazerem uma investigação histórica, e isso em todos os outros órgãos. Pega o IPEA, aquele prédio inteiro, o Instituto de Política Econômica Aplicada... Fazem estudo sobre tudo, exceto sobre a dívida. Quando o orçamento federal vai para o Congresso aprovar, o Congresso pode opinar sobre todos os gastos, exceto sobre a dívida; não pode nem fazer emenda do que vai para a dívida. Que bibliografia vocês conhecem sobre a dívida no Brasil? É raríssimo. É um tema colocado fora do debate, para ninguém conhecer, para ninguém investigar e ainda nos desgastam. Nesses anos todos de auditoria cidadã (começando no ano 2000), você não imagina por quanta



desqualificação a gente já passou simplesmente por querer saber que dívida é essa. Uma desqualificação pesada, de sair minha cara no jornal O Globo, no domingo. Desqualificando quando aconteceu a questão lá no Equador, porque logo que teve a auditoria, teve aquele problema da Odebrecht lá, não sei se vocês lembram. E já me usaram como bode expiatório para dizer que o Brasil empresta auditora e o resultado é um calote no Brasil, sendo que o Equador nunca deu calote no Brasil. O problema era com os bancos privados internacionais. Fizeram uma confusão.

US: Você é funcionária pública?

ML: Sim. Eu fui auditora da Receita Federal, mas agora já me aposentei. Quando eu fui para o Equador, eu ainda não tinha me aposentado.

US: Mais uma desculpa para te desqualificar...

ML: Eu corri risco, porque primeiro eu dediquei minhas férias de 2007, 2008. Um mês de licença-prêmio que eu ainda tinha eu dediquei para esse trabalho no Equador, mas não deu para fazer tudo. No final, consegui uma liberação para ficar lá mais quatro meses sem nenhuma vantagem. Não recebia nem diária, só o meu salário que eu recebia aqui para pagar minhas contas aqui enquanto estava lá. E o Equador pagava, lá, o meu hotel e as minhas passagens, porque eu trabalhei de graça para eles.

Quanto eles teriam que pagar para um auditor fazer o trabalho que eu fiz lá? Meu trabalho lá foi totalmente voluntário e quando teve aquilo tudo, o Rafael Correa enfrentou, no final de 2008 (quando ele já tinha suspenso o pagamento para investigar), um problema com uma hidrelétrica lá que a Odebrecht construiu e que parou de funcionar, deu dano ambiental, custou o dobro etc. Eles já tinham mandado várias cartas para a Odebrecht e a Odebrecht nada. Um dia, o presidente deu uma entrevista: “Vou parar de pagar o BNDES”. Aí o senado se levantou: “Que história é essa do Equador dever pro BNDES? O BNDES não pode fazer empréstimos externos”. E aí, estava todo mundo: “Nós temos que chamar o Lula aqui, nós temos que chamar o Luciano Coutinho, nós temos que chamar o Mantega.” Eram essas figuras que estavam na fita. Eu recebo uma ligação de um jornalista da Globo para uma entrevista. Eu disse:

“Olha, sobre a Odebrecht, eu sei tanto quanto você: o que sai no jornal, porque eu não trabalhei com isso. Lá eu trabalhei com essa dívida com os bancos privados internacionais”. “Que bancos?” “Lloyds Bank, Chase Manhattan, JP Morgan, Citybank, e outros, principalmente esses e o Bank of America”. “E o BNDES?” “Não, o BNDES não tem nada a ver com isso. O BNDES é banco brasileiro”.

No domingo sai no jornal uma foto de um palmo por um palmo, colorida, que eles tinham tirado em um seminário internacional que a gente fez para divulgar a questão do Equador e ali estava escrito “Brasil empresta auditora e o resultado é um calote”, colocando-me como traidora da pátria. Fui parar no hospital por causa disso e tive que fazer um relatório completo. A sorte é que eu tenho cacoete de editora, tudo que eu faço é documentado, tinha cópia de todos os relatórios que eu apresentei no Equador, com recibo de entrega para provar o trabalho que eu fiz lá, que não tinha absolutamente nada a ver com aquilo. Mas a gente sabe de quem é O Globo. A história vai andando e eu entrei na justiça. Perdi, claro. Imagina: Maria Lúcia contra Organizações Globo. Claro que eu perdi.

US: Além da questão sobre o tribunal de contas da União, eu queria também colocar os tensionamentos com a mídia, com a classe política, com os bancos...

ML: Por exemplo, você já viu alguma matéria sobre isso na mídia? Não se vê na grande mídia. Eu já cansei de dar entrevista para repórteres jovens, que, quando tomam conhecimento, acham que vão dar um furo. Eles vêm, fazem entrevista, pedem gráfico, montam tudo, mandam para a gente ler, porque é a primeira vez que eles estão lidando com o assunto, querem fazer bem certinho. Já dei entrevista para O Globo, para a Folha, para o Estadão, todos esses grandes, inclusive para a TV Globo. A Lillian Witte Fibe veio aqui na auditoria, fez uma entrevista de horas para a Globo News, que não saiu.

A da Globo chegou a ser anunciada e no dia não foi ao ar. Tinha um outro programa lá dos aposentados, aí anunciaram que o programa ia sair semanas depois. Quando saiu, semanas depois, só saiu o povo do mercado falando. Eu não apareci, mas a nossa jornalista gravou tudo e colocou no ar, está no nosso Fa-

cebook. É o que a gente chama de sistema da dívida: são várias engrenagens, uma move a outra. Primeiro, a dívida, há muitos anos, aquela dívida que a gente começou falando dos empréstimos para investimentos e tal, houve alguns lá na década de 70 e um ou outro muito pontual, é gota d'água no oceano. E a dívida tem servido para direcionar todo o nosso modelo econômico: direciona a política monetária, direciona o que vai gastar e com que, porque pega metade. Então, o resto fica todo sacrificado. Esse modelo econômico, principalmente pautado por essa política do Banco Central de juros altos e enxugamento da base monetária, que é a tal da operação compromissada, que, na prática, é a remuneração da sobra de caixa dos bancos. Isso já está em um trilhão e cem bilhões de reais e é remunerada diariamente. Sobra o dinheiro que eles não conseguem emprestar.

US: E a gente paga juros sobre isso?

ML: O Banco Central aceita esse dinheiro, entrega título da dívida para eles e, como eles estão de posse dos títulos da dívida, isso justifica nossa remuneração, que é diária e não há transparência nenhuma. Nós não sabemos quem são os detentores dessas operações compromissadas, quanto estamos pagando de juros pra eles e, para pagar esses juros, vem o ajuste fiscal, corta da saúde, corta da educação, corta em todos os gastos sociais para pagar esses juros para o banco da remuneração da sobra de gastos. E outros mecanismos, como o escândalo do *swap* cambial. Em relação a isso, um auditor do Banco Central fez um relatório brilhante denunciando que esse tipo de *swap* cambial que o Banco Central faz é totalmente ilegal, porque não é compra e venda de moeda. O Banco Central simplesmente garante para os bancos a variação do dólar para cima ou para baixo. É um jogo e não há amparo legal para isso. Esse relatório foi um dos que foram arquivados pelos conselheiros do Banco Central. Esse auditor ficou tão decepcionado, que quis mudar de área. Depois eu posso te dar o número do processo para vocês colocarem na matéria. A CGU nunca fez auditoria da dívida, só temos a carta deles respondendo para a CPI. Nunca auditou a dívida, nunca fiscalizou o Banco Central. A CGU tem o poder de fiscalizar o Banco Central e nunca fiscalizou, não entra na pauta. Eles fazem centenas de

operações importantíssimas para o país, tanto a CGU como o TCU, só que a dívida não é pautada.

US: Essa fiscalização depende de vontade política do presidente da república, se ele quiser, dependendo do tipo de compromisso que ele tem... Eu estou lembrando daquela reunião que o Fernando Henrique fez antes das eleições. Ele chamou o Lula e, para dar uma disfarçada, chamou o Serra, dizendo, eu imagino, que ele iria se eleger, mas nisso não se mexe, mas depende de vontade política... E aí vêm os conflitos também da auditoria com o presidente da república, com o executivo.

ML: Claro... Do financiamento de campanha... Eu desviei das engrenagens explicando operação compromissada e os mecanismos, mas o sistema da dívida é isso: monitora e dirige o tipo de modelo econômico que a gente vai ter para garantir os privilégios financeiros, metade do orçamento federal, o dinheiro das privatizações, dinheiro de todo ajuste fiscal. Garante privilégio financeiro como? Com um sistema legal, a legislação votada por outra engrenagem; a classe política, totalmente financiada e beneficiada, é daí que vem, por exemplo, essa PEC do teto, que não controla os gastos financeiros, ao contrário, controla todo o resto. Ou melhor: põe um teto para todo o resto para que sobre mais. Modelo econômico, privilégio financeiro, sistema legal corrupto, votado dessa forma, sistema político, grande mídia, que tem um papel importantíssimo, a corrupção é uma engrenagem, porque esse modelo é corrupto em si e essa corrupção que sai nos jornais é ótima para eles. Se você sair na rua e perguntar para a população por que o Brasil não está dando certo, a resposta será: "É por causa do Mensalão, é por causa do Petrolão, é por causa da Lava Jato". Não é por causa do sistema da dívida, é por conta dessa corrupção que sai no jornal. E na cabeça de tudo isso, quem controla essas engrenagens é o sistema financeiro, comandado pelo FMI, Banco Mundial e os grandes bancos privados. É um comando internacional.

A classe política, incluindo o executivo, é apenas uma das engrenagens. Não são eles que mandam. É um instrumento muito bem arquitetado. Ainda sobre o TCU, no final de 2016, o senador Álvaro Dias fez um requerimento ao plenário do senado e o plenário do senado aprovou uma auditoria da dívida interna pelo TCU. Esse requerimento foi parar no

TCU. Em janeiro desse ano, fizemos uma reunião com a equipe técnica, porque ainda não tinha sido designado relator. Levamos um documento de 30 páginas com sugestões fundamentadas sobre a questão da dívida interna, explicando, nesse processo, que a gente vem investigando desde o nascimento com o plano real, com essa transformação de dívida externa ilegítima, com indícios de ilegalidade, juros abusivos e uma operação que está acontecendo ultimamente, que é a megapedalada fiscal.

Esta megapedalada fiscal acontece assim: todo ano, vamos supor que o estoque da dívida é essa mesa aqui, dentro desse estoque tem títulos indexados da Selic, títulos pré-fixados, títulos indexados à moeda estrangeira, é um conjunto de títulos; todo ano, cada um desses títulos vai dar um rendimento nominal diferente. Todo ano está sendo feita atualização paralela desse estoque, mas essa atualização não tem nenhuma legislação que fala que é para atualizar a dívida, porque ela já está embutida no rendimento do título. Eles atualizam, sai daqui e vem pra cá. Quando atualizam, eles emitem novos títulos e pagam essa atualização para os detentores dos títulos. Isso aqui não é atualização, é a maior parte dos juros que está sendo paga. Sobra um pedaço dos juros e só esse pedaço é que está sendo informado no SIAF, o sistema de contabilidade oficial como juros, toda essa parcela aqui está sendo contabilizada como se fosse rolagem ou amortização. Sabe aquele nosso gráfico de pizza que muita gente critica porque a gente soma juros com amortização, principalmente o pessoal da economia? Eles não sabem isso que eu estou falando, eles não sabem que a maior parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse amortização. Essa é a megapedalada e isso é inconstitucional.

O artigo 167 da Constituição proíbe pagamento de despesas correntes com novos títulos. Ele só permite emitir dívida para pagar despesas de capital, que são investimentos ou amortização da dívida. Não pode emitir títulos para pagar salários, gastos do que se consome durante o ano e juros, porque juros são despesas correntes. Com essa manobra de atualizar e pagar com novos títulos, estão contabilizando essa bolada da atualização como se fosse amortização. Um dos objetivos da PEC 55 foi uma tentativa de legalização disso. Está lá que tudo que sobra vai

para a dívida. Quanto à dívida interna, tem esse procedimento no TCU. Nós temos comprovado que essa dívida não tem contrapartida real, é uma dívida meramente financeira. Isso está comprovado, inclusive, nos números oficiais, que é uma dívida de juros sobre juros, que ela já nasce naquela transformação de outra dívida com juros de 50% e vários outros mecanismos, inclusive assunção de dívida de bancos no PROER federal e vários outros mecanismos, como o a operação compromissada e *swap* cambial, que produzem dívida sem contrapartida nenhuma. Vamos aguardar esse procedimento do TCU. Nós já fizemos outra reunião no gabinete do Aroldo Cedraz, que foi o ministro indicado, mas ele não participou, só a assessoria dele.

US: Essa ação do TCU pode comprometer a ação da ACD em relação à dívida? Pode esvaziar?

ML: Pode ser uma tentativa de esvaziar falar que fizeram uma auditoria no TCU e o resultado foi esse, está tudo certo, não tem mais o que fazer, mas nós vamos continuar falando se isso foi uma pizza ou não. Isso é uma coisa que várias pessoas estão falando. Se a gente torce por uma auditoria, quando ela vem, ainda que seja uma coisa parcial, a gente tem que ficar feliz, pelo menos agora está se falando nisso. Antes, quando a

“ O artigo 167 da Constituição proíbe pagamento de despesas correntes com novos títulos. Ele só permite emitir dívida para pagar despesas de capital, que são investimentos ou amortização da dívida. Não pode emitir títulos para pagar salários, gastos do que se consome durante o ano e juros, porque juros são despesas correntes.

gente falava em auditoria, eles falavam: “Você está querendo dar calote?” Olha a tentativa de desqualificar de cara. Eu digo: “Não. Você que falou em calote; eu estou falando em auditoria”. Eu vejo como um passo adiante, já estão falando em auditoria, agora vamos ver o que vem; o que vier, vamos analisar e continuar. Se por um lado podem tentar esvaziar, se eles vierem com uma coisa que não aponta para o que a gente já sabe, vai nos dar gás pra rebater, vai abrir espaço para a gente fazer o contraponto.

US: Então, quando se fala que a solução para a dívida pública é o calote, como dizem alguns setores da esquerda, a resposta é que a solução não é o calote, é a auditoria pública e cidadã; é isso?

ML: A gente não prega o calote. A questão é a seguinte: eles querem deixar todo esse histórico de ilegalidade em segredo porque é muito confortável continuar amarrando o Brasil, continuar pegando grande parte do orçamento, todo o patrimônio, dirigindo toda a economia e sacrificando a imensa maioria do nosso povo por conta dessa chamada dívida pública. Foram muito espertos pra escolher a dívida para ser o veículo de propaganda do governo na mídia.

Isso é um sistema financeiro capitalista mundial, porque, quando se fala em dívida, todo mundo respeita, é uma palavra muito clara para a sociedade, porque, na nossa vida pessoal, se eu falar que você me deve 100, você vai me perguntar que dia eu te dei esses 100; para nós, dívida pressupõe contrapartida. Quando você começa a investigar, lá em 1822 não teve contrapartida, lá na década de 1970 não teve contrapartida, uma boa parte era privada, quando transformou em dívida do Banco Central não teve contrapartida, quando trocou por Brady não teve contrapartida, quando transformou de Brady pra dívida interna não teve contrapartida, quando usa esses mecanismos financeiros de *swap* cambial, de operação compromissada, de PROER, nada disso teve contrapartida. Isso não é dívida.

US: Eles não emprestaram dinheiro para a gente, a gente que está emprestando a fundo perdido?

ML: Eles estão usurpando do instrumento de endividamento público. Isso que a gente chama de sistema da dívida é a utilização do endividamento público às avessas. Ao invés do endividamento público ser aquele sistema que aporta recursos, que viabiliza investimentos de longo prazo, a dívida passa a ser um ralo de recursos, que continuamente retira recursos para transferir para o sistema financeiro. Eu que criei a expressão “sistema da dívida” e ela está sendo usada no mundo inteiro pelos movimentos sociais para qualificar essa utilização às avessas do endividamento público. De cara, eles tentam desqualificar. Depois, impedir que a gente avance, inclusive tirando pessoas. Não sei quantas pessoas nós já formamos. As

pessoas começam a fazer palestra e aparece um cargo para aquela pessoa, um convite para algum lugar, do nada. Quem quer arrumar um bom emprego que venha para a auditoria, certamente vai arrumar. Ou, então, infiltrados: quando o grupo começa coeso, estudando, aparece um infiltrado e arrebenta tudo. Isso aconteceu em São Paulo e em vários lugares.

US: Mas a solução é política...

ML: A solução é política e a gente não desiste. Enquanto eu viver, não vou parar de falar nisso, porque esse é o maior problema do nosso país e isso está se multiplicando. Nós já temos centenas de colaboradores ao longo do Brasil, entidades das mais respeitadas do país estão nos dando algum tipo de apoio, o próprio ANDES. Só o espaço que vocês vão dar com essa entrevista... Olha a importância, quanta gente vai ler isso... A OAB nos dá um lugar para funcionar... Está avançando. Ontem, naquele evento de combate à desigualdade, várias entidades e vários parlamentares falaram da questão da dívida e da necessidade de auditoria. Acho que as sementes já foram plantadas, tá começando a brotar, porque ninguém falava em auditoria, ninguém suspeitava da dívida; agora já se suspeita, já se fala em auditoria, já tem procedimentos de auditoria em andamento.

É um caminhar muito mais lento do que a gente queria, porque agora, na conjuntura atual, que a PEC 55 já virou emenda 95, já está na Constituição, a justificativa é a dívida pública, na 93, que aumentou a DRU para 30% e criou a DREN para estados e municípios, a justificativa é pagar a dívida. O 257, que foi aprovado de forma capenga, Temer vetou, agora está o 343 e pouca gente está atinando para o 343, que arrebenta com os estados; a justificativa é pagar a dívida. A contrarreforma da previdência tem por trás reduzir o volume de recursos que vai para a previdência para aumentar o volume que vai para a dívida; e todo esse ataque à previdência é porque ainda é um setor que recebe um volume considerável de dinheiro.

US: E que fica para o trabalhador; não vai para os bancos.

ML: É, não vai. E o dinheiro na mão do trabalhador é aquilo que a gente já comentou: vai para educação, porque ele vai pagar uma escola, um curso extra para o filho, vai comprar um material escolar melhor, vai

poder ter uma saúde melhor, vai adquirir bens no mercado, vai movimentar a economia; está provado que isso movimenta a economia da grande maioria dos municípios.

US: Outro aspecto que julgamos importante é que a maioria dos municípios brasileiros são pequenos. Quando sai o pagamento dos benefícios na área rural, isso movimenta toda a economia do município. Aposentadoria rural é a primeira que está sendo atacada sob a acusação de que os trabalhadores não contribuem. Mas e a dívida dos estados?

ML: A dívida dos estados é uma novela. Para começar, não existe bibliografia. O único livro que existe no Brasil sobre a dívida dos estados é esse aqui que escrevemos. Então, como é que as pessoas vão saber? A dívida dos estados começa na década de 70 sob aquela sedução por empréstimos, passa por aquela alta dos juros, pela negociação da década de 80 (quando os estados assumem uma obrigação) e ali começa a transformação da dívida dos estados, que era externa para interna, no âmbito dos estados.

Naquele momento, para fazer essa transformação de dívida externa em dívida interna, a União assumiu a dívida externa dos estados naqueles acordos espúrios para o Banco Central ficar sendo o devedor e, para os estados fazerem essa transformação, eles emitiram dívida interna. Há, inclusive, um decreto, uma lei em que os estados foram incentivados a emitirem títulos da dívida interna por conta e risco do tesouro; tipo assim: emite, que eu garanto. A dívida dos estados teve uma alta enorme nesse período.

É interessante observar o seguinte: primeiro, quando essa dívida nasce, na década de 70, por meio de bancos privados internacionais, nasce de forma totalmente sem transparência. Nós analisamos todas as resoluções do senado federal que aprovaram dívidas dos estados para produzir esse livro. Nós descobrimos que a imensa maioria das resoluções, tem aqui os gráficos, não identifica quem era o agente credor. Você nem sabe quem está emprestando; na década de 70, empréstimos externos eram sem definição de agente credor. Depois, empréstimos para investimento em infraestrutura, outro tanto aqui é sem identificação, olha, na década de 80, sem identificação de agente credor, quase 45%, aqui é a destinação de recursos.

US: Se você não identifica o agente credor, como paga?

ML: Exatamente. Olha só como muda... Antes da união refinanciar, era emissão de títulos da dívida interna. Por meio dessa emissão de títulos da dívida interna, os estados substituíram a dívida externa por interna com o acordo da União, que pegou essa dívida externa que era dos estados, refinanciou naquele processo espúrio e os estados começaram a emitir títulos da dívida interna por eles mesmos. É perfeitamente visível nos gráficos que apresentamos no livro que a evolução da taxa de juros libor, que é definida pela associação de bancos de Londres, e a primeira caminham juntas. É a mesma variação: quando uma sobe, a outra sobe; quando uma cai, a outra cai.

Na década de 70, estas taxas chegam a mais de 20%. Aí, vem a crise e eles baixam depois, porque a dívida já foi transformada em outra coisa. E é transformada em outra coisa, já não estava sujeita a essas taxas, já eram outras taxas pactuais. A Lei 7614, de 87, autorizou a realização à conta e risco do tesouro, em caráter extraordinário de operações de crédito interno aos estados e municípios, junto ao Banco do Brasil e mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central. As operações teriam por finalidade suprir déficit relativo a despesas e emissão de novos títulos da dívida mobiliária. Primeiro, vem o Banco Central autorizando o Banco do Brasil a emprestar – é uma forma de eles assumirem a dívida externa – e, depois, autorizam a emitir títulos da dívida interna dos estados.

Vamos retomar: tem que destacar o “à conta e risco do tesouro”; houve um incentivo. Os estados emitiram dívida baseada na taxa de juros interna federal e, no início da década de 90, para controlar a inflação, essas taxas absurdas chegaram a 50%. Isso deu um nó na dívida dos estados. Quando a dívida já estava enorme por conta dessa política monetária federal, o impacto dessa política federal, o tesouro, também por exigência do FMI, nós encontramos a carta de intenções do FMI, que exigiu que a União refinanciasse a dívida dos estados.

Quando a União refinanciou, pegou essa dívida inflada – que é aquela dívida externa sem transparência, que cresceu por conta das taxas de juros –, autorizou essa troca e ela virou dívida interna.

Os estados emitem títulos, esses títulos crescem como uma bola de neve por conta da taxa de juros abusiva. Além da dívida estar inflada, nessa época, também por exigência do FMI, os estados tiveram que privatizar os seus bancos estaduais. Privatizou os bancos a preço de joia rara, passou para o Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, passou as agências com todos os clientes, com todos os créditos a receber, com todos os equipamentos que tinham sido todos renovados, tudo tinha sido modernizado, passou tudo. E o passivo desses bancos virou dívida dos estados. Em São Paulo, toda a dívida do Banespa virou dívida do estado de São Paulo.

US: Foi o caso do Piauí, quando o Banco do Brasil comprou uma parte do banco do estado...

ML: Olha o Piauí: era uma dívida inflada de 240 milhões. A essa dívida foram somados os empréstimos do PROES 69, mais 76, mais oito, a dívida refinanciada foi 394, aumentou 150 milhões.

US: E quem comprou foi o governo federal; deve ter sido um dos poucos estados.

ML: Pior aconteceu no Paraná: uma dívida que era de 462 milhões, o valor refinanciado virou 5 bilhões e 659 milhões, por causa do Banestado. Isso envolveu falcatura naquela transformação de títulos, das privatizações etc.

US: E no Rio de Janeiro?

ML: Rio e São Paulo não apareceram na planilha aqui, mas a gente descobriu depois em outra planilha do Banco Central. Esse comparativo é a tabela do tesouro e a tabela do Banco Central, algumas diferenças nós anotamos. No caso de São Paulo, na tabela do tesouro, ele não colocou nada do Banespa, mas para o Banespa foram 36 bilhões, de uma dívida de 46 milhões de reais, passou para 36 milhões de dólares.

US: Na época foi escandaloso, teve um monte de denúncia, envolveu o Covas, o Covas não queria, enfim... Acabou fazendo bem pior o Santander, que comprou o Banespa, e agora está ameaçado ir embora...

ML: Pois é, depois que já mamaram, eles vão embora. Na origem da dívida dos estados, a maioria dos credores não estão identificados e ainda tem suspeita de dívidas com paraísos fiscais, por exemplo. Alguns

dos identificados quem eram? Resolução 80 de 1975, o estado do Ceará pegou um empréstimo de quatro milhões e tanto de dólares com um banco em Nassau, Bahamas. Pará, 15 milhões de dólares nas Ilhas Cayman. Isso na década de 70, não tinha internet, não tinha comunicação, não tinha nada. Em 78, Goiás, 30 milhões de dólares com um banco em Singapura. O Ceará deve mais de 30 milhões de dólares para um banco nas Ilhas Cayman. O Rio, 20 milhões de dólares em 1977, Ilhas Cayman. Espírito Santo, 10 milhões de dólares com esse grupo Eurobras, no exterior também. Paraná, 60 milhões de dólares com o Banco do Brasil, através de agências internacionais; o Banco do Brasil fazendo empréstimo externo por meio de agências internacionais.

US: Isso vale para os municípios também?

ML: Vale, é a mesma coisa. É uma história que a gente deveria ter um grupo enorme de professores pesquisando para ir descendo na minúcia, porque é um grande volume de coisas.

US: Como a dívida pública é vista nos currículos das universidades?

ML: Não está pautada nos currículos. Em Economia, quando tem a matéria de dívida pública, eles a olham como moeda. Não se discute que dívida é essa, nunca. É a dívida como moeda, como um dos fatores econômicos. Resumindo, essa dívida passa pelos anos 70, 80, na década de 1990 ela incha por conta da política monetária, pega ela inflada e soma à dívida o passivo dos bancos, aí você tem um pacote totalmente ilegítimo, pega esse pacote, atualiza mensalmente pelo IGPDI, que é o maior índice de atualização do país, não mede inflação, mede expectativa de inflação, inclui variação do dólar etc, imagina corrigir isso mensalmente e além de corrigir mensalmente, aplicando juros que variaram de 6 a 9%.

Isso tem feito com que os estados paguem, paguem, paguem. E quanto mais pagam, mais devem. Eles já pagaram cerca de três vezes o valor refinanciado pela União e devem cerca de quatro vezes o valor refinanciado pela União. Ao longo desse período, essa dívida tem sacrificado os orçamentos, impedido os estados de investirem corretamente em educação, em saúde, na própria previdência dos estados, em rodovias e outros investimentos, e ultimamente está

justificando o PLP 257, que teve aquele problema na aprovação – não foi aprovado do jeito que os manos queriam. Veio agora o PLP 343, que impede os estados de darem reajuste dos servidores, contratem, atendam planos de saúde; autoriza apenas recurso para PDV (Plano de Demissão Voluntária), impede a estruturação do estado, deixa em aberto a cobrança de contribuição extraordinária para a previdência. Um lembrete: o pessoal estava comemorando porque caiu aquele dispositivo que passava para 14% a contribuição. Caiu, mas ficou que os estados podem cobrar o que for necessário, pode ser 20, pode 30, pode ser o quanto eles quiserem. Isso para incentivar as pessoas a pagarem a previdência privada.

US: Que é um outro embuste.

ML: Só idiota é que vai para a previdência privada, porque no mundo inteiro se sabe: já está provado que os trabalhadores pagam, pagam, pagam e, lá na frente, essas previdências privadas quebram, desaparecem. Tem um artigo que eu publiquei, a novela das dívidas dos estados. Nele vocês podem pegar mais detalhes.

US: Como você lida com esta diversidade de pensamentos políticos e ideológicos na ADP, porque sabemos que a auditoria envolve gente de tudo que é pensamento partidário, de direito, de esquerda, de centro, de tudo quanto é lado, e você está aí. E, para finalizar, o que você teria a dizer especificamente para os professores e para o ANDES?

ML: É o seguinte: essa questão da auditoria cidadã ser uma entidade aberta para todas as pessoas interessadas no processo de endividamento, tenham elas a ideologia que tenham, decorre, em primeiro lugar, de um respeito a todas as pessoas que estão pagando a conta. Então, se a pessoa é de esquerda, de direita, de centro, é miserável, é riquíssima, todo mundo está pagando a conta da dívida. Pagando sob vários aspectos: por meio da tributação, dos tributos que recolhemos, pela ausência ou deficiência, insuficiência dos serviços públicos a que temos direito e pagando também por viver em um país que deveria estar em outro patamar.

O Brasil, por toda a sua potencialidade, deveria hoje estar em um estágio de desenvolvimento socioeconômico muito superior ao que nós temos hoje.

Ainda que se diga que os ricos pagam menos porque eles têm benesses tributárias, sim, mas volta e meia um tem um filho assassinado por conta da violência, porque a maioria desses bandidos que estão aí hoje não são bandidos, são vítimas desse sistema totalmente injusto e nada disso precisaria estar acontecendo no Brasil.

O Brasil é o país da abundância. Era para termos escolas deslumbrantes, centros de saúde deslumbrantes, todo mundo ter emprego digno etc. O segundo aspecto: temos visto uma transformação de inúmeras pessoas que chegam com um pensamento totalmente ortodoxo e, à medida que vão tomando conhecimento dos fatos, sem discutir ideologia, que vão conhecendo o histórico da dívida – do papel que a dívida tem exercido na economia brasileira, com impactos que impedem o nosso desenvolvimento socioeconômico –, elas têm mudado o seu modo de pensar. Isso tem acontecido também com estagiários, que chegam aqui jovens, com aquele pensamento totalmente liberal que eles escutam nas universidades de

“ O Brasil é o país da abundância. Era para termos escolas deslumbrantes, centros de saúde deslumbrantes, todo mundo ter emprego digno etc. O segundo aspecto: temos visto uma transformação de inúmeras pessoas que chegam com um pensamento totalmente ortodoxo e, à medida que vão tomando conhecimento dos fatos, sem discutir ideologia, que vão conhecendo o histórico da dívida – do papel que a dívida tem exercido na economia brasileira, com impactos que impedem o nosso desenvolvimento socioeconômico –, elas têm mudado o seu modo de pensar.

Economia e depois saem e deixam cada depoimento de transformação de vida, e até de escolhas... Eles estavam para fazer uma determinada escolha, até de emprego, de trabalho, de curso de pós-graduação, e fazem outra, porque houve um conhecimento.

A auditoria cidadã se coloca como uma entidade suprapartidária, porque nós lidamos com a dívida e a dívida é suprapartidária. O interesse que manda na

dívida é o interesse do mercado financeiro e esse interesse não escolhe partidos. Veja, nós tivemos os governos Lula e Dilma e, em relação à dívida, eles não fizeram absolutamente nada diferente, porque é um poder que está acima deles, é intocável. Para lidarmos com essa questão da dívida, a gente tem que ir ao patamar em que esse esquema está. E ele é um esquema suprapartidário, supranacional; é um esquema mundial, não tem fronteira, é supraterritorial.

UE: Você não corre risco de vida?

ML: Muita gente fala que eu corro, porque eu falo e mostro e denuncio e ponho a minha cara. Mas eu não tenho medo. Eu teria medo de me omitir, de não aproveitar as oportunidades que essa vida me deu, como auditora, de desenvolver essa perspicácia, que me permite, às vezes, atinar para questões, como quando eu leio um contrato e o relaciono com outra coisa; a vida me treinou pra isso. Eu teria muito medo sim de me omitir, porque eu recebi muito da sociedade. Eu estudei em grupo escolar público, em universidade pública, tive um emprego público, então, eu me sinto na obrigação de atuar como cidadã, de devolver pra sociedade tudo que eu tenho recebido. E não me conformo com as injustiças sociais, isso é uma coi-

sa da minha personalidade mesmo, é uma coisa que sempre me incomodou. Quando criança, minha mãe tinha uma malharia em casa, ela tecia e tinha uma ajudante que tinha uma filha da minha idade. No fim de semana, às vezes, eu ia pra casa dela. Nessa época, na década de 60, não existia favela em Belo Horizonte; veja isso: não existia favela. Existia, sim, periferia, bairros mais pobres, mas eram casas de tijolo, tinham quintal com galinheiro, tinham banheiro direitinho, não era esse desrespeito que tem hoje, as pessoas moram praticamente em tendas, lonas, caixotes de papelão. Eram casas. Eu ia para a casa dela e era tudo

muito simples, eu voltava questionando a minha mãe: “Por que aqui em casa tem esse sofá todo bonitão e lá é um banco de madeira? Por que aqui tem esse prato de louça todo desenhado, bonito, e lá é um prato de lata, de alumínio?” Eu já questionava a diferença. Isso sempre me incomodou, sempre fiz parte de algum movimento social. Eu fui voluntária de menino de rua, de visitar gente em hospital, de um monte de coisas, até que, também, a vida me levou para o sindicato de auditores, em 1999, e, ao chegar no sindicato de auditores, nós estávamos com os nossos salários congelados toda a década de 90, lembra? O Fernando Henrique dava um real de reajuste.

Quando eu fui para ao sindicato, ainda em Minas Gerais, eu pensei: “Por que a gente está com os salários congelados? O papel do sindicato é conseguir reajuste. Alguém já estudou orçamento?” Não, ninguém tinha estudado orçamento. “Vamos pegar o orçamento”. E quando a gente pegou o orçamento federal, já era esse retrato, já era quase a metade do orçamento para a dívida. Então, a gente já começou a falar da dívida em 1999. Em 2000, veio o chamado de várias organizações, tipo OAB, CNBB, vários sindicatos chamando para aquele plebiscito da dívida que aconteceu no ano 2000. Eram três perguntas, uma das perguntas era “Você concorda em continuar pagando a dívida sem realizar a auditoria prevista na constituição?” Nosso sindicato se envolveu, o ANDES também, vários sindicatos se envolveram, eu acabei coordenando o plebiscito em Minas Gerais, porque eu estava à frente do nosso sindicato. Nosso sindicato já vinha discutindo esse tema da dívida, já tinha visto a relação íntima da dívida com os nossos direitos como servidores públicos. Produzi uma cartilha para ajudar no plebiscito. Tinha folheto e tinha livro e eu falei que fazia falta uma coisa intermediária, então, produzi uma cartilha e essa cartilha se espalhou pela Brasil inteiro e, quando acabou o plebiscito, foram colhidos mais de seis milhões de votos.

Entregamos – teve um ato aqui em Brasília – no executivo, legislativo e judiciário. Decorridos alguns meses, não aconteceu absolutamente nada, nenhuma palavra. Isso foi durante o governo Fernando Henrique. Convocaram uma reunião aqui para fevereiro de 2000 e, nessa reunião, nós decidimos: “O que a gente vai fazer? Nós também não vamos fazer nada?” “Uma

“Muita gente fala que eu corro risco de vida, porque eu falo e mostro e denuncio e ponho a minha cara. Mas eu não tenho medo. Eu teria medo de me omitir, de não aproveitar as oportunidades que essa vida me deu, como auditora, de desenvolver essa perspicácia, que me permite, às vezes, atinar para questões, como quando eu leio um contrato e o relaciono com outra coisa; a vida me treinou pra isso.

sa da minha personalidade mesmo, é uma coisa que sempre me incomodou. Quando criança, minha mãe tinha uma malharia em casa, ela tecia e tinha uma ajudante que tinha uma filha da minha idade. No fim de semana, às vezes, eu ia pra casa dela. Nessa época, na década de 60, não existia favela em Belo Horizonte; veja isso: não existia favela. Existia, sim, periferia, bairros mais pobres, mas eram casas de tijolo, tinham quintal com galinheiro, tinham banheiro direitinho, não era esse desrespeito que tem hoje, as pessoas moram praticamente em tendas, lonas, caixotes de papelão. Eram casas. Eu ia para a casa dela e era tudo

auditoria social. Não, auditoria social fica parecendo que é auditoria do social. Uma auditoria cidadã da “vida”. Todo mundo adorou a ideia. “Mas quem vai?” Havia vários professores, várias pessoas famosas. Aí, alguém virou: “Ô, Maria Lúcia, você é auditora, nós estamos falando em auditoria, pega isso aqui”. Pronto, peguei. E começou. Como voluntária, depois que eu me aposentei – me aposentei para isso –, cheguei a ter oferta de trabalho, para trabalhar com consultoria tributária, para ganhar o que eu quisesse, mas não aceitei. Falei claramente: “Meu trabalho não está à venda, doo para o que eu acho que é importante e é isso aqui que é importante”. Não tenho medo. Até porque, por questões espirituais, eu acredito na continuidade. Se esse tempo com esse corpo acabar, eu sei que a vida vai continuar de outra forma e o importante é cumprir a nossa missão. Eu costumo até brincar que, se me matarem, aí que eu vou influenciar mesmo, vou ser um fantasma ambulante. Aí é que eu vou, na hora que eu vir que eles estão fazendo as coisas lá, eu vou desligar tudo; aí, eu vou me libertar do corpo.

US: Maria Lúcia, algumas palavras para os professores e para o ANDES?

ML: Primeiro eu tenho que agradecer pelo respeito que os mestres da academia brasileira têm dedicado à auditoria cidadã, porque o caminhar de toda essa produção aqui é um caminhar bem popular, bem focado na prática, na análise documental, na análise de estatística, não preocupado com as regras formais da academia e, mesmo assim, os grandes mestres acadêmicos têm olhado e respeitado o nosso trabalho. Então, primeiro eu tenho que fazer um agradecimento. Em segundo, eu tenho que fazer um pedido, porque pra gente mudar esse país, só através da educação, não tem outra saída. A única saída para mudar é através da educação, através da formação, do conhecimento, do empoderamento da sociedade. A sociedade brasileira está muito humilhada diante das injustiças sociais, diante de todas essas denúncias de corrupção que não têm nada a ver com a imensa maioria da nossa população, que é digna e justa. Nós poderíamos estar em outro patamar.

Para atingirmos esse outro patamar, vamos necessitar dos nossos mestres, que são os formadores



de opinião, e muito pode ser feito por vocês. Vocês podem estimular trabalhos acadêmicos, podem estimular a formação de grupos de estudos, estágios. Nós podemos ter estagiários focados na pesquisa da questão da auditoria cidadã. O que já levantamos de coisa dá para fazer milhares de pesquisas, porque nós não conseguimos tudo, falta muito. Se houver esse engajamento efetivo para os estudos... Porque o ANDES já tem nos dado, inclusive, apoio financeiro, o que nos permite ajudar a contratar um auxiliar, a pagar um/a jornalista etc. Agora, o mais importante nesse momento seria esse apoio no sentido prático, de avançar nessas investigações, até para a gente não ter poucas pessoas falando nisso; ao contrário: para a gente ter milhares de pessoas no Brasil afora falando desse tema, dominando esse tema. Se tem um país no mundo entre os países europeus e latino-americanos onde se vê o mesmo esquema que é capaz de virar esse jogo, é o Brasil, e a saída vai ser de baixo para cima. Mas para ela acontecer de baixo para cima, as pessoas têm que adquirir conhecimento, pra gente conseguir uma grande mobilização social consciente; e isso só se dá através da formação, da educação. E vocês são os principais atores para que isso aconteça.

US: Maria Lúcia, muitíssimo obrigada.

ML: Eu é que agradeço.

..... ● Manifestação contra as reformas trabalhista e da previdência e por Diretas já, 24 de maio



**Ousar lutar,
ousar vencer!**







Ousar lutar, ousar vencer!

.....

A população leva suas palavras de ordem para as ruas no Rio de Janeiro, 15 de março

.....

Ato contra as reformas no centro do Rio, 15 de março

Desde que foram anunciadas as reformas dos sistemas de ensino, previdenciário e das leis trabalhistas, o povo brasileiro vai para as ruas numa batalha por seus direitos. Milhares de manifestantes tomaram as quatro faixas centrais da Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro. A manifestação correu pacificamente até as forças de segurança atacarem os participantes. Este momento exige enfrentamento: ou se luta ou se morre.



Repressão da PM por ordem do reitor da USP, 7 de março



Em São Paulo, técnicos, alunos e professores protestavam pacificamente contra as reformas que seriam votadas pelo Conselho Universitário da USP, quando o reitor convocou a Polícia Militar para reprimir os manifestantes. Esta atitude diz muito sobre a conjuntura nacional atual. Professores e crianças que estavam na creche e na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação também foram reprimidos. A imagem do ursinho de pelúcia sendo recolhido pela professora sintetiza o acontecimento.



Ousar lutar, ousar vencer!

- O Largo da Batata, em São Paulo, iluminou-se
- no dia da Greve Geral, 28 de abril



- A Avenida Paulista se encheu no Ato
- contra as reformas do governo Temer,
- 15 de março

Atos de protesto se espalharam por todo o Brasil no primeiro semestre de 2017. Muitas cidades brasileiras se mobilizaram pelo chamado da Greve Geral contra as reformas do governo Temer. Houve grande manifestação no Largo da Batata, que culminou numa caminhada até a casa de Michel Temer, no bairro de Pinheiros.

A tropa de choque da Polícia Militar, a Força Nacional de Segurança e até as Forças Armadas foram acionadas para reprimir a população, 24 de maio

O #OCUPE BRASÍLIA# levou cerca de 150 mil pessoas de várias regiões do país ao Ato na capital federal. Representantes de nações indígenas, movimentos de mulheres, centrais sindicais, estudantes e movimentos sociais se fizeram presentes na luta por direitos. Não foi fácil: o governo chamou as forças armadas para reprimir.



O confronto durou cinco horas e foi violento. As balas de borracha, o gás lacrimogêneo e o gás de pimenta arderam no corpo, mas não feriram a nossa dignidade nem o nosso espírito combativo.

.....
Houve violento confronto na Esplanada dos Ministérios e várias pessoas ficaram feridas, sendo duas em estado grave e uma atingida por bala de borracha no pescoço, 24 de maio



Foto: Anderson Barbosa / Fractures Collective

Foto: Anderson Barbosa / Fractures Collective



Ousar lutar, ousar vencer!



Além dos protestos contra as reformas de austeridade, representantes dos movimentos feministas pediam a saída de Michel Temer da presidência e a convocação de eleições diretas para presidente, 24 de maio

.....
•
Movimento indígena unido por seus direitos, 29 de novembro



Foto: Renata Maffezoli/ANDES-SN

Foto: Bruna Yunes / Imprensa ANDES-SN



Foto: Renata Maffezoli / ANDES-SN



Docentes protestam contra a reforma do ensino médio, 29 de novembro

.....
•
A proposta de reforma do ensino médio gerou protestos e a ocupação da reitoria do Instituto Federal de Brasília, outubro

Foto: Arquivo ANDES-SN



.....
•
A grave crise econômica enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro tem como suas principais vítimas as instituições de ensino estaduais; o ANDES-SN apoia as estaduais do Rio, 9 de fevereiro



Foto: Renata Maffezoli / ANDES-SN

- Grande mobilização popular ocupa a esplanada dos
- ministérios em Brasília, 29 de novembro

Ousar lutar, ousar vencer!

Foto: Mathias Rodrigues / ANDES-SN



Mulheres de todo o Brasil ocuparam as ruas por seus direitos nos protestos do dia das mulheres, 8 de março

A partir da progressão do julgamento das propostas do governo Temer, centrais sindicais e movimentos sociais ocuparam as ruas em protestos contra as reformas da previdência e das leis trabalhistas, pela educação pública e pelo "Fora Temer". Lutamos pelos nossos direitos e resistiremos. É isso que as fotos apresentadas nesta reportagem confirmam. **US**

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE

Eblin Joseph Farage (ADUFF)

1º VICE-PRESIDENTE

Luis Eduardo Acosta Acosta
(ADUFRJ)

2ª VICE-PRESIDENTE

Cláudia Alves Durans (APRUMA)

3ª VICE-PRESIDENTE

Olgaíses Cabral Maués (ADUFPA)

SECRETÁRIO GERAL

Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)

1º SECRETÁRIO

Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL)

1º TESOUREIRO

Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG)

2º TESOUREIRO

João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR)

3º TESOUREIRO

Epitácio Macário Moura (SINDUECE)

REGIONAL NORTE I

1º VICE-PRESIDENTE

Marcelo Mario Vallina (ADUA)

2º VICE-PRESIDENTE

Leandro Roberto Neves (SESDEF-RR)

1º SECRETÁRIO

Manuel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC)

2ª SECRETÁRIA

Lúcia Marina Puga Ferreira (SIND-UEA)

1ª TESOUREIRA

Ana Cristina Belarmino de Oliveira (ADUA)

2ª TESOUREIRA

Sandra Maria Franco Buenafuente (SESDEF-RR)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTE

Andréa Cristina Cunha Solimões (ADUFPA)

2º VICE-PRESIDENTE

Raimundo Wanderley Correa Padilha (SINDUNIFESSPA)

1º SECRETÁRIO

Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA)

2ª SECRETÁRIA

Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP)

1º TESOUREIRO

Rigler da Costa Aragão (SINDUNIFESSPA)

2º TESOUREIRO

André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP)

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE-PRESIDENTE

Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI)

2ª VICE-PRESIDENTE

Sirliane de Souza Paiva (APRUMA)

1º SECRETÁRIO

José Alex Soares Santos(SINDUECE)

2º SECRETÁRIO

Daniel Vasconcelos Solon (ADCESP)

1ª TESOUREIRA

Raquel Dias Araujo (SINDUECE)

2ª TESOUREIRA

Joana Aparecida Coutinho (APRUMA)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG)

2º VICE-PRESIDENTE

Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE)

1º SECRETÁRIO

Flávio Henrique Albert Brayner (ADUFEPE)

2ª SECRETÁRIA

Karina Cardoso Meira (ADURN)

1º TESOUREIRO

Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB)

2º TESOUREIRO

Antônio Gautier Farias Falconieri (ADFURRN)

REGIONAL NORDESTE III

1ª VICE-PRESIDENTE

Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)

2º VICE-PRESIDENTE

Jailton de Jesus Costa (ADUFS)

1ª SECRETÁRIA

Lana Bleicher (APUB)

2ª SECRETÁRIA

Gracinete Bastos de Souza (ADUFS-BA)

1º TESOUREIRO

Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB)

2º TESOUREIRO

Vamberto Ferreira Miranda Filho (ADUNEB)

REGIONAL PLANALTO

1ª VICE-PRESIDENTE

Jacqueline Rodrigues Lima (ADUFG)

2º VICE-PRESIDENTE

Erlando da Silva Rêses (ADUnB)

1º SECRETÁRIO

Paulo Henrique Costa Mattos (APUG)

2ª SECRETÁRIA

Fernanda Ferreira Belo (ADCAC)

1º TESOUREIRO

Fernando Lacerda Júnior (ADUFG)

2ª TESOUREIRA

Eva Aparecida de Oliveira (ADCAJ)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE
Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADLeste)
2ª VICE-PRESIDENTE
Roseli Rocha (ADUEMS)
1ª SECRETÁRIA
Vanessa Clementino Furtado (ADUFMAT)
2º SECRETÁRIO
Maurício Farias Couto (ADUFMAT)
1ª TESOUREIRA
Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT)
2º TESOUREIRO
Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS)

REGIONAL LESTE

1ª VICE-PRESIDENTE
Renata Rena Rodrigues (ASPUV)
2ª VICE-PRESIDENTE
Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG)
1ª SECRETÁRIA
Sandra Boari Silva Rocha (ADUFSJ)
2ª SECRETÁRIA
Valéria Siqueira Roque (ADFMTM)
1º TESOUREIRO
Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES)
2º TESOUREIRO
Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTE
Juliana Fiúza Cislighi (ASDUERJ)
2º VICE-PRESIDENTE
Cláudio Rezende Ribeiro (ADUFRJ)
1ª SECRETÁRIA
Lorene Figueiredo de Oliveira (ADUFF)
2ª SECRETÁRIA
Elza Dely Veloso (ADUFF)
1ª TESOUREIRA
Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ)
2º TESOUREIRO
Bruno José da Cruz Oliveira (ADUNIRIO)

REGIONAL SÃO PAULO

1ª VICE-PRESIDENTE
Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP)
2º VICE-PRESIDENTE
José Vitório Zago (ADUNICAMP)
1ª SECRETÁRIA
Lindamar Alves Faermann (SINDUNITAU)
2º SECRETÁRIO
Itamar Ferreira (ADUNICAMP)
1ª TESOUREIRA
Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos
(*REG-SP/FAC. SUMARÉ)
2º TESOUREIRO
Antonio Euzébios Filho (ADUNESP)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE
Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR)
2ª VICE-PRESIDENTE
Mary Sílvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR)
1º SECRETÁRIO
Douglas Santos Alves (SINDUFFS)
2º SECRETÁRIO
Bruno Martins Augusto Gomes (APUFPR)
1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (SINDUTF-PR)
2º TESOUREIRO
Rolf de Campos Intema (SINDUTF-PR)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Rondon Martim Souza de Castro (SEDUFMS)
2º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto Saraiva Gonçalves
(S SIND ANDES-SN UFRGS)
1º SECRETÁRIO
Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA)
2º SECRETÁRIO
Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL)
1º TESOUREIRO
Getúlio Silva Lemos (SEDUFMS)
2º TESOUREIRO
Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - 70302-914
Tel.: (61) 3962-8400 / Fax: (61) 3224-9716
E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I
Avenida Tefé, 121, Conj. 31 de Março - Japiim 1 - Manaus - AM - 69078-000
Tel.: (92) 3237-5189
E-mail: andesnorte1@bol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II
Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos
Caixa Postal 8603 - Belém - PA - 66075-110
Tel.: (91) 3259-8631
E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I
Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - 60015-038
Tel.: (85) 3283-8751
E-mail: andesne1@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II
Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - 52020-160
Tel.: (81) 3037-6637
E-mail: andesne2@hotmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III
Av. Tancredo Neves nº 1.632, Sala 1113 - Condomínio Salvador Trade Center,
Torre Norte, Caminho das Árvores - Salvador - BA - 41820-020
Tel.: (71) 98789-9483 / (71) 99266-1680
E-mail: andesne3andes@gmail.com

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE
Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - 30130-002
Tel.: (31) 3224-8446
E-mail: regleste.bh@terra.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO
Alameda Botafogo, 68, Quadra A, Lt. 05, Casa 03 - Centro - Goiânia - GO - 74030-020
Tel.: (62) 3213-3880
E-mail: andesrp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL
Av. Edgar Vieira (antiga Alziro Zarur), 338, Sala 03 - Cuiabá - MT - 78068-365
Tel.: (65) 3627-7304
E-mail: andesvpr@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO
Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - 05410-010
Tel./Fax: (11) 3061-0940
E-mail: andesregsp@uol.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20047-900
Tel.: (21) 2510-4242
E-mail: andesrj@msm.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL
Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - 80420-080
Tel.: (41) 3324-6164
E-mail: andes_regsul@yahoo.com.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - 90410-002
Tel.: (51) 3061-5111
E-mail: andesrs@andes.org.br

**Em defesa da garantia e ampliação do
financiamento público e mais
recursos públicos para as IEES/IMES**

**Contra as reformas da
Previdência e Trabalhista**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN